MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RELATÓRIO
1965

Seção de Publicações da Divisão de Documentação

RELATÓRIO

DO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1965

APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO SENHOR EMBAIXADOR JURACY MONTENEGRO MAGALHÃES, MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Seção de Publicações da Divisão de Documentação

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O ano de 1965 foi um período de intensas atividades no Ministério das Relações Exteriores, que se beneficiou da inspiração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, e da direção do Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha, que foi seu titular até o dia 9 de dezembro, quando, nomeado Embaixador do Brasil em Washington, entregou a chefia do Ministério ao Embaixador A. B. L. de Castello Branco, seu Secretário Geral, que assumiu as funções de Ministro de Estado interino.

O presente relatório dá conta do muito que se fêz no Ministério das Relações Exteriores, durante 1965, graças ao entrosamente entre a Secretaria de Estado e a ativa rêde de Missões diplomáticas, Delegações junto a Organismos Internacionais e Repartições consulares, com a colaboração das delegações a reuniões e conferências internacionais.

Melhor seria que o próprio Embaixador Leitão da Cunha fizesse a apresentação do presente relatório, pois, com sua legítima autoridade e notória competência, poderia oferecer uma súmula dos princípios que nortearam sua conduta na direção do Itamaraty, durante o período em aprêço, bem como uma apreciação dos objetivos perseguidos dentro da orientação geral do Govêrno. Assumo, porém, com prazer, o encargo de apresentar êste relatório, cujo conteúdo fala por si só, e, ao fazê-lo, assinalo a satisfação que tive em colaborar com o então Ministro de Estado, em 1965, até meados de outubro daquele ano, como Embaixador em

Washington. Essa circunstância, aliás, reforça minha asserção inicial sôbre a intensidade da ação do Itamaraty no ano a que se refere êste relatório, testemunha que fui do cuidado e da dedicação com que os funcionários da admirável Casa de Rio Branco procuraram contribuir para o esfôrço de recuperação nacional empreendido sob a liderança do Presidente Castello Branco, ao mesmo tempo em que buscaram dar cumprimento às diretrizes de política exterior em boa hora fixadas ou restabelecidas pelo Govêrno da Revolução.

Rio de Janeiro, em 11 de novembro de 1966.

JURACY MAGALHÃES

Ministro das Relações Exteriores

ASSUNTOS AMERICANOS

AMÉRICA SETENTRIONAL

O ano de 1965 caracterizou-se, no campo das relações do Brasil com os Estados Unidos, pela consolidação da reaproximação entre os dois países, objetivo prioritário para a diplomacia da Revolução de março de 1964.

Em todos os níveis estreitou-se o diálogo entre as duas nações, e disso é prova eloqüente a correspondência trocada entre os Presidentes Johnson e Castello Branco sôbre questões da maior relevância no campo internacional, bem como na esfera estritamente bilateral. Em março, o Presidente Johnson enviou carta ao Presidente Castello Branco sôbre o agravamento da crise no Viet-Nam, lamentando que, ante tal conjuntura, não pudesse visitar o Brasil como pretendia fazê-lo. Em julho, o Presidente Johnson endereçou outra missiva ao Presidente Castello Branco sôbre a guerra do Viet-Nam, que foi respondida em agôsto pelo Presidente da República. Em 17 de agôsto o Presidente Johnson enviou carta ao Presidente Castello Branco agradecendo a hospitalidade com que foi recebida no Brasil a Missão chefiada pelo Senador W. Fulbright. Enviou também o Presidente Johnson missiva ao Embaixador Juracy Magalhães expressando o seu reconhecimento e de seu povo pela contribuição do Brasil para a solução pacífica da crise na República Dominicana.

A visita ao Brasil, de 5 a 10 de agôsto, da Missão chefiada pelo Senador William Fulbright, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, foi outro mar-

co expressivo do alto grau de cordialidade nas relações entre os dois países.

Integrada pelos Senadores Bouke B. Hickenlooper, Stuart Symington, pelos Senhores Thomas Mann, Subsecretário de Estado Assistente para Assuntos Econômicos; Jack H. Vaughan, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos; Jack Valenti, Assistente do Presidente na Casa Branca; e Henri A. Weismann, Subchefe da Divisão do Brasil do Departamento de Estado, foi essa Missão norte-americana a de mais alto nível que veio à América do Sul nos últimos anos.

Nos Estados Unidos, afirmou-se crescente o interêsse do Presidente Johnson pelos problemas do Hemisfério e o seu empenho numa política baseada nos princípios de Punta del Este. Expressivas dessa preocupação, a promoção do Senhor Thomas Mann, experiente diplomata em assuntos da América Latina, ao pôsto de Subsecretário de Estado, bem como a designação do Embaixador Jack H. Vaughn para Assuntos Interamericanos.

A posição do Brasil coincidente com a dos Estados Unidos da América ante a grave crise que eclodiu em abril, na República Dominicana, determinou a substancial participação brasileira na Fôrça Interamericana de Paz e intenso funcionamento do regime de consulta entre os dois Governos, disso resultando ações concertadas e harmônicas em plano bilateral e no seio da OEA, o que veio também contribuir para a coordenação da II Conferência Extraordinária Interamericana de novembro.

No plano internacional, a mais grave questão foi a intensificação das hostilidades no Viet-Nam. Durante todo o ano os Estados Unidos da América se empenharam em esforços para uma solução negociada do conflito, orientando-se por uma política de firmeza e contenção. Essa orientação foi prestigiada pelo integral endôsso e solidariedade do Govêrno brasileiro.

Como resultado do clima de confiança suscitado pelo Govêrno do Presidente Castello Branco, contou a política econômica e comercial brasileira com o apoio dos Estados Unidos da América, através de contribuições bilaterais e, também, do endôsso às gestões brasileiras junto a organizações internacionais de crédito. Dessa forma recuperou o país o seu crédito exterior, foram obtidos reescalonamentos de dívidas a curto prazo e processou-se a reabertura, em bases profícuas, do diálogo com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. Ainda dentro dêsse esquema afluiram, após a Revolução, 650 milhões de dólares de procedência norte-americana para o Brasil, sob a égide da Aliança para o Progresso.

O Acôrdo de Garantia de Investimentos, firmado com o Govêrno dos Estados Unidos da América em 6 de fevereiro, é documento expressivo do interêsse do Govêrno brasileiro em fundar em bases sólidas e seguras as relações econômicas entre os dois países.

No campo econômico comercial, desenvolveu-se ação intensa no sentido de assegurar para produtos brasileiros de exportação adequadas parcelas do consumo norte-americano. Resultado dêsse trabalho foi a quota de 354.381 toneladas obtida junto ao Govêrno dos Estados Unidos para o ano de 1966, por ocasião da tramitação da legislação açucareira no Congresso dêsse país.

No que concerne ao produto que lidera a pauta de exportação brasileira, a aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos da América da legislação complementar sôbre o café trouxe benefícios para o Brasil. Tal legislação estabelece que o Presidente fica autorizado a exigir que todo café exportado ou reexportado pelos Estados Unidos seja acompanhado, conforme o caso, por um certificado de origem ou de reexportação, assim como prescreve limites às importações provenientes de países que não participam da Organização Internacional do Café.

No que tange ao trigo, foi pleiteada a aquisição de um volume de 250 mil toneladas dentro da PL 480. Objetivo que foi atingido.

No campo da cooperação científica, foi firmado o Acôrdo de Cooperação para Usos Civis de Energia Atômica em 8 de julho; êsse acôrdo representa importante instrumento de aproximação entre os dois países, que, desde 1955, vêm cooperando nesse ramo da ciência.

AMÉRICA CENTRAL

A competência da Divisão da América Central abrange, além dos cinco países centro-americanos em sentido restrito (Guatemala, El Salvador, Honduras, Costa Rica e Nicarágua), o Panamá, México e os países do Caribe como Haiti, República Dominicana, Trinidad-e-Tobago e Jamaica.

Apesar de, exceção feita do México, ser uma área que, por razões históricas e geográficas, não tem exigido, proporcionalmente, maior atenção da Chancelaria brasileira, os acontecimentos dos últimos anos, com a defecção de Cuba do sistema interamericano para a órbita soviética, o movimento de integração centro-americana e, em 1965, os acontecimentos na República Dominicana com a participação das Fôrças Armadas brasileiras em nome da Organização dos Estados Americanos concorreram para que a América Central e o Caribe passassem a ter uma real participação na política externa brasileira.

Assim, foi considerado essencial pelo Itamaraty o preenchimento das chefias das Missões diplomáticas brasileiras na área, então vagas. Durante o ano de 1965, apresentaram credenciais os Embaixadores do Brasil junto aos Governos do México, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador e Honduras. Foram ainda nomeados os Embaixadores em Ottawa e em Bogotá para exercerem, em caráter cumulativo, as funções junto aos Governos de Trinidad-e-Tobago e Jamaica, respectivamente.

Os passos tomados pelos cinco países centro-americanos para a sua integração política na Organização dos Estados

Centro-Americanos (ODECA) e o desenvolvimento do Mercado comum Centro-Americano são interpretados como de grande valia para garantir e aperfeiçoar a democracia na área. O fortalecimento da economia centro-americana por meio do seu Mercado Comum poderá indicar uma futura interação com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, de real interêsse para o Brasil e os demais países membros.

As negociações do Govêrno dos Estados Unidos da América com os Governos do Panamá, Costa Rica e Nicarágua, visando à futura construção de nôvo canal interoceânico não podem deixar de interessar ao Brasil que tem importantes compradores de seus produtos entre os países da Ásia. O barateamento do frete entre o Brasil e a Ásia concorrerá para melhores possibilidades das exportações brasileiras naquele continente, inclusive do minério de ferro.

O Brasil enviou em Missão especial o Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, o Ministro José Augusto de Macedo Soares e o Ministro Galba Samuel Santos, junto aos Governos do México, o primeiro, Governos centro-americanos e panamenho, o segundo, e ao Haiti, o terceiro, para tratar de assuntos relacionados com a II Conferência Extraordinária Interamericana e a posição brasileira face aos problemas continentais.

Com a apresentação de credenciais do primeiro Embaixador mexicano junto ao Govêrno do Presidente Humberto Castello Branco ficaram inteiramente restabelecidas as tradicionais relações que ligam o México ao Brasil. Ainda com o México foram incrementadas as relações culturais com a concessão de 18 bôlsas de estudos a mexicanos. No Rio de Janeiro se encontraram as Delegações brasileira e mexicana para negociar a assinatura de nôvo Tratado de Navegação Aérea.

Os interêsses brasileiros em Cuba, sob a proteção do Govêrno suiço, receberam a atenção da Chancelaria brasilei-

ra. Os acontecimentos internos naquela ilha e a política externa desenvolvida pelo Govrêno comunista de Havana foram motivo de permanente cuidado do Itamaraty, assim como sua interferência em negócios do continente por meio de incitação subversiva. O Brasil respondeu afirmativamente ao apêlo do Govêrno em Washington para participar no acolhimento de refugiados cubanos.

A participação de primeiro plano do Brasil nos acontecimentos que se desenrolaram na República Dominicana, em conseqüência de rebelião armada contra a Junta Governativa daquele país, em abril 1965, foi feita em obediência a decisões da Organização dos Estados Americanos. Coube ao Brasil a insigne honra de receber o Comando Militar das Fôrças Interamericanas de Paz, enquanto que o Delegado do Brasil junto à OEA, Embaixador Ilmar Penna Marinho, desenvolvia brilhante ação diplomática colocando a política brasileira em situação de relêvo no âmbito caribense e continental. O contato direto de milhares de soldados brasileiros com o povo dominicano deverá permanecer como elo permanente entre os dois países.

Para representar o Govêrno brasileiro na posse do Presidente Oswaldo López Arellano foi enviada em missão especial a Tegucigalpa o Embaixador Landulpho Antônio Borges da Fonseca.

A Senhora Petita Sá de Robles, espôsa do Presidente do Panamá foi hóspede oficial do Govêrno brasileiro. O Presidente do Brasil convidou oficialmente o mandatário panamenho, Senhor Marco Aurélio Robles para visitar o Brasil em 1966, quando ainda deverá ser assinado nôvo Acôrdo de Navegação Aérea entre os dois países.

Pequenas questões pendentes entre o Brasil e o Haiti, relativas à presença de asilados dominicanos na Embaixada do Brasil em Pôrto-Príncipe, foram inteiramente resolvidas por ocasião do credenciamento do nôvo Embaixador do Brasil

junto ao Presidente Vitalício do Haiti, Doutor François Duvalier.

Durante a estada no Rio de Janeiro do Chanceler salvadorenho foi assinado um Acôrdo Cultural entre os dois países. Finalmente há a notar que durante o ano de 1965 o Senhor Donald Connor Granado apresentou credenciais ao Presidente da República em sua qualidade de primeiro Enviado diplomático de Trinidad-e-Tobago, acreditado junto ao Govêrno brasileiro.

AMÉRICA MERIDIONAL

Seguindo as diretivas tradicionais da política externa brasileira, o Itamaraty dedicou especial atenção àquelas iniciativas que visam a incrementar o sistema de comunicações e de transporte com os países vizinhos. Com a Argentina e o Uruguai, elaborou-se um projeto de Convênio, igualmente aberto aos outros Estados membros da ALALC, destinado a facilitar o transporte rodoviário entre os três países. Inaugurada pelos Presidentes respectivos, a «Ponte da Amizade» foi mais uma etapa vencida nos esforços de aproximação e cooperação com o Paraguai. As Comissões Mistas brasileiro-bolivianas, além de outros assuntos que se prendem ao intercâmbio comercial, estudaram os problemas do transporte Brasil-Bolívia. Da mesma maneira prosseguiram os trabalhos destinados a desenvolver as ligações rodofluviais com os países amazônicos».

Os esforços de cooperação com a Argentina desenvolveram-se de maneira particularmente auspiciosa. Colheram-se os frutos, em têrmos de intercâmbio comercial, das negociações para o Acôrdo do Trigo, do ano anterior. A balança de comércio registrou um vultoso saldo favorável ao Brasil.

Com relação ao Uruguai, deu-se prosseguimento aos projetos de aproveitamento da Bacia da Lagoa Mirim, e de construção da ponte Quaraí-Artigas. Por outro lado, estudou-se detidamente o aproveitamento hidrelétrico do Salto Grande do Rio Uruguai, a ser desenvolvido conjuntamente pelo Uruguai e Argentina.

Tiveram prosseguimento os vários esquemas de cooperação econômica e técnica com o Paraguai e, igualmente, não

sofreu modificações a política brasileira de facilitar ao país vizinho o escoamento de seu comércio pelo Atlântico. Contudo, as relações brasileiro-paraguaias entraram numa fase delicada ao manifestar o país limítrofe pretensões territoriais na região das Sete Quedas. Com respeito à Bolívia, tomaram-se iniciativas no sentido de dinamizar o mecanismo criado pelos Acôrdos de Roboré e de desenvolver o intercâmbio comercial com aquêle país.

Depois de uma esmagadora vitória nas eleições parlamentares, a Democracia Cristã, no Chile, trouxe o necessário apoio ao Presidente Frei para a execução de uma política de contenção da espiral inflacionária e um ambicioso plano de reformas. As relações entre os Governos democrata-cristão chileno e o brasileiro desenvolveram-se numa atmosfera de crescente cordialidade.

ARGENTINA

Visita do Ministro de Estado à Argentina

Entre os dias 19 e 23 de abril, o Ministro de Estado, Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha, realizou uma visita oficial à Argentina. Foram tratados com as autoridades do país amigo os seguintes tópicos:

a) diferentes assuntos do temário da II Conferência Interamericana Extraordinária;

b) problemas relativos à integração latino-americana;

c) Reunião de Chanceleres, já então convocada pela Resolução 112 (IV) da ALALC;

d) sugestões apresentadas aos Presidentes das Repúblicas da América Latina pelos Presidentes do BID, Diretor do ILAP, Presidente do CIAP e pelo Diretor da CEPAL;

e) defesa dos mercados tradicionais dos países latino-americanos.

No dia 23, os Chanceleres dos dois países assinaram o acôrdo por troca de notas que criou a Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação, cuja finalidade é tratar de todos os assuntos pertinentes ao comércio bilateral entre os dois países e efetuar recomendações sôbre o mesmo, bem como sôbre os problemas decorrentes de uma complementação econômica progressiva. A Comissão realizará reuniões trimestrais, alternadamente, nos dois países, isto não impedindo que seja convocada por qualquer das partes, quando fôr considerado conveniente. Ficou outrossim criada a Comissão Empresarial Privada Brasileiro-Argentina que deverá realizar sessões colateralmente à Comissão Especial, podendo as referidas Comissões reunir-se conjuntamente quando necessário. As duas Comissões substituíram as existentes até aquela data, particularmente a criada por notas reversais de 19 de setembro de 1958.

Intercâmbio Comercial Brasil-Argentina. Acôrdo do Trigo

Delegações do Brasil e da Argentina reuniram-se no Rio de Janeiro para, nos têrmos do Acôrdo do Trigo, examinar o comportamento do intercâmbio comercial entre os dois países, durante o primeiro semestre de 1965, e as perspectivas para o semestre subseqüente. Realizou-se na ocasião um cotejo dos dados estatísticos pertinentes e a seguir considerou-se a compra adicional de trigo argentino, além do milhão de toneladas previsto no Acôrdo com referência. Como resultado das negociações, o Brasil adquiriu um volume de 150.000 toneladas de trigo argentino. Além da Ata Final com que se encerraram as conversações, as duas delegações — não havendo uma total coincidência sôbre as medidas a serem adotadas para o equilíbrio do intercâmbio comercial entre os dois países — deixaram consignados em memorandos os seus respectivos pontos de vista.

Pesca no Atlântico Sul

Mantiveram-se contatos permanentes com as Embaixadas em Buenos Aires e Montevidéu, com a SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) e com o Comandante do navio oceanográfico «Almirante Saldanha», com vistas a um acôrdo com os países platinos a respeito de pesca nas águas do Atlântico Sul.

Tráfego Rodoviário

Entre 9 e 16 de dezembro, reuniram-se em Buenos Aires representações do Brasil, Argentina e Uruguai para estudar medidas que visam à expansão do transporte rodoviário de passageiros e carga entre os três países. Dessas conversações resultou um projeto de convênio, contendo os princípios gerais que deverão regulá-lo. Êste convênio ficará aberto, além dos países negociadores, a todos os membros da ALALC. Serão estudadas igualmente as possibilidades de elaboração de uma regulamentação conjunta sôbre o transporte ferroviário. Os negociadores manifestaram também seu empenho na construção e melhoramento das respectivas vias internacionais de transporte, a fim de facilitar o intercâmbio de carga e passageiros.

URUGUAI

Salto Grande

O Itamaraty fêz reunir um Grupo de Trabalho, acelerando os estudos a fim de que possa o Govêrno brasileiro definir-se quanto à proposta argentino-uruguaia de elevação, de 33 para 37 metros, do nível da barragem de Salto Grande, no Rio Uruguai. O assunto foi, finalmente, submetido à alta consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Ligações Rodoviárias

Os Governos do Brasil e do Uruguai, desejosos de implementar a curto prazo o Convênio de 22 de maio de 1947, sôbre a construção da ponte internacional Quaraí-Artigas e de dar seguimento às demais iniciativas com vistas ao desenvolvimento das ligações rodoviárias entre os dois países, declararam, em 15 de outubro: *a*) considerar como de primeira prioridade as rodovias nacionais dos dois países que se encontram no Chuí — Ruta 9 e BR-471; *b*) reconstruir a atual ponte internacional na Barra do Chuí; *c*) efetuar reparos nas pontes internacionais localizadas na Barra do Rio Quaraí e no Rio Jaguarão (Ponte Mauá); *d*) dividir as despesas para construção da ponte Quaraí-Artigas, em partes iguais, entre os dois países. O projeto do Edital de Concorrência Pública a ser aberta para a construção daquela ponte está sendo submetido às autoridades brasileiras competentes.

Aproveitamento da Bacia da Lagoa Mirim

Foi assinado acôrdo entre as Nações Unidas, o Fundo Especial e os Governos do Brasil e do Uruguai, para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. O objetivo do projeto é preparar planos para contrôle de inundação e recuperação de terras em parte da Bacia e estabelecer um esquema para regularização da Lagoa de forma a facilitar a navegação e controlar a entrada da água do mar. Foram aprovados pelo Govêrno brasileiro e pelo uruguaio o Regulamento da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e o Plano de Operações da mesma, tendo sido trocadas notas reversais complementares a respeito em 5 de agôsto.

Usina Flutuante Piraquê

O Govêrno brasileiro decidiu ceder a Usina Flutuante Piraquê ao Govêrno uruguaio, gratuitamente nos primeiros 6

meses, e por arrendamento a partir do sétimo mês, constando do contrato uma cláusula de opção de compra.

Intercâmbio Comercial-Trigo

O Govêrno brasileiro comprometeu-se a adquirir e o Govêrno da República Oriental do Uruguai a vender (troca de notas em 29 de março), em 1965, 150.000 toneladas métricas de trigo em grão, nos têrmos de contratos a serem concluídos entre as autoridades ou entidades que os respectivos Governos indicarem.

Visita Oficial do Ministro Vasco Leitão da Cunha

O Ministro Vasco Leitão da Cunha realizou, a convite do Govêrno uruguaio, uma visita oficial àquele país, de 7 a 10 de novembro de 1965, em seguida à Primeira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países membros da ALALC.

PARAGUAI

A tônica da política brasileira em relação ao Paraguai, no ano de 1965, foi a cooperação econômica e técnica.

Ponte da Amizade e Ligações Rodoviárias

O exemplo mais patente dêsse esfôrço do Govêrno brasileiro foi a abertura ao tráfego, em 27 de março, da «Ponte da Amizade» sôbre o Rio Paraná, pelos Presidentes dos dois países. Por ocasião daquele ato, foi assinada uma Declaração Conjunta e dois acôrdos: sôbre a utilização e manutenção da ponte e sôbre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e especiais.

Já em fevereiro, estivera no Rio uma missão paraguaia, chefiada pelo Subsecretário das Relações Exteriores, com o fim de negociar os citados instrumentos e rever outros problemas de tráfego entre Brasil e Paraguai.

A posição do Brasil continua sendo a de proporcionar as maiores facilidades para o comércio paraguaio através do Atlântico; posição essa reafirmada pela Delegação brasileira à Conferência sôbre Tráfego Comercial de Países Mediterrâneos, realizada em julho, nas Nações Unidas, no âmbito da CNUCD.

Os trabalhos da rodovia Concepción-Ponta Porã prosseguiram normalmente, tendo sido designado nôvo representante do Brasil na Comissão Mista, no mês de abril.

No dia 16 de agôsto, o Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora e o Ministro de Comunicações e Obras Públicas, General Marcial Samaniego, assinaram, em Assunção, uma ata na qual se indicaram os projetos a serem estudados para uma eventual decisão sôbre financiamento ou execução. Dentre êsses pontos avultavam a construção de pontes e estradas ligando os dois países.

A fim de completar e aperfeiçoar o sistema de ligação do Paraguai com o Atlântico, o Govêrno brasileiro pleiteou e obteve do Banco Interamericano de Desenvolvimento, um financiamento, da ordem de US$ 15 milhões para a pavimentação da rodovia BR-235, que liga Foz do Iguaçu a Paranaguá. Outrossim, o Ministério da Viação e Obras Públicas pôs em execução um plano de melhoramentos do Pôrto de Paranaguá, para possibilitar-lhe o acesso de embarcações de maior calado.

Comércio bilateral

O comércio entre o Brasil e o Paraguai sofreu um decréscimo em virtude de cessação da vigência do Convênio de Comércio Fronteiriço e de uma série de medidas restritivas por parte do Govêrno paraguaio. No entanto, prosseguiu o esfôrço brasileiro de expansão comercial, podendo-se citar como exemplo a exposição industrial realizada em Pôrto Pre-

sidente Stroessner e em Assunção, quando da inauguração da Ponte da Amizade.

Visita do Chanceler Sapena Pastor ao Brasil

De 13 a 21 de julho estêve em visita ao Brasil o Chanceler Raúl Sapena Pastor. Embora o caráter primordial fôsse de cortesia, a estada do Ministro Sapena Pastor deu ensejo a frutíferas conversações sintetizadas em comunicado à imprensa.

Fronteira Brasil-Paraguai

No mês de junho, o Govêrno brasileiro julgou oportuno colocar na região de Sete Quedas, próximo à localidade de Pôrto Coronel Renato, um destacamento militar encarregado de prevenir a eventual formação de grupos de guerrilheiros e combater mais eficazmente o contrabando, que naquela zona fronteiriça assume proporções sumamente nocivas.

O Govêrno paraguaio, ao ter conhecimento da medida tomada pelas autoridades brasileiras, iniciou uma série de gestões a fim de obter o afastamento do destacamento brasileiro, alegando que o mesmo se encontrava em território não demarcado.

Considera o Govêrno brasileiro, e teve ocasião de manifestar o seu pensamento em várias oportunidades, que a zona onde se encontra o contingente brasileiro não é objeto de litígio, uma vez que a região já está demarcada desde 1874.

Não obstante a serenidade com que o Govêrno brasileiro tem procurado tratar o assunto, as manifestações provocadoras da imprensa paraguaia e de certos setores de opinião pública no país vizinho muito têm contribuído para dificultar o entendimento ao qual se almeja chegar dentro do tradicional sentimento de boa amizade e compreensão existente entre os dois países. No momento a situação está sendo

tratada no âmbito diplomático, tendo sido trocada correspondência entre os dois Governos sôbre a questão.

BOLÍVIA

Com relação à Bolívia, os maiores esforços foram desenvolvidos em 2 sentidos: melhorar as comunicações e transportes entre os dois países; e o mecanismo montado nas negociações de Roboré, em 1958.

Visita do Chanceler boliviano

Dentro dessa finalidade ressaltam, entre as realizações de 1965, a visita do Chanceler boliviano ao Brasil e a primeira reunião plenária das Comissões Mistas Permanentes do Convênio Comercial Brasil-Bolívia. Ambos os eventos tiveram lugar na segunda quinzena de outubro.

A visita do Tenente-Coronel Joaquim Zenteno Anaya foi excelente ocasião para um contato pessoal entre os dois Chanceleres, tendo sido focalizados os problemas mais importantes que atrasam o processo de integração econômico-cultural dos dois países. Os resultados das conversações acham-se resumidos em uma Declaração Conjunta.

Reunião das Comissões Mistas Permanentes Brasil-Bolívia

As Comissões Mistas reuniram-se de 18 a 25 de outubro.

No tocante ao intercâmbio comercial, chegaram a conclusões específicas sôbre as possibilidades de compra de estanho, sal e derivados de petróleo da Bolívia, e de gado e arroz do Brasil. Estudaram-se ainda questões fiscais e aduaneiras e decidiu-se celebrar um ajuste de pagamentos entre os Bancos Centrais dos dois países. Os problemas de transporte foram estudados em profundidade, destacando-se os seguintes pontos: aparelhamento da estrada de ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, convênios de intercâmbio de material rodante e de tráfego mútuo, ligações rodoviárias.

Outros Assuntos

Propôs-se modificação no Convênio de Tráfico Fronteiriço, no sentido de que o valor limite pessoal e semanal das operações na fronteira passe de Cr$ 3.000 a Cr$ 62.000.

Concluiram-se os trabalhos de negociação do Convênio sôbre cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica, tendo sido aprovado pelo Legislativo brasileiro o Protocolo Adicional ao Tratado sôbre Ligação Ferroviária.

O Brasil dirigiu solicitação ao Fundo Especial das Nações Unidas para o estudo hidrográfico da região do Pantanal, o que certamente trará benefícios ao país vizinho.

CHILE

Em julho, a caminho da Europa, onde visitou várias capitais, o Presidente Eduardo Frei deteve-se no Aeroporto do Galeão para conversações com o Presidente da República. Os dois estadistas puderam verificar a existência de uma larga área de concordância de pontos de vista sôbre vários assuntos de interêsse comum, sobretudo no que se refere à possibilidade de dinamizar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Coincidência de opiniões entre os dois países foi igualmente constatada nos grandes objetivos da II Conferência Interamericana Extraordinária.

Por ocasião dos terremotos que assolaram o Chile em 1965, o govêrno brasileiro auxiliou o govêrno chileno mediante o envio de dinheiro, medicamentos e alimentos.

EQUADOR

Visita do Chanceler Gonzalo Escudero

Em maio, o Chanceler Gonzalo Escudero visitou o Rio de Janeiro, oportunidade em que foram criadas as Subcomissões Técnicas de Comércio e de Cooperação Técnica, da Co-

missão Mista Brasil-Equador, cujos elencos já se acham constituídos. Ao mesmo tempo, foi assinado Acôrdo sôbre Passaportes Diplomáticos Especiais e Oficiais.

Ligação rodo-fluvial

A Subcomissão Técnica de Transportes levou avante em ritmo satisfatório, apesar da limitação de verbas, os estudos definitivos da Via Interoceânica que possibilitará a ligação rodo-fluvial entre o Equador e o pôrto de Belém do Pará. A conclusão dos estudos definitivos da estrada de Quito a Pôrto Putumayo está prevista para os primeiros meses de 1966. No que se refere aos trabalhos realizados pelo Brasil no Rio Putumayo — levantamento topo-hidrográfico do rio e anteprojeto para o Pôrto Putumayo — foram êles entregues ao Itamaraty e remetidos em seguida para Quito.

O Brasil doou ao Equador o radiofarol para o Aeroporto de Caá, devendo a instalação do mesmo completar-se ainda em janeiro de 1966.

Foram realizadas as gestões preliminares para a instalação de uma Agência do Banco do Brasil em Quito ou Guayaquil como medida incentivadora do comércio bilateral.

PERU

Comércio bilateral

Tendo em vista o saldo favorável ao Peru nas transações comerciais com o Brasil e as amplas possibilidades de incrementar nossas vendas àquele mercado, o Itamaraty concentrou sua atenção no favorecimento de nossas exportações. A par de uma ampla divulgação das oportunidades de venda de produtos brasileiros ao Peru, o Itamaraty cuidou com especial zêlo do problema da construção de uma rodovia entre os dois países, convencido de que não se pode cogitar de uma integração econômica efetiva sem a implantação de uma infra-estrutura de transportes e comunicações.

Ligação rodoviária

A ligação rodoviária com o Peru consiste no prolongamento da antiga BR-29 (Brasília-Acre), desde Pôrto Velho, ponto já atingido no Território de Rondônia, até Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, a 150 quilômetros da fronteira. Afastada a alternativa da ligação com Contamana, prevaleceu a solução do trajeto Cruzeiro do Sul-Pucallpa. O Govêrno peruano já está atacando o trecho Pucallpa-fronteira do Brasil (130 km). Do lado brasileiro o trecho Pôrto Velho-Rio Branco (500 km), foi incluído no plano prioritário do DNER. Para o trajeto Rio Branco-Cruzeiro do Sul, já existe levantamento aerofotogramétrico e está sendo providenciada a escolha da diretriz no terreno. O Govêrno brasileiro solicitou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento um financiamento de US$ 25.000.000 para a construção da etapa final.

Visita do Ministro da Saúde a Lima

Foi assinado, durante a visita do Senhor Ministro da Saúde a Lima, um Acôrdo Sanitário entre os dois países.

COLÔMBIA

Ligação rodoviária

A dinamização da política rodoviária amazônica tem importante significação também para as relações com a Colômbia, porque a construção da BR-307 de Cruzeiro do Sul a Benjamin Constant estabelecerá no futuro, mediante a conexão com a estrada Bogotá-Letícia, a interligação das capitais dos dois países.

Outros assuntos

O Itamaraty estuda com a Petrobrás a conveniência da importação de petróleo colombiano por considerações que re-

levam da segurança nacional e do estado atual das transações comerciais bilaterais. Especial ênfase foi dada à descoberta de petróleo na região de Pôrto Assis, nas imediações do rio Putumayo (Içá).

VENEZUELA

Permanecem interrompidas as relações diplomáticas entre os dois países como conseqüência da decisão do Govêrno venezuelano, em 17 de abril de 1964, baseado na chamada «Doutrina Betancourt».

Prosseguem normalmente, entretanto, as relações comerciais entre o Brasil e a Venezuela, sendo mantidas as atividades consulares.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Mil novecentos e sessenta e cinco foi, no Continente, o ano da crise dominicana e do início do processo de reforma da Organização, caracterizado pela crescente consciência da coletividade americana com relação à necessidade de renovação das estruturas e dos métodos consagrados pelo sistema interamericano, para assegurar-lhe a realização de seus objetivos nos campos jurídico-político, econômico-social e cultural. Os fatos apontados determinaram a convocação das duas mais importantes reuniões previstas no sistema, a Reunião de Consulta e a Conferência Interamericana.

Ainda nesse mesmo período, foi eleito o Representante do Brasil, Embaixador Ilmar Penna Marinho, para a Presidência do Conselho da OEA.

X REUNIÃO DE CONSULTA DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DOS ESTADOS AMERICANOS

Diante da grave crise eclodida em abril de 1965 na República Dominicana, que ameaçou mergulhar aquêle país no caos social e ocasionou o desembarque em São Domingos de contingentes militares norte-americanos, o Conselho da OEA decidiu convocar a X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, a fim de enfrentar, com rapidez e eficiência, uma situação capaz de trazer reais perigos ao povo dominicano e à paz das Américas.

O Brasil integrou desde o primeiro instante êsse esfôrço construtivo dos governos do Continente. Fêz-se representar na Reunião de Consulta pelo próprio Ministro das Relações

Exteriores, procurando garantir todo o pêso político às decisões da Assembléia. Criada por esta última uma Comissão de Bons Ofícios e Investigação, dela participou o Brasil. Instituída uma fôrça armada unilateral, posteriormente denominada Fôrça Interamericana de Paz, contingentes brasileiros nela foram incluídos, e a um general brasileiro veio a caber seu comando, para o qual o Presidente da República designou o General-de-Exército Hugo Panasco Alvim. Com a aprovação do Brasil, a Reunião de Consulta, terminados os trabalhos da Comissão de Bons Ofícios, revigorou a ação pacificadora da OEA em São Domingos através da criação de uma Comissão *ad hoc*, à qual, dentro do objetivo básico de restabelecimento da ordem na subvertida República, foi incumbida a expedição de orientação política à Fôrça Interamericana de Paz. A Comissão *ad hoc*, integrada pelo Brasil, logrou obter, em agôsto, de ambas as facções em luta, a assinatura da chamada «Ata de Reconciliação Dominicana», que permitiu a instalação do govêrno Provisório chefiado pelo Senhor Hector Garcia Godoy.

Assim, na evolução da crise dominicana e no encaminhamento de sua solução, pode-se ter por certo o não pequeno papel que o Brasil desempenhou, contribuindo decisivamente para a formação de um consenso continental capacitado da gravidade daquela crise e da urgente necessidade de superá-la.

II CONFERÊNCIA INTERAMERICANA EXTRAORDINÁRIA DO RIO DE JANEIRO

A convicção de que se tornava imperioso assegurar condições para atender satisfatòriamente aos requisitos de seus Estados membros levou o Govêrno brasileiro a solicitar, juntamente com o Uruguai e a Guatemala, a convocação de uma Conferência Interamericana Extraordinária, para tratar do fortalecimento do Sistema. Nesse sentido, a 4 de novembro de 1964, o Conselho da Organização dos Estados America-

nos convocou a II Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro. Após dois adiamentos, em decorrência da crise dominicana, a Conferência do Rio de Janeiro foi finalmente realizada, iniciando-se em 17 de novembro de 1965.

Na inteligência de que, para atender às completas necessidades do Continente, o Sistema Interamericano requeria uma reestruturação funcional, a implicar a reforma da Carta da OEA, o govêrno brasileiro decidiu-se pela preparação ativa da opinião dos estados-membros, com vistas a harmonizar, quanto possível, as diversas posições nacionais relativamente à apreciação do funcionamento do Sistema. Com êsse objetivo, entrou em contato com tôdas as chancelarias americanas com que mantivesse relações, não só para esclarecê-las no tocante às teses brasileiras, mas também para cotejar estas últimas com as que eventualmente apresentassem, na busca de uma opinião continental unificada. Três missões especiais foram enviadas pelo Brasil aos países americanos, respectivamente chefiadas pelo Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira e pelos Ministros José Augusto de Macedo Soares e Galba Samuel Santos.

Os objetivos do Brasil, no campo político-institucional, consistiam em conseguir que a Conferência do Rio de Janeiro fixasse os parâmetros gerais da reforma da estrutura do Sistema prevista na Carta, reforma essa que seria elaborada, em seus detalhes, por uma comissão especialmente constituída para tal fim, e efetivada por uma terceira conferência interamericana extraordinária.

No campo econômico e social, visava o Brasil à conquista de posição mais avançada no terreno da cooperação internacional, obtendo, eventualmente, atribuição de caráter obrigatório ao princípio da solidariedade e cooperação econômica entre os Estados americanos, de acôrdo com as normas já consagradas pelo Sistema, através da Ata de Bogotá, da Carta de Punta del Este, da Carta de Alta Gracia e por outros

atos internacionais, como a Ata Final da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento.

A Ata Final da Conferência do Rio de Janeiro reflete claramente a orientação mantida pelo Brasil nos trabalhos da Conferência. A Ata do Rio de Janeiro, como postulava a Delegação do Brasil, fixou as bases gerais da reforma da OEA e determinou o procedimento através do qual essa reforma será efetivada. A Ata Econômico-Social do Rio de Janeiro instituiu uma consolidação das normas e princípios pelos quais, no campo econômico, vêm lutando os países latino-americanos nos últimos seis anos, devendo ela ser integrada na Carta da OEA.

Os resultados da Conferência do Rio de Janeiro foram bastante satisfatórios para o Govêrno brasileiro, já que logrou ver aprovadas tôdas as suas teses fundamentais. Entretanto, o benefício dela decorrente é bem mais significativo para todos os Estados Americanos em seu conjunto, de vez que foi a própria solidariedade interamericana que resultou mais fortalecida na II Conferência Interamericana Extraordinária do Rio de Janeiro.

V REUNIÃO DO CONSELHO INTERAMERICANO DE JURISCONSULTOS

Realizada em São Salvador, El Salvador, de 25 de janeiro a 5 de fevereiro — 1965

Dentre os temas considerados, destacaram-se dois:

1. «Possibilidade de revisão do Código Bustamante» — seu estudo foi encomendado a um grupo de trabalho que emitiu recomendação, aprovada pela reunião, solicitando a convocação, para 1967, de uma Conferência Especializada sôbre Direito Internacional Privado, com o mandato específico de efetuar a revisão do aludido Código. Tais resolu-

ções contaram com o apoio do Brasil, a quem coube, aliás, a presidência da Comissão I, a que ficou afeto êste tema.

2. Análise do «Projeto de Convenção sôbre o uso industrial e agrícola dos rios e lagos internacionais» — elaborado pela Comissão Jurídica Interamericana. O mencionado projeto de convenção revelou-se, no entanto, inaceitável do ponto de vista de Direito Internacional, havendo a Reunião solicitado a sua reeleição, pela Comissão, com a recomendação expressa de que o nôvo documento, que deverá ser posteriormente submetido à apreciação de uma Conferência Especializada, inclua tão sòmente normas gerais, deixando a solução dos casos particulares aos acôrdos bilaterais ou regionais. Também aqui a posição do Brasil coincidiu com as decisões prevalecentes.

ALALC

À parte o prosseguimento normal da liberação comercial, que lhe é atribuída como tarefa principal pelo Tratado de Montevidéu, a ALALC ocupou-se, durante o ano findo, dos problemas da integração econômica, podendo-se, mesmo, chegar a intitular 1965 como tendo sido o «ano da integração econômica» para a ALALC.

No tocante ao desenvolvimento do comércio intrazonal, a realidade positiva da ALALC realça, apresentando resultados altamente significativos. Durante o período em exame, registrou-se um crescimento percentual de comércio na Zona de ordem de 24%, em relação a 1964 e de 125%, em relação a 1961, ano imediatamente anterior ao funcionamento das primeiras concessões negociadas e que é tomado, por isso, como marco inicial do Tratado de Montevidéu. Em números absolutos, o comércio atingiu cifra próxima aos 1.500 milhões de dólares, comparados com os 659 milhões em 1961. Cresceu e diversificou-se o comércio, dinamizou-se o setor empresarial e, no tocante à integração econômica, emanaram da Conferência dos Chanceleres, realizada em novembro de 1965, vinte e uma resoluções que emprestarão à Associação grande impulso institucional.

Resulta grato constatar que a participação das exportações brasileiras foi substancial, não só através dos produtos tradicionais do intercâmbio, como de contingente extremamente importante de produtos manufaturados. Mais do que às concessões dadas, o êxito brasileiro é imputável à correta política de fomento das exportações adotadas pelo Govêrno

brasileiro, a que se somou maior agressividade do setor privado nacional, premido pelos reajustamentos por que passa o mercado interno brasileiro.

Êsse crescimento e diversificação não se cingiram, contudo, ao Brasil, pois, mesmo os países mais afetados por resultados desfavoráveis de intercâmbio puderam exibir novos produtos em sua pauta de exportações, evidenciando o importante papel da ALALC como instrumento gerador de oportunidades de comércio nesta parte do Continente. Por outro lado, embora sem constituir um objetivo expresso do Tratado, no ano de 1965 registrou-se também a assinatura de um Acôrdo de linhas de crédito entre Bancos Centrais, que constituirá, seguramente, um importante passo no caminho da integração e complementação econômica.

A ALALC cresceu, também, politicamente, adquiriu prerrogativas de importante fôro de debate de questões econômicas comuns, com a realização da Conferência dos Chanceleres. Se a primeira Conferência teve, em sua própria realização, já, um fato de extrema importância, a institucionalização da Conferência de Ministros, já decidida, terá conseqüências futuras transcendentais para as relações interamericanas e, até mesmo, para o diálogo da América Latina com as grandes potências comerciais. A transformação, a curto prazo dos vínculos que unem os membros da ALALC, em efetiva interdependência de interêsses, é o fato político mais importante que envolve o Tratado de Montevidéu. Essa alma política, que o Govêrno brasileiro vinha desde há tempos procurando insuflar na ALALC, deu nova fisionomia ao Organismo.

A CONFERÊNCIA DOS CHANCELERES

Desde 1963, vinham ganhando corpo críticas no sentido de que a ALALC estipulava apenas um programa de liberação comercial, reconhecidamente lento e difícil, sem dispor

dos recursos institucionais necessários para empreender a integração econômica latino-americana.

Atendendo a essas ansiedades, a IV Conferência, realizada em Bogotá, em dezembro de 1964, aprovou a Resolução 112 (IV), convocando os Ministros das Relações Exteriores para uma Conferência, que teria a finalidade primordial de adotar as decisões políticas necessárias para impulsionar, no seio da ALALC, o processo de integração e complementação econômica das Partes Contratantes.

Os trabalhos preparatórios da Conferência foram realizados pelo Comitê Executivo Permanente que elaborou extensa agenda, da qual se destacavam dois capítulos e seus respectivos itens: 1º) Aspectos institucionais de uma política para a integração e 2º) Execução da Resolução 100 (IV), na qual se contém tôda uma linha de conduta técnica a seguir para a integração, englobando medidas para a harmonização da política econômica e comercial dos países-membros, em seus diversos aspectos, e estabelecendo um extenso programa de trabalho a ser seguido pela Associação.

O trabalho eficiente desenvolvido pelo C E P permitiu aos Chanceleres encontrar um clima de acentuada harmonia, em relação aos pontos da Agenda. É necessário destacar os seguintes itens, que concentraram as atenções da Conferência:

> I — *A Criação do Conselho de Ministros*. Trata-se da incorporação à estrutura Institucional da ALALC de um organismo similar aos que existem na CEE e na EFTA e que emprestará à Associação o apoio político de alto nível imprescindível para a execução de uma política de integração. Sua criação foi disposta pela Resolução nº 1 da Conferência dos Chanceleres e referendada pela V Conferência Ordinária, que recomendou pela resolução 117 (V) que o Comitê Executivo Permanente ela-

bore o documento pelo qual o Conselho será institucionalizado. Até então, o referido órgão deverá reunir-se pelo menos uma vez por ano, no seio da Conferência das Partes Contratantes que, para tais fins, será convocada em Sessões extraordinárias.

II — *Vinculação dos Parlamentos das Partes Contratantes ao processo de integração.* A importância dêste tópico decorre da imprescindível necessidade de contar-se com uma estreita participação dos Legislativos nacionais no movimento da integração. Pela Resolução nº 2, a Conferência dos Chanceleres recomenda a constituição nos Parlamentos das Partes Contratantes de Comissões de caráter permanente para o estudo e a consideração dos assuntos atinentes à ALALC. Cumpre registrar que o Brasil adiantara-se a essa Resolução desde há mais de dois anos, contando já com uma Comissão para os Assuntos da ALALC na Câmara dos Deputados.

III — *Vinculação dos setores empresarial e trabalhista ao quadro institucional da Associação.* Tratou-se, no tópico em exame, de estabelecer um comprometimento mais acentuado dêsses setores nas atividades da ALALC. Para tanto, a Conferência dos Chanceleres encarregou a V Conferência Ordinária da criação de duas Comissões, uma para assuntos trabalhistas e outra para assuntos de ordem empresarial, recomendando-se que, dentro do possível, as Comissões deveriam sessionar conjuntamente.

IV — *Estabelecimento de um sistema para a solução de controvérsias.* Como o Tratado de Montevidéu não contém normas que atendam à solução de controvérsias, a Resolução nº 4 da Conferência dos Chanceleres encarregou o CEP que, assessorado por um grupo de juristas das Partes Contratan-

tes, elabore até 31 de julho de 1966 um projeto de protocolo a êsse respeito, que deverá ser considerado pelos Chanceleres em sua próxima reunião. A Resolução em aprêço estabelece as instâncias sucessivas para a solução de controvérsias, as quais se iniciam em negociações diretas entre as Partes afetadas até chegar ao reconhecimento de tribunais *ad hoc*.

V — *Programa de liberação*. Reside aqui um dos pontos mais importantes propostos pela Resolução 100 (IV). A Conferência dos Chanceleres reconheceu a necessidade de estabelecer um sistema automático de desgravação, pela Resolução nº 8. Conquanto essa Resolução tenha encontrado o veto de uma das Partes Contratantes na V Conferência Ordinária, o reconhecimento da urgência de sua adoção pela ALALC significa, de per si, um inegável progresso para a dinamização do processo de liberação comercial.

VI — *Assuntos industriais*. No exame dêste ponto da Agenda, os Chanceleres recomendaram ao BID a constituição de um fundo regional de pré-inversões para financiamentos de programas e projetos de interêsse para a integração regional.

VII — *Assuntos financeiros e monetários*. Na Reunião do Conselho de Política Financeira e Monetária, realizada no México, em setembro de 1965, assinou-se um Acôrdo entre Bancos Centrais, estabelecendo um sistema de linhas de crédito, que prevê para seu funcionamento a celebração de Acôrdos bilaterais entre as Partes Contratantes. A Conferência dos Chanceleres aprovou o Acôrdo Geral, que tem extrema importância para o futuro da ALALC, e recomendou urgência no estabelecimento dos acôrdos bilaterais.

É lícito concluir por que a Conferência dos Chanceleres atingiu plenamente suas finalidades, o que ressalta, inicialmente, do próprio fato de haver-se logrado que, pela primeira vez, se reunissem na sede da ALALC os Ministros das Relações Exteriores das Partes Contratantes, numa demonstração definitiva de apoio político à Associação. Do ponto de vista institucional, a Conferência propiciou a criação de órgãos verdadeiramente imprescindíveis ao pleno funcionamento da ALALC, como instrumento para a integração latino-americana.

A V CONFERÊNCIA ORDINÁRIA DAS PARTES CONTRATANTES

Embora a mais curta das Conferências Ordinárias da ALALC, a V Conferência apresenta resultados, no que diz respeito à essência, mesma, de sua finalidade — as negociações — pelas quais ela pode ser tida como um êxito. Retomou-se um ritmo satisfatório de negociações que, desde a Conferência do México, vinha descrescendo de intensidade e incluíram-se nas Listas Nacionais cêrca de 900 novas concessões, das quais aproximadamente 90% de produtos que pela primeira vez se negociaram. Acresce a êsse fato auspicioso que as Partes Contratantes assentaram grande parte de suas negociações sôbre aquelas que haviam sido prèviamente realizadas entre o setor privado, que desde 1963 vem propiciando a ALALC por meio das Reuniões setoriais. As recomendações do setor privado se revestem de grande interêsse porque, por detrás de cada uma das concessões recomendadas, se encontra um empresário preocupado em que as mesmas entrem em funcionamento, para tornar possível a comercialização imediata dos itens negociados.

Tais resultados são mais animadores, quando se constata que a V Conferência se inaugurara, com três das Partes Contratantes utilizando as cláusulas de salvaguarda contidas no Capítulo VI do Tratado. Conquanto não se tenha cumprido a tarefa de regulamentar o mecanismo de apli-

cação das mesmas, cujo estudo foi atribuído ao Comitê Executivo Permanente para seu programa durante 1966, a Conferência tomou conhecimento das decisões naquele sentido do Chile, Uruguai e Colômbia, marcando-lhes os seguintes prazos máximos para aplicação das mesmas: Chile — 31 de dezembro de 1965, prazo já expirado, portanto; Uruguai — 15 de julho de 1966 e Colômbia 31 de março de 1966.

No tocante ao programa de harmonização de instrumentos de política comercial, a V Conferência tomou duas decisões que vinham há tempos sendo recomendadas pelas Reuniões das Comissões Assessôras: a adoção de um gravame *ad valorem* como instrumento impositivo básico e, para seu cálculo, a definição do valor aduaneiro do Conselho de Cooperação Aduaneira de Bruxelas. É relevante verificar que a Argentina, o Peru e a Colômbia deram já importante passo no sentido da harmonização das políticas comerciais, adotando a tarifa *ad valorem*. Por outro lado, registre-se que a Argentina, o Peru, Colômbia e México adotaram a classificação da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas (NAB).

Em conclusão, é positivo o balanço final da V Conferência Ordinária. Foi retomado o melhor ritmo de negociação de concessões, debateu-se amplamente sôbre a problemática da integração econômica e ganhou corpo, ainda mais, o sentido de responsabilidade das Partes Contratantes para com a ALALC.

REUNIÕES DAS COMISSÕES ASSESSÔRAS

Reuniram-se no decorrer de 1965, em Montevidéu, as diversas Comissões Assessôras do Comitê Executivo Permanente, criadas de conformidade com a Resolução 41 (II), com o objetivo de assessorar o Comitê em assuntos técnicos relacionados com a execução do Tratado. Realizaram-se assim reuniões das Comissões de Origem (CAO), de Desenvolvimento Industrial (CADI), de Assuntos Mo-

netários (CAM), de Assuntos Agropecuários (CAP), de Estatística (CAE), de Transporte (CAT) e de Política Comercial (CAPC). Dentre estas, convém salientar a 1.ª reunião da Comissão Assessôra de Política Comercial, celebrada em agôsto, que teve por incumbência a execução do programa de harmonização das políticas de comércio exterior das Partes Contratantes, de acôrdo com os objetivos enunciados na Resolução 100 (IV) da Conferência de Bogotá. A Comissão procedeu ao levantamento dos gravames e restrições vigentes nos países da Zona e estudou a possibilidade de elaborar uma tarifa externa comum. Do temário constaram os seguintes itens :

I — Gravames e restrições às importações;

II — Nomenclatura aduaneira comum;

III — Técnica aduaneira;

IV — Exame conjunto da política comercial de cada Parte Contratante.

Em 1964, os países-membros da ALALC iniciaram um estudo comparativo dos gravames aplicados à importação nos territórios das Partes Contratantes. Na Comissão Assessôra de Política Comercial o referido estudo foi analisado e revisto a fim de que em meados do corrente ano seja possível iniciar a etapa fundamental de discussão de harmonização tarifária, isto é, a adoção de bases comuns de comércio exterior. A CAPC estudou igualmente a possibilidade de a NABALALC servir de base para o projeto de uma futura Nomenclatura Aduaneira Comum da Associação, que seria utilizada, inclusive, para fins estatísticos, facilitando também as negociações anuais.

No item relativo a técnicas aduaneiras, tendo em vista o disposto na Resolução 100 (IV), a Comissão adotou decisões com vistas a lograr uma pronta harmonização das legislações aduaneiras nacionais.

REUNIÕES SETORIAIS

Em têrmos gerais, podem-se considerar os resultados das reuniões setoriais realizadas no decorrer de 1965 como de grande utilidade para o fortalecimento da Associação. O comparecimento de empresários foi superior ao dos anos anteriores. Do ponto de vista de resultados concretos, nas reuniões setoriais de 1965 os empresários deram cumprimento aos objetivos previstos na Resolução 55 (II), que programou êsse tipo de reunião tanto no que diz respeito ao exame de informações sôbre produção, exportação, importação, consumo, tratamento alfandegário e projetos de expansão, bem como sôbre as possibilidades de inclusão dos produtos do setor no programa de liberação ou em acôrdos de complementação.

Notou-se maior afluência de representantes da Argentina, Brasil e México do que dos outros países; também com referência ao número de concessões recomendadas pelos empresários a seus Governos, observou-se igualmente que foram os delegados dos três países supracitados que formularam o maior número de recomendações.

No curso das reuniões setoriais realizadas em 1965 os empresários presentes assinaram 18 projetos de acôrdos de complementação e sugeriram incluir no Programa de Liberação 1.177 produtos. Dêstes, o Brasil participou com 341, o México com 313 e a Argentina com 260, totalizando 914 pedidos de liberação.

Os setores mais dinâmicos foram o da indústria química básica, do qual partiram 546 recomendações de concessões, e o das indústrias eletrônicas e de comunicações elétricas, com 233.

Às 16 reuniões setoriais de Montevidéu compareceram 660 delegados, o que representa um crescimento substancial com relação ao ano anterior. As entidades classistas brasi-

leiras, que em 1964 mandaram apenas 48 representantes, no decorrer de 1965, fizeram-se presentes com 132 delegados.

As recomendações das reuniões setoriais foram estudadas, no Brasil, na Comissão Nacional para os Assuntos da ALALC, e, novamente, durante as pré-negociações tripartites (Argentina, Brasil e México), realizadas em Montevidéu às vésperas da V Conferência, tendo os delegados dos três Governos acordado na inclusão de vários produtos em suas respectivas Listas Nacionais.

Para 1966, já estão programadas as seguintes reuniões:

— indústria da borracha, 28 de março;

— ferramentas, máquinas-ferramentas e aços especiais, 25 de abril;

— indústria siderúrgica, 2 de maio;

— fabricantes de preparados de carnes, pesca, crustáceos e moluscos, 30 de maio;

— indústria eletrônica e de comunicações elétricas, 6 de junho;

— fabricantes de máquinas para escritório, 27 de junho;

— indústria de couro, 4 de julho;

— produtores e consumidores de cobre, 25 de julho;

— indústria automobilística, 15 de agôsto; e

— indústrias químicas, 12 de setembro.

As reuniões setoriais que, como vimos acima, representaram importante papel na integração regional em 1965, deverão atrair ainda maior número de empresários no ano em curso, por causa do interêsse prático de que já começa a revestir-se o assunto para o industrial da Associação.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO BRASILEIRO COM A ALALC

Os dados estatísticos relativos ao período janeiro-setembro de 1965 revelam, relativamente ao ano anterior, significativa expansão do intercâmbio brasileiro com a Zona, sobretudo no que tange às exportações. Com efeito, as condições internas favoráveis à exportação que já se haviam delineado em 1964 persistiram, em 1965, provocando, nos meios empresariais do país, a procura do mercado zonal, onde as concessões obtidas nos anos anteriores facilitavam sobremaneira a penetração dos manufaturados nacionais. Pode-se mesmo afirmar que os dois anos em questão se caracterizaram pelo aproveitamento intensivo, por parte dos nossos exportadores, das concessões negociadas no âmbito da ALALC e que até então vinham sendo utilizadas de maneira precária. Persistindo a tendência expansionista verificada em 1964, nota-se, em 1965, o aparecimento na pauta de exportação brasileira de inúmeros novos produtos manufaturados. O comparecimento maciço de representantes da indústria privada às reuniões setoriais de Montevidéu, bem como o interêsse manifestado, em diversas ocasiões, pelas entidades classistas, indicam o quanto representam hoje, para as classes produtoras do país, os mercados da Associação. No período janeiro-setembro de 1965 constata-se um saldo positivo para o Brasil de quase 12,5 milhões de dólares, conforme o quadro anexo. Percentualmente, os produtos industriais (produtos químicos, maquinaria e veículos, manufaturas classificadas segundo a matéria prima e manufaturas diversas) tiveram seus índices substancialmente aumentados a representarem no período em questão cêrca de 37 por cento do valor total de nossas exportações (52,8 milhões num total de 144,5 milhões). O fenômeno não ocorreu do lado das importações, nas quais, pelo contrário, verificou-se uma queda na participação percentual dos manufaturados. Finalmente, cumpre assinalar que cêrca

de sessenta por cento das exportações globais de produtos industriais brasileiros dirigiram-se à Zona de Livre Comércio.

COMÉRCIO BRASIL — ALALC

	Exportações (FOB)	Importação (CIF)	Saldo
1962	75.808	128.613	— 52.805
1963	76.045	164.289	— 88.244
1964	132.776	168.003	— 35.227
1965 (*)	144.453	131.986	+ 12.467

(*) janeiro-setembro.

EUROPA OCIDENTAL E ÁFRICA

EUROPA OCIDENTAL

ÁFRICA

ORIENTE PRÓXIMO

EUROPA OCIDENTAL

Durante o ano de 1965, as tradicionais relações do Brasil com os países da Europa Ocidental continuaram a beneficiar-se em escala crescente do clima de confiança e compreensão que se iniciara no segundo semestre do ano anterior. Preocupação prioritária da Divisão da Europa Ocidental consistiu assim em fazer render ao máximo essa disposição favorável do quadro das relações da área, quer através do exame das possibilidades individuais de diversificação e intensificação da exportação, quer pela análise dos efeitos eventuais das correntes assimétricas no plano multilateral sôbre nosso mercado de oferta de produtos tropicais e manufaturados, quer, finalmente, pelo acompanhamento dos programas e projetos de cooperação técnica, financeira ou cultural implementados por aquêles países. No plano político pròpriamente dito, a Divisão procurou dedicar-se à observação de atos ou manifestações, oficiais ou representativas de setores da opinião pública estrangeira, suscetíveis de interpretação como sinais reveladores do grau de informações sôbre a realidade brasileira. Além disso, foi dada particular importância à solução definitiva de problemas de ordem jurídica, política ou meramente mercantil ainda existentes no plano bilateral.

Por outro lado, as visitas de altas personalidades políticas e financeiras da Europa constituiram fator de influência decisiva para a ampliação da política de cooperação, possibilitando maior esclarecimento sôbre as possibilidades mútuas e a determinação dos objetivos específicos. Em tôdas essas ocasiões, a Divisão operou no sentido de sublinhar os interêsses brasileiros na área bilateral, bem como as reivindicações

peculiares ao complexo latino-americano no plano multilateral.

Finalmente, no que respeita aos problemas de repercussão mundial típicos de determinados países da área a Divisão cogitou de manter-se a par de seu desenvolvimento à luz das linhas mestras da política internacional do Brasil, apta a informar nossa atual posição face àqueles problemas.

PORTUGAL

O acontecimento de maior repercussão para as relações luso-brasileiras, em 1965, foi a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Doutor Alberto Franco Nogueira. Essa visita se inseriu em um contexto de intensificação do diálogo entre os dois países, contribuindo, por sua vez, para um maior estreitamento dos laços de amizade que os unem.

O intercâmbio comercial luso-brasileiro foi dos itens a que a Divisão dedicou especial estudo. Êsse intercâmbio, que continua a ser regulado pelo Acôrdo de Comércio e Pagamentos, existente desde 1947, vem dando mostras de crescente falta de dinamismo, motivando iniciativas das autoridades de ambas as partes no sentido de dar-lhes condições mais autênticas de expansão e flexibilidade. Com tal objetivo, a Divisão convocou os órgãos oficiais brasileiros competentes na matéria a emitir seu ponto de vista sôbre os fatôres responsáveis pela situação e os meios suscetíveis de modificá-la.

Dessas consultas resultou a formação de um grupo, composto por elementos da própria Divisão, da CACEX, da Carteira de Câmbio, do Banco Central, do Conselho de Política Aduaneira e do Ministério da Indústria e Comércio. Depois de sucessivas reuniões, em que se confrontaram os dados fornecidos pelos diversos órgãos, o Grupo de Traba-

lho alinhou, em relatório que foi submetido às entidades nêle representadas, as conclusões de suas análises, bem como algumas recomendações quanto às possibilidades de intensificar as relações comerciais entre Brasil e Portugal.

Essas conclusões indicavam com bastante nitidez que a debilidade do intercâmbio provinha de fatôres ligados à própria natureza das duas economias.

Relacionado ao problema do intercâmbio comercial, embora comportando aspetos que transcendem à esfera pròpriamente mercantil, situa-se o problema dos livros. Sôbre êsse ponto, a Divisão manteve contato com o Presidente do Centro do Livro Brasileiro em Lisboa, que estêve, em meados do ano, no Rio de Janeiro, tendo com êle discutido as medidas que poderiam ser adotadas para incrementar o intercâmbio de livros entre os dois países.

ESPANHA

De todos os aspetos das relações entre o Brasil e a Espanha, o que maior interêsse desperta no momento e o que maiores problemas suscita é o relativo ao comércio. Com efeito, o intercâmbio comercial hispano-brasileiro vem apresentando índices decrescentes, desde que, em 1962, o acôrdo bilateral foi extinto e, quase simultâneamente, entraram em vigor as preferências da ALALC. Em parte devido a essas preferências, as exportações espanholas foram mais afetadas do que as brasileiras, o que provocou uma série de reivindicações da parte da Espanha, formuladas através de sua Embaixada no Rio de Janeiro. A fim de que fôsse examinada a viabilidade de serem adotadas pelo Govêrno brasileiro as medidas solicitadas pelo Govêrno espanhol, a DEOC fêz realizar várias reuniões, de que participaram representantes do Banco Central, das Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio do Banco do Brasil e do Conselho de Política Aduaneira. Outrossim, a fim de demonstrar o inte-

rêsse do Govêrno brasileiro em apoiar as iniciativas tendentes a diversificar o intercâmbio, de modo que novos itens viessem suprir a queda das importações de produtos tradicionais espanhóis, a Divisão da Europa Ocidental empenhou-se em organizar a Seção brasileira do Grupo Misto Brasil-Espanha de Cooperação Industrial, com vista a assegurar o máximo proveito das reuniões que se iriam realizar em novembro de 1965, em Madrid. Foram chamadas a participar das reuniões preparatórias da Seção brasileira, as diversas entidades, públicas e privadas, que, de um modo ou de outro, poderiam interessar-se numa ampliação do comércio com a Espanha (Confederações Nacionais e Federações Estaduais da Indústria e do Comércio, Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, Comissão de Marinha Mercante, órgãos financeiros e técnicos das autoridades monetárias, IBC, Instituto Nacional do Pinho, etc.). Dêsse modo, foi possível elaborar uma agenda bastante realista e apoiada em relatórios relativamente profundos sôbre cada um dos setores do intercâmbio.

Dos entendimentos resultantes da Reunião do Grupo Misto em Madri, os mais importantes prenderam-se à possibilidade da concessão de um crédito de US$ 100 milhões pela Espanha, para compra de bens de consumo tradicionais, e de US$ 75 milhões para financiamento de projetos específicos. A primeira dessas parcelas, entretanto, perdeu certa parcela do interêsse que apresentava para a Espanha, uma vez que a principal razão que a levaria a conceder o empréstimo — a isenção dos depósitos e encargos financeiros deixou de existir, — em virtude das recentes medidas adotadas pelo Govêrno. Quanto aos US$ 75 milhões, as autoridades espanholas reiteraram sua disposição de realizar a operação, desde que lhes sejam apresentadas propostas concretas.

Foram ainda assinaladas, durante as reuniões do Grupo Misto, as possibilidades de incrementar as exportações bra-

sileiras para a Espanha, sobretudo de gêneros alimentícios, mas também de alguns produtos manufaturados, como por exemplo, o eucatex.

ITÁLIA

Pelas afinidades étnicas e culturais que apresenta com o Brasil, bem como por sua posição na Europa desenvolvida, a Itália, é um dos países-chave para uma política de estreitamento de laços com o continente europeu. Sob êsse aspeto, a visita do Presidente Giuseppe Saragat, em setembro de 1965, constituiu excelente oportunidade para aprofundar os rumos da política exterior brasileira na Europa Ocidental.

Quanto aos problemas bilaterais, foi dada especial ênfase às restrições que pesam sôbre a importação de produtos tropicais brasileiros no mercado italiano, assunto que havia sido objeto de longos contatos da Divisão com os produtores brasileiros e a Embaixada do Brasil em Roma. Foram igualmente ventilados, no texto informativo para as autoridades brasileiras, problemas relativos ao desequilíbrio no intercâmbio comercial, à imigração, ao intercâmbio cultural, à adesão da Itália ao Convênio Internacional do Café, às possibilidades de Cooperação Técnica, etc.

No tocante às relações econômicas, além dos aspetos ventilados acima, a Divisão estêve em contato permanente com a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil e a nossa Embaixada em Roma na questão relativa às negociações de refinanciamento da dívida brasileira .

SANTA SÉ

O ano de 1965 foi especialmente rico em iniciativas da Santa Sé que tiveram ampla ressonância internacional. Essas iniciativas se consubstanciaram, em geral, em atitudes

do Santo Padre, tôdas elas marcadas pelo empenho de favorecer o diálogo entre as nações em conflito. Atenta para a importância da atuação da Igreja para o desdobramento dos problemas internacionais, a Divisão procurou acompanhar as atividades da Santa Sé, tanto as de caráter especìficamente político, quanto as de natureza religiosa, que, como o Concílio Ecumênico, sempre comportam aspetos de relevância para a evolução das relações internacionais.

No que toca às relações entre o Brasil e o Vaticano, o principal acontecimento do ano de 1965 foi a vinda ao Brasil do Vice-Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, Monsenhor Samoré, o qual vem desempenhando relevante papel na atividade de auxílio às populações necessitadas dêste continente. Na ocasião, o prelado, que é Secretário da Sagrada Congregação para os Negócios Eclesiásticos Extraordinários e a segunda autoridade da Secretaria de Estado de Sua Santidade, teve a oportunidade de avistar-se com o Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

As relações germano-brasileiras continuaram a expandir-se, tendo o Brasil, em 1965, como fizera no ano anterior, voltado a insistir na ONU pelo reconhecimento do direito de autodeterminação dos alemães.

A cooperação técnica e financeira entre os dois países desenvolveu-se em ritmo crescente, estando em fase de implementação, já aprovados pelas autoridades alemãs alguns dos projetos relativos ao crédito de US$ 50 milhes, concedidos pelo Govêrno alemão, em dezembro de 1961. Apenas uma pequena parcela dêsse crédito ainda não se encontra compromissada, encontrando-se alguns projetos ainda em exame pelas autoridades dos dois países. A execução do Protocolo Financeiro Brasil-Alemanha de 1961 está sob a

responsabilidade de uma Comissão Especial funcionando sob a presidência do Ministro do Planejamento.

Entre as personalidades dêsse país que visitaram oficialmente o Brasil, em 1965, destaca-se o Dr. Herman Abs, diretor-presidente do Banco Alemão, que realizou importantes contatos com autoridades financeiras e políticas brasileiras, com o objetivo da intensificação de nossas relações econômicas.

FRANÇA

Com a França, deu-se procedimento às medidas para a liquidação definitiva do contencioso resultante das questões das extintas Companhias São Paulo-Rio Grande e Vitória--Minas, através da compra dos últimos títulos ainda em circulação.

BÉLGICA

Com a Bélgica, é de registrar a visita de Sua Majestade, o Rei Balduino, ocasião em que se discutiram as linhas gerais de uma política de intensificação da cooperação entre os dois países.

Por outro lado, procedeu-se à assinatura do Acôrdo Sanitário sôbre Carnes, que virá possibilitar uma exportação mais ampla dêsse produto para a Bélgica.

LUXEMBURGO

Da mesma forma, a visita de Sua Alteza, Grão-Duque Jean do Luxemburgo possibilitou uma apreciação mais apurada das perspectivas de cooperação entre os dois países. Na ocasião da visita, foi assinado o Acôrdo de Reciprocidade do Seguro Social, diploma que ensejará uma base mais sólida da contribuição técnica luxemburguesa no setor econômico.

GRÉCIA

Com a Grécia foi prorrogado, por mais um periodo de seis meses, o Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos. Foram também examinadas, com a colaboração das autoridades financeiras, as possibilidades de incrementar o intercâmbio comercial com vista à consecução de um equilibrio nas trocas. As recentes medidas do Govêrno brasileiro, extinguindo certas restrições que pesavam sôbre a importação contribuirão, seguramente, para o efeito desejado. Além disso, estão em exame alguns aspetos da diversificação da pauta de trocas entre os dois países.

SUÍÇA

Com a Suiça foi assinado o Acôrdo para Utilização de Energia Nuclear para Fins Pacíficos, que virá permitir o concurso da técnica suíça para o aproveitamento de nossos recursos naturais.

ÁFRICA

A Divisão da África continuou e ampliou, em 1965, os estudos efetuados nos anos anteriores no sentido de atualizar-se e dinamizar-se a política do Brasil na África subsaárica. Como um planejamento político e diplomático, realista e objetivo, com relação a qualquer área geográfica, especialmente no caso de áreas novas como a África ao sul do Saara, seria inviável sem um embasamento econômico, sobretudo quando se trata de um país em pleno desenvolvimento, como o Brasil, que necessita ampliar e diversificar sua pauta de exportações e racionalizar seu programa de importações, a Divisão dedicou, durante o ano, a maior parte de suas atividades, além dos assuntos de rotina, ao estudo macroeconômico do conjunto dos mercados da área que lhe é afeta, bem como à promoção e ao preparo da recente Missão comercial brasileira à África ocidental, a primeira do gênero a ser enviada ao continente africano.

Nesta ordem de idéias, foram estudadas as possibilidades econômicas e comerciais oferecidas para o Brasil por cada um dos 31 países que hoje compõem aquela área. Os estudos realizados abrangeram, em geral, o exame aprofundado do potencial econômico daqueles países, de suas pautas de importação e de exportação, de sua regulamentação cambial e de comércio exterior, inclusive no aspeto tarifário e, finalmente, das possibilidades de importação de produtos brasileiros e exportação de produtos africanos para o Brasil.

Verificou-se, dêste modo, que, dentre os 31 países da África subsaárica, aquêles realmente suscetíveis de manterem

um intercâmbio substancial com o Brasil, com fluxo de ida e de retôrno, representam um mercado de cêrca de 160 milhões de habitantes, com uma importação anual conjunta no valor de mais de 4 bilhões e meio de dólares, ou sejam, 65% da população e 68% das importações totais da África ao sul do Saara, o que constitui certamente para nosso país área de considerável potencial econômico e comercial.

Os levantamentos econômicos realizados sôbre os países africanos deverão servir de subsídio a um planejamento global, político e diplomático, com relação à África sub-saárica, inclusive a criação de novas Embaixadas e de serviços comerciais brasileiros naquela área, cuja importância política e econômica crescente na conjuntura mundial a torna merecedora de atenção prioritária por parte do Govêrno.

MISSÃO COMERCIAL BRASILEIRA À ÁFRICA OCIDENTAL

A idéia de envio de uma Missão Comercial brasileira aos principais países da África Negra desenvolveu-se, em meados de 1964, por repetidas sugestões feitas ao Itamaraty e à Divisão da África por firmas brasileiras interessadas naqueles mercados e pelos principais órgãos de classe do setor privado, particularmente a Confederação Nacional da Indústria — CNI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP.

Após a visita oficial ao Brasil do Presidente do Senegal, em setembro, a opinião pública brasileira teve sua atenção voltada para a África e para as relações do Brasil com os países africanos. Por outro lado, havia-se criado, desde vários meses, uma conjuntura econômica interna favorável ao desenvolvimento das exportações nacionais e à pesquisa intensiva de novos mercados para produtos brasileiros. As sugestões do setor privado para o envio de uma Missão comercial à África, a primeira do gênero a ser enviada àquele continente, foram vivamente apoiadas por nossas Embaixadas em Dacar, Lagos e Acra.

A Divisão da África iniciou, em outubro de 1964, os estudos econômicos sôbre os mercados africanos, especialmente sôbre aquêles dos países a serem visitados pela Missão. Os referidos estudos consistiram em levantamentos sôbre o potencial econômico, em geral, de cada país, na análise de suas pautas respectivas de importação e de exportação e de sua regulamentação de comércio exterior etc. Todos os estudos feitos foram amplamente divulgados, sendo enviados aos órgãos governamentais e entidades de classe do setor privado interessadas.

Para organizar-se a Missão, foi constituído um Grupo permanente de Trabalho, funcionando no Itamaraty, e integrado por representantes dêste Ministério, do Ministério da Indústria e Comércio, do Banco Central, das Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio do Banco do Brasil, da Comissão de Marinha Mercante, da Petrobrás, da Confederação Nacional da Indústria, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da Confederação Nacional do Comércio, da Confederação Rural Brasileira e da Associação Nacional de Exportadores de Produtos Industriais.

A Associação Comercial do Rio de Janeiro, convidada, não chegou a se fazer representar. Ulteriormente, a CRB se retirou do GT por não tratar aquela entidade de questões de comércio exterior.

O GT decidiu, posteriormente, não estender a viagem da Missão à África Oriental, pelo fato de não poderem os representantes do setor privado ausentarem-se do Brasil por período superior a um mês. Decidiu-se, então, que a Missão visitaria sòmente a África ocidental, limitando-se a 6 países: Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim, durante cêrca de 40 dias. A data de partida, adiada por duas vêzes, foi marcada para a primeira semana de maio.

Por outro lado, em virtude do interêsse despertado pela Missão junto aos exportadores brasileiros, foi decidida am-

pliação do número de representantes do setor privado na Missão, cujo número total de membros passou a ser, em princípio, de cêrca de 20.

Em diversas reuniões, do GT, participaram representantes de diversas firmas exportadoras interessadas. Recebeu a colaboração de órgãos governamentais, tais como a Comissão Executiva da Borracha, o Instituto do Mate, o Instituto do Açúcar e do Álcool, etc. ... Procurou-se, também, divulgar o assunto na imprensa brasileira (jornais, periódicos e revistas) que, deu, durante todo o tempo, abundante publicidade ao preparo e objetivos da Missão, isto, em todo o Brasil, sobretudo no Rio e em São Paulo.

O GT preocupou-se, igualmente, com a importação de produtos africanos pelo Brasil, condição *sine qua non* para desenvolvimento de intercâmbio comercial contínuo, nos dois sentidos, com os países africanos. Com êsse objetivo, organizou diversas reuniões com os principais importadores, no Rio e em São Paulo, de: fosfatos, alumínio bruto, borracha natural e goma-arábica. A Petrobrás examinou, por seu lado, as possibilidades de importação de petróleo nigeriano, decidindo realizar dois embarques experimentais, no valor de cêrca de 850 mil dólares, em abril e maio. A Companhia Siderúrgica Nacional estudou também as possibilidades de importação de carvão natural da Nigéria.

O GT deu ênfase especial à necessidade de criação de uma linha de navegação marítima regular entre o Brasil e a costa oeste-africana. Com essa finalidade, realizou-se no Itamaraty, em 17 de fevereiro último, uma reunião da Comissão de Comércio Exterior, que contou com a presença dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas, além dos Senhores Diretor-Executivo da SUMOC, Diretor do BNDE, Presidente do Conselho de Política Aduaneira, Presidente da Comissão de Marinha Mercante, Diretor do Lóide Brasileiro, Presidente da CNI, da Associação Comercial e

da ANEPI, e dos Representantes dos titulares da CACEX, da Carteira de Câmbio, da FIESP e de diversas autoridades do Govêrno e do Itamaraty. Durante a reunião, o Senhor Ministro de Estado fêz uma exposição sôbre o envio da Missão e sôbre a necessidade de criarem-se escalas regulares de navios do Lóide Brasileiro na África Ocidental, inicialmente, nos portos de Lagos e de Dacar, na linha do Mediterrâneo. O Senhor Ministro da Viação concordou em que, em princípio, as escalas do Lóide em Lagos e Dacar deveriam realizar-se independentemente de nível mínimo de frete para êsses portos (prèviamente fixado em 10.000 dólares), pelo menos nas primeiras 6 viagens; as escalas seriam mensais ou cada 40 dias, e se iniciariam em prazo razoável após o retôrno da Missão, provàvelmente no mês de agôsto. Seriam, dessa forma, devidamente capitalizados os resultados da Missão, providenciando-se o transporte das mercadorias vendidas ou propostas durante a vinda da mesma à África. O Lóide estabeleceu, inclusive, uma tarifa provisória de fretes para Lagos e Dacar, para servir de base ao cálculo do preço CIF dos produtos brasileiros exportáveis para a Costa Ocidental da África.

O GT estudou, também, conjuntamente com o Senhor Presidente do Conselho de Política Aduaneira, convidado às respectivas reuniões, os textos dos anteprojetos de acôrdos comerciais em moeda conversível, elaborados pela Divisão da África, que a Missão proporia aos Governos da Libéria, de Gana, da Nigéria, dos Camarões e da Costa do Marfim. Os textos são semelhantes aos do Acôrdo assinado com o Senegal em 23 de setembro de 1964.

Foi o seguinte o itinerário definitivo da Missão, elaborado pela Divisão da África, aprovado pelo Grupo de Trabalho: partida fixada a 3 de maio e retôrno a 20 de junho, visitando-se, por ordem , o Senegal (Dacar), a Libéria (Monróvia), Gana (Acra), a Nigéria (Lagos e Ibadã), os Camarões (Duala e Iaundê) e a Costa do Marfim (Abidjã).

Foi prevista permanência na Nigéria mais longa em virtude da importância daquele mercado.

A Divisão da África orientou e coordenou os trabalhos do GT. Por outro lado, incumbiu-se de organizar, através de nossas Missões diplomáticas no exterior, o programa de visita da Missão em cada país.

Cabe ressaltar que, enquanto o Itamaraty, através da Divisão da África, encarregou-se da organização técnica da Missão (estatísticas, documentos, elaboração do programa), as entidades de classe (CNI, FIESP, ANEPI, CNC etc.) ficaram incumbidas dos contatos diretos com as firmas exportadoras interessadas e da coleta das respectivas ofertas comerciais a serem divulgadas na África. Apenas as ofertas da Companhia Siderúrgica Nacional, do Instituto do Mate, do Açúcar e do Álcool e da Fábrica Nacional de Motores foram veiculadas através do Itamaraty e do Ministério da Indústria e Comércio. A SUMOC, a CACEX e a Carteira de Câmbio colaboraram com o Itamaraty para fornecimento de dados atualizados sôbre o Comércio Exterior do Brasil e sôbre as firmas exportadoras e importadoras. Os contatos com as possíveis firmas brasileiras importadoras de produtos africanos (fosfatos, alumínio, borracha natural e goma-arábica) foram feitos diretamente, pelo Itamaraty e pela CACEX. As entidades de classe puderam, desta forma, reunir propostas de cêrca de 100 firmas nacionais, representando quase 200 produtos de exportação, que foram levados pelos seus representantes na Missão.

A fim de permitir perfeita coordenação dos contatos e programas locais da Missão nos países visitados, sobretudo aquêles onde não temos Missões diplomáticas, sugeriu o Grupo de Trabalho ao Itamaraty o envio aos países visitados, alguns dias antes da Missão, de um diplomata de carreira. Foi designado para tal fim o Secretário Rangel de Castro, Assistente do Chefe da Divisão da África, que partiu em 12 de abril, 3 semanas antes da Missão, e percorreu tôdas as

capitais a serem visitadas, encontrando-se ulteriormente com a Missão em Dacar.

Chefiada pelo Senhor Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do Itamaraty, Ministro Mário Borges da Fonseca, a Missão compôs-se de 22 pessoas, representando tanto órgãos governamentais (Itamaraty, Ministério da Indústria e Comércio, Banco Central, Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio do Banco do Brasil, Comissão de Marinha Mercante e Petrobrás), como entidades de classes do setor privado (Confederação Nacional da Indústria e Federações das Indústrias da Guanabara, São Paulo, Rio Grande do Sul, Confederação Nacional do Comércio, Associação Nacional de Exportadores de Produtos Industriais etc.). No plano governamental, a Missão estudou com as autoridades locais problemas ligados ao incremento do intercâmbio comercial com o Brasil; foram também assinados acôrdos comerciais com a Libéria e com os Camarões e propostos acôrdos semelhantes à Costa do Marfim e à Nigéria. No plano da iniciativa privada, foram efetuadas pela Missão vendas no valor de quase meio milhão de dólares e iniciados negócios, a serem concluídos posteriormente, no valor de 2 milhões de dólares. Os produtos manufaturados brasileiros que mais interessaram os importadores locais foram: tecidos de algodão e de raiom, sapatos, produtos alimentícios enlatados, produtos farmacêuticos, aparelhos elétricos etc. Por outro lado, a Missão examinou as possibilidades de exportação de certos produtos africanos para o Brasil: fosfatos, goma-arábica, borracha natural, petróleo, carvão e alumínio bruto. É essa a primeira de várias Missões comerciais que o Govêrno brasileiro deverá enviar, em futuro próximo, a outras partes da África subsaárica.

ACÔRDOS COMERCIAIS

Foram assinados pela Missão comercial, em sua visita a Monróvia (Libéria) e a Iaundê (Camarões), respectiva-

mente em 14 de maio e 5 de junho de 1965, acôrdos comerciais com a Libéria e os Camarões. Por outro lado, a Missão propôs aos Governos da Nigéria e da Costa do Marfim acôrdos semelhantes, cujos textos definitivos estão em estudo.

Os têrmos dos acôrdos acima são semelhantes aos do acôrdo com o Senegal, assinado em setembro de 1964. Todos êsses acôrdos prevêem o tratamento da nação mais favorecida entre as partes, em matéria aduaneira e de licenciamento das importações e das exportações, além de outras facilidades para realização de feiras, de exposições comerciais, bem como para o exercício de atividades comerciais em seus territórios respectivos pelas firmas de um e de outro país. As transações pertinentes aos acôrdos, sem montante fixado, serão realizadas em moeda conversível; por outro lado, as listas de mercadorias, anexas a alguns dos acôrdos, têm caráter meramente indicativo, a fim de deixar aos importadores e exportadores de cada país a maior margem possível de liberdade no comércio mútuo.

Os acôrdos com a Libéria e os Camarões estão sendo examinados pelo Congresso Nacional para aprovação.

MISSÕES ESPECIAIS

Houve poucas oportunidades, em 1965, para o envio de Missões especiais à África subsaárica, devido, sobretudo, ao fato de que sòmente Gâmbia se tornou independente, excluída a Rodésia, durante o ano. Devido à escassez de acomodações na Capital gambiana, Bathurst, muitos países, entre os quais o Brasil, não puderam fazer-se representar às festas comemorativas da independência (fevereiro).

Quanto à Rodésia, o Brasil decidiu não reconhecer a declaração unilateral da independência.

O Govêrno brasileiro fêz-se representar com um observador, como nos anos anteriores, à VII Sessão da Comissão

Econômica para a África, realizada em Nairobi, de 9 a 23 de fevereiro. O referido observador foi o Conselheiro Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer.

VISITAS

Visitou o Brasil, em caráter privado, em novembro, o Presidente Maurice Yaméogo, do Alto Volta, acompanhado de sua espôsa e de uma comitiva restrita. O presidente e seus acompanhantes que se demoraram no Brasil cêrca de dez dias, visitaram o Rio, Brasília e São Paulo, como convidados especiais do Govêrno. Acompanhou os visitantes, como representante do Govêrno , o Senhor Chefe substituto da Divisão da África, Secretário L. J. Rangel de Castro.

ORIENTE PRÓXIMO

A Divisão do Oriente Próximo responde, excetuados os de natureza técnica, pelos assuntos bilaterais com os países árabes nos quais está o Brasil representado — Marrocos, Argélia, Tunísia, República Árabe Unida, Líbano, Jordânia (esta última coberta pela Embaixada em Beirute) e Síria — além de Israel e Irã: também Chipre está sujeita, de forma circunstancial, à competência da DOP.

Além do encaminhamento e soluções dos assuntos bilaterais de rotina , a DOP conduziu, em 1965, um amplo trabalho informativo, em duas partes. De um lado, continuou a preparar o Boletim Mensal, iniciativa de anos anteriores, com o propósito de manter periódico cruzamento de infor-formações de eventual interêsse das representações diplomáticas brasileiras na área da DOP, boletim êste que é também remetido às Missões no restante do continente africano e nas principais capitais mundiais. De outro lado, iniciou, a partir de fevereiro, a elaboração de um «Boletim Interno», destinado a tornar acessível aos dirigentes do Itamaraty o essencial das informações que, sob a forma de ofícios, relatórios mensais, recortes e publicações diversas, se perdem usualmente no nível de Divisão. Dezenove números dêsse «Boletim» foram distribuídos no ano findo.

De sua parte, buscou a DOP preparar-se para, quando solicitada, fornecer subsídios às Divisões mais diretamente interessadas na elaboração da posição brasileira, relativamente aos problemas de sua área, sujeitos a instâncias internacionais. É o caso particularmente da «questão da Palestina» e da «questão de Chipre».

No concernente ao «contencioso palestino», chegou à formulação de uma série de princípios básicos, capazes de orientar o comportamento de total eqüidistância da diplomacia brasileira na matéria.

No tocante ao estreitamento das relações brasileiras com os países da área, a DOP colaborou para a feliz efetivação da visita oficial ao Brasil, em maio de 1965, de Suas Majestades Imperiais o Xainxá e a Xabanu do Irã, e para a ida à Argélia, ainda naquele mês, de importante delegação da PETROBRÁS, chefiada por seu Presidente, Marechal Adhemar de Queirós.

A DOP ocupou-se, ainda, da complementação da representação diplomática do Brasil na região médio-oriental, tendo elaborado plano, aprovado no nível administrativo interno, para o estabelecimento de uma série de Embaixadas cumulativas, e tendo dado os primeiros passos para a formalização das relações diplomáticas com a Líbia (cumulativa com a Embaixada em Túnis) e com o Sudão (cumulativa com a Embaixada no Cairo).

Na esfera das relações comerciais, a par do encaminhamento dos assuntos de rotina, a Divisão iniciou estudos para a conclusão de acôrdos comerciais com o Irã, em decorrência de preliminar firmada durante a citada visita do Xainxá ao país, e com a Síria, por sugestão do Govêrno de Damasco.

No setor cultural, como no de assistência técnica, a ação da DOP restringiu-se ao fornecimento de subsídios e sugestões aos Departamentos especializados da Secretaria de Estado.

EUROPA ORIENTAL E ÁSIA

EUROPA ORIENTAL

ÁSIA E OCEÂNIA

GRUPO DE COORDENAÇÃO DO COMÉRCIO COM OS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA ORIENTAL

No início do ano de 1965, dois objetivos básicos foram fixados para as atividades dos setores encarregados das relações com os países da Europa Oriental: *a*) a realização da 1.ª Reunião dos Chefes de Missões do Leste Europeu e *b*) a retomada dos contatos entre delegações comerciais e das reuniões de Comissões Mistas, interrompidas desde o advento da Revolução de 31 de março.

O primeiro semestre no exercício foi dedicado, principalmente, aos preparativos e à realização da Reunião dos Chefes de Missões, razão pela qual a execução da segunda parte do mencionado programa só pode ser levada a efeito no decorrer do segundo semestre.

O reinício dos contatos comerciais visava, principalmente, às seguintes finalidades: 1) aumento do volume do intercâmbio comercial; 2) diminuição dos saldos credores das contas do convênio; 3) utilização das linhas de crédito oferecidas ao Brasil; 4) diversificação da pauta brasileira de exportação, mediante a inclusão de produtos manufaturados; e 5) solução de algumas questões comerciais pendentes.

Partindo do princípio de que, no comércio com o Leste Europeu, deve caber ao Govêrno a maior parte do esfôrço visando ao aumento das importações brasileiras dessa área, foi realizado pelo COLESTE, em colaboração com o Setor de Estudos Diversos do Ministério Extraordinário para o

Planejamento e a Coordenação Econômica, um levantamento preliminar das necessidades de importação de numerosos órgãos federais, a fim de verificar que parcela dessas necessidades poderia ser vantajosamente suprida pela área socialista.

Feira de Budapeste

Como decorrência do esfôrço visando ao incremento do intercâmbio com a área socialista e à diversificação da pauta brasileira de exportações, o Brasil participou pela primeira vez, oficialmente, da Feira Internacional de Budapeste, realizada no período de 21 a 31 de maio de 1965.

O «stand» brasileiro apresentou uma significativa mostra de nossos produtos, não só os tradicionais, mas também numerosas manufaturas, e atraiu grande número de visitantes.

Missão econômica iugoslava

No mês de junho, visitou o Brasil uma missão econômica iugoslava, sob a chefia do Senhor Atanas Atanasievski, Secretário Adjunto do Secretário Federal de Comércio Exterior da Iugoslávia.

A missão em aprêço manteve entendimentos, no Itamaraty, com reprseeentantes de diversos órgãos federais brasileiros, sôbre problemas de comércio, tendo desenvolvido valioso trabalho preparatório para a 2.ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia.

Reunião dos Chefes de Missão do Leste Europeu, em Viena

De 29 de junho a 8 de julho foi efetuada, em Viena, a 1ª Reunião dos Chefes de Missões do Leste Europeu, cuja realização havia sido tentada, infrutìferamente, nos dois anos anteriores.

Da reunião em aprêço, que teve lugar na Chancelaria da Embaixada do Brasil em Viena, sob a Presidência do Ministro Luiz de Almeida Nogueira Pôrto, Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, participaram todos os chefes de missões diplomáticas brasileiras na Europa Oriental (Embaixadores, Ministros Plenipotenciários e Encarregados de negócios a.i.), o Embaixador do Brasil na Áustria, além de autoridades da Secretaria de Estado e do COLESTE.

Os trabalhos da reunião abrangeram, notadamente, os seguintes temas: *a*) exame de todos os aspetos das relações do Brasil com os países da área (diplomáticas, econômicas, culturais, etc.); *b*) fixação das diretrizes que deverão orientar essas relações; *c*) relatórios dos chefes de missões sôbre diferentes aspetos da vida dos países da área (política interna e externa, desenvolvimento econômico e cultural etc.); *d*) exame de problemas específicos de cada missão em particular; *e*) exposição, pelas autoridades da Secretaria de Estado, dos programas e dificuldades de cada setor de atividades.

Várias das recomendações e sugestões formuladas na Reunião de Viena já foram ou estão sendo postas em prática pelo Ministério das Relações Exteriores.

Pelo seu caráter pioneiro, a Reunião dos Chefes de Missões do Leste Europeu revestiu-se de extraordinária importância e acumulou apreciável experiência, que poderá ser de grande utilidade para eventos semelhantes, futuros, mesmo em outras áreas geográficas.

Visita do Ministro Roberto Campos à União Soviética

De 4 a 16 de setembro, visitou a União Soviética uma delegação brasileira chefiada pelo Ministro Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica, Embaixador Roberto de Oliveira Campos.

O Itamaraty e o COLESTE tiveram participação ativa nos preparativos da Missão, bem como nas negociações levadas a efeito em Moscou, durante o período da visita.

Foram realizadas conversações com autoridades soviéticas, sôbre as possibilidades de ampliação das relações econômicas entre o Brasil e a União Soviética. No curso dos entendimentos, as partes manifestaram sua disposição de promover um maior desenvolvimento do comércio recíproco e da cooperação econômica e técnica.

Foram discutidas, outrossim, questões relacionadas com a ampliação do intercâmbio comercial, tendo a parte soviética manifestado sua disposição de fornecer diversos equipamentos ao Brasil. Foram, igualmente, abordadas questões relacionadas com a cooperação econômica, especialmente no que se refere à construção, no Brasil, de uma grande hidrelétrica e de uma usina para processamento de xisto betuminoso. A delegação brasileira visitou, além de Moscou, as cidades de Volgogrado, Lenigrado, Talin e Bratsk, onde tomou conhecimento dos avanços técnicos da indústria soviética.

Comissão Mista Brasil-Tcheco-Eslováquia

De 27 de setembro a 6 de outubro, realizou-se, no Rio de Janeiro, a 2.ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Tcheco-Eslováquia, prevista no artigo 14 do Acôrdo de Comércio e Pagamentos de 24 de junho de 1960, a fim de examinar a situação do intercâmbio comercial entre os dois países, analisar os resultados da Ata Final da 1.ª Reunião, efetuada em Praga em 1964, bem como sugerir medidas visando ao incremento das trocas comerciais mútuas.

A Seção brasileira foi presidida pelo Ministro da Indústria e do Comércio, Senhor Daniel Agostinho Faraco, sendo a Seção tcheco-eslovaca presidida pelo Engenheiro Ludvik Úbl, Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior.

Ao encerramento dos trabalhos, foi firmada uma Ata Final contendo várias recomendações e sugestões às autoridades competentes dos dois países, visando ao desenvolvimento das relações econômicas e comerciais entre ambos.

Comissão Mista Brasil-Polônia

De 15 a 26 de outubro, realizou-se, no Rio de Janeiro, com o objetivo de passar em revista o estado das relações comerciais entre os dois países e as perspectivas de seu ulterior desenvolvimento, a Primeira Reunião da Seção Permanente da Comissão Mista Brasil-Polônia, prevista no Memorando firmado em 3 de abril de 1963.

A Seção brasileira foi chefiada pelo Secretário Celso Diniz, Chefe da Divisão da Europa Oriental e Secretário Executivo do COLESTE. A Seção polonesa foi chefiada pelo Senhor Marian Minkievicz, Vice-Diretor do Departamento de Tratados do Ministério do Comércio Exterior.

Além das conversações havidas no Itamaraty, os membros da delegação polonesa mantiveram contatos com vários órgãos federais.

Comissão Mista Brasil-Iugoslávia

No período de 16 a 22 de novembro, realizou-se em Belgrado a 2.ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Iugoslávia, criada pelo artigo XXI do Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica, de 1º de abril de 1958, com o objetivo de examinar a situação do intercâmbio comercial entre os dois países e recomendar medidas para o seu desenvolvimento futuro.

A Presidência da Delegação brasileira foi confiada ao Ministro Luiz de Almeida Nogueira Pôrto, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia. Do lado iugoslavo, a chefia da delegação coube ao Senhor Ata-

nas Atasievski, Secretário Adjunto do Secretário Federal de Comércio Exterior.

Uma Ata Final consignou os resultados e as recomendações da Comissão Mista.

Comissão Mista Brasil-União Soviética

De 25 de novembro a 10 de dezembro, realizou-se, em Moscou, a 1.ª Reunião da Comissão Mista Brasil-União Soviética, prevista no artigo 20 do Acôrdo de Comércio e Pagamentos, de 20 de abril de 1963, a fim de proceder a uma análise geral do intercâmbio comercial entre os dois países e examinar possíveis medidas para expandí-lo e diversificá-lo.

Além da Ata Final, foram firmadas novas «Listas de Mercadorias» a vigorarem a partir de 1966, tendo sido apresentado pela Parte Soviética, outrossim, um anteprojeto de Protocolo sôbre fornecimentos de máquinas e equipamentos ao Brasil, com financiamento.

Visita do Ministro Nogueira Pôrto à Polônia e à Tcheco-Eslováquia

De regresso da reunião da Comissão Mista Brasil-União Soviética, o Ministro Luiz de Almeida Nogueira Pôrto, acompanhado de vários membros da Delegação brasileira visitou, em dezembro, a Polônia e a Tcheco-Eslováquia, a convite dos respectivos Governos, a fim de prosseguir os entendimentos de natureza econômica e comercial realizados no Rio de Janeiro.

ÁSIA E OCEÂNIA

A área de trabalho da Divisão da Ásia e Oceânia do Ministério das Relações Exteriores compreende os países da Ásia situados a leste do Irã até o Extremo-Oriente, incluindo também a Austrália, a Nova Zelândia, bem como os territórios dêles dependentes — Nova Guiné e Papua, ilhas Cook, Fiji e dezenas de arquipélagos que constituem a Polinésia.

Compreende um total de 25 países soberanos, com quinze dos quais o Brasil mantém relações diplomáticas (algumas em caráter cumulativo), não reconhecendo o regime de 3 dêles: República Democrática do Viet-Nam, República Popular da China e República Democrática da Coréia.

Apesar de uma parte de sua área ser constituída de países com os quais o Brasil não mantém relações diplomáticas ou que estão fora da esfera dos interêsses imediatos da política externa brasileira, a Divisão da Ásia e Oceânia procurou entretanto durante o ano findo empreender trabalhos de observação, informações e estudos sôbre assuntos que constituem focos da tensão da política internacional, como sejam, entre outros: a Guerra do Viet-Nam; Conflito ideológico Sino-Soviético, Admissão da República Popular da China à ONU; Bomba Atômica Chinesa, etc.

Maior ênfase foi dada, pela Divisão da Ásia e Oceânia em 1965, às atividades econômicas e comerciais do Brasil na área.

JAPÃO

Usiminas

Quanto ao Japão, a Divisão da Ásia e Oceânia acompanhou e assessorou os trabalhos feitos pela Delegação Bra-

sileira que, em Tóquio, negociou em princípios do ano findo com o Govêrno japonês, o reescalonamento das dívidas, para com aquêle país, da emprêsa brasileira USIMINAS. Com essas negociações, obteve-se do Eximbank do Japão um empréstimo que permitiu à USIMINAS, além do refinanciamento de suas dívidas, a consecução da expansão de seu programa de produção de 500 mil para 1 milhão de toneladas de aço anuais.

Igualmente, um Acôrdo Interbancário, concluído em 19 de fevereiro de 1965 e firmado em nome do Banco do Brasil, permitiu o refinanciamento das dívidas comerciais brasileiras no Japão, além das da USIMINAS.

Visitantes Japonêses

Também em 1965, recebeu o Brasil a visita de uma Missão Comercial Japonêsa, a qual, considerada a mais importante enviada pelo Japão à América Latina no após-guerra, aqui permaneceu cêrca de 10 dias, estudando as maneiras de promoção do investimento do capital particular japonês, os efeitos da assistência e cooperação técnica entre os dois países, e concluindo novos contratos para a aquisição de minério de ferro brasileiro.

Além da vinda da referida Missão, a DAO acompanhou a visita do Presidente da USIMINAS japonêsa, bem como as atividades de outros visitantes nipônicos ao Brasil, entre outros — Delegação de Jornalistas Japonêses, visita do Presidente da Ishikawajima, do Eximbank e, principalmente, cooperou na organização e trabalhos de uma Missão Econômica Brasileira que, chefiada pelo General Edmundo de Macedo Soares e Silva e designada pelo Senhor Persidente da República, estêve no Japão em novembro de 1965.

Semana Brasileira em Tóquio

Foi ainda nesse mesmo ano que se esboçou a programação de uma «Semana Brasileira em Tóquio», certame que,

concentrando aspetos das atividades culturais e industriais brasileiras, destinava-se a constituir um meio de maior penetração do Brasil no Japão. Dadas as dificuldades havidas no que se refere à coleta e envio do material a ser exibido, a realização da «Semana» foi transferida para meados de 1966.

Colocação de Produtos Brasileiros no Japão

Milho e Arroz

Ainda com relação a êsse país, e em colaboração com órgãos federais, fizeram-se tentativas de colocação dos produtos brasileiros no Japão, entre êles: milho e arroz, obtendo-se, para êsse último, a promessa da «Food Agency» de Tóquio da garantia de uma quota regular de importação para o arroz brasileiro, tendo sido, inclusive, proposta a compra imediata de 1.000 toneladas a título experimental. A êsse respeito o Instituto Riograndense de Arroz está em condições de suportar uma possível demanda japonêsa de 100 a 150 mil toneladas métricas anuais, ou sejam 1 e meio a 2 milhões de sacos do produto beneficiado, cujos preços, apesar do frete, se apresentam competitivos e cujas amostras, exibidas em Tóquio, foram consideradas de bom aspeto.

Exportação de minério de ferro para o Japão

Em contrato celebrado, no Japão, pela Companhia Vale do Rio Doce, o Brasil fornecerá a êsse país, a partir de 1966, cêrca de 1 milhão de toneladas, quantidade que deverá atingir 4.500.000 toneladas em 1980, num montante global de 50 milhões de toneladas de minério de ferro.

Um eventual aumento de nossas exportações de minério estará na dependência da conclusão das obras do pôrto de Tubarão (Estado do Espírito Santo) cuja inauguração está prevista para março de 1966.

AUSTRÁLIA

Com referência à Austrália, são promissoras as perspectivas de aumento de intercâmbio comercial com o Brasil, desde que resolvidos os problemas da regularidade de transportes entre os dois países. Nesse sentido, estêve no Brasil em julho de 1965, uma Missão Parlamentar Australiana, em visita oficial de uma semana ao Brasil. Após as conversações havidas entre o Chefe da Missão Australiana e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, publicou-se, em 6 de julho, um Comunicado Conjunto Brasil-Austrália, no qual foi estudada a possibilidade de manter e incrementar a ligação marítima entre os dois países, além de promover entendimentos no sentido de expansão do comércio e desenvolvimento da cooperação técnica entre o Brasil e a Austrália.

DEMAIS PAÍSES

Acôrdos Comerciais

Foram prosseguidos os estudos para a celebração de Acôrdos Comerciais entre o Brasil e a Índia, Viet-Nam e Tailândia. O primeiro encontra-se em fase de conclusão e os dois últimos em estágio adiantado de negociação.

Outrossim, a Embaixada do Paquistão, durante 1965, transmitiu o desejo de seu Govêrno de firmar com o Brasil um Acôrdo de Comércio, estando prevista, para 1966, a vinda de uma Delegação Comercial Paquistanense ao Brasil para examinar as relações comerciais entre os dois países bem como entrar em contato com as autoridades brasileiras para a consecução daquele objetivo.

COLOCAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS NA ÁSIA

Constituindo a Ásia (com exceção do Japão) um mercado pouco explorado para os produtos brasileiros, fêz-se durante o ano findo, com a colaboração do STPA, o levanta-

mento dos produtos brasileiros cuja média de exportação para os países da Ásia, durante um período de 7 anos (1958-1964) foi igual ou superior a 50 mil dólares anuais. De posse dêsses dados elaborou-se um esquema de estudo para verificar os impecilhos porventura existentes no aumento do intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da Ásia bem como para conseguir um meio de transformar alguns dêsses países em um mercado regular para os nossos produtos. Tais estudos entre outros, estão servindo como documentação na viagem que atualmente o Ministro L. de A. Nogueira Pôrto e o Conselheiro Itajuba de Almeida Rodrigues fazem à Ásia.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

NAÇÕES UNIDAS

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

NAÇÕES UNIDAS

De ano para ano as Nações Unidas assumem um papel cada vez mais relevante no panorama internacional, como fator de manutenção da paz e da segurança internacional. A Organização, que agora já conta duas décadas de existência, cresce assim em prestígio, bem com no número de seus membros: 50 membros em 1945; 117 membros em 1965.

No decorrer da XX Assembléia, realizada no ano último, compareceram às Nações Unidas, Sua Santidade o Papa Paulo VI, numerosos Chefes de Estado e mais de oitenta Ministros das Relações Exteriores.

No Brasil, em 1965, foram celebradas as datas de 25 de junho e 24 de outubro, que comemoram, respectivamente, o vigésimo aniversário da assinatura da Carta, e o dia das Nações Unidas.

A solenidade comemorativa da assinatura da Carta foi realizada no Salão Nobre do Itamaraty, estando presentes, além do Ministro de Estado, interino, A. B. L. Castello Branco, três componentes da Delegação brasileira que assinou a Carta da ONU, em São Francisco: o General Estévão Leitão Carneiro, o Embaixador Camillo de Oliveira e a Dra. Berta Lutz.

O Presidente Castello Branco, nessa mesma ocasião, enviou mensagem ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Thant, afirmando que o Brasil confia no futuro da Organização e que continuará apoiando seus esforços em favor da paz mundial.

Posteriormente, no dia 24 de outubro, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Vasco T. Leitão da Cunha, pronunciou discurso salientando que «festejamos o vigésimo aniversário das Nações Unidas sob auspiciosas circunstâncias: depois de contornada grave crise político-financeira, reunem-se agora em Nova York cento e dezessete nações, convencidas de que sejam quais forem nossas limitações, por grande que sejam nossas decepções, as Nações Unidas permanecem a maior segurança da paz e de harmoniosa cooperação internacional».

No mesmo dia o Presidente Castello Branco fêz divulgar a seguinte mensagem do Govêrno brasileiro:

«A Organização das Nações Unidas completa vinte anos de incessantes trabalhos, movida pelo ideal da paz. O Brasil, país de tradições pacíficas e um dos fundadores da Organização, tem contribuído, invariável e decididamente, para a edificação das Nações Unidas, esperança dos homens que anseiam pela concórdia universal. Rejubilamo-nos por tôdas as conquistas da Organização e, entre elas, a maior de tôdas, a consagração do grande princípio de que as relações entre os povos devem regular-se pelo Direito e a Justiça e não pela fôrça e o terror. Congratulamo-nos pelos Estados recém-chegados à independência e à soberania nacional e fazemos votos para que, integrados na Organização, venham igualmente trazer sua contribuição à causa da paz e em favor de uma comunidade internacional harmônica e progressista — social, econômica e culturalmente. Para que possamos viver livres do pesadelo da guerra, empenhamo-nos, nas mesas de debates internacionais, em Genebra e em Nova York, instando as potências nucleares a tomarem a única via na trajetória da paz: o desarmamento geral e completo. Insistimos, outrossim, que se empreguem, em benefício dos países em desenvolvimento, os recursos liberados ao se reduzirem os armamentos. Conscientes de que o edifício que ajudamos a erguer deve continuar contribuindo para desenvolver

a solidariedade universal, temo-nos esforçado por aperfeiçoar os métodos da Organização na luta pela paz, e por adequá-la às exigências da História contemporânea. E hoje, alentados pelo apoio transcendental que a visita de Sua Santidade o Papa Paulo VI levou à Organização Internacional, expressamos redobrada confiança na missão de paz das Nações Unidas».

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA ONU

Durante o ano de 1965, o Brasil participou dos trabalhos de 30 órgãos das Nações Unidas, participação só inferior à dos Estados Unidos, da União Soviética, do Reino Unido, da França e da India. Na América Latina, o México participou de 19 órgãos e a Argentina de 28. Três brasileiros exerceram, a título pessoal, cargos de alta categoria nas Nações Unidas. Foram êles o Dr. Hernane Tavares de Sá, Subsecretário para Informações, o Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, representante especial do Secretário-Geral em Chipre e o General Syseno Sarmento, comandante da Fôrça de Emergência das Nações Unidas no Oriente Médio. Êsses fatos dão bem a medida do prestígio que cerca o Brasil nas Nações Unidas e da contribuição que êle oferece à causa da paz e da segurança internacionais.

São os seguintes os órgãos das Nações Unidas a que pertenceu o Brasil em 1965:

I — Órgãos políticos:

1. Comitê de Desarmamento.
2. Comitê sôbre a Questão das Operações da Paz (Comitê de 33).
3. Comitê sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico.
4. Comitê de Medidas Coletivas.
5. Grupo de Trabalho sôbre os Processos Administrativos e Orçamentários da ONU.

II — Órgãos econômicos e de assistência técnica:

6. Junta de Comércio e Desenvolvimento.
7. Comitê de Produtos de Base.
8. Comitê de Manufaturas.
9. Comitê de Invisíveis.
10. Comitê de Fretes.
11. Comitê de Assistência Técnica.
12. Comitê de Desenvolvimento Industrial.
13. Grupo de Trabalho Intersessional do Comitê de Desenvolvimento Industrial.
14. Comitê para o Estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas.
15. Comitê Intergovernamental ONU/FAO (Programa Mundial de Alimentação).
16. Fundo Especial — Conselho de Administração.
17. Grupo de Trabalho *ad hoc* sôbre a Questão de uma Declaração de Cooperação Econômica Internacional.

III — Órgãos técnicos:

18. Comissão de Direito Internacional.
19. FISI — Junta Executiva.
20. Comitê de Programas.
21. Comitê de Orçamento Administrativo.
22. Comitê de Contribuições.
23. Comitê Consultivo de Administração e Orçamento.
24. Comitê Consultivo Científico.
25. Comissão de Estatística.
26. Comitê Científico para o Estudo dos Efeitos das Radiações Atômicas.
27. Comitê Científico sôbre a Aplicação da Ciência e da Tecnologia ao Desenvolvimento.

IV — Diversos:

28. Comitê Preparatório do Ano Internacional dos Direitos do Homem.
29. Instituto das Nações Unidas de Pesquisas para Desenvolvimento Social.
30. Comitê Executivo do Programa do Alto-Comissário para os Refugiados.

COMITÊ ESPECIAL DOS 33

Operações de Paz

A criação do Comitê Especial para as operações de paz foi a decisão de maior envergadura adotada pela XIX Assembléia Geral, através da Resolução 2.006, de 18 de fevereiro de 1964, que incumbiu o Comitê de rever tôda a questão das operações de paz, e de procurar resolver as dificuldades financeiras delas decorrentes.

O Comitê instalou-se a 28 de março de 1965 e os seus trabalhos prolongaram-se até agôsto do mesmo ano. A presidência coube ao Senhor Alex Quaison Sackey, presidente da XIX Assembléia Geral. A representação dos Estados Membros no Comitê se fêz através de seis grandes grupos, assim distribuídos:

I — *Membros permanentes do Conselho de Segurança*:

1. Estados Unidos da América
2. Reino Unido
3. França
4. União Soviética

II — *África*:

5. Argélia
6. Etiópia

7. Mauritânia
8. Nigéria
9. Serra Leoa
10. República Árabe Unida

III — *Ásia*:

11. Afeganistão
12. India
13. Iraque
14. Japão
15. Paquistão
16. Tailândia

IV — *Europa Oriental*:

17. Tcheco-Eslováquia
18. Hungria
19. Polônia
20. Romênia
21. Iugoslávia

V — *América Latina*:

22. Argentina
23. Brasil
24. El Salvador
25. México
26. Venezuela

VI — *Europa Ocidental* e *Comunidade Britânica*:

27. Austrália
28. Austria
29. Canadá
30. Itália
31. Holanda

32. Espanha
33. Suécia

Sua primeira tarefa foi a de definir uma operação de paz, tentativa feita pelos representantes do Brasil e da Suécia ao estabelecerem os seguintes pontos:

1. As operações de paz são empreendidas a pedido, ou com o consentimento do país em cujo território a operação tenha lugar.

2. A operação de paz é limitada a missões de observação ao longo de uma fronteira, à supervisão de uma trégua, ao estabelecimento de um armistício, a missões de mediação ou de conciliação .

3. A operação de paz deve ter como único objetivo a preservação de condições pacíficas.

Definida o que é uma operação de paz, duas foram as questões básicas com as quais se defrontou o Comitê:

1. As despesas com as operações de paz devem, ou não, ser consideradas parte integrante do orçamento regular da Organização?

2. Qual dos dois órgãos, o Conselho de Segurança ou a Assembléia Geral é competente para iniciar uma operação e para atribuir responsabilidade financeira aos membros da Organização?

Foi decidido que se deveria chegar a uma conclusão por unanimidade, e só se recorreria ao voto, na impossibilidade de se chegar a um consenso.

Posição do Brasil

O representante do Brasil, Embaixador Sette Câmara, em sua primeira intervenção lembrou que a Carta de São

Francisco fôra elaborada antes da era atômica, antes da era espacial e da guerra fria. No entanto, a Carta é um instrumento vivo, dinâmico, devendo pois adaptar-se às atuais condições do mundo. Ora, como as operações de paz constituem o mais vigoroso conceito equacionado no âmbito das Nações Unidas, evidencia-se a urgente necessidade da reforma da Carta: um nôvo capítulo, «Operações de Paz», deveria ser incluído entre o capítulo VI, «Solução Pacífica dos Conflitos», e o capítulo VII, «Ação que diz respeito à ameaça à paz, rompimento da paz e atos de agressão». As operações de paz não se enquadram neste último capítulo, já que o seu único objetivo é preservar condições de paz, ao contrário das operações descritas no capítulo VII, que seriam empreendidas contra o desejo de um ou mais Estados litigantes.

Quanto à questão financeira, o representante brasileiro lembrou a necessidade de os países menos desenvolvidos se baterem pela implementação da Resolução 1.874 (S-IV), sôbre o escalonamento dos custos das operações de paz entre nações. Finalmente defendeu o ponto-de-vista de que a Assembléia Geral é competente para decidir sôbre a conveniência da execução de uma operação de paz e sôbre a modalidade do seu financiamento, sempre que o Conselho esteja impossibilitado de fazê-lo e que a responsabilidade coletiva esteja envolvida.

Posição Soviética

O representante da União Soviética afirmou que as dificuldades que a Organização enfrentava no presente momento eram resultantes de violações à Carta ocorridas no passado. A União Soviética entrara para as Nações Unidas sob condições específicas, estipuladas claramente pela Carta e, pela Carta, o Conselho de Segurança é o único órgão autorizado a empreender ação para a manutenção da paz e da segurança internacionais, e para tomar decisões a respeito de qualquer assunto relacionado com o estabelecimento de fôr-

ças armadas das Nações Unidas. Se o Conselho de Segurança, está impedido, por qualquer razão, de agir imediatamente, nada impede que a Assembléia faça novos estudos e *encaminhe ao Conselho novas recomendações.*

A violação de um dos princípios básicos da Carta — o princípio da unanimidade no Conselho de Segurança — abalaria a única garantia de que as fôrças das Nações Unidas não seriam usadas de maneira unilateral e no interêsse de um país individualmente, ou grupo de países.

O financiamento das operações de paz deve ser decidido também pelo Conselho, levando na devida conta que o país agressor deve assumir a responsabilidade material e política da operação. Se forem necessárias contribuições dos países-membros, a União Soviética estará disposta a contribuir, desde que seja reconhecido que só ao Conselho de Segurança compete decidir sôbre criação, emprêgo e financiamento das fôrças armadas da ONU.

Por outro lado, a União Soviética está disposta a fazer contribuições voluntárias, cujo montante seria estipulado pelo seu Govêrno e que de forma alguma poderiam ser interpretadas como contribuições para saldar o débito provocado pelas operações no Congo e no Oriente Médio.

Posição dos Estados Unidos

Os Estados Unidos lastimaram que a União Soviética insistisse em negar a competência da Assembléia Geral para decidir sôbre a iniciativa e o financiamento das operações de paz.

O Conselho de Segurança tem, de fato, responsabilidade primordial («primary responsability»), mas não exclusiva, na manutenção da paz e da segurança internacionais. O poder exclusivo, concedido ao Conselho, é o de decidir sôbre as medidas definidas como «enforcement actions», para

a manutenção da paz e da segurança internacionais, medidas obrigatórias para os Estados-Membros. Mas a Assembléia Geral tem plena autoridade para fazer recomendações referentes à manutenção da paz e da segurança internacionais, *inclusive recomendações para que seja iniciada uma operação de paz*. Êste poder deve ser exercido também, se pelo uso do veto, o Conselho de Segurança estiver impossibilitado de agir na área onde é vital o exercício da responsabilidade da Organização.

Também no interêsse da Organização, as despesas com as operações de paz devem ser consideradas como responsabilidade financeira coletiva. Para preservar êste princípio, os Estados Unidos estariam dispostos a considerar modificações no escalonamento dos custos entre os Estados-Membros.

Posição da França

A intervenção do representante da França poderia ser assim resumida:

1. O envio de qualquer tipo de fôrça de manutenção de paz está exclusivamente sujeito à aprovação do Conselho de Segurança.

2. As iniciativas da Assembléia têm caráter meramente exortativo, e os métodos previstos pelo artigo 14 dispensam as Nações Unidas de recorrerem a meios não explícitos nos princípios e propósitos básicos da Carta.

3. Cabe ao Conselho de Segurança estabelecer a forma pela qual as operações serão financiadas, seja por meio de uma escala, seja por meio de contribuições voluntárias. Afirmou que a delegação da França estava pronta a aceitar o estabelecimento de um Comitê encarregado de tratar dos financiamentos das operações de paz, de acôrdo com o artigo 29 da Carta, com a representação do Conselho de Segu-

rança, ou mesmo mais ampla, de molde a incrementar o diálogo entre o Conselho e a Assembléia Geral.

Conclusões

O projeto de relatório do Comitê Especial para as Operações de Paz é uma tentativa de formulação de conclusões e, no dizer do representante brasileiro, há nêle «um verdadeiro virtuosismo de cautela na redação das fórmulas até agora apresentadas, visando contornar o problema real, ou seja, a aplicabilidade do artigo 19».

Do projeto de relatório destacam-se os seguintes pontos:

1. Há necessidade imperiosa de se resolver o impasse criado e, conseqüentemente, existe o consenso geral de que deve ser evitada a aplicação do artigo 19.

2. A fim de se resolver imediatamente a crise financeira, a solução mais viável é o recurso às contribuições voluntárias, sem que elas representem modificação alguma das posições básicas assumidas pelos Estados-Membros até o presente.

3. No relatório foram feitas algumas referências à proposta brasileira de reforma da Carta. Embora concordando sôbre a necessidade de se definir o que seja uma «Operação de Paz», concluiu-se ser impossível prever e determinar tôdas as ocasiões em que uma operação desta natureza se tornaria imperiosa. Assim sendo dever-se-ia procurar interpretar a Carta com maior flexibilidade, de forma a se conseguir enquadrar, na letra da Carta, cada situação tomada separadamente.

4. O consenso constrangido a que se chegou constitui apenas uma simples trégua e não altera a substância das posições divergentes. O Comitê dos 33 não tocou no fundo do problema — a crise constitucional. O problema do paga-

mento das cotas relativas aos custos das operações de paz nasce de interpretações diametralmente opostas da Carta. Na XIX sessão da Assembléia Geral, a Delegação do Brasil sugeriu — como solução para a crise — a reforma da Carta, mediante a inclusão de nôvo capítulo relativo às operações de manutenção da paz. Os trabalhos e as discussões, no Comitê dos 33, e a solução provisória a que ali se chegou, apenas reforçaram a convicção brasileira da necessidade e da urgência daquela reforma.

COMISSÃO DE DESARMAMENTO

A Comissão de Desarmamento das Nações Unidas, composta de todos os Estados-Membros, reuniu-se pela primeira vez a 26 de maio de 1965, em Nova York.

A convocação foi pedida pela União Soviética. Os países ocidentais, entre os quais o Brasil, se manifestaram desde logo favoráveis a que o problema do Desarmamento continuasse a ser discutido no fôro do Comitê dos Dezoito. Não tendo, contudo, a XIX Assembléia Geral das Nações Unidas, em virtude do impasse surgido a propósito da aplicação do artigo 19 da Carta, podido examinar o relatório das sessões do referido Comitê realizadas em 1964 a proposta soviética foi aceita.

Os trabalhos da Comissão

A *União Soviética* apresentou à Comissão de Desarmamento dois projetos de resolução: o primeiro considerava a ameaça à paz e à segurança internacionais que representam as bases militares em territórios estrangeiros e concitava as potências mundiais à extinção das mesmas. Diante dêste projeto, o representante do Brasil assinalou que o problema do desmantelamento das bases não pode ser discutido fora do contexto do desarmamento geral e completo. Caso contrário corre-se o risco de que seja rompido o equilíbrio estratégico

mundial. Por outro lado, a redação da proposta soviética fugia ao escopo do problema desarmamentista, chegando mesmo a invocar a declaração sôbre concessão de independência aos povos e países coloniais.

O segundo projeto soviético propunha a conclusão de uma Convenção sôbre Proibição do Uso de Armas Nucleares visando eliminar a ameaça de guerra nuclear e reduzir a tensão internacional, para o que sugeria a convocação de uma Conferência Especial de tôdas as nações, antes de julho de 1966. Conclamava, por outro lado, as potências nucleares a que se abstivessem de usar armas atômicas até que a Convenção fôsse assinada. O bloco ocidental manifestou-se contra o projeto soviético, por entender que o atual clima de tensão internacional transformaria uma Conferência Mundial em cenário para confrontação política entre os blocos e países antagonistas. Por outro lado, do ponto-de-vista da estratégia militar, a assinatura de convenção proibindo a utilização de armas nucleares e termonucleares romperia o equilíbrio armamentista atual pois o Ocidente, inferiorizado em armamento convencional, ficaria desprovido de seus principais elementos de discussão. Além disso, os países ocidentais não perdem de vista que a proibição do uso de armas nucleares é parte de um todo que obrigatòriamente deve incluir o desaparecimento total das armas nucleares e termonucleares, escalonado no tempo e no espaço, dentro de acôrdo geral e completo, sob efetivo contrôle internacional.

Os *Estados Unidos*, em projeto de resolução, pediram à Comissão de Desarmamento que convocasse, urgentemente, o Comitê dos Dezoito para:

A) reiniciar as negociações, com a finalidade de concluir um tratado que proiba todos os ensaios nucleares, incluindo os subterrâneos;

B) redigir um acôrdo para pôr fim à proliferação de armas nucleares;

C) estabelecer um acôrdo para pôr fim à produção de materiais físseis, destinados à fabricação de armas;

D) estudar a possibilidade de reduzir o número de vetores nucleares.

O *grupo dos Oito* (grupo mediador composto pela Birmânia, Brasil, Etiópia, Índia, México, Nigéria, RAU e Suécia) do *Comitê dos Dezoito de Genebra*, elaborou projeto de resolução cuja parte operativa recomenda que o Comitê dos 18:

A) se reúna com urgência, para preparar tratado de desarmamento geral e completo e para deter a corrida nuclear;

B) que, enquanto prossiga nas negociações visando ao desarmamento geral e completo, dê especial atenção a medidas integradas, visando à não-proliferação de armas nucleares e incluindo a proibição de testes subterrâneos;

C) tome outras medidas adequadas a aliviar a tensão internacional;

D) estude a possibilidade de canalizar para o desenvolvimento econômico os recursos liberados pelo desarmamento;

E) e considere cuidadosamente a proposta para a reunião de Conferência Mundial.

É de se notar que os parágrafos B) e D) são de inspiração brasileira, e que o parágrafo E) foi o resultado de forte pressão dos afro-asiáticos, com apoio dos Oito, em favor de Conferência que conte com a participação da França e da China Comunista.

O projeto consubstanciado na resolução D/225 foi apresentado por 28 países, entre os quais o Brasil, e aprovado por 83 votos a favor, um voto contrário (Albânia) e 18 abstenções (comunistas e Argélia, Burundi, Cambódia, França, Guiné, Mali, Paquistão e Iêmen).

Diante da expressiva votação, os delegados soviéticos e americanos desistiram de submeter a voto os seus respectivos projetos de resolução.

CONCLUSÕES

Ê de se notar a ausência nos debates de referências a um tratado sôbre desarmamento geral e completo, talvez por não verem os países possibilidades práticas de se atingir êsse objetivo na conjuntura atual.

A preocupação de países socialistas, não-alinhados e ocidentais cresceu com a ameaça atômica chinesa, decorrendo daí a ênfase dada à convocação de uma Conferência Mundial de Desarmamento.

A dissenção verificada inicialmente, a respeito de qual seria o fôro adequado para o estudo da questão, prolongou-se durante todo o decorrer dos trabalhos, manifestando-se mesmo em cada projeto de resolução apresentado. Ao se encerrarem os trabalhos da Comissão, mais uma vez se acentuaram as divergências políticas e técnicas: o delegado soviético reiterou o apoio do seu país à decisão de recomendar à Assembléia Geral o exame da convocação de uma Conferência Mundial de Desarmamento, manifestando dúvidas quanto à retomada dos trabalhos do Comitê dos Dezoito em Genebra, onde a posição «negativista» dos EUA tem, segundo êle, impedido o progresso das negociações; o delegado americano por seu lado lamentou os costumeiros ataques da delegação soviética e insistiu na urgência da convocação do Comitê dos Dezoito.

CONFERÊNCIA DO COMITÊ DAS DEZOITO POTÊNCIAS SÔBRE DESARMAMENTO

A Conferência do Comitê das Dezoito Potências sôbre Desarmamento realizou, entre 27 de julho e 16 de setembro, seu único período de sessões em 1965.

A Conferência tinha diante de si o mandato consubstanciado na resolução 225 da Comissão do Desarmamento (abril-junho de 1965), de reencetar esforços em prol da conclusão de um tratado de desarmamento geral e completo sob contrôle internacional efetivo, considerar tôdas as medidas propostas para diminuir a tensão internacional e fazer cessar a carreira armamentista, estudar em caráter prioritário a possibilidade da extensão do Tratado de Moscou às experiências subterrâneas e estudar, igualmente a título prioritário, a questão de um acôrdo destinado a impedir a proliferação das armas nucleares e medidas conexas. Na prática os debates do Comitê se processaram no quadro da *não-proliferação e da interdição dos testes subterrâneos.*

Não-proliferação de armas nucleares

Ambos os blocos, ocidental e socialista, manifestaram idêntica preocupação quanto ao problema da não-disseminação. Contudo, desde o início da Conferência os países socialistas deixaram bem claro que não consideravam possível explorar qualquer iniciativa em matéria de desarmamento sem que fôsse modificada a política internacional dos Estados Unidos e seus aliados da NATO, de dar acesso a Bonn às armas nucleares.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Senhor Amintore Fanfani, declarou que se não fôsse possível elaborar, num prazo razoável, um projeto de não-disseminação, a delegação italiana se reservaria o direito de dirigir um apêlo aos países não-nucleares no sentido de estabelecer uma suspensão provisória à possível disseminação das armas nucleares. Os países não-nucleares, particularmente os que se acham próximos da capacidade nuclear, por-se-iam de acôrdo para renunciar unilateralmente a se proverem de armas nucleares por um período de tempo determinado, findo o qual, se não se houvesse chegado a um resultado positivo, êsses países retomariam sua liberdade de ação. Desta ma-

neira se faria uma pausa na proliferação nuclear e seria criado também um fator de pressão e persuasão sôbre as potências nucleares, que as estimularia a concluir um acôrdo, apressando assim o processo do desarmamento nuclear.

A sugestão do Ministro Fanfani foi consubstanciada em forma de «projeto unilateral de não-aquisição de armas nucleares» e constituiu a chamada «moratória nuclear controlada».

Coube aos países do grupo dos Oito (grupo mediador composto pela Birmânia, Brasil, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia) chamar a atenção da Conferência para os interêsses dos países não-nucleares frente ao problema da não-proliferação, pedindo que aspectos como o da redução e eliminação dos armamentos nucleares já existentes — e de seus vetores — pelos países nucleares fôssem levados em conta, ao lado das obrigações que os demais assumiram de não adquirir armas nucleares. Embora com variantes (de que a expressão mais extremada foi a da Índia, que sustentou que o desarmamento nuclear das grandes potências deve preceder ou, pelo menos acompanhar a não-proliferação) os representantes da Birmânia, Brasil, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia seguiram êsse raciocínio, consubstanciado no memorando conjunto, em que os Oito expressam o que chamaram de «basic approach», nos seguintes têrmos:

«um tratado de não-proliferação de armas nucleares não constitui um fim em si mesmo, mas sòmente um meio para atingir a um fim. Êste fim é o desarmamento geral e completo, especialmente nuclear. Conseqüentemente, os Oito estão persuadidos de que as medidas, destinadas a impedir a dispersão das armas nucleares, deveriam ser acompanhadas ou seguidas de medidas concretas para deter a corrida nuclear, e limitar, reduzir e eliminar os estoques de armas nucleares e seus vetores».

Interdição das experiências nucleares subterrâneas

O relêvo que o item alcançou se deve ao empenho dos Oito em discutir o assunto impedindo que a Conferência se deixasse dominar exclusivamente pelos antagonismos que separavam os dois blocos na área da não-proliferação.

A linha mestra do pensamento das delegações do grupo dos Oito foi a de que a proibição de qualquer teste nuclear impediria o acesso de novos Estados ao clube atômico, sendo assim equiparável à de um acôrdo de não disseminação; teria também a vantagem de acarretar certa partilha no sacrifício do potencial nuclear entre Estados nucleares e não-nucleares.

Embora partindo dêsse ponto de vista comum, as delegações do grupo dos Oito não coincidiram nos métodos a seguir relativamente à interdição dos testes. A República Árabe Unida, a Índia e a Suécia, por exemplo, pareciam inclinadas a confiar mais no desenvolvimento das técnicas de detecção e identificação do que em inspeções *in loco;* já o Brasil advogava a tese da suspensão com um sistema adequado de verificação e o intercâmbio de informações científicas. Assim, o Delegado do Brasil, Embaixador Corrêa do Lago, voltou a propor, a título de medida intermediária e provisória, a interdição parcial dos testes subterrâneos, com base em um «threshold» a ser delimitado mediante troca de dados técnicos e científicos, enquanto não fôsse possível chegar-se à proscrição total das experiências subterrâneas. A tese do «threshold» foi mencionada por outras delegações e incluída pela RAU no contexto de uma dupla sugestão assim concebida: extensão do Tratado de Moscou às experiências subterrâneas de intensidade sísmica superior a 4,75 e aceitação, voluntária, de uma «moratória», durante a qual os Governos se absteriam de proceder a novos ensaios, até que se concluíssem as gestões para chegar a um tratado geral de interdição.

Contudo, o tema da interdição dos testes subterrâneos continuou radicalizado nas duas posições conflitantes: *inspeção in loco* (posição ocidental) e *verificação exclusivamente pelos sistemas nacionais de contrôle* (países socialistas com a simpatia de um ou outro membro do grupo dos Oito).

A diversidade de tendências entre os Oito, em tôrno da natureza e do alcance das soluções aventadas para a questão da interdição dos testes nucleares, tornou a elaboração de um documento conjunto tarefa tanto mais difícil quanto algumas delegações (RAU, Nigéria, Índia, Etiópia) desejavam que sua tônica fôsse simplesmente a suspensão dos testes pelas potências nucleares.

Juntamente com o representante da Suécia, o delegado do Brasil trabalhou ativamente para que o documento em aprêço conservasse o maior equilíbrio possível, tendo em mente, além disso, a consideração de que não conviria em absoluto que o Brasil ficasse em situação isolada dentro do grupo dos Oito.

O texto finalmente adotado (INDC/159) agasalha essa noção de equilíbrio. A cessação imediata dos testes figura como uma reiteração da posição anterior dos Oito, no Comitê, e de resoluções da Assembléia Geral; dá-se nêle lugar proeminente ao intercâmbio de informações científicas e apoia-se a tese (sueca) da cooperação internacional no campo da detecção dos abalos sismológicos.

DESNUCLEARIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Primeiro período de sessões

A Resolução II, da Ata Final da Reunião Preliminar sôbre a Desnuclearização da América Latina, aprovada em 27 de novembro de 1964, estipulava a convocação, pelo Govêrno mexicano, da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina, (COPREDAL).

Foi, portanto, realizado no México, do dia 15 ao dia 22 de março de 1965, o Primeiro Período de Sessões da Comissão Preparatória. Com exceção de Cuba, que, convidada pelo Govêrno mexicano, se escusou de comparecer, e da Guatemala, que se limitou a enviar um observador, tôdas as Repúblicas latino-americanas se fizeram representar. A Venezuela que, tendo-se abstido na votação da Resolução 1.911 (XVIII) das Nações Unidas, até então não comparecera às reuniões tendentes à efetivação do programa de desnuclearização da América Latina, fêz-se representar oficialmente.

Antes do início da Sessão, o representante brasileiro, Embaixador Sette Câmara, observou a conveniência de deixar-se bem claro no projeto de agenda, que as providências tendentes à formulação do projeto de tratado só teriam lugar depois de realizadas as providências, gestões e entendimentos preliminares referidos no parágrafo 3, da Resolução II. A agenda provisória, tal como proposta pelo representante brasileiro, foi aprovada sem quaisquer emendas.

Foi eleito Presidente da Comissão o delegado do México, Embaixador Alfonso Garcia Robles e, para primeiro Vice-Presidente, o representante do Brasil que, em sua primeira intervenção, declarou ser indispensável que antes de qualquer providência de caráter definitivo, qual seja a formulação de um anteprojeto de tratado ou a convocação de uma conferência sôbre o assunto, se levassem a bom têrmo as negociações prévias enumeradas no parágrafo 3, da Resolução II, da Reunião Preliminar de 1964.

A Resolução I, em que se consubstanciam os resultados dos trabalhos do I Período de Sessões, seguiu em sua estrutura a tese defendida pelo Representante do Brasil no sentido de que a Resolução se limitasse a aprovar decisões práticas atinentes à realização das medidas prévias, previstas na Ata Final da Reunião Preliminar.

A parte operativa da Resolução I estabelece três grupos de trabalhos com as seguintes atribuições:

1º) O Grupo de Trabalho «A», com sede em Nova York e integrado pela Argentina, Costa Rica, Chile, Equador, Panamá e Uruguai, se encarrega de: *a*) definir os limites geográficos da zona a que se deverá aplicar o tratado multilateral; *b*) obter a colaboração de qualquer República latino-americana que ainda não participe dos trabalhos da Comissão Preparatória, assim como a de outros Estados soberanos situados dentro dos eventuais limites da zona; *c*) conseguir a colaboração dos Estados continentais ou extracontinentais que tenham, de *jure* ou de *facto*, responsabilidade internacional com relação a territórios compreendidos dentro dos citados limites geográficos.

2º) O Grupo de Trabalho «B», com sede no México, D.F., estará integrado pelos representantes de El Salvador, do Haiti, de Honduras, do México, do Paraguai e do Peru e se encarrega de realizar um estudo sôbre os métodos de verificação, inspeção e contrôle que julgue conveniente adotar para garantir o fiel cumprimento dos compromissos a serem contraídos.

3º) O Grupo de Trabalho «C», também sediado em Nova York, é integrado pelos representantes da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, da Nicarágua, da República Dominicana e da Venezuela e está encarregado das gestões destinadas a obter das potências nucleares o compromisso de que respeitarão estritamente, em todos os seus aspectos e conseqüências, o estatuto jurídico da desnuclearização da América Latina.

Entre o Primeiro Período de Sessões e o Segundo Período (23-VIII a 2-IX-1965), reuniu-se por duas vêzes o Comitê Coordenador da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina. Na reunião de agôsto, o

Comitê Coordenador examinou os relatórios apresentados pelos três Grupos de Trabalho acima referidos.

À luz das considerações formuladas pelas potências nucleares consultadas, o Grupo de Trabalho «C», do qual faz parte o Brasil, chegou às seguintes conclusões:

1. A França se recusa a encorajar qualquer tipo de programa nos moldes enunciados pelos países latino-americanos e, por conseguinte, se vê impossibilitada de considerar a concessão de garantias, indispensáveis ao respeito do estatuto jurídico almejado.

2. A URSS pràticamente transferiu aos países latino-americanos a responsabilidade de pressionar o Govêrno de Cuba a uma revisão dos seus pontos-de-vista com relação ao programa. Foi assim que o Embaixador Tsarapkin afirmou categòricamente que a União Soviética está disposta a prestar imediatamente as mais completas garantias de respeito ao estatuto de desnuclearização da América Latina, «desde que o mesmo seja aceito e endossado por todos os países latino-americanos». Vale dizer que as condições estabelecidas pelo Govêrno soviético transferem a tarefa de obtenção dessas garantias para o Grupo de Trabalho «A».

3. Os Estados Unidos e o Reino Unido também fazem a exigência da universalidade de aplicação do estatuto a todos os países latino-americanos. A exclusão do programa dos territórios que fazem parte do complexo da soberania norte-americana — Pôrto Rico, Ilhas Virgens, Zona do Canal do Panamá e Guantânamo — é, de acôrdo com as palavras do Embaixador William Foster, outro pré-requisito de singular importância para a obtenção das garantias dos Estados Unidos ao estatuto jurídico da desnuclearização.

4. Assim pois, apesar das manifestações de princípio favoráveis à iniciativa latino-americana, o resultado dos entendimentos está longe de confirmar a possibilidade de concessão imediata das garantias ao estatuto.

Segundo período de sessões

O Segundo Período de Sessões da COPREDAL teve lugar na Cidade do México, entre 23 de agôsto e 2 de setembro de 1965. Tendo a Guatemala acreditado representante, estiveram presentes à reunião tôdas as Repúblicas latino-americanas com a exceção de Cuba. Representou novamente o Brasil o Embaixador Sette Câmara.

A maior parte dos trabalhos da COPREDAL foi dedicada ao exame dos textos elaborados pelo Grupo de Trabalho «B» e consubstanciados em um anteprojeto de artigos sôbre a verificação, inspeção e contrôle, a ser utilizado na elaboração de futuro tratado.

Ao iniciar-se a discussão do assunto, o Representante do Brasil pronunciou discurso em que sustentou não poder a Comissão sequer considerar os textos no seu teor, pois, por sua natureza e caráter especializado, teriam que ser prèviamente submetidos aos órgãos competentes dos países repreâsentados e que, só depois do pronunciamento dos referidos órgãos, se sentiriam as delegações em situação de tomar uma decisão a respeito. Demonstrou mais o Representante do Brasil que o texto elaborado pelo Grupo de Trabalho B exorbitava do mandato que lhe fôra conferido, pois incluia matérias que nada tinham a ver com o problema específico de inspeção e contrôle, quais sejam, obrigações das partes contratantes no futuro Tratado, definição do território a que se aplicará o mesmo, definição de armas nucleares, contrôle das explosões para fins pacíficos, relações com outras organizações e sanções para o caso de violação do Tratado. Criticou também o Delegado do Brasil vários aspetos dos artigos relativos ao sistema excessivamente frondoso e complexo que se propunha para a inspeção e contrôle. Ressaltou que a adoção de um mecanismo de contrôle dessa natureza tornaria ainda mais patente a necessidade da participação de Cuba no programa de desnuclearização, pois seria absur-

do que as demais Repúblicas Americanas se auto-impusessem obrigações estritas de renúncia aos armamentos nucleares, cujo cumprimento seria cuidadosamente verificado, enquanto que aquêle país continuava a manter suas mãos livres para eventual repetição da aventura de 1962.

Terminou afirmando que o documento preparado pelo Grupo B não deveria sofrer qualquer modificação por parte da Comissão, a qual se limitaria a transmiti-lo aos Governos para o exame dos órgãos técnicos e a discussão futura, durante o Terceiro Período de Sessões, quando as diversas delegações já disporiam do parecer abalizado de suas respectivas e competentes autoridades.

Apesar de tôda a impaciência da Delegação mexicana que queria forçar a aprovação pura e simples dos artigos sôbre inspeção e contrôle, como dispositivos a integrar o futuro projeto de Tratado, prevaleceu a posição da Delegação brasileira. De fato a Resolução 9 (II) se limita a «transmitir aos Governos dos Estados Membros, para seu estudo», o documento em questão.

Foi decidido que a Comissão Preparatória se reuniria, novamente, no dia 19 de abril de 1966.

XX ASSEMBLÉIA GERAL

A XX Assembléia Geral se reuniu, em 21 de setembro de 1965, num ambiente de renovada confiança das Nações Unidas, com a solução, ainda que precária, do impasse relativo à aplicação das sanções do artigo 19 da Carta aos países em mora nas suas contribuições.

Um balanço dos resultados dos trabalhos do XX Período de Sessões revelará que foi dos mais profícuos e mais positivos das Nações Unidas. A volumosa agenda de 108 itens, que compreendia a quase totalidade dos itens da XIX Assembléia, acrescida dos pontos especìficamente propostos

para a XX Assembléia, foi cumprida em tôda a sua extensão e dentro dos prazos previstos.

Embora não se possa assinalar nenhum progresso espetacular com relação aos grandes problemas políticos que dividem o mundo de hoje, as deliberações da Assembléia se processaram em um clima de moderação e considerável entendimento, limitando-se as tiradas no estilo de guerra-fria, de parte a parte, ao mínimo previsível. Pode-se dizer que houve mais exacerbação nas investidas dos países do bloco afro-asiático contra as antigas potências coloniais, do que no crônico diálogo leste-oeste.

Para o Brasil a XX Assembléia se revestiu de considerável importância, pois foi a primeira vez, depois da Revolução, que tivemos a oportunidade de atuar vigorosamente no grande fôro multilateral. Poder-se-ia temer que a campanha de certa imprensa estrangeira e dos países de linha esquerdista extremada contra o nôvo Govêrno brasileiro pudesse afetar o tradicional prestígio de que sempre gozamos nas Nações Unidas. O que se verificou foi o contrário. A Delegação do Brasil teve atuação extremamente ativa e foi articuladora e co-patrocinadora de todos os grandes projetos aprovados.

O debate geral em Plenário foi aberto pelo Brasil, conforme tradição que vem sendo mantida por muitos anos. O Chefe da Delegação do Brasil, Embaixador Vasco Leitão da Cunha, definiu em linhas gerais a posição de nosso país face às Nações Unidas e os grandes problemas internacionais do momento.

Vinte e nove itens da agenda foram distribuídos para discussão direta pelo Plenário, sem referência prévia a Comissões. Além dos itens puramente rotineiros, o Plenário tomou decisão a respeito de alguns pontos que merecem ser ressaltados: 1) Eleição do Presidente: na reunião inaugural a Assembléia Geral elegeu para a sua presidência Amintore

Fanfani, Ministro das Relações Exteriores da Itália, pràticamente por unanimidade. Fanfani apresentou-se como candidato único, em vista da retirada da candidatura de Koca Popovic, da Iugoslávia, que, embora apresentada anteriormente, não conseguiu angariar o necessário apoio entre os diversos grupos regionais; 2) Eleições para o Conselho de Segurança; a Assembléia Geral elegeu a Argentina, a Bulgária e o Mali para as vagas da Bolívia, Costa do Marfim e Jordânia. Além disso, realizaram-se eleições para o preenchimento das quatro vagas criadas pela Resolução 1.990, de 1963. Para estas quatro vagas foram eleitos a Nigéria, Uganda, Nova Zelândia e Japão; 3) Eleições para o ECOSOC: também no ECOSOC elegeram-se países para as seis vagas que ocorreriam normalmente a 31 de dezembro de 1965 e mais nove para as vagas criadas pela Resolução 1.990. Para preencher as primeiras seis vagas foram reeleitos o Reino Unido, a União Soviética e a Tcheco-Eslováquia e eleitos o Panamá, a Suécia e as Filipinas. Para as novas vagas foram eleitos a Grécia, o Daomé, a Venezuela, os Camarões, a Serra Leoa, a Tanzânia, o Marrocos, a Índia e o Irã; 4) Questões da representação da China: mais uma vez discutiu-se, por iniciativa de um grupo encabeçado pela Albânia e incluindo países africanos, Cambódia, Cuba e Romênia, a questão da representação da China. Êsses países apresentaram projeto de Resolução semelhante aos introduzidos nas ocasiões anteriores em que a Assembléia Geral discutiu o assunto, ou seja, no sentido de convidar a República da China a ocupar o assento que lhe caberia nas Nações Unidas e expulsando da Organização os representantes da República da China (Formosa). No debate geral sôbre a questão, no qual falaram representantes de menos de metade das Delegações, foi alegada pelos defensores do ingresso da China comunista a necessidade de que o regime de Pequim participasse do debate dos grandes assuntos internacionais, mormente agora quando as decisões sôbre desar-

mamento devem incluir na tessitura de suas obrigações também o quinto membro do «clube nuclear». Os adversários da admissão da China Popular denunciaram a incompatibilidade da política agressiva e truculenta do Govêrno daquele país com os objetivos da Carta das Nações Unidas. citando diversas declarações recentes de dirigentes comunistas chineses atacando violentamente as Nações Unidas. Um grupo de Delegações, que incluía o Brasil e os Estados Unidos, apresentou projeto de resolução de natureza processual, pelo qual a Assembléia, reafirmando a Resolução 1.668 (XVI) de 1961, considerava o assunto «questão importante» requerendo, por conseguinte, maioria de dois terços. Êsse projeto foi aprovado por 56 votos contra 49. Em seguida votou-se o projeto do grupo de Estados liderados pela Albânia, tendo o mesmo recebido 47 votos a favor e 47 votos contra. Assim, mais uma vez, negou-se a Assembléia Geral a admitir a República Popular da China como representante do povo chinês nas Nações Unidas. Vinte países se abstiveram, entre êsses o Chile, único país latino-americano que não votou contra o projeto; 5) Questão do Tibé: pela terceira vez a Assembléia Geral, por iniciativa das Filipinas, discutiu a situação no Tibé, onde, segundo as mais diversas fontes, notadamente a Comissão Internacional de Juristas, sediada em Genebra, o Govêrno da China comunista continua a praticar uma política de repressão e violência contra a população. Contra as alegações dos países socialistas e alguns africanos, no sentido de que as provas citadas não passam de «invenções e calúnias dos inimigos da China» e de que os tibetanos vivem em paz e prosperidade, a Assembléia Geral aprovou resolução condenatória do regime de Pequim, que proclama o direito do povo tibetano à sua liberdade e aos seus direitos fundamentais.

Não obstante o agravamento das tensões internacionais decorrente em grande parte do conflito no Viet-Nam, os trabalhos da Primeira Comissão (Política e de Segurança) apre-

sentaram resutlados encorajantes, mormente no que diz respeito aos problemas do desarmamento.

Se é verdade que após 1963 pouco ou quase nenhum progresso foi logrado no campo do desarmamento, e que a reunião da Comissão de Desarmamento serviu apenas de palco de debates em tôrno de problemas da guerra-fria, as resoluções aprovadas pela XX Sessão abriram novas perspectivas às negociações que se reiniciarão em Genebra, a 27 de janeiro de 1966.

Entre as decisões tomadas pela Primeira Comissão releva notar a importância da Resolução 2.028 (XX), que alinhou os princípios orientadores do Comitê das Dezoito Nações nas negociações visando à elaboração de um projeto de tratado proibindo a disseminação de armas nucleares.

A resolução, aprovada por maioria maciça, foi o resultado de incansáveis esforços das delegações dos oito países mediadores do INDC, entre os quais se acha o Brasil. Não foi sem dificuldade que os oito países mediadores lograram redigir uma fórmula capaz de contornar o impasse surgido entre os norte-americanos e os soviéticos em tôrno da criação da Fôrça Nuclear Multilateral (M.L.F.).

No curso dos debates que precederam a aprovação do projeto apresentado pelos «oito países» nossa Delegação reiterou a posição do Govêrno brasileiro, no que tange à disseminação das armas nucleares, assinalando que a não-proliferação dessas armas não deve ser encarada como um fim em si, mas como um meio de alcançar a meta última que é o desarmamento geral e completo sob eficaz contrôle internacional. Por outro lado, o representante brasileiro assinalou que um tratado sôbre não-proliferação deveria ser acompanhado de medidas concretas, por parte das potências nucleares, visando à redução, por etapas, dos estoques nucleares e respectivos vetores, obedecendo a um programa elaborado

cuidadosamente, a fim de que o equilíbrio militar estratégico não seja rompido por qualquer das partes. Essa responsabilidade recíproca, conforme assinalou a delegação brasileira, oferecerá às potências não-nucleares as necessárias garantias de que não ficarão permanentemente sujeitas a uma condição secundária, em posição de nítida desvantagem dentro da atual correlação de fôrças e sujeitas a pressões políticas irresistíveis, mais comumente conhecidas por «chantagem nuclear».

Ainda no âmbito do desarmamento o Brasil desempenhou papel de importância nas negociações que culminaram na aprovação da resolução 2.032 (XX) sôbre a suspensão das experiências nucleares.

O projeto aprovado, em cuja elaboração a delegação brasileira participou ativamente, introduz nova fórmula, capaz de contornar o impasse existente em tôrno do problema das inspeções *in loco* e que vem impedindo a assinatura de acôrdo proscrevendo as experiências nucleares subterrâneas de intensidade superior a 4.75 quilotons.

Através da cooperação científica internacional será possível a criação de uma cadeia de detenção capaz de assinalar experiências nucleares subterrâneas em qualquer ponto da superfície terrestre.

Em que pesem os esforços dos oito países mediadores, não foi possível dissuadir a União Soviética de uma abstenção, motivada, principalmente, por uma posição de princípio contrária a qualquer projeto que implique trocas de informações científicas sôbre o assunto.

No debate do item proposto pela União Soviética sôbre o problema da não-intervenção nos assuntos internos dos Estados a atuação do grupo latino-americano e da Delegação brasileira foi destacada. O assunto foi trazido à Assembléia pela União Soviética, e parecia caracterizar-se como uma investida contra a política norte-americana ou contra as ações de paz da OEA.

O assunto foi debatido, antes do início de sua discussão na Comissão, no grupo latino-americano. Ao invés de tomar uma posição defensiva, a representação do Brasil, logo no início do debate, expressou a satisfação com que o nosso país encarava a oportunidade de discutir o problema da não-intervenção, que nos propiciava focalizar o perigo das novas e insidiosas formas de intervenção indireta, de que a maioria dos países latino-americanos tinham triste experiência. A posição tomada pelo Brasil encaminhou o debate no seio do grupo e o projeto conjunto apresentado pelos países latino-americanos veio a provocar a completa mudança do clima da discussão na 1.ª Comissão: a tônica do debate deslocou-se da intervenção armada direta, base dos ataques soviéticos à política norte-americana, para a condenação da intervenção indireta.

A declaração aprovada, pràticamente por unanimidade (Resolução 2.131 (XX), além da menção das formas tradicionais de intervenção verbera, em linguagem categórica. os métodos de ingerência indireta nos negócios internos dos Estados, através da subversão, da guerrilha e do incitamento à revolta. Foi o resultado de um trabalho conjunto dos grupos latino-americanos e afro-asiáticos, tendo como base o nosso projeto conjunto. Após exaustivas negociações, conseguimos a inclusão no texto da declaração de um parágrafo (8º da parte operativa) que distingue entre intervenção e ação coletiva. Êsse parágrafo ressalva a legalidade de medidas coletivas que venham a ser tomadas por organismos internacionais (inclusive regionais), para a manutenção da paz e da segurança, de acôrdo com o que dispõe o Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas.

A Delegação brasileira participou igualmente da discussão de outros itens importantes da agenda da 1.ª Comissão, tais como a Resolução sôbre a desnuclearização da África, sôbre a convivência pacífica entre Estados de sis-

temas políticos diferentes, sôbre o uso pacífico do espaço cósmico (fomos co-patrocinadores da resolução respectiva) e sôbre a convocação de uma Conferência Mundial sôbre Desarmamento. Com relação a êste último ponto, vale lembrar a influência moderadora da Delegação do Brasil, na elaboração de um projeto que, em sua forma inicial, tendia para o sentido de convocar uma conferência mundial sôbre o Desarmamento totalmente desvinculada das Nações Unidas. A Resolução 2.030 (XX) determinou a adoção das providências necessárias ao preparo da conferência, inclusive a criação de um Comitê Negociador, no qual o Brasil foi incluído juntamente com os seguintes países: Argélia, Mali, Índia, Nigéria, México, Chile, Iugoslávia, Afeganistão, Birmânia, República Árabe Unida, Suécia, Etiópia, Senegal e Uganda.

Coube à Comissão Política Especial examinar cinco itens da agenda enumerados abaixo, na ordem prioritária dos respectivos debates: 1) Relatório do Comissário-Geral da UNRWA sôbre os refugiados da Palestina no Oriente Próximo; 2) Revisão da questão das operações de paz em todos os seus aspectos; 3) Relatórios sôbre as políticas do *apartheid* do Govêrno da República da África do Sul; 4) Solução pacífica de controvérsias; e 5) Efeitos da Radiação Atômica — Relatório do Comitê Científico das Nações Unidas.

Na discussão sôbre os refugiados árabes da Palestina evidenciou-se, mais uma vez, o tradicional antagonismo das posições árabes e hebraica, cujo veemente diálogo absorveu dois terços do debate geral. A situação da UNRWA é precária, seu orçamento deficitário e as contribuições voluntárias diminutas, em face do progressivo deficit. A iniciativa de um projeto de resolução equidistante, que exprimisse a preocupação da Assembléia pelo problema, êste ano como nos derradeiros, coube à delegação dos Estados Unidos, maior contribuinte para a manutenção da Agência. O Brasil, coerente com a atitude costumeira, não participou do debate, limitando-se a votar favoràvelmente à proposta norte-americana, no que foi acompanhado pelos latino-americanos, sem

exceção. A solução do problema só será definitiva, entretanto, quando fôr possível vencer a relutância dos países árabes e Israel em negociar bilateralmente uma fórmula satisfatória para a questão.

A questão das operações de paz, além de consistir em matéria de mais alta relevância, causadora da crise que paralisou a XIX Sessão da Assembléia Geral, envolvia o problema da autorização e financiamento de futuras operações. O consenso alcançado à luz das conclusões dos Relatórios do Comitê Especial dos 33, que habilitou a XX Sessão a funcionar normalmente, serviu de base à discussão do assunto no seio da Comissão. A Irlanda, parcialmente apoiada pelos Estados Unidos, porfiou em obter da Assembléia aprovação para a solução do impasse e propunha uma escala provisória de contribuições para remediar o deficit financeiro da Organização, enquanto não se adotassem critérios definitivos a fim de restituí-la à solvência. Prevaleceu, entretanto, a tendência, que se robusteceu à proporção que o deabte avançava, no sentido de reputar inoportuno o exame da substância do problema, e, nestas condições, endossar uma proposta meramente processual, que reconvocasse o Comitê dos 33 e lhe recomendasse apreciar a matéria, levando em consideração as discussões havidas na Comissão Política Especial. O Brasil co-patrocinou essa fórmula. Em sua essência a questão transcendente os aspectos administrativo-financeiros para refletir a profunda antinomia de posição doutrinária na matéria. Sua eventual solução dependerá de um evoluir paulatino, em que o fator decisivo reside no grau do possível entendimento entre o Leste e o Oeste.

Coincidindo o exame das políticas do «apartheid» do Govêrno sul-africano com a declaração unilaterial da independência da Rodésia do Sul, recrudesceram as censuras do bloco afro-asiático à inércia das potências ocidentais em implementar as resoluções capazes de forçar o Govêrno de Pretória a modificar sua política de discriminação racial. A

resolução aprovada não excedeu, todavia, os têrmos da sufragada em 1962. Muito ao contrário, constituiu um recuo na parte operativa, diluindo o caráter cominatório, no propósito de aliciar o maior número de votos. A Delegação brasileira, após consulta à Secretaria de Estado, apoiou a resolução vitoriosa, com a reserva, entretanto, de que o Brasil não estava convencido de que a situação na África do Sul configurasse perigo iminente, capaz de justificar a aplicação dos remédios previstos no Capítulo VII da Carta, relativo à «enforcement action». Na realidade, nada se acrescentou de nôvo no transcurso do debate, já que as recomendações da Assembléia Geral não têm caráter compulsório. O fôro adequado à discussão do problema é o Conselho de Segurança.

A proposta relativa à solução pacífica de controvérsias foi de iniciativa do Reino Unido, que a justificou como instituição de primeira instância para a solução de conflitos através dos métodos pacíficos consagrados na Carta: negociações, mediações, arbitragem e decisões judiciais. O projeto britânico, co-patrocinado por 18 Estados, o Brasil inclusive, visava a dinamizar os instrumentos existentes na Carta, mediante a criação de um Comitê que os revisse e propusesse sugestões à XX Assembléia Geral. O ataque frontal desfechado pela União Soviética à proposta de uma iniciativa de caráter processual, oriunda de Gana, com o apoio maciço do bloco afro-asiático e dos socialistas, suspendeu o debate geral e adiou a discussão do item, que será inscrito na agenda da vindoura Sessão. A coincidência do exame do assunto com a exacerbação de ânimos dos afro-asiáticos, em conseqüência da declaração unilateral de independência do Govêrno Ian Smith, prejudicou uma proposta que, em circunstâncias normais, teria merecido aprovação generalizada.

Não deu lugar a debate o Relatório do Comitê Científico das Nações Unidas sôbre os Efeitos das Radiações Atômicas, em vista de sua natureza técnica. O projeto de resolução pertinente, oriundo do Canadá e co-patrocinado pelo

Brasil, focalizou apenas aspetos administrativos, científicos e humanitários da questão e, sem diferir daquele votado na XVIII Sessão, visou exclusivamente a reafirmar a inquietação da Assembléia pelos efeitos nocivos das radiações ionizantes e a habilitar o Comitê em aprêço a prosseguir em sua tarefa.

A Segunda Comissão debateu questões econômicas e financeiras, sendo os itens da agenda para ela distribuídos, tratados por divisões especializadas dêste Ministério.

A Terceira Comissão considerou os temas constantes de sua agenda, num total de 16 itens. Apenas os pontos relativos à Liberdade de Informação e às Medidas sôbre a Implementação dos Pactos Internacionais sôbre direitos humanos foram adiados para a XXI Sessão da Assembléia Geral, por falta de tempo para o seu exame.

No tocante ao item relativo aos Relatórios do ECOSOC foram adotadas várias resoluções relacionadas com o Fundo de Socorro à Infância (emenda conjunta do Brasil e 13 países latino-americanos), Condição Jurídica da Mulher, Geminação de Cidades, Punição de Criminosos de Guerra, Contrôle Internacional de Entorpecentes, Direitos Humanos e Reforma Agrária. Foi também aprovada, nesse contexto, a Resolução que se refere à realização do Seminário sôbre Discriminação Racial no Brasil, em 1966.

A Terceira Comissão aprovou Resolução que institui um fundo destinado a socorrer as vítimas de desastres naturais. Quando se discutiu o item relativo à Situação Social no Mundo, o Delegado do Brasil fêz intervenção, expressando o apoio do nosso Govêrno aos trabalhos que as Nações Unidas vêm realizando no campo social e ressaltando o esfôrço levado a cabo no Brasil em matéria de educação, saúde, habitação popular, treinamento vocacional, reforma agrária e assistência social. Também com relação ao item sôbre Habitação, Construção e Planejamento, nossa Delegação dis-

correu sôbre a orientação do Govêrno revolucionário no campo do desenvolvimento social e sôbre os seus esforços para resolver o problema da moradia popular .

Foram considerados os relatórios do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, tendo sido eleito nôvo Comissário Sadrudin Agha Khan e aprovada a Resolução que convida os Estados-Membros a intensificar seu apoio ao órgão e aumentar suas contribuições.

Aprovou-se Resolução sôbre as Medidas de Implementação da Declaração das Nações Unidas sôbre a Eliminação de tôda as formas de Discriminação Racial, solicitando aos Governos novos dados relativos às providências concretas tomadas para a consecução de tal objetivo. Nessa oportunidade o Delegado do Brasil salientou as características de uma autêntica democracia social, que prevalecem no Brasil.

O item de maior importância e significação na agenda da Terceira Comissão foi sem dúvida a Convenção sôbre a Eliminação de tôdas as Formas de Discriminação Racial, cujo texto foi unânimemente adotado e submetido à adesão dos Governos. A Convenção instituiu um comitê contra a discriminação racial e estabelece o direito de petição individual.

Foi aprovada Resolução fixando em 15 anos a idade mínima para o casamento da mulher.

Na consideração do item sôbre a Promoção do Respeito aos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, o Brasil apresentou uma emenda que visara à vinculação de recursos econômicos liberados por eventuais progressos no programa de desarmamento ao custeio das medidas tendentes àquele propósito. A proposta brasileira foi aprovada com ligeiras modificações.

Foi adotada por unanimidade Resolução segundo a qual o ECOSOC solicitará a Comissão dos Direitos Humanos a realizar novos esforços com vistas a ultimar os projetos de

Declaração e de Convenção sôbre a Eliminação de tôdas as formas de intolerância religiosa.

Aprovou-se uma Declaração sôbre a Promoção, entre a Juventude, dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão, entre os Povos, com uma emenda patrocinada pela Argentina, Itália, França e Grécia, que assegura o direito de livre associação.

Aprovou-se mais uma Resolução que convida os Governos a ratificarem, se possível antes de 1968, uma série de Convenções relacionadas com os Direitos Humanos e outra que cria um Alto Comissário para os Direitos Humanos.

Coube à Quarta Comissão o maior número de itens na agenda da Assembléia Geral. Ao terminar seus trabalhos, havia votado 24 resoluções, cobrindo pràticamente tôda a gama dos problemas coloniais pendentes, desde as questões da Rodésia do Sul e dos territórios sob administração portuguêsa até a do minúsculo território de Pitcairn, com 86 habitantes apenas, cuja situação foi examinada no conjunto de 26 outros pequenos territórios. O Plenário da Assembléia Geral, por sua vez, aprovou mais uma resolução sôbre questões coloniais, vinculada à implementação da Declaração sôbre Concessão de Independência aos Povos e Países Coloniais.

Ao contrário de certa espectativa, justificada pelos resultados já obtidos no campo da descolonização, os trabalhos da Quarta Comissão foram dos mais polêmicos e nêles os países afro-asiáticos concentraram tôda a sua veemência e combatividade, movidos sobretudo pelo impacto inicial causado pela situação da Rodésia do Sul.

O tratamento das questões coloniais, na XX Assembléia Geral, deu lugar à adoção de certas decisões, sufragadas graças à maioria eleitoral afro-asiática somada aos socialistas, que merecem ser referidas pelas suas possíveis repercussões e pelos novos problemas suscitados. A questão das bases militares existentes nos territórios não-autônomos,

que poderia ser tratada no contexto do problema do desarmamento, passou a ser, deliberadamente, sobretudo por inspiração soviética, examinada como um obstáculo à independência daqueles territórios, não obstante a experiência histórica demonstrar, em vários casos, a improcedência dêsse argumento. A recomendação no sentido de que fôssem desmanteladas as referidas bases militares, incorporada à resolução 2.105 (XX), deu ao mesmo tempo lugar a uma decisão processual que poderá repercutir nas próximas deliberações sôbre outros problemas submetidos à Assembléia Geral. Essa decisão consistiu na rejeição pela maioria eleitoral afro-asiática, aliada aos países socialistas, da proposta dos Estados Unidos, no sentido de que o problema das bases militares, à vista dos precedentes e dos têrmos da Carta, fôsse considerado «questão importante» e, portanto, submetido à regra da maioria dos dois terços. O Delegado americano assinalou, a propósito, que considerava nula e contrária à Carta a decisão derrogatória da maioria dos dois terços.

Os países afro-asiáticos no seu combate ao colonialismo, adotaram atitudes mais fortes que se traduziram na insistência com que proclamaram a necessidade de ajuda aos movimentos de liberação nacional e da aplicação de sanções econômicas, embargos ao comércio de armas e produtos estratégicos e rutura de relações comerciais e diplomáticas com os países a que o grupo aplica o rótulo de «deliqüentes».

Com relação à Rodésia do Sul, foram aprovadas três resoluções, duas das quais, aceitas pela quase unanimidade da Comissão, recomendavam, entre outras medidas, o não reconhecimento do Govêrno Ian Smith. A outra resolução, além de condenar o regime racista, pedindo contra êle o apoio internacional, concitava o Reino Unido ao emprêgo de fôrças militares contra as autoridades de Salisburry. Juntamente com 17 outros países, o Brasil se absteve quanto ao conjunto dessa resolução, votando contra o parágrafo referente ao uso de fôrças armadas.

No tocante ao problema dos terrritórios sob administração portuguêsa, o grupo afro-asiático apresentou projeto considerado o mais forte até hoje proposto sôbre o assunto. A formulação da proposta afro-asiática grangeou uma considerável oposição ao projeto, inclusive a da maioria dos países latino-americanos. Não obstante, a maioria afro-asiática, com o apoio dos socialistas, conseguiu a aprovação do projeto por 66 votos a favor, 26 contra (Brasil) e 15 abstenções.

Dentro da Quarta Comissão, o grupo afro-asiático funcionou articulado, contando com a maioria de votos que lhe assegurava o apoio dos países socialistas. Seguros dessa vantagem numérica, recusaram na maioria das vêzes aceitar modificações que atenuassem o radicalismo de certos projetos de resolução, o que lhes tirou, por outro lado, o apoio ponderável, em vários casos, de outros países e grupos, como o latino-americano, que agiu, de maneira geral, com flexibilidade, conforme o problema específico em exame.

O setor administrativo e orçamentário foi um dos que registraram de maneira mais marcante a atuação da Delegação do Brasil à XX Assembléia Geral. A representação do Brasil na Quinta Comissão seguiu, ao participar do exame dos diversos itens da ordem do dia, as diretrizes fundamentais que vêm inspirando o Govêrno brasileiro nessa matéria e que são, de um lado, o provimento dos recursos necessários a habilitar as Nações Unidas a desempenhar de maneira eficaz suas funções políticas e a promover o desenvolvimento social e econômico dos povos e, de outro, o estabelecimento de uma disciplina orçamentária que assegure melhor utilização dos recursos disponíveis e reduza ao máximo possível os encargos financeiros que recaem sôbre os países em curso de desenvolvimento. Logrou a Delegação do Brasil na presente Assembléia conquistar bom terreno à luz dessas diretrizes. Tomamos parte de forma influente na análise de tôdas as questões submetidas à Quinta Comissão e na formulação de tôdas as deliberações de importância a que che-

gou. Assim, no campo específico da política orçamentária, defendemos a tese de que a expansão da despesa, longe de ser um fenômeno isolado, tem origem numa realidade econômica mundial, que força os países subdesenvolvidos a buscarem a assistência da ONU em seu esfôrço pelo progresso econômico e social. Defendemos também a tese de que, exatamente por êsses motivos, as contribuições dêsses mesmos países devem estabelecer uma distinção entre os gastos administrativos da Organização e as despesas de natureza assistencial. Para estas últimas, como é lógico, os países em desenvolvimento contribuiriam com quotas calculadas segundo critérios especiais que permitam que as mesmas sejam inferiores às das que lhes incumbem dentro do orçamento ordinário. Os conceitos que o representante do Brasil externou a êsse respeito, tanto no debate geral sôbre a proposta orçamentária para 1966, quanto no correr do exame de proposta francesa sôbre a revisão geral dos processos financeiros da ONU e de suas agências especializadas, foram endossados expressamente por várias delegações e estão refletidos de maneira extensa e nítida nos relatórios adotados pela Comissão.

O Brasil fará parte do Comitê Especial de 14 membros criado pela XX Assembléia Geral para proceder à citada revisão de todo o sistema financeiro das Nações Unidas. Trata-se de órgão cujas atividades deverão ter conseqüências da maior significação, constituindo verdadeira nova etapa no que se refere à administração e ao financiamento das Nações Unidas e das agências. Nossa presença nesse Comitê oferece excepcional oportunidade para que levemos adiante as teses acima expostas, no interêsse do Brasil e das nações em vias de desenvolvimento.

Das decisões tomadas pela Quinta Comissão e ratificadas pelo Plenário da Assembléia, cumpre sublinhar a que se refere à aprovação da escala de contribuição para o triênio fiscal 1965/67. Essa escala fixa para o Govêrno bra-

sileiro quota percentual sensìvelmente inferior à que nos cabia anteriormente, o que ocasiona, e ocasionará, substancial economia para o Tesouro Nacional no tocante às nossas obrigações para com a Organização. A aprovação dessa escala foi acompanhada da adoção de emenda por nós redigida, que aprova e reafirma a orientação seguida pelo Comitê de Contribuições em conceder um tratamento favorável aos países de baixa renda nacional «per capita».

O Brasil também teve participação determinante na solução encontrada para o financiamento da Fôrça de Emergência das Nações Unidas em Gaza, o que permitirá o prosseguimento dessa operação de paz em 1966. Cumpre notar que, ao mesmo tempo que influiu de maneira decisiva para a manutenção da Fôrça — a que se opunham de maneira categórica os países socialistas, e que encontrava a indiferença característica em abstenções de quase metade das delegações à Assembléia — a representação do Brasil logrou fazer aprovar um regime de financiamento que nos é altamente benéfico, reduzindo nossa contribuição à Fôrça para cêrca de 1/4 da que teríamos de pagar de acôrdo com a escala observada para o orçamento ordinário.

Vale notar, ainda, dentre as decisões de maior alcance, tomadas na esfera financeira, o fato de a delegação do Brasil ter obtido a reeleição para o Comitê de Contribuições da ONU do diplomata David Silveira da Mota. Sendo êsse órgão técnico peça da maior relevância no mecanismo deliberativo da vida financeira da Organização, continua assim o Brasil em posição de, nos próximos 3 anos, como o tem feito desde 1963, interferir diretamente na elaboração da escala de contribuições e nas decisões a ela atinentes.

A Sexta Comissão examinou inicialmente os relatórios da Comissão de Direito Internacional sôbre suas XVI e XVII Sessões, acúmulo devido ao impasse em que se encontrou a XIX Sessão da Assembléia Geral. O trabalho da Comissão de Direito Internacional se concentrou na codi-

ficação e evolução do Direito Internacional, através da elaboração de artigos regendo dois capítulos do mais alto significado nas relações entre os povos; os tratados e as missões especiais. A Representação brasileira reafirmou sua posição de que a atividade da CDI deve ser simplesmente formuladora e codificadora das normas seguidas pelos Estados em suas relações mútuas, e não criadoras de regras a serem ditadas aos Estados. Ressaltou, igualmente, a necessidade de que a Sexta Comissão se concentre no aperfeiçoamento dos meios pacíficos de fortalecer os laços que unem os povos.

A Comissão ocupou-se, ainda, da participação dos novos Estados nos tratados gerais multilaterais concluídos sob os auspícios da Liga das Nações, assunto que vem sendo examinado desde a XVII Sessão da Assembléia Geral.

Debateu, em seguida, o item relativo à Assistência Técnica para difusão do Direito Internacional, valiosa sobretudo para os jovens Estados africanos, conforme assinalou o Representante brasileiro, que ressaltou também ser a norma jurídica internacional o único instrumento válido nas relações entre os povos, afastado que deve ser o recurso à violência.

Coube à Sexta Comissão o estudo das emendas ao Regimento da Assembléia Geral, que se impunham em virtude das recentes emendas aos artigos 23, 27 e 61 da Carta das Nações Unidas, ou seja, o aumento do número de membros do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social.

Da maior importância foi a discussão sôbre os princípios de Direito Internacional que regem as relações amistosas e a cooperação entre os Estados, com vistas à sua futura formulação e codificação. A simples enumeração dêsses princípios dá bem a medida da importância dos debates: abstenção do uso ou ameaça do uso da fôrça, solução

pacífica das controvérsias, não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados, igualdade soberana dos Estados.

A Sexta Comissão considerou, ainda, as medidas a serem tomadas para o desenvolvimento do Direito Internacional Privado, sobretudo com vistas ao incentivo ao comércio mundial, peça da maior importância dentro da formulação do problema geral do desenvolvimento econômico.

O exame do projeto de Declaração sôbre o Direito de Asilo, inscrito na agenda da Assembléia Geral desde 1960, foi êste ano distribuído à Sexta Comissão, a fim de desafogar os trabalhos da Terceira Comissão, e tendo em vista os problemas jurídicos que a matéria suscita.

Finalmente, a Comissão apreciou o item relativo à emenda ao artigo 109 da Carta das Nações Unidas, que diz respeito à convocação de uma Conferência Geral dos membros das Nações Unidas destinada a rever a Carta. O item foi inscrito na agenda da XX Sessão, a requerimento do Secretário-Geral, que considerou necessário adaptar o mencionado artigo ao nôvo texto dos artigos 23 e 27 da Carta.

O ponto mais alto da XX Sessão da Assembléia Geral foi sem dúvida a visita do Santo Padre Paulo VI, no dia 4 de outubro. A presença do Sumo Pontífice no grande recinto da Assembléia Geral, a solenidade simples e comovente com que foi recebido, o respeito com que foi ouvido por todos os Delegados, apesar da disparidade de credos e ideologias, o discurso, admirável pela substância e pela forma, que pronunciou, assinalaram essa visita como o mais belo momento dos vinte anos da história das Nações Unidas.

Espaço Cósmico

O Comitê das Nações Unidas sôbre o Uso Pacífico do Espaço Cósmico realizou, de 5 a 8 de outubro de 1965, a

sua VII Sessão, sob a Presidência do Embaixador Kurt Waldheim, da Áustria. O Brasil, membro do Comitê, fêz-se representar na sessão pelo Ministro Geraldo de Carvalho Silos, assessorado pelo Secretário João Augusto de Médicis.

Durante o debate geral, os vários delegados apresentaram ao Comitê um resumo das atividades de seus países no âmbito da pesquisa espacial, havendo em particular sido louvados os êxitos obtidos por norte-americanos e soviéticos. O Secretário do Comitê fêz um relato sôbre o volume crescente no intercâmbio de informações entre os países, agências especializadas e instituições internacionais, sôbre a situação existente no campo de treinamento e educação e ainda a respeito da realização de programas internacionais, dando a conhecer os entendimentos já mantidos com a Organização de Aviação Civil Internacional para a eventual utilização de satélites de navegação.

Ao curso da sessão foram apreciados os relatórios preparados pela União Internacional de Telecomunicações e pela Organização Meteorológica Mundial, que assinalam o progresso constante no emprêgo de satélites artificiais para fins de comunicações e observações meteorológicas. Examinou-se igualmente o relatório do Subcomitê Legal, que se reuniu imediatamente antes do Comitê pleno e em cuja sessão se continuou o lento trabalho de elaboração de uma convenção sôbre assistência a astronautas e veículos espaciais e seu retôrno e de um acôrdo sôbre responsabilidade por danos causados por objetos espaciais. O Subcomitê Científico não submeteu relatório em razão de não se haver reunido em 1965.

Dentro da consideração do item «instalações internacionais de «foguetes-sonda», o Comitê decidiu reiterar a recomendação à Assembléia Geral para que seja concedido o patrocínio das Nações Unidas à base de lançamentos de Thumba, na Índia. Constava que a Argentina iria manifestar durante a sessão seu interêsse em merecer êsse patro-

cínio para suas instalações em Chamical, o que entretanto não ocorreu, havendo-se limitado o Delegado argentino a declarar que seu país solicitaria ao Fundo Especial assistência para um projetado centro de treinamento sôbre comunicações por meio de satélites.

O Brasil, em 1964, através de memorando circulado no Comitê, expressara a intenção de vir a solicitar o patrocínio da Organização para a estação de lançamentos da Barreira do Inferno, localizada próximo a Natal. Não foi possível entretanto à representação brasileira formalizar êste pedido durante a VII Sessão do Comitê, em virtude de não ter sido concluído o exame que as autoridades brasileiras competentes realizam sôbre os aspetos vários dêsse patrocínio. Nessas condições, o Delegado brasileiro absteve-se de participar do debate geral, para que uma ausência de menção ao eventual pedido brasileiro não viesse a ser entendida como desistência definitiva do Brasil na matéria.

O Comitê finalmente encareceu a necessidade de se reunir em janeiro de 1966 o Grupo de Trabalho encarregado de estudar a conveniência de se realizar em 1967 uma Conferência sôbre Atividades Espaciais, decidindo, ainda, que os órgãos subordinados ao Comitê poderiam pronunciar-se a respeito, uma vez findo o estudo do Grupo de Trabalho.

CONFERÊNCIAS, ORGANISMOS E ASSUNTOS GERAIS

Durante o ano de 1965, a Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais tratou da organização de delegações brasileiras a vinte e nove (29) Congressos e Conferências, abaixo relacionados:

1. OIT — 161º período de Sessões do Conselho de Administração — Genebra, 1 a 5 de março de 1965.
2. FAO — VIII Conferência Regional Latino-Americana — Viña del Mar, 13 a 29 de março de 1965.
3. FAO/UNICEF — V Sessão do Comitê de Política Conjunta — Nova York, 31 de março a 3 de abril de 1965.
4. Reunião do Conselho Diretor da Associação Internacional de Segurança Social — Genebra, 25 a 27 de março de 1965.
5. FAO — VII Sessão do Programa Mundial de Alimentos — Roma, 31 de março a 14 de abril de 1965.
6. OMS — 18ª Assembléia Mundial — Genebra, 4 a 22 de maio de 1965.
7. FISI — Reunião da Junta Executiva — Nova York, 4 a 24 de junho de 1965.
8. 36ª Sessão Geral do Escritório Internacional de Epizootias — Paris, 21 a 29 de maio de 1965.

9. OIT — 49ª Conferência Internacional do Trabalho — Genebra, 2 a 24 de junho de 1965.
10. 5º Congresso Internacional de Criminologia — Montreal, 29 de agôsto a 3 de setembro de 1965.
11. FAO — 2ª Sessão do Grupo do Atum — Roma, 6 a 13 de julho de 1965.
12. 13ª Reunião Anual da Sociedade Canadense de Ciências Forenses — Montreal, 29 de agôsto a 3 de setembro de 1965.
13. OMN — 4ª Sessão de Climatologia — Estocolmo, 12 a 26 de agôsto de 1965.
14. OMN — 4ª Sessão da Comissão de Instrumentos e Métodos de Observação — Tóquio, 4 a 16 de outubro de 1965.
15. II Conferência Demográfica Mundial — Belgrado, 30 de agôsto a 10 de setembro de 1965.
16. VI Congresso Internacional de Mecânica de Solos e Engenharia de Fundações — Montreal, 8 a 15 de setembro de 1965.
17. II Sessão da Comissão Técnica do CINTERFOR — Montevidéu, 16 a 18 de julho de 1965.
18. OMN — III Sessão do Grupo de Trabalho de Telecomunicações — Genebra, 6 a 18 de setembro de 1965.
19. 35ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística — Belgrado, 14 a 22 de setembro de 1965.
20. IMCO — 4ª Sessão da Assembléia — Londres, 15 a 19 de setembro de 1965.
21. OIT — 1º Período de Sessões da Comissão Consultiva Interamericana do Conselho de Administração — Buenos Aires, 20 a 25 de setembro de 1965.

22. AIEA — IX Conferência Geral — Tóquio, 21 a 28 de setembro de 1965.

23. Reunião técnica tripartite sôbre hotéis, restaurantes e estabelecimentos similares — Genebra, 4 a 15 de outbro de 1965.

24. OPAS — XVI Reunião do Conselho Diretor — Washington, 27 de setembro a 8 de outubro de 1965.

25. XX Conferência da Cruz Vermelha — Viena, 25 de setembro a 9 de outubro de 1965.

26. I Simpósio Internacional sôbre Dessalinização da Água — Washington, 3 a 9 de outubro de 1965.

27. Conferência Latino-Americana sôbre a Infância e a Juventude no Desenvolvimento Nacional — Santiago, 24 de novembro a 12 de dezembro de 1965.

28. XIII Conferência Geral da FAO — Roma, 8 de novembro a 10 de dezembro de 1965.

29. AIEA — Comitê de Peritos sôbre Assistência de Emergência em Casos de Acidentes de Radiação — Viena, 13 a 17 de dezembro de 1965.

Além dos Congressos e Conferências acima referidos, transitaram pela DOA expedientes relativos a mais oitenta e quatro (84) certames internacionais. Cumpre observar que, nesse levantamento, não se incluem grande número de reuniões de órgãos técnicos das grandes Agências especializadas, normalmente atendidas por funcionários lotados em Missões diplomáticas e Delegações junto a organismos internacionais, mas que mereceram a atenção da DOA, seja nos contatos prévios com outros órgãos da administração interessados nos assuntos tratados, seja na formulação de instruções específicas aos delegados designados pela Secretaria de Estado.

No que se refere às Agências Especializadas das Nações Unidas e à Agência Internacional de Energia Atômica, os relatórios parciais anexos contêm as informações essenciais sôbre suas atividades no ano de 1965, sob o prisma dos interêsses brasileiros mais diretos.

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS DO BRASIL

Em continuação aos estudos iniciados em 1964, a DOA realizou, em colaboração com o Departamento de Administração e outros órgãos interessados da Secretaria de Estado, completo levantamento das contribuições do Brasil a organismos internacionais, dando ênfase especial a grande número de compromissos assumidos no passado com organizações não-governamentais cujas atividades se vinham revelando, por diversos motivos, de pouca ou nenhuma utilidade para o Brasil. Em conseqüência, grande número de contribuições foram incluídas no Plano de Contenção de Despesas, estabelecido pelo artigo 6º da Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Caracterizou-se o ano de 1965, em relação à Agência Internacional de Energia Atômica, pela entrada em vigor do nôvo sistema de salvaguardas. De fato, desde 1964 encontrava-se em estudo a revisão do antigo sistema. Apesar de alterado em 1964, com sua extensão a reatores de mais de 100 megawatts, o antigo sistema já não correspondia às necessidades da Agência. Constituído um grupo de trabalho para sua revisão, êsse terminou seus estudos em outubro de 1964, submetendo à Junta de Governadores, em sua reunião de fevereiro de 1965, um projeto que, apesar de não ser perfeito, era bastante flexível e representava a média da opinião dos países ali representados.

Aprovado provisòriamente naquela reunião, só em setembro de 1965, quando da realização da IX Conferência Geral da Agência, entrou efetivamente em vigor. Recebeu o sistema o voto favorável de todos os países presentes, com a exceção da Indonésia, que votou contra, e do Paquistão e Nigéria, que se abstiveram. É sôbre êsse nôvo sistema de salvaguardas que se deverá basear nos próximos anos o contrôle do uso para fins pacíficos dos materiais nucleares cedidos pela Agência e seus Estados-Membros, dos materiais cedidos por um país a outro, diretamente ou por intermédio da Agência, e ainda dos reatores e demais instalações que os Estados-Membros desejem colocar sob a supervisão da Agência.

Paralelamente à entrada em vigor do nôvo sistema de salvaguardas, dedicou a AIEA grande ênfase ao estudo de problemas ligados à dessalinização da água do mar, à assistência de emergência a ser eventualmente prestada por um Estado-Membro a outro em caso de acidente de radiação, à regulamentação sôbre transporte de materiais radioativos e ao emprêgo de radioisótopos nos vários campos de sua aplicação, desde a agricultura até a saúde e a indústria.

Realizou a Agência várias reuniões e Simpósios no ano de 1965, tendo o Brasil estado representado em grande número dêsses encontros, dentre os quais cabe ressaltar o Simpósio sôbre Física e Química da Fissão (Salzburgo, 22 a 26 de março); Comitê Intergovernamental sôbre Assistência de Emergência em Acidentes de Radiação (Viena, 13 a 17 de dezembro); Curso de Aperfeiçoamento sôbre o Uso de Radioisótopos e Radiação em Pesquisas Florestais (Hanover, 11 de maio a 3 de julho); 5º Painel sôbre Dessalinização (Viena, 5 a 9 de abril); Curso sôbre Utilização de Tório em reatores de Potência (Viena, 14 a 18 de junho); Comitê sôbre Dados Nucleares (Tóquio, 10 a 17 de setembro). Participou também o Brasil da IX Conferência da AIEA (Tóquio, 21 a 28 de setembro) com uma delegação

chefiada pelo Professor Fausto Walter de Lima, membro do Conselho Deliberativo da CNEN.

Conforme acontecera em 1964, o Brasil foi novamente designado para integrar o Comitê Administrativo e Orçamentário e o Comitê de Assistência Técnica. Também um representante brasileiro foi eleito, a título individual, para integrar o Comitê de Pensões da Agência.

Contribuiu o Brasil para o Orçamento regular da AIEA, no ano de 1965, com o montante de US$ 69.880. Paralelamente comprometeu-se o Brasil a fazer uma contribuição voluntária para o Orçamento Operacional daquela Agência no equivalente em cruzeiros a US$19.000, o que representa o percentual de 0,95% sôbre a meta de US$ 2.000.000, visada para aquêle Fundo. A contribuição brasileira para 1966, deverá, não obstante, diminuir, pôsto que sua quota foi reduzida para 0,86%, conforme decidido pela IX Conferência Geral. Tal redução relativamente ao Orçamento Regular implica na automática redução da contribuição voluntária para o Fundo Operacional que será reduzida ao equivalente em cruzeiros a US$17.200.

Pelo Decreto Legislativo 56, de 1965, o Brasil ratificou o Acôrdo sôbre Privilégios e Imunidades da AIEA, estendendo assim àquele Organismo o tratamento que já vinha sendo dispensado às Nações Unidas e suas Agências Especializadas.

Deverá o Brasil ratificar em 1966 a chamada Convenção de Viena sôbre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, aprovada pela CNEN e a ser pròximamente encaminhada ao Congresso Nacional.

Dentro do Programa Regular da Agência foram aprovados projetos brasileiros para o ano de 1966, no montante aproximado de US$46.000 tendo sido ainda solicitados à Agência, no Programa Ampliado, peritos, bôlsas-de-estudo

e equipamento, no montante de US$163.200 também para o ano de 1966.

No campo da energia atômica em geral, a Divisão de Organismos, Conferências e Assuntos Gerais ocupou-se da renovação do Acôrdo de Cooperação nos Usos Civis da Energia Atômica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, assinado a 8 de julho, em Washington, um nôvo texto que representa uma consolidação do texto primitivo de 1955 e de suas emendas subseqüentes, acrescido de novos artigos, relativos principalmente a salvaguardas. Êste Acôrdo encontra-se presentemente em estudos no Congresso Nacional. Nêle é prevista assinatura de um acôrdo complementar que transferirá para a AIEA a responsabilidade pela aplicação de salvaguardas aos materiais cedidos ao Brasil nos têrmos daquele mesmo Acôrdo de Cooperação. Tal Acôrdo complementar, um acôrdo tripartite, já que a Agência é também parte contratante, encontra-se em estudos por parte de um Grupo de Trabalho constituído por representantes da CNEN, do Estado Maior das Fôrças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional e do Itamaraty (representado pelo Chefe da Divisão de Organismos Internacionais).

Foi também negociado um acôrdo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica com Portugal, assinado em 18 de junho.

Iniciaram-se, por outro lado, negociações visando à assinatura, em janeiro de 1966, de um acôrdo semelhante com a Bolívia.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) E ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE

A Organização Mundial de Saúde (OMS) opera no Brasil em colaboração com a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), que é o seu Escritório Regional para as

Américas. Patrocina ela diversos projetos de interêsse regional e nacional, mobilizando recursos que, no biênio 1966/67, atingem a US$1,233.396. O entrosamento da OMS e da OPAS com o Govêrno brasileiro, no campo internacional, se efetua mediante a coordenação entre o Itamaraty e o Ministério da Saúde, através da Comissão de Assuntos Internacionais (CAI). A colaboração dos dois organismos internacionais tende a expandir-se segundo ritmo de crescimento demográfico brasileiro e o planejamento em matéria de saúde pública.

São os seguintes projetos existentes para a aplicação no nosso País:

1. *Paludismo*

a) Programa de erradicação (Orçamento ordinário e fundo especial de paludismo da OPAS). Crédito previsto: US$449.164.
b) Programa de erradicação, São Paulo (fundo especial de paludismo da OPAS). Crédito previsto: US$19.166.
c) Centro de preparação para a erradicação do paludismo, São Paulo (fundo especial do paludismo da OPAS). Crédito previsto: ..... US$25.000.

2. *Doenças parasitárias* —

Bilhasiose (OPAS). Crédito previsto: .... US$10.200.

3. *Doenças a virus* —

a) erradicação de varíola (OPAS). Crédito previsto: US$7.400.
b) laboratório nacional de virologia (orçamento ordinário, PEAT-I e OPAS). Crédito previto: US$21.347.

c) laboratório de febre amarela (OPAS). Crédito previsto: US$8.000.

4. *Saúde pública veterinária* —

a) luta contra a raiva. Crédito previsto: .... US$8.800.

b) ensino da medicina veterinária (OPAS). Crédito previsto: US$7.400.

5. *Administração de saúde pública* —

a) epidemiologia (OPAS). Crédito previsto: US$19.278.

b) planificação sanitária nacional (OPAS); Crédito previsto: US$27.840.

c) serviços de saúde pública, Estados do Nordeste (orçamento ordinário e OPAS). Crédito previsto: US$141.444.

d) serviços de saúde pública, São Paulo (OPAS). Crédito previsto: US$1.700.

e) serviços de cuidados médicos (OPAS). Crédito previsto: US$18.040.

f) bôlsas-de-estudos. Crédito previsto: .... US$10.500.

6. *Estatísticas demográficas sanitárias* —

Estatísticas sanitárias. Crédito previsto: .... US$41.521.

7. *Cuidados de enfermagem* —

a) cuidados de enfermagem (OPAS). Crédito previsto: US$27.213.

b) ensino de enfermagem, Recife. Crédito previsto: US$19.493.

c) formação de enfermeiras auxiliares (OPAS). Crédito previsto: US$18.690.

d) ensino de enfermagem, Fortaleza (OPAS). Crédito previsto: US$13.893.

8. *Higiene da maternidade e da infância* —

Ensino de pediatria, Recife (OPAS). Crédito previsto: US$3.742.

9. *Nutrição* —

a) nutrição. Crédito previsto: US$23.121.
b) cursos de nutrição (OPAS). Crédito previsto: US$23.400.
c) Instituto de Nutrição, Recife (OPAS). Crédito previsto: US$24.438.

10. *Higiene do Ambiente* —

a) gênio sanitário, (OPAS). Crédito previsto: US$27.820.
b) luta contra a poluição do ar e da água (PEAT-1). Crédito previsto: US$30.388.
c) Abastecimento público de água (fundo da OPAS para o abastecimento de água). Crédito previsto: US$3.400.
d) Instituto do Gênio Sanitário (Fundo Especial das Nações Unidas). Crédito previsto: ...... US$85.780.

11. *Ensino e formação profissional* —

a) Escola de Saúde Pública, Rio de Janeiro (OPAS). Crédito previsto: US$30.000
b) Escola de Saúde Pública, São Paulo. Crédito previsto: US$6.000
c) Ensino de medicina (orçamento ordinário e OPAS). Crédito previsto: US$79.298.

As previsões de crédito acima indicadas referem-se a subvenções (US$56.742), fornecimento de equipamento e material (US$261.250), assistência de pessoal especializado e técnico (US$733.504), concessão de bôlsas-de-estudos (US$172.160) e diversos (US$9.800).

Em 1965 participamos das seguintes reuniões da OMS:

— 35ª e 36ª *sessões do Conselho Executivo (Genebra, 11 de janeiro a 2 de fevereiro e 24 e 25 de maio)*.

Delegado: Doutor Theobaldo Vianna, Representante do Brasil naquele órgão. Na 35.ª sessão do Conselho, foi delegado suplente o Secretário Adhamar Soares de Carvalho. Detiveram particularmente a atenção da delegação brasileira, numa e noutra reuniões, os assuntos atinentes à atuação da OMS na América Latina, através dos programas da OPAS.

— 18.ª *Assembléia Mundial de Saúde (Genebra, 4 a 22 de maio)*

Chefiou a Delegação brasileira o Doutor Raymundo de Britto, Ministro da Saúde. Foram delegados o Professor Manoel José Ferreira, Diretor Geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais, e o Doutor Achilles Scorzelli Júnior, Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde; suplentes, o Doutor Theobaldo Vianna e o Doutor Murillo Bastos Belchior, Diretor Executivo da CAI. Do ponto-de-vista político, mereceu especial atenção o estudo e discussão do projeto de emenda ao artigo 7º da Constituição da OMS (assinada em Nova York, em 22-7-1946). Estabelece o artigo que a Assembléia pode suspender o direito de voto e de serviços aos países-membros que não tenham cumprido as suas obrigações financeiras, ou «em outras circunstâncias excepcionais». Vários países africanos apresentaram projetos de emenda ao referido artigo, emendas essas que, na discussão do item na 18.ª Assembléia, ficaram reduzidos ao projeto da Costa do Marfim. Segundo êsses projetos, estabelecia-se, além do princípio de suspensão (já aplicado à África do Sul na XVII Assembléia), a exclusão de um Estado-membro que, «não levando em consideração os princípios humanitários e os objetivos enunciados na Constituição, pratique, deliberadamente, uma política de discriminação ra-

cial». A delegação brasileira votou contra a referida emenda, de acôrdo com a posição mantida pelo Govêrno brasileiro de opor-se à expulsão, por motivos políticos, de países-membros das agências especializadas da ONU, por entender que: *a*) não há fundamento legal para a medida; *b*) as agências da ONU são órgãos técnicos e operacionais e não políticos; *c*) o fôro próprio para essa deliberação é a ONU e *d*) uma alteração constitucional dêsse teor seria, no futuro, uma arma a serviço de maiorias ocasionais, contra qualquer Estado-membro. O resultado da votação foi de 65 votos a favor da emenda, 28 contra e 10 abstenções, tendo sido aprovada a resolução (número, 2/3 necessários: 63). Estiveram ausentes 13 países. Nos têrmos dos arts. 73 e 79 (b), as emendas à Constituição adotadas pela Assembléia Mundial de Saúde entram em vigor quando ratificadas por dois treços dos Estados-membros da Organização. O Govêrno brasileiro não dará início ao processo de ratificação da emenda, consoante à posição adotada na 18.ª Assembléia Mundial de Saúde. A resolução pela qual foi aprovada a emenda em questão constitui o doc. WHA 18.48, de 20-5-1965.

Para a presidência da 18.ª Assembléia, foi eleito o candidato da Argentina, Doutor V. V. Olguin, que contava com o apoio das delegações latino-americanas (inclusive a do Brasil). O Doutor Olguin obteve 66 votos contra e 45 votos dados ao Doutor Refshauge, da Austrália.

Os seguintes Estados-membros foram eleitos para as vagas existentes no Conselho Executivo, para o qual deverão designar um seu Representante: Estados Unidos da América, Guiné, Índia, Marrocos, México, Peru, Tcheco-Eslováquia e Yêmen.

Inicialmente havia quatro candidatos das Américas, para três vagas. Após entendimentos entre as delegações interessadas, a Argentina, considerando já ter um de seus delegados como Presidente da Assembléia, retirou a candidatura. Os países que terminavam o mandato no Conse-

lho eram os seguintes: Canadá, Colômbia, Madagascar, Haiti, Tunísia, França, URSS e Ceilão.

O Conselho Executivo da OMS passou a ser constituído por representantes dos seguintes membros: Brasil, Camarões, Tcheco-Eslováquia, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Guiné, Índia, Indonésia, Irã, Koweit, Líbia, Malásia, Mali, Marrocos, México, Noruega, Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Serra Leoa, Turquia e Yêmen.

Foram adotadas em plenário resoluções recomendadas através do relatório da Comissão de Programa e Orçamento, da Comissão de Assuntos Administrativos, Financeiros e Jurídicos e Comissão de Credenciais.

Segundo a resolução «distribuição das porcentagens de contribuições para 1966» (doc. WHA 18.17) aprovada, a contribuição financeira do Brasil foi fixada em 0,85%, (anteriormente era de 0,93%) por maioria de dois terços de acôrdo com o art. 70 do Regimento Interno. Pela resolução aprovada, com referência ao orçamento para 1966 (doc. WHA 18.19), foi êsse fixado em US$42.442.000. Nessas condições, caberá ao Brasil, em 1966, uma contribuição de US$369.920, ligeiramente maior, portanto, que a contribuição de 1965, que montou em US$366.380.

Digna de menção, entre outras, pelo seu interêsse, é a resolução sôbre contrôle de qualidade de preparados farmacêuticos (doc. WHA 18.36): convida os Govêrnos a providenciarem para que os preparos farmacêuticos importados ou fabricados localmente sejam submetidos a um contrôle apropriado de sua qualidade e solicita ao Diretor Geral a continuar a ajudar os Estados-membros a desenvolverem os seus próprios serviços de laboratório, ou a utilizarem serviços dessa natureza disponíveis em outra parte.

A resolução sôbre o programa de erradicação da varíola (doc. WHA 18.38) chama atenção especial para a impor-

tância do problema e salienta a necessidade dos programas de erradicação e sua inclusão em programas de ajuda bilateral. Cabe notar, de modo particular, que o Brasil é o único país na América do Sul onde ainda persiste o problema da varíola: de onde resulta o nosso interêsse por essa resolução.

O documento WHA 18.43 refere-se à proposta de criação de um Centro Mundial de Pesquisa para a Saúde, cujo projeto contou com a aprovação do Brasil, que, entretanto, fêz notar, na 35ª sessão do Conselho Executivo, que o problema do seu financiamento (110 milhões de dólares a longo prazo) não deverá onerar os países econômicamente menos favorecidos. O assunto não foi resolvido na 18.ª Assembléia, sendo o Diretor Geral solicitado a apresentar relatório ao Conselho Executivo e à XIX Assembléia sôbre o programa já em realização e sua execução.

O Centro Internacional de Pesquisas sôbre o Câncer, de que trata o doc. WHA 18.44, foi criado sob o patrocínio dos governos dos Estados Unidos da América, França, Itália, República Federal da Alemanha e Reino Unido. A participação não é compulsória, dependendo de solicitação expressa e contribuição anual de US$150.000.

Segundo a resolução WHA 18.14, os Estados-membros assumiram o compromisso de depositar um total de 5 milhões de dólares a fim de constituir a dotação da parte I do Fundo Rotativo da OMS. O Govêrno brasileiro já se desobrigou do seu compromisso, montante em US$5.190.

Na discussão do item «atividades que podem ser incluídas no programa da OMS com relação aos aspetos sanitários da situação demográfica mundial», foi adotada a resolução WHA 18.49, que constitui a primeira medida tomada pela OMS com relação ao problema do contrôle da natalidade. A delegação do Brasil fêz parte de um grupo de trabalho que discutiu o assunto e redigiu a proposta de resolução, a

qual, é de salientar, teve a plena concordância da Santa Sé, cujo representante junto à OMS fêz também parte do Grupo de Trabalho.

No mês de agôsto, visitou o Brasil o Doutor Marcolino Candau, Diretor Geral da OMS, em companhia do Doutor Abraham Horwitz, Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde. Mantiveram-se, na ocasião, úteis contatos entre os dois diretores, o Doutor Renjijo, Chefe do Escritório da Zona V e o Govêrno brasileiro, através de altos representantes do Ministério da Saúde e do Ministério das Relações Exteriores fazendo-se um exame geral das principais questões de interêsse mútuo para o Govêrno brasileiro e a OMS e seu órgão regional para as Américas.

À XVI Reunião do Conselho Diretor da Organização Pan-americana de Saúde e a XVI Reunião da Comissão Regional da OMS, realizadas concomitantemene de 27 de setembro a 8 de outubro de 1965, em Washington, o Govêrno brasileiro enviou a seguinte delegação:

Chefe — Doutor Raymundo de Britto, Ministro da Saúde.

Delegados — Doutor Manoel José Ferreira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Doutor Achilles Scorzelli, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Saúde e Doutor Murillo Bastos Belchior, Diretor-Executivo da CAI.

O Ministro Raymundo de Britto foi eleito Presidente das referidas reuniões.

Entre as resoluções aprovadas figuravam o orçamento e o programa para 1966, bem como os programas e previsões orçamentárias para 1967-1968-1969 e os programas da erradicação da varíola e da malária, que foram objeto de cuidadoso exame, salientando o Doutor Scorzelli, como Representante do Brasil, ao usar da palavra, a importância da erradicação da varíola no nosso país e a sua repercussão no Con-

tinente. A Delegação do Brasil desenvolveu marcante atuação, sendo eleita para participar de vários grupos de trabalho. Durante as discussões técnicas, foi eleito relator do Grupo constituído para estudar o assunto, o Doutor Achilles Scorzelli. O Doutor Manoel Ferreira foi eleito por aclamação Presidente do Comitê Executivo do Conselho Diretor da OPAS, sucedendo assim o Brasil aos Estados Unidos naquele pôsto.

A composição do Conselho Executivo ficou assim constituída, de acôrdo com as eleições verificadas para a substituição da Costa Rica e Estados Unidos da América, que terminavam os seus mandatos e para cujos postos foram eleitos o Equador e a Guatemala: Brasil (término do mandato: setembro de 1966), Costa Rica, Jamaica, México, Panamá, Guatemala e Venezuela.

A contribuição financeira do Govêrno brasileiro à OPAS, montou, em 1965, em US$543.083. De acôrdo com o nôvo orçamento votado, essa contribuição passará a ..... US$605.852 em 1966.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

Verificou-se em 1965 um maior entrosamento entre o Brasil e a OMM. O não-comparecimento de representantes brasileiros especializados nas reuniões técnicas da Organização vinha prejudicando o nosso prestígio naquele Órgão, tendo o País, em conseqüência dessas ausências, perdido muitas oportunidades de obter assistência e auxílio para o desenvolvimento da meteorologia nacional. Três foram as reuniões técnicas promovidas pela Organização Meteorológica Mundial das quais participamos:

1. 4.ª *Sessão de Climatologia* (*Estocolmo,* 12 *a* 26 *de agôsto*). Delegado: Engenheiro Leandro Riedel Ratisbona, Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas Meteorológicas do Serviço de Meteorologia do Mi-

nistério da Agricultura e Representante do Brasil na Comissão de Climatologia da OMM. Entre os itens da agenda de maior interêsse para o nosso País constava o estudo da rêde climatológica mundial, nêle sendo apreciada a rêde climatológica brasileira e as atividades meteorológicas nacionais. No item referente aos atlas climatológicos foi discutida a elaboração do Atlas Climatológico Sul-americano, a cargo do Brasil .

2. *II Sessão do Grupo de Trabalho de Telecomunicações da Comissão de Meteorologia Sinótica (Genebra, 6 a 18 de setembro)*. Delegado brasileiro: Engenheiro Ivan Santos Bustamante, Membro do referido Grupo, assessorado pelo meteorologista Roberto Chaves Ferreira. Foi debatido na reunião, entre os outros tópicos da agenda, o item «Melhoria das transmissões meteorológicas na América do Sul», relacionado ao Centro de Intercâmbio de Brasília. Êste Centro deverá transmitir tôdas as informações meteorológicas no Hemisfério Sul. O aparelhamento do Centro constitui objeto de um projeto de acôrdo sôbre o qual serão fornecidos maiores elementos em seguida, no presente relatório. Em complementação dêsse projeto (NDF-1 doc. 16 da OMM) o Govêrno brasileiro estabeleceu um plano do qual deu conhecimento ao Grupo de Trabalho, a fim de melhorar a obtenção de informações sinóticas meteorológicas no território brasileiro, através do Centro de Brasília. O plano prevê a unificação de diversas rêdes independentes de telecomunicações nacionais numa única rêde, assim como um sistema de estações intermediárias, que por sua vez constituirão os centros de rêdes secundárias. O representante do Serviço Meteorológico da Espanha propôs a realização da ligação Brasília-Nairobi através de Las

Palmas e Santa Isabel. O Govêrno brasileiro se acha em contato com o Serviço Meteorológico espanhol e a OMM para a verificação das possibilidades técnicas, diplomáticas e financeiras a fim de que a ligação se possa concretizar conforme essa sugestão.

O Centro de Brasília está sendo planejado de modo a ser considerado oficialmente, conforme comunicação já feita à OMM, como um «Centro Meteorológico Regional (MRC)», de acôrdo com as exigências estabelecidas na 17ª Sessão do Comitê Executivo (maio-junho 1965). O Centro deverá constituir também estação terminal de uma ligação com Washington, através da qual a Vigília Meteorológica Mundial (World Weather Watch ou WWW) receberá informações da América do Sul e transmitirá informações do resto do mundo para a América do Sul.

3. *IV Sessão da Comissão de Instrumentos e Métodos de Observação (Tóquio, 4 a 16 de outubro)*. Delegado brasileiro: Doutor Jesus Marden dos Santos, Representante Permanente do Brasil na OMM e Membro da mencionada Comissão.

Foram efetuadas gestões tendo em vista a realização da próxima reunião dessa Comissão no Rio de Janeiro, em janeiro de 1970. O assunto está sendo examinado pelo Govêrno brasileiro.

No início do mês de abril visitou o Brasil o Professor Pavel Astapenko, Secretário-Geral Adjunto da OMM, a fim de tratar dos seguintes assuntos:

1. ultimação do projeto de Brasília
2. projeto da SUDENE
3. estabelecimento de um Centro Regional de Treinamento da OMM no Brasil.

1. *Projeto de Brasília* — Em colaboração com o Serviço de Meteorologia, o Itamaraty completou o exame do projeto de acôrdo que deverá ser concluído entre o Govêrno brasileiro e a Organização Meteorológica Mundial para a execução do Plano de Operação do Nôvo Fundo de Desenvolvimento da OMM, visando à «Melhoria das Telecomunicações Meteorológicas na América do Sul». O texto revisto do projeto já foi encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores à Delegação do Brasil em Genebra, esperando-se para muito breve a fixação da data de assinatura do acôrdo. Segundo êsse nôvo instrumento, o Govêrno brasileiro deverá receber do «New Development Fund» da OMM 170 mil dólares para o estabelecimento de uma ligação por telecomunicações entre o Centro de Informações do Hemisfério Sul, em Brasília, e o Centro de Informações do Hemisfério Norte, em Nova York. O plano a ser pôsto em execução, nos têrmos do acôrdo, envolve a compra e instalação de equipamento de telecomunicações para o aparelhamento do Centro e prestação de assistência para a obtenção dos dados meteorológicos provenientes da América do Sul e a sua distribuição do Continente. O Centro deverá proporcionar uma melhoria considerável nas telecomunicações meteorológicas na América do Sul, na transmisão de informações no Continente, assim como com a América do Norte, e dêsse modo com o mundo inteiro. A duração do plano deverá ser de 2 anos e três meses para o estabelecimento dos centros, sendo limitado o período de operação. O órgão governamental de colaboração no plano é o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura.

2. *Projeto da SUDENE* — Diz respeito à instalação de uma rêde meteorológica no Nordeste. Trata-se

de um projeto patrocinado pelo Fundo Especial das Nações Unidas, aprovado recentemente e que deverá entrar em funcionamento em junho de 1966. A participação da OMM, através da sua assistência e apoio muito contribuiu para o êxito da iniciativa.

3. *Estabelecimento de um Centro Regional de Treinamento da OMM no Brasil* — O Centro funcionaria por meio de uma cadeira de meteorologia da Universidade do Brasil e de cursos de nível médio e elementar. Constituiria êle um dos três centros regionais a serem instalados na América Latina e se destinaria aos estudantes de língua portuguêsa. A OMM forneceria professôres e equipamento, ficando os recursos financeiros necessários a cargo das autoridades locais. O projeto se acha ainda em fase de estudo.

Em 1965 a OMM concedeu uma bôlsa-de-estudos na Universidade de Buenos Aires, com duração de dois anos, sôbre análise e previsão do tempo, ao Senhor João Conde, de nacionalidade brasileira.

A contribuição financeira do Brasil à OMM, de acôrdo com a quota-parte que nos foi fixada de 15 unidades, montou em 1965 em 23.199 dólares. No curso de 1965, a OMM submeteu à aprovação do Brasil uma previsão de aumento das despesas gerais da Organização, no seu 4º período financeiro, da ordem de 150 mil dólares. Segundo essa previsão de aumento, caber-nos-ia uma contribuição extra a ser paga nos dois últimos anos do período (1966-67), de US$1.970.25. O Govêrno brasileiro votou a favor do aumento da despesa, considerada indispensável.

O Secretário-Geral da OMM efetuou gestões no sentido de verificar a possibilidade de se realizar no Brasil, durante o segundo semestre de 1966, o «Seminário sôbre instrumentos hidrometeorológicos e métodos de observação e sôbre

o estabelecimento de rêdes hidrometeorológicas. O Govêrno brasileiro manifestou-se em princípio favorável à iniciativa.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da O.I.T., o Brasil participou das 161.ª, 162.ª, e 163.ª sessões daquele Conselho, através do seu Representante, Senhor Lopo de Carvalho Coelho. As referidas sessões realizaram-se, respectivamente, de 1º a 5 de março, de 28 a 29 de maio (concomitantemente com a 49.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho) e de 16 a 19 de novembro.

Na 161.ª sessão, o Conselho procedeu à revisão das comissões de indústria e comissões assimiladas da O.I.T. Segundo essa revisão, que passou a vigorar a partir de 1º de abril, coube ao Brasil participar das seguintes comissões de indústria: Comissão de Transportes Internos, Comissão do Ferro e do Aço, Comissão das Indústrias Mecânicas, Comissão do Petróleo, Comissão de Indústrias Químicas, Comissão Consultiva de Empregados e Trabalhadores Intelectuais, Comissão de Trabalho nas Plantações; deixou de figurar, apenas, nas seguintes comissões do gênero: Comissão de Indústria Carbonífera, Comissão de Indústrias Têxteis e Comissão de Construção Civil e dos Trabalhos Públicos.

Além das Comissões de Indústria, o Govêrno brasileiro é representado na Comissão de Liberdade Sindical e na Comissão de Atividades Práticas.

A Comissão de Liberdade Sindical examinou, entre outros, o caso nº 385, relacionado às alegações procedentes de algumas entidades sindicais, como a Federação Sindical Mundial, com sede em Praga, e a Confederação Latino-Americana de Sindicatos Cristãos sôbre a liberdade sindical no Brasil. Coube ao Govêrno brasileiro apresentar, através do seu Representante no Conselho de Administração, ampla informação sôbre improcedência dessas alegações, cujos por-

menores se acham consignados nos diversos relatórios da Comissão ao Conselho de Administração, sôbre os seus trabalhos e recomendações.

A 49.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho realizou-se em Genebra, de 2 a 28 de junho. O Brasil se fêz representar através da seguinte Delegação tripartite:

1. *Delegação Governamental*

Delegados: Arnaldo Lopes Sussekind, Ministro do Trabalho e Previdência Social, Chefe da Delegação.
Embaixador Antônio Corrêa do Lago, Chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

Delegado Suplente: Lopo de Carvalho Coelho, Representante do Brasil no Conselho de Administração da O.I.T.

Conselheiros Técnicos: Max do Rêgo Monteiro, Presidente do Conselho Superior de Previdência Social e Membro da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
Marcelo Pimentel, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e Membro da C.P.D.S. do mesmo Ministério.
Carlos Alberto Nembri de Brito, Secretário do Ministro do Trabalho.
David Silveira da Motta, Primeiro Secretário da Delegação do Brasil em Genebra.
Rodolpho Souza Dantas, Primeiro Secretário da Delegação do Brasil em Genebra.
Augusto de Ulhôa Reis, Médico do Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho do Ministério do Trabalho.
Bernardo de Azevedo Brito, Segundo Secretário, Cônsul em Sevilha.

Carlos Alberto Tenório Machado, Suplente do Representante no Conselho de Administração.

Assessor: José Machado, jornalista.

2. *Delegação Patronal*

Delegado: Exaltino José Marques Andrade.

Delegado Suplente: Raimundo Nonato Fontenelle.

Conselheiros Técnicos: Mário S. W. Battendieri.
Antônio Fernandes Filho
Ruy Nogueira Martins
Diego Gonzalez Blanco.

3. *Delegação dos Trabalhadores*

Delegado: Mário Lopes de Oliveira.

Conselheiros Técnicos: João Wagner.
Eduardo Príncipe.
Antônio Magaldi.
Rômulo Marinho.
João Regis Fazbender Teixeira.
Avelino Gomes de Castro.

Como observadores parlamentares, compareceram à 49.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho o Senador Vicente Bezerra Neto e o Deputado Ronaldo Campello de Azevedo.

Para a presidência da Conferência foi eleito o Senhor Hashim Raza, Ministro do Trabalho do Paquistão, por 272 votos (Brasil) contra 84. Como membro do Conselho de Administração, o Brasil foi incluído na bancada governamental da Comissão de Proposições. Para integrar a bancada patronal foi escolhido pelo respectivo grupo o Senhor Diego Gonzalez Blanco, da delegação patronal brasileira. Proposta a constituição das demais comissões pela Comissão de Proposições, coube à delegação governamental brasileira

participar ainda das seguintes comissões: Comissão de Resoluções, Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações, Comissão de Finanças, Comissão de Reforma Agrária, Comissão do Emprêgo dos Menores nas Minas e, como membro adjunto da Comissão do Trabalho Feminino, deixou apenas de participar da Comissão de Cooperativas. A delegação patronal brasileira logrou fazer-se representar nas seguintes comissões, como membro titular: Comissão de Proposições, Comissão de Resoluções, Comissão das Cooperativas e Comissão do Trabalho Feminino; como membro adjunto, foi incluída na Comissão de Reforma Agrária e na Comissão do Emprêgo dos Menores nas Minas.

A delegação operária brasileira participou, como membro titular, da Comissão de Resoluções, da Comissão de Aplicação de Convenções e Recomendações, da Comissão do Emprêgo dos Menores nas Minas, da Comissão do Trabalho Feminino, da Comissão de Reforma Agrária e da Comissão das Cooperativas. Com exceção do Relatório do Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho, que é discutido em plenário, a cada uma das comissões coube tratar um dos pontos da ordem do dia.

Os resultados dos trabalhos realizados pelas Comissões, as resoluções pelos mesmos submetidas ao plenário e por êste postas em votação para aprovação, bem como os demais assuntos tratados em Plenário, constituem objeto do Relatório da Conferência, apresentado pelo Chefe da Delegação do Brasil, bem como das atas finais e documentação preparada pela O.I.T.

Por unanimidade, a 49.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho aceitou a indicação feita pelo Conselho de Administração dos nomes do Embaixador Júlio Augusto Barboza Carneiro e de Sir Harold Emmerson para ocuparem dois lugares vagos na lista de cinco personalidades, dentre as quais são escolhidos anualmente os três membros do Comitê de Recursos da Conferência Internacional do Trabalho.

Cabe ainda menção especial à atuação do Representante brasileiro na Comissão de Finanças, o Diplomata David Silveira da Motta. O representante brasileiro defendeu a necessidade de revisão imediata na escala de contribuições dos Estados-membros, cujo projeto para 1966 continuava a apresentar anomalias, que o forçavam a votar contra a sua aprovação. Fundamentando-se, em especial, no princípio de que as quotas percentuais adotadas pela O.I.T. devem aproximar-se o mais possível das constantes da escala aplicada pelas Nações Unidas, propôs êle que a Conferência solicitasse ao Conselho de Administração da R.I.T. «considerar todos os meios possíveis com o fim de realizar progresso substancial no sentido de conferir à escala de contribuições para 1967 maior conformidade com a escala da ONU para o mesmo exercício». De fato, a escala de contribuições aprovada pelo Comitê de Contribuições do Conselho de Administração consignava para o Brasil a mesma quota percentual de 1.32% que vigorou em 1965, enquanto que a quota de nossa contribuição à ONU é de 0,95%, segundo a nova escala aprovada na XX Assembléia Geral. Devido ao aumento da despesa líquida da O.I.T. em 1966 (o orçamento votado monta em US$20.337.871), a contribuição do Brasil no próximo ano passará a ser de US$268.460 — (em 1965, montou em US$246.634).

A proposta brasileira acima referida contou com o apoio das delegações do Uruguai, Argentina, Chile, Espanha, Índia, França e Argélia. Do trabalho realizado e das discussões havidas, resultou a aprovação de uma recomendação no sentido de que o Comitê de Contribuições se reunisse em novembro a fim de considerar os estudos com vistas a melhorar a escala da O.I.T., especialmente para dar-lhe maior conformidade com a escala da ONU, esperando a Comissão ser informada na 50ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho sôbre o progresso realizado. Apesar de não terem obtido êxito imediato, os esforços do Representante brasileiro abriram o caminho para uma revisão do assunto nos

próximos exercícios financeiros. O Representante brasileiro exprimiu reservas quanto ao ritmo de crescimento da despesa da R.I.T. superior em cêrca de 11% com relação ao orçamento de 1965 e em cêrca de 28% com relação ao de 1964. Considerando o aumento registrado e o critério utilizado pela O.I.T. para aferir as quotas de contribuição dos Estados-membros, o representante brasileiro absteve-se de aprovar a dotação global da despesa e votou contra a adoção da escala de contribuições para 1966. Em plenário, o Chefe da Delegação do Brasil usou da palavra para reiterar, em explicação de voto, o ponto de vista que determinou a tomada de posição do nosso País.

Entre os principais instrumentos aprovados pelo Plenário da 49.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho citam-se: uma convenção e uma recomendação sôbre a idade mínima de admissão ao trabalho subterrâneo nas minas, uma convenção sôbre o exame médico dos menores para o emprêgo em trabalhos subterrâneos nas minas, uma recomendação sôbre as condições do emprêgo dos menores nos trabalhos subterrâneos nas minas e uma recomendação sôbre o emprêgo das mulheres com responsabilidades de família.

Em 1965, foram depositados junto à Organização Internacional do Trabalho os instrumentos de ratificação pelo Brasil das seguintes convenções :

Convenção nº 21 sôbre inspecção dos emigrantes (1926).
Convenção nº 22 sôbre contrato de engajamento de marítimos (1926).
Convenção nº 91 sôbre férias remuneradas dos marítimos (revista) (1949).
Convenção nº 93 sôbre salários, duração do trabalho a bordo e efetivos (revista) (1949).
Convenção nº 94 sôbre cláusulas de trabalho (contratos públicos) (1949).
Convenção nº 97 sôbre trabalhadores migrantes (revista) (1949).

Convenção nº 103 sôbre proteção à maternidade (revista) (1952).

Convenção nº 104 sôbre abolição das sanções penais (trabalhadores indígenas) (1955).

Convenção nº 105 sôbre abolição do trabalho forçado (1957).

Convenção nº 106 sôbre repouso semanal (comércio e escritórios) (1957).

Convenção nº 107 sôbre populações aborígenes e tribais (1957).

Convenção nº 110 sôbre plantações (1958).

Convenção nº 111 contra a discriminação em matéria de emprêgo e de profissão (1958).

Convenção nº 113 sôbre o exame médico dos pescadores (1959).

O Govêrno brasileiro ratificou ainda o instrumento de emenda à Constituição da O.I.T., referente ao artigo 70 sôbre a composição do Conselho de Administração (1962).

Entre as principais reuniões promovidas pela R.I.T. de que participou o Brasil em 1965 citam-se as seguintes:

I Reunião da Comissão Consultiva Interamericana (CINTERFOR)

Buenos Aires, 20 a 25 de setembro.

Participaram da reunião, como representantes do Govêrno brasileiro, na qualidade de Delegado, o Senhor Lopo Coelho e, de Delegado-Suplente, o Secretário de Embaixada João Hermes Pereira de Araújo; como membro patronal, o Senhor Diego Gonzalez Blanco e, como membro trabalhador adjunto, o Senhor Ary Campista.

O Brasil foi eleito unânimemente para a presidência de grupo de trabalho que estudou o relatório nº 1, sôbre «planificação da mão-de-obra e política de emprêgo para o desenvolvimento econômico», aprovado pela Reunião.

De regresso de Buenos Aires, onde participara da Reunião, o Senhor W. Jenks, subdiretor da O.I.T., visitou o nosso País de 25 a 30 de setembro, como hóspede oficial do Ministro do Trabalho.

Reunião Técnica Tripartite sôbre Hotéis, Restaurantes e Estabelecimentos Similares (Genebra, 4 a 15 de outubro).

A delegação governamental brasileira foi constituída pelo Doutor Júlio Cesar do Prado Leite e pelo Secretário de Embaixada Rodolpho de Souza Dantas; a delegação patronal foi integrada pelos Senhores Victor d'Araújo Martins e Rubens Gonçalves Moreira Leite, como delegados e pelos Senhores Maurício Magalhães de Carvalho, Salvador Ferraz e Trigueirinho Neto, designados pela Confederação Nacional do Comércio, como Conselheiros Técnicos; da delegação dos trabalhadores fizeram parte os Senhores Edmo Aguiar Andrade e Nicanor Baptista de Mello.

VIII Período de Sessões da Comissão de Indústrias Mecânicas

(Genebra, 6 a 17 de setembro)

Delegação Governamental: Ministro Fanor Cumplido Santana.

Secretário de Embaixada Rodolpho Souza Dantas.

Delegação Patronal: Doutor Nansen de Araújo (Industrial).

General Kleber de Lima Araújo (Diretor do Centro das Indústrias do Rio de Janeiro).

Delegação de Trabalhadores: Getúlio Renner, Secretário de Administração da Confederação Nacional de Trabalhadores da Indústria.

Domingos Alvares, Secretário para Assuntos de Trabalho e Previdência da CNTI.

Reunião do Grupo de Trabalho da Associação Internacional de Seguridade Social (Genebra, de 14 a 18 de setembro).

Foi designado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social o atuário Gilberto Lyra da Silva para integrar o referido Grupo, como representante brasileiro.

Reunião de especialistas OIT/AIEA sôbre a proteção radiológica na extração e tratamento de minerais nucleares (Genebra, 10 a 17 de maio).

Participou da reunião, a convite da OIT, o Doutor Eduardo Penna Franca, do Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil.

Reunião restrita de conselheiros para os problemas do trabalho feminino (Genebra, 20 a 28 de setembro).

A OIT convidou para participar dos trabalhos o Senhor Léo Pacheco de Oliveira, do Departamento de Administração do Ministério da Indústria e Comércio.

Seminário Latino Americano sôbre Administração da Mão-de-Obra no Desenvolvimento Econômico e Social (Lima, 1º de fevereiro a 12 de março).

Dêle participou o Senhor D. Araújo, Assessor da Divisão de Investigações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

O Brasil faz parte do *Centro Interamericano de Investigação e Documentação sôbre Formação Profissional* (CINTERFOR), com sede em Montevidéu e criado pela OIT em 1964. O Brasil tomou parte ativa seja nas reuniões preparatórias para o estabelecimento do Centro, seja na estruturação das suas atividades, tendo sido realizadas no Rio de Janeiro a 2.ª reunião técnica preparatória (24 de junho a 2 de julho de 1963), a 1.ª Sessão da Comissão Técnica (27

a 28 de outubro de 1964), bem como, o 1º Seminário do CINTERFOR (12 a 24 de outubro de 1964). Em 1965, realizou-se em Montevidéu, de 16 a 18 de julho, a 2.ª reunião da Comissão Técnica. A essa reunião compareceram, como delegado governamental brasileiro, o Senhor José Luciano da Nóbrega Filho, indicado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, os Senhores Ítalo Bologna e Maurício de Magalhães Carvalho, Diretores-Gerais do SENAI e SENAC, respectivamente, além do Senhor João Batista Sales da Silva, do SENAI, êste último na qualidade de assessor.

Não havendo a O.I.T. cogitado ainda do preenchimento do cargo de Diretor do CINTERFOR, o cargo de Diretor interino vinha sendo exercido pelo técnico brasileiro Senhor Eduardo Ribeiro de Carvalho, o qual teve recentemente de apresentar a sua renúncia, por motivo de outros encargos pessoais. O Govêrno brasileiro indicou para substituí-lo o Engenheiro Paulo Afonso Horta Novais.

O Brasil não estabeleceu, até o momento, uma contribuição financeira para o CINTERFOR, mas o SENAI e o SENAC, diretamente interessados nas atividades do Centro, já lhe fixaram uma contribuição, na sua qualidade de entidades de direito público privado.

A Organização Internacional do Trabalho acha-se empenhada em um projeto junto ao Fundo das Nações Unidas para o estabelecimento, no Brasil, de um *Centro de Segurança e Higiene do Trabalho*. O referido projeto sugere um total de US$750.000 para a aquisição de equipamento. Com relação a êsse projeto, efetuou uma visita ao Brasil, por conta da O.I.T., o Professor L. Parmiggiani.

Segundo resolução adotada na 160.ª Sessão do Conselho de Administração (novembro de 1964), coube ao Brasil uma bôlsa de estudos para o curso do Instituto Internacional de Estudos Sociais sôbre a estrutura e as atividades da O.I.T., realizado em Genebra, de 10 de junho a 23 de julho de

1965. Conforme o regulamento, o Brasil apresentou dois candidatos, sendo beneficiado o Senhor Oswaldo Colatino de Araújo Góes.

A convite da RIT, efetuou também um estágio no Instituto Internacional de Estudos Sociais, por um período de 50 dias, a partir de 9 de junho, o Senhor Hélio Carneiro Ribeiro, subchefe do Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Para o ciclo de estudos que fará realizar a partir de março de 1966, a RIT selecionou a candidata brasileira Maria da Penha Camargo, da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA — (FAO)

Duas grandes Conferências foram organizadas no correr do ano de 1965 no âmbito da FAO: a I Conferência Interamericana de Agricultura e Alimentação (VIII Conferência Regional da FAO para a América Latina) e a XIII Conferência Geral. Ao lado dêstes dois encontros principais foram realizadas reuniões do Comitê Intergovernamental do Programa Mundial de Alimentos, da Campanha Mundial Contra a Fome, e de diversos de seus grupos e Comitês.

I CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

(VIII Conferência Regional da FAO) Viña del Mar, 13 a 29 de março de 1965

Por Decreto de 13 de março, o Senhor Presidente da República designou a seguinte delegação para representar o Brasil na I Conferência Interamericana de Agricultura e Alimentação — (VIII Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura —

FAO): *Chefe da Delegação*: Dr. Hugo de Almeida Leme, Ministro da Agricultura; Delegados suplentes: Dr. Emílio Varolli; Dr. José Freire Faria; Dr. José Ribamar Melo; Dr. Mário Paes de Barros; Dr. Rui Miller Paiva; Dr. Julian Alfonso de Magalhães Chacel; Dr. Gilberto de Freitas Borges; Assessôres: Dr. Ruy de Abreu Leme; Secretário Luiz Antônio Jardim Gagliardi.

Da agenda daquela reunião, constavam pontos de grande interêsse para o Brasil, dentre os quais sobressaiam: a orientação futura da Campanha Mundial contra a Fome, a integração regional, aí compreendidas as políticas de reforma agrária, da produção agrícola, da planificação econômica e de comércio exterior; avaliação e aproveitamento dos recursos pesqueiros; e a comercialização e a elaboração dos produtos agrícolas.

A Delegação brasileira estêve sempre representada em todos os Comitês e Grupos de Trabalho da Conferência, havendo todos os seus projetos de resolução de natureza agro-técnica e de pesca sido aprovados. Grandes atividades foram desenvolvidas com relação a projetos de resolução apresentados pela Delegação brasileira e relativos à reestruturação do Comitê de Pordutos de Base da FAO, em vista da criação da Junta de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas e de sua Comissão de Convênios e Políticas de Produtos de Base, a fim de evitar uma duplicação de atividades e organismos tratando dos mesmos assuntos. Embora não obtendo aprovação de um projeto de resolução nesse sentido, conseguiu a Delegação brasileira incluir no relatório daquela conferência regional a recomendação de que se iniciassem estudos para aquela reestruturação.

Com relação à reforma agrária, o representante brasileiro no Grupo de Trabalho mostrou a posição brasileira já perfeitamente definida em conseqüência da promulgação do Estatuto da Terra que a caracterizava como uma reforma de tipo integral, gradualística e regionalmente localizada.

COMISSÃO NACIONAL DA FAO

Reuniu-se no Itamaraty, em 23 de junho de 1965, a Comissão Nacional da FAO, à qual compareceram representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Agricultura, Planejamento, Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Organismos Regionais, Saúde, Fazenda, da Coordenação Nacional de Crédito Rural, SUDENE, SPEVEA, SUDEPE, EMFA, Comissão de Financiamento da Produção, INDA, IBRA, Campanha Nacional da Merenda Escolar, SUNAB e Confederação Rural Brasileira, dos Estados e Territórios, bem como o Chefe do Escritório Regional da FAO no Rio de Janeiro, como convidado especial, num total de 55 personalidades.

A razão da reunião foi a conclusão a que chegou o Itamaraty de que as oportunidades oferecidas pelos Organismos Internacionais, Fundações e outras entidades com sede no exterior não são aproveitadas a contento pelo Brasil. Por outro lado, o Itamaraty sentiu a importância que havia em se fazer notar às nossas autoridades a efetivação do acôrdo de cooperação FAO-BID e as oportunidades surgidas em outras entidades internacionais, o que impunha reestruturação da Comissão Nacional da FAO e da política brasileira na FAO. Assim é que se patenteou a necessidade de condicionar tôda a ação brasileira na FAO à aceitação de projetos agrícolas cuja elaboração deveria ser imediata.

O Itamaraty tomou a si a responsabilidade da apresentação de tais projetos à FAO e outras entidades, bem como de apontar às nossas autoridades as oportunidades concretas e colaborar na feitura dos projetos de desenvolvimento agrícola. Para êsse fim, foi aprovada a criação de uma Subcomissão de Projetos Agrícolas, que será integrada por um representante de cada uma das seguintes entidades: Itamaraty, Agricultura, Planejamento, Organismos Regionais, Coordenação Nacional de Crédito Rural e Confederação Rural Brasileira.

Aprovou-se também, segundo sugestão do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, a realização futura de reuniões de caráter regional que, com a participação do Secretário-Executivo, estudariam as propostas de projetos enviadas pelos Governos dos Estados e Territórios e estabeleceriam lista de prioridades, além de recolherem todos os dados essenciais à redação dos projetos escolhidos, com referência aos seguintes setores:

— Agricultura;
— pecuária;
— pesca;
— nutrição;
— abastecimento;
— industrialização de produtos naturais.

Foi ainda aprovada a extinção da Comissão Nacional da Campanha Mundial contra a Fome, cujas atribuições passaram para a Comissão Nacional da FAO.

Programa Mundial de Alimentos

No desejo de colaborar com o Programa Mundial de Alimentos, por reconhecer sua grande importância na elevação do nível de nutrição nos países em desenvolvimento, o Govêrno brasileiro decidiu doar àquele organismo uma quantidade de arroz equivalente a 250.000 dólares. As autoridades dirigentes do PMA decidiram que o produto brasileiro será destinado a programas em execução no NEPAL.

XIII Sessão da Conferência

De 8 de novembro a 10 de dezembro de 1965, realizou-se em Roma a XIII Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. O Brasil estêve representado por uma delegação técnica sob a presidência do Embaixador Antônio Corrêa do Lago, que

foi eleito para dirigir também os trabalhos da Comissão II — Assuntos Econômicos, a mais importante da Conferência.

Para atender às reuniões dos Comitês Técnicos, foram incluídos na Delegação, na qualidade de Delegados, os seguintes funcionários do Ministério da Agricultura: Emílio Varolli, Comitê de Pesca; Maurício Rangel dos Reis, Comitê de Agricultura; David Azambuja, Comitê de Florestas, e Francisco Arinos Costa e Silva, que atuou no Comitê Econômico juntamente com o Secretário Luiz Augusto Pereira Souto Maior.

A atuação da Delegação brasileira concentrou-se nos pontos da agenda de maior interêsse para o país, tais como:

a) Assegurar o assessoramento adequado para o preparo de projetos brasileiros, através do refôrço do pessoal técnico do Escritório da FAO no Rio de Janeiro.

b) Ação no sentido de estabelecer que a aplicação de acôrdos FAO-BIRD e FAO-BID deve levar adequadamente em conta as necessidades das áreas menos favorecidas dos países em desenvolvimento.

c) Apoio a iniciativas que visem a reforçar as atividades da Campanha Mundial contra a Fome relativas à execução de projetos nos países em desenvolvimento.

d) Apoio à criação do Comitê de Pesca e o aumento do número de membros do Conselho e do Comitê de Produtos de Base.

e) Reeleição do Brasil para o Conselho da FAO, CCP e Comitê Executivo do Programa Mundial de Alimentos e eleição para o Comitê de Pesca que se iria criar na Conferência.

Sôbre êsse último item, pode-se afirmar terem sido coroadas do mais completo êxito as gestões preliminares empreendidas pelo Itamaraty e, posteriormente, pela Delegação à XIII Conferência em Roma. O Brasil foi eleito pràticamente por unanimidade para todos os órgãos da FAO acima

enumerados, cabendo esclarecer apenas que a eleição para o Comitê Executivo do PMA foi realizado no ECOSOC, em Nova York.

Na atuação dos Delegados Brasileiros, primeiramente nos Comitês Técnicos e depois nas diversas Comissões da Conferência, foi dada ênfase muito especial à necessidade de serem reformuladas as bases da assistência da FAO no preparo de projetos de interêsse do Brasil. Da experiência ali colhida, chegou-se à conclusão de que, no caso brasileiro, será sempre preferível a elaboração de grandes projetos que abarquem tôda uma região e seus problemas de desenvolvimento agropecuário. Dessa forma, a FAO poderá prestar um tipo de assistência geral, com o envio de técnicos para todos os setores da região em estudo, a critério das autoridades brasileiras encarregadas da coordenação do projeto. Ficou comprovado que êsse método será muito mais eficaz do que o atual sistema de emprêgo de técnicos em tarefas isoladas, em que o trabalho realizado se dilui na imensidão dos demais problemas que ficam sem solução.

Dos contatos mantidos em Roma, decidiu-se ainda a vinda ao Brasil, em 1966, de missão especial chefiada pelo Senhor Henán Santa Cruz, Representante Regional da FAO na América Latina, com o objetivo de examinar com as autoridades brasileiras os projetos em elaboração no país, com vistas ao financiamento através do Acôrdo FAO-BID.

Concertou-se ainda ação objetiva no sentido de assistir o Banco de Crédito da Amazônia na elaboração de importante projeto de exploração da juta, devendo iniciar-se, já em janeiro de 1966, os contatos de técnicos da FAO com aquêle estabelecimento de crédito.

ASSUNTOS ECONÔMICOS

POLÍTICA COMERCIAL

PRODUTOS DE BASE

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

EXPANSÃO COMERCIAL

POLÍTICA COMERCIAL

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SÔBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO — (CNUCD)

No transcurso de 1965, a Divisão de Política Comercial (DPC) precisou redobrar de esforços a fim de poder atender, com os limitados recursos de que dispõe, a uma multiplicidade de incumbências novas e acrescidas, decorrentes das atividades da Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento (CNUCD) seu órgão executivo permanente, a Junta de Comércio e Desenvolvimento (JCD) e dos quatro órgãos subsidiários desta.

A CNUCD tornou-se formalmente um nôvo órgão da Assembléia Geral das Nações Unidas há precisamente um ano, através da Resolução 1.995 (XIX) aprovada em 30 de dezembro de 1964. No seu primeiro ano de existência foi intensa a atividade desenvolvida pela nova entidade, particularmente no encaminhamento de soluções para os problemas mais urgentes de natureza organizacional ligados, de uma maneira ou de outra, a: (i) instalação do Secretariado e do órgão executivo permanente, a JCD; (ii) definição sôbre o local da sede, só decidida em outubro último, no transcurso da XX Assembléia Geral da ONU, com a escolha de Genebra; (iii) instalação dos organismos subsidiários da JCD, a saber: (*a*) Comitê de Produtos de Base, (*b*) Comitê de Manufaturas, (*c*) Comitê de Transportes Marítimos, e (*d*) Comitê de Invisíveis e Financiamentos ligados ao Comércio.

No transcurso do ano, a JCD realizou duas Sessões, na primeira das quais foram criados os quatro órgãos subsidiários acima citados com seus respectivos mandatos. Êstes, por sua vez, realizaram, cada um, sua reunião inaugural, nas quais foram tomadas medidas inadiáveis relacionadas com a instalação dos respectivos secretariados, e, bem assim, foram aprovados os programas de trabalho que regerão as atividades dos Comitês da JCD no futuro imediato.

Das Recomendações da Ata Final da I CNUCD, do relatório da JCD apresentado à XX Assembléia Geral da ONU e dos relatórios das primeiras reuniões dos quatro organismos subsidiários — os Comitês da JCD — emana impressionante program de atividades no campo da competência da Conferência de Comércio que está a exigir da parte da Administração todo um esfôrço de planejamento e adequação dos setores internos e externos direta e indiretamente afetados por uma multiplicidade de proposições e providências, a criarem novas funções como resultado da ação renovadora da magna Conferência de Genebra.

E não se limita apenas ao âmbito das Nações Unidas, ou da nova entidade criada sob a égide da ONU, a CNUCD, mas também a outras instituições, notadamente na esfera do organismo intergovernamental que disciplina na atualidade três quartas partes do comércio internacional — o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT) — o extraordinário sôpro renovador que busca a revisão completa e em profundidade da problemática do comércio internacional, com ênfase no desenvolvimento das áreas atrasadas, movimento sem precedentes no qual tem sido admirável a ação da Diplomacia brasileira.

Com efeito, atuando destacadamente nos fôros internacionais em que são debatidos os problemas econômicos de seu interêsse, o Brasil se fêz representar, em todos os níveis, nos diversos órgãos que já compõem o nôvo organismo criado em Genebra, e, como se verá adiante, desenvolve ação in-

tensa no âmbito do GATT, organismo que, por sua vez, se vem adaptando às novas exigências da conjuntura internacional e melhor se aparelhando para atender às reivindicações dos países menos desenvolvidos, em favor dos quais se busca a expansão, em bases mais justas, do comércio para fins de desenvolvimento. Assim, o Brasil estêve ativo em todos os Comitês, grupos, subgrupos *ad hoc* que estudam tanto na CNUCD quanto no GATT, dentre outros, os grandes problemas seguintes: preferências, expansão do comércio entre os países menos desenvolvidos, reajustamento econômico, restrições residuais, emendas legais ao GATT, promoção comercial, comércio de produtos de base, expansão das exportações de manufaturas procedentes dos países em desenvolvimento, e todo um conjunto de questões tratadas em fôros multilaterais que têm a ver com o crescimento ou a estagnação dos países que dependem do setor exportador de suas economias como base essencial para assegurar capacidade de importar capaz de garantir o desenvolvimento sustentado de suas economias.

Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

Conforme referido acima, no campo do comércio e desenvolvimento, tem sido notável o movimento renovador construtivo que se opera no GATT. Assim, em fevereiro de 1965, foi assinado o Protocolo sôbre a nova Parte IV do Acôrdo Geral, relativa ao comércio e desenvolvimento, e foi adotada a declaração de implementação *de facto* da mesma, até sua entrada em vigor. Estabeleceu-se, destarte, uma estrutura inteiramente nova no GATT, dentro da qual se passaria a tratar dos assuntos relacionados com a expansão do comércio e desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos.

Concomitantemente com a adoção da nova Parte IV, e com o fim de dar execução ao nôvo capítulo sôbre comércio

e desenvolvimento, foi criado o Comitê de Comércio e Desenvolvimento, que se reuniu pela primeira vez em março de 1965 e que, além de absorver as funções dos extintos Comitês III e de Ação, recebeu o encargo de iniciar o estudo de todos os meios propostos para a implementação dos objetivos do nôvo capítulo do GATT.

Como decorrência dêsse movimento reformulador, prolifera no GATT como alhures uma verdadeira multiplicidade de órgãos e subórgãos para cuja faina incessante — os relatórios, estudos, pesquisas, recomendações etc. — mal dispõem os setores técnicos, prioritàriamente responsáveis pelo processamento de tais documentos, do tempo necessário para sua análise, encaminhamento, e seguimento dos assuntos tratados. E são todos assuntos da máxima importância, como os que afetam o comércio internacional e o desenvolvimento econômico.

No curso de 1965, além dos numerosos assuntos de rotina do GATT, a Divisão de Política Comercial acompanhou os trabalhos em tôrno de duas outras questões novas, a saber: (*a*) o projeto australiano de preferências em benefício de exportações provenientes de países menos desenvolvidos, e (*b*) o Acôrdo de complementação da indústria automobilística entre os Estados Unidos da América e o Canadá. O projeto australiano mereceu defesa intransigente do Brasil e está, ao que tudo indica, caminhando para aprovação, mediante concessão de um «waiver» pelas Partes Contratantes, provàvelmente no princípio do corrente ano. Trata-se da primeira proposta concreta de preferência, em bases gerais e não-discriminatórias, em favor de países em desenvolvimento, submetida ao GATT. No que se refere ao segundo item, o Acôrdo EUA/Canadá sôbre a indústria automobilística, foi êle aprovado, mas, graças à atuação da delegação brasileira, conseguiu-se incluir no respectivo protocolo cláusula de salvaguarda aos interêsses atuais e potenciais dos países em desenvolvimento — e êste é o caso do Brasil — com possibilidade de virem a exportar produtos da indústria de automó-

veis, inclusive veículos, para aquêles dois importantes mercados consumidores.

Resta notar que, à XXII Sessão anual das PARTES CONTRATANTES do GATT, realizada em março de 1965, compareceu uma Delegação brasileira, com elementos dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda, e da Confederação Nacional da Indústria, a qual participou ativamente de todos os trabalhos da Sessão, uma das mais importantes da vida do GATT, porquanto a primeira, depois da adoção do nôvo capítulo sôbre comércio e desenvolvimento e da criação do Comitê do mesmo nome.

Outro assunto de grande importância no âmbito do Acôrdo Geral é o que diz respeito à Sexta rodada de negociações comerciais — o «Kennedy round». O ano de 1965 marcou uma fase crítica das negociações Kennedy: deu-se início aos trabalhos na parte linear (não-agrícola) das negociações, sem contudo se lograrem resultados positivos em função da crise interna da CEE, que impediu a apresentação das ofertas agrícolas dos países da Comunidade, em conjunto, como uma só unidade, como se verificou por ocasião das ofertas lineares (manufaturas). Terminou-se o ano na expectativa da definição da política interna dos Seis, a qual, como é sabido, dependia do desfecho da sucessão francesa, sòmente definida na última quinzena do ano. O princípio de 1966 deverá presenciar um aceleramento do processo de negociações pròpriamente dita no âmbito do «Kennedy round», já que a outorga dada pelo Legislativo americano ao Executivo daquele país para negociar nas bases de redução propostas expira em meados de 1967, e as negociações, por sua amplitude e complexidade, deverão ser obrigatòriamente demoradas.

A DPC, que vem coordenando todos os trabalhos relativos às negociações desde o seu início formal, em 1964, acompanhou as atividades do Comitê de Negociações Comerciais em 1965, e principalmente do Subcomitê sôbre a

Participação dos Países Menos Desenvolvidos nas referidas negociações. Em março, logrou-se a aprovação das regras básicas para a participação dos países menos desenvolvidos nas negociações. Em julho e outubro últimos o Brasil estêve presente ao exame das exceções lineares e à apresentação das ofertas agrícolas, inclusive de produtos tropicais, dos países industrializados. Conforme previsto, em outubro o Brasil fêz uma indicação dos principais setores em que tenciona contribuir para os objetivos das negociações, e passou, juntamente com os demais participantes, a aguardar os acontecimentos políticos no seio da CEE.

Comunidade Econômica Européia

O Brasil participa dos esforços coletivos dos países menos desenvolvidos, em especial dos países latino-americanos, para encontrar uma fórmula capaz de atenuar os efeitos adversos sôbre suas exportações das preferências tarifárias discriminatórias outorgadas pelos integrantes do Mercado Comum Europeu em benefício dos países africanos associados à CEE. Nesse sentido, o Brasil vem promovendo, juntamente com os países da América Latina, representados em Bruxelas, intenso movimento de contatos e negociações com as autoridades comunitárias.

Em 1965, participou o nosso País do chamado Segundo Ciclo de Contatos, durante o qual foram criados seis grupos de estudos para examinar as questões relativas ao comércio CEE-América Latina de: (i) produtos tropicais, (ii) produtos temperados, (iii) manufaturas, (iv) minerais, (v) hidrocarburos, e (vi) produtos do mar.

Para informar a posição brasileira nos referidos grupos de estudo foram elaborados numerosos documentos técnicos, sob a coordenação de um Grupo de Trabalho formado no Itamaraty sob a orientação da Chefia da DPC. Os aludidos estudos consubstanciam a análise dos problemas do

intercâmbio do Brasil com os países do Mercado Comum. e propõem soluções concretas para os obstáculos existentes.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

O Brasil se fêz representar na XI Sessão da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), realizada na cidade do México, entre 6 e 18 de maio de 1965. Tratando-se de matéria cuja responsabilidade prioritária compete, no nível técnico, à DPC, esta se fêz presente na Delegação brasileira através de dois de seus funcionários diplomáticos que forneceram à Chefia da Delegação os antecedentes capazes de garantir a necessária coerência no tratamento dos assuntos e na defesa dos pontos-de-vista brasileiros no âmbito da Comissão regional da ONU para a América Latina. Foram preparados na DPC os subsídios técnicos que informaram as instruções à Delegação brasileira. Dentre os assuntos tratados na XI Sessão da CEPAL, releva notar o enfoque aprofundado das questões relacionadas com a aceleração do processo de integração econômica da América Latina.

Política Brasileira de Exportação — Têxteis

(Acôrdo a Longo Prazo do Comércio de Têxteis de Algodão do GATT)

Como decorrência da política multilateral que disciplina o comércio de têxteis de algodão com base no Acôrdo a Longo Prazo negociado no seio do GATT, o Brasil, que não é parte do Acôrdo por não reconhecer a validade da doutrina chamada de «market disruption» sôbre que repousa o referido instrumento, tem precisado exercer unilateralmente tenaz vigilância, sobretudo junto aos dois grandes mercados consumidores de produtos têxteis brasileiros — os Estados Unidos da América e o Reino Unido —, cujos governos têm procurado atrair o Brasil para a mesa da negociação bilateral, com repetidas ameaças de imporem restrições drás-

ticas às exportações brasileiras. Mercê de firme e bem fundamentada argumentação técnica de combate à mencionada tese de «desorganização de mercados», o Govêrno brasileiro tem podido até o presente contrarrestar as propostas pouco atrativas das autoridades norte-americanas e britânicas, e tem podido manter sua posição de princípio, que é a da defesa intransigente do direito de acesso de suas exportações — e não apenas das exportações de produtos da indústria têxtil — nos mercados dos grandes centros consumidores. Os resultados até agora obtidos graças a êsse esfôrço persistente são bastante lisonjeiros e bem atestam a justeza das teses defendidas pelos delegados brasileiros nos fôros multilaterais competentes, em especial no GATT e na CNUCD, no combate à nova «doutrina» que fundamenta o Acôrdo a Longo Prazo de Têxteis de Algodão. No Itamaraty, tem incumbido à DPC essa defesa intransigente do ponto-de-vista do Govêrno brasileiro na matéria, no que toca aos aspetos técnicos da questão.

Acompanha o presente Relatório os seguintes Anexos:

a) Estrutura dos principais organismos internacionais principalmente da CNUCD, da ONU e do GATT que se ocupam do comércio exterior, e cujos assuntos técnicos repercutem na Secretaria de Estado, prioritàriamente na DPC.

b) Calendário das reuniões realizadas em 1965 no âmbito da CNUCD.

c) Calendário das reuniões realizadas em 1965 no âmbito do GATT.

ORGANISMOS DA CNUCD, DA ONU E DO GATT QUE SE OCUPAM DO COMÉCIO EXTERIOR

a) CNUCD

A Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento possui um Secretariado permanente. Seu órgão executivo permanente, a Junta de Comércio e Desen-

volvimento é auxiliado por um Comitê Assessor (Administrativo). Dela fazem parte os seguintes órgãos subsidiários:

(i) Comitê de Produtos de Base.
(ii) Comitê de Manufaturas.
(iii) Comitê de Invisíveis e Financiamento Ligado ao Comércio.
(iv) Comitê de Transportes Marítimos.

b) Outros Organismos das Nações Unidas e Intergovernamentais que atuam no campo do Comércio e Desenvolvimento

1. Comissões econômicas regionais: ECE, CEPAL, ECAF.
2. Agências especializadas .
3. Agrupamentos econômicos regionais.
4. Comitês e Grupos das Nações Unidas, dentre os quais:
    a) Grupo *ad hoc* das Nações Unidas sôbre a organização internacional do comércio dos produtos de base.
    b) Comitê *ad hoc* sôbre Tungstênio.
    c) Comitê Consultivo Internacional do Algodão.
    d) Grupo Internacional de Estudo da Lã.
    e) Grupo Internacional de Estudo da Borracha.
    f) Grupo Internacional de Estudo do Chumbo e Zinco.
    g) Comitê Internacional do Chá.
5. Grupos de Estudos da F.A.O., dentre os quais:
    a) Grupo de Estudo da Banana.
    b) Grupo de Estudo sôbre Frutas Cítricas.
    c) Grupo de Estudo sôbre Produtos de Côco.
    d) Grupo de Estudo do Cacau.
    e) Grupo de Estudo sôbre Produtos da Indústria de Laticínios.

f) Grupo de Estudo de Cereais.

g) Grupo de Estudo de Juta e Fibras duras.

6. Conselhos Intergovernamentais:

a) Conselho Internacional do Café.

b) Conselho Internacional do Óleo de Oliva.

c) Conselho Internacional do Açúcar.

d) Conselho Internacional do Estanho.

e) Conselho Internacional do Trigo.

c) *Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)*

O Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), cujo órgão supremo é a Reunião das Partes Contratantes, possui um Secretariado-Executivo e um Conselho. Seus principais Comitês existentes, alguns permanentes, outros transitórios são os seguintes:

(i) *Comitês permanentes*

a) Comitê II sôbre Agricultura.

b) Comitê de Têxteis de Algodão.

c) Comitê de Balanço de Pagamentos e Restrições Quantitativas.

d) Comitê de Orçamento, Finanças e Administração.

(ii) *Comitês para o «Kennedy Round»*

a) Comitê de Negociações Tarifárias, compreendendo:

(i) Subcomitê de Barreiras Não-Tarifárias.

(ii) Subcomitê da Participação dos Países Menos Desenvolvidos.

(iii) Subcomitê do Plano de Negociações Tarifárias.

b) Comitê de Agricultura do Kennedy Round, compreendendo os seguintes 4 Grupos especiais:

(i) Grupo de Cereais.
(ii) Grupo de Laticínios.
(iii) Grupo da Carne.
(iv) Grupo de Produtos Tropicais.

(iii) *Comitê de Comércio e Desenvolvimento*

a) Grupos de Trabalho (nove).

1. GT sôbre Produtos de Exportação de Interêsse de países menos desenvolvidos.
2. GT — Problemas do Comércio de Produtos de Base.
3. GT — Preferências de países industrializados para países menos desenvolvidos.
4. GT — Preferências entre países menos desenvolvidos.
5. GT — Restrições residuais.
6. GT — Emendas jurídicas.
7. GT — Assistência par reconversação (adjustment assistance).
8. GT — Estudos sôbre Comércio e Ajuda (trade and aid).
9. GT — Informação Comercial e Promoção.

b) Centro de Informação Comercial do GATT.
c) Programa de Treinamento.

PRINCIPAIS REUNIÕES NO ÂMBITO DA CNUCD EM 1965

Junta de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas e Órgãos subsidiários

— I Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento — 5 a 30 de abril — Nova York.

Elaborou seu Programa de Trabalho, e Regras de Procedimento e os Têrmos de Referência dos órgãos subsidiários, que os endossaram posteriormente.

— Comitê Especial de Preferências — 10 a 28 de maio — Nova York.

Recomendou que a consideração de todos os aspetos da questão fôsse levada adiante pela Junta.

— Conferência das Nações Unidas sôbre Tráfego Comercial em Países Mediterrâneos.

7 de junho a 2 de julho — Nova York.
Elaborou convenção aberta à assinatura dos Estados-membros.

— Comitê de Produtos de Base — I Sessão — 19 de julho a 6 de agôsto — Genebra.

Elaborou seu Programa de Trabalho e suas Regras de Procedimento, e endossou seus Têrmos de Referência.

— Comitê de Manufaturas — I Sessão (primeira parte) — 10 a 19 de agôsto — Genebra

Elaborou seu Programa de Trabalho e suas Regras de Procedimento, e endossou seus Têrmos de Referência.

— Grupos de Técnicos em Questões Monetárias Internacionais — 11 a 28 de outubro — Nova York.

Foi encarregado de preparar relatório sôbre reforma do sistema monetário internacional .

— II Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento — 24 de agôsto a 15 de setembro — Genebra.

Adotou medidas complementares de caráter organizacional e tendentes ao contrôle do processo de implementação das recomendações da I CNUCD.

— Comitê de Transportes — 8 a 23 de novembro — Genebra.

Elaborou seu programa de trabalho e suas regras de Procedimento, e endossou seus Têrmos de Referência.

— Comitê de Invisíveis e Financiamento relacionado ao comércio — 25 de novembro a 10 de dezembro — Genebra.

Elaborou seu Programa de Trabalho e suas Regras de Procedimento, e endossou seus Têrmos de Referência.

CEPAL

— XI Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina — 6 a 18 de maio — México.

Adotou resoluções no sentido de acelerar o processo de integração econômica da América Latina e o desenvolvimento industrial da região.

PRINCIPAIS REUNIÕES DO GATT EM 1965

1. *XXII Sessão das Partes Contratantes*

Reunião anual de rotina do GATT, mas que tratou, como sempre, de assuntos de relêvo para o Brasil.

Comitê de Comércio e Desenvolvimento (março, julho e dezembro)

A I Sessão do Comitê (março) aprovou a criação de diversos grupos *ad hoc* para o estudo de assuntos específicos, que deram início imediato a seus trabalhos. As II e III Sessões apreciaram os relatórios parciais dos referidos grupos.

No transcorrer de 1965, reuniram-se, uma vez ou mais, os seguintes:

a) Grupo sôbre preferências.
b) Grupo sôbre restrições residuais.
c) Grupo sôbre expansão do comércio entre países menos desenvolvidos.
d) Grupo sôbre reajustamento econômico.
e) Grupo sôbre emendas ao Acôrdo Geral.
f) Grupo sôbre comércio de produtos de base.
g) Grupo de Peritos sôbre estudos de comércio e assistência financeira.
h) Grupo de Peritos sôbre promoção e informações comerciais.

Comitê de Negociações Comerciais (Negociações Kennedy)

O Comitê estêve em sessão contínua, reunindo-se sempre que necessário para apreciar questões específicas. Reuniram-se, durante o período, os seguintes grupos, subordinados ao Comitê:

a) Subcomitê sôbre a Participação dos Países Menos Desenvolvidos.
b) Subcomitê sôbre Barreiras Não-Tarifárias.
c) Subcomitê sôbre Negociações Tarifárias (lineares).
d) Comitê de Agricultura, (incluindo Grupos de Cereais, de Carnes, e de Laticínios).
e) Grupo de Trabalho sôbre Produtos Tropicais.

Deve-se assinalar que o Subcomitê sôbre a Participação de Países Menos Desenvolvidos realizou duas reuniões de particular importância, em julho e outubro respectivamente, para apreciação das exceções às reduções lineares e das ofertas agrícolas dos países industrializados.

Diversos

Dentre os numerosos comitês e grupos *ad hoc* criados pelo GATT para o estudo de questões, em sua maioria ro-

tineiras, vale mencionar os seguintes, pelo interêsse que representaram para o Brasil:

a) Grupo de Trabalho sôbre o projeto australiano de preferências (reuniões em maio, junho, setembro, outubro e novembro).

b) Grupo de Trabalho sôbre o Acôrdo de complementação para a indústria automobilística entre os Estados Unidos e o Canadá.

Como de hábito, reuniu-se também o Conselho do GATT diversas vêzes durante o ano, sendo o mesmo convocado sempre que houve necessidade de decisões formais. Reuniram-se, outrossim, diversos comitês para tratarem de assuntos de balanço de pagamentos, acôrdos sôbre zonas de livre comércio, derrogações a disposições do Acôrdo Geral, etc., que, neste ano, não trataram de questões de interêsse primordial para o Brasil.

PRODUTOS DE BASE

CAFÉ

Em 1965, mais claramente do que em qualquer oportunidade anterior, o Brasil concentrou seus esforços no campo internacional, na consolidação de uma estrutura global de regularização do mercado e manutenção de preços do café. Em conseqüência, o Convênio Internacional do Café teve seus dispositivos profundamente reajustados, o que provocou reflexos muito nítidos sôbre o mercado e a própria exportação brasileira de café.

É possível demarcar em dois períodos com característi-cas próprias o panorama cafeeiro em 1965. O primeiro — assinalado por forte contração da demanda e baixo nível de exportação — foi o da negociação e aprovação de esquemas internacionais originalmente propostos pelo Brasil, que visavam a dotar o Convênio de maior capacidade de contrôle sôbre o mercado. No segundo período já se fizeram sentir indícios claros de regularização do intercâmbio, com a retomada de um ritmo satisfatório das exportações brasileiras, a estabilização das cotações e a crescente afirmação do Convênio como instrumento disciplinador do mercado.

O Conselho Internacional do Café reuniu-se três vêzes em 1965. Em março, concluiu as negociações sôbre o mecanismo de ajuste semi-automático das quotas em função de variações a curto prazo de um preço médio representativo das principais variedades de café existentes. O critério adotado, por proposta do Brasil, foi o de estabelecer um único preço indicativo que regulamentasse um ajuste universal de

quotas, em lugar do método de operações seletivas por grupos de café. Em agôsto, na VII Sessão, o Conselho fixou, pela primeira vez, um nível de quotas anuais efetivamente correspondente às perspectivas de demanda, que, ademais, teve o benefício psicológico importante de transmitir ao mercado uma sensação de ajustamento da oferta, o que até então havia faltado, dadas a amplitude das quotas e a existência de volumosos estoques. Nessa mesma Sessão discutiu-se, em primeira instância, a revisão das quotas básicas atribuídas aos membros produtores. Patenteou-se, desde logo, que não seria possível chegar a um entendimento conclusivo naquela oportunidade. O Conselho foi reconvocado em dezembro para apreciar esta questão.

A adoção de quotas anuais ajustadas, que é o principal efeito das iniciativas de refôrço do Convênio como elemento estabilizador do mercado, pôs em evidência a insatisfação de grande número de países da América Latina, Ásia e África com as suas atuais quotas. O desaparecimento das folgas de quotas, que eram geralmente absorvidas pelo Brasil e aproveitadas pela maior parte dos demais produtores, fêz que 22 dos 37 países-membros da OIC reivindicassem aumento de suas parcelas.

A posição do Brasil consistiu em dar estreita vinculação à revisão de quotas básicas com a implementação de programas de metas de produção e diversificação, enquanto se bateu por critérios de realismo e fundamentação técnica para o exame das questões relativas a quotas.

A posição do Brasil baseou-se na crença de que seria extremamente perigoso realizar esforços de curto prazo no sentido da sustentação de preços, sem manter a oferta sob contrôle no médio e longo prazo. A ausência de medidas que impeçam a expansão da produção, estimulada pelas condições favoráveis de mercado, poderia multiplicar as causas da instabilidade e dificultaria muito a negociação de um nôvo Convênio em 1967, ano em que expira o vigente Acôrdo.

O imediatismo de certos produtores, que pressionam intensamente, voltou a se fazer sentir na reunião de dezembro do Conselho. Pôde-se chegar apenas a uma distribuição de parcelas suplementares de quotas a 15 países, condicionada à manutenção de níveis de preços pré-fixados. Êsses «waivers» não constituíram, entretanto, segundo a resolução que os concedeu, precedentes para a incorporação definitiva do Anexo A do Convênio. Após um estágio experimental, o Conselho da OIC voltará a reunir-se em abril próximo a fim de reconsiderar a questão das quotas básicas.

CACAU

As cotações internacionais oscilaram fortemente no correr do ano findo. De maneira geral, os preços declinaram durante todo primeiro semestre, recuperando-se com lentidão na segunda parte do ano; a partir de novembro a recuperação dos preços tendeu a acentuar-se, uma vez que o mercado foi, aos poucos, tomando consciência de que a safra 1965/1966 não seria tão abundante quanto a anterior .

Durante a maior parte do ano, o comportamento do mercado foi influenciado, de maneira decisiva, pelo volume recorde alcançado pela safra mundial 1964/1965 (cêrca de 1.500 mil toneladas); a própria recuperação verificada no final do período foi, de certo modo, amortecida pelos altos níveis de estoques existentes nos países consumidores.

Confrontados pela baixa de preços e pelo alto nível dos estoques em mãos dos consumidores, os países produtores, entre os quais o Brasil, prosseguiram em seus esforços no sentido de obter a cooperação dos consumidores com o objetivo de estabelecer mecanismos para disciplinar o mercado.

Assim, o Grupo de Trabalho 1 (Preços e Quotas) da Conferência das Nações Unidas sôbre o Cacau estêve reunido, extraordinàriamente, em Nova York e em Genebra, em junho e outubro de 1965. As finalidades destas reuniões

foram examinar medidas de curto prazo tendentes a contrarrestar a baixa de preços e iniciar os primeiros contatos com vistas à reconvocação da Conferência das Nações Unidas sôbre o Cacau, em 1966. Com a recuperação dos preços, ficou em boa margem superado, no momento, o problema do exame de medidas de curto prazo; por outro lado, o reinício da Conferência Negociadora foi marcado, em princípio, para março de 1966.

AÇÚCAR

Conferência das Nações Unidas sôbre o Açúcar

Realizada em Genebra, de 20 de setembro a 14 de outubro de 1965, a 1.ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sôbre o Açúcar não conseguiu avançar substancialmente a negociação de um nôvo Acôrdo Internacional de Açúcar para substituir o instrumento de 1958 que, prorrogado por Protocolo em 1963, expirou a 31 de dezembro de 1965.

O referido resultado deveu, sobretudo, à discordância entre exportadores e importadores sôbre alguns dos aspetos fundamentais do nôvo Acôrdo, a saber:

a) medidas de contrôle da produção antieconômica;

b) reserva de mercado para países subdesenvolvidos;

c) observância de uma faixa de preços, cujo limite mínimo, face à conjuntura do mercado na época, deveria ser fixado em nível substancialmente mais elevado que a cotação do produto no chamado *mercado livre mundial*.

A Conferência encerrou-se com os seguintes principais resultados: *a*) aprovação de um Protocolo que prorroga o Acôrdo de 1958 até 31 de dezembro de 1966; *b*) fixação, em princípio, para a primavera européia de 1966, da 2.ª Sessão da Conferência; e *c*) criação de um Grupo de países ex-

portadores que, reunindo-se na Sede do Conselho Internacional do Açúcar, em Londres, até a convocação da segunda fase da Conferência, deverá examinar as medidas capazes de promoverem a recuperação das cotações do açúcar no curto, médio e longo prazos.

ALGODÃO

O Brasil, como membro fundador, participou da XXIV Sessão Plenária do Comitê Consultivo Internacional do Algodão (CCIA), realizada em maio/junho de 1965, em Washington. Como ocorre anualmente, procedeu-se a uma análise da conjuntura mundial do algodão, seus problemas e possíveis soluções. Pelo terceiro ano-safra consecutivo, constatou-se que a oferta continua a exceder a procura, daí resultando nôvo acréscimo aos estoques, cuja maior parte continua em mãos dos Estados Unidos. Outrossim, particular atenção foi dada à competição oferecida pelas fibras artificiais, que constitui ameaça cada vez mais séria aos mercados tradicionais da fibra natural.

Dando prosseguimento aos trabalhos de estruturação de uma campanha multilateral de promoção algodoeira, que vêm sendo efetuados sob seus auspícios, o Comitê tomou conhecimento da criação de um Grupo de nove países produtores, entre os quais o Brasil, para tomar as providências necessárias à constituição de entidade para planejar e executar tal campanha. Os trabalhos dêsse Grupo estão terminados, e será realizada em 24 de fevereiro a primeira Assembléia Geral do Instituto Internacional do Algodão. O Brasil, embora integrando o Grupo dos «Nove», reconsiderou seu intento de participar do Instituto, por desejar, primeiro, aferir com maior precisão as repercussões da nova legislação algodoeira norte-americana sôbre a estrutura do mercado.

Essa legislação se destina a reduzir apreciàvelmente os estoques em poder do Govêrno dos Estados Unidos, incentivando simultâneamente a redução da área cultivada, embora

sem prejuízo para os produtores, e a expansão das exportações. Dada sua longa vigência — quatro anos, a partir de 1966/1967, e sua natureza radical poderá provocar baixa nos preços de exportação, — a referida legislação já vem repercutindo no mercado internacional, levando os importadores a um certo retraimento e acelerando a tendência depressiva dos preços.

Finalmente, a XXIV Sessão Plenária aprovou resolução criando, sob a presidência do Brasil, Grupo *ad hoc* para estudar, em caráter preliminar, a viabilidade de um acôrdo multilateral para estabilizar o mercado algodoeiro. O Grupo já terminou seus trabalhos, tendo encaminhado à consideração dos países-membros do CCIA relatório de suas atividades e das conclusões a que chegou.

SISAL

Tendo em vista a conjuntura desfavorável das fibras duras em geral, e do sisal, em particular, ameaçada por um lado pela capacidade produtiva excessivamente grande, e, por outro lado, pela descoberta de fibras artificiais substitutas, a Tanzânia propôs, quando da 39.ª Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, a criação do Grupo de Estudos para estudar, sob os auspícios daquela entidade, os problemas do mercado mundial de fibras duras e suas possíveis soluções. Essa proposta foi aprovada unânimemente, inclusive pelo Brasil, e a primeira reunião do Grupo está programada para março de 1966.

COMITÊ DE PRODUTOS DE BASE DA JUNTA DE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

Criado pela Assembléia Geral das Nações Unidas (Resolução nº 1.995), o Comitê sôbre Produtos de Base da Junta de Comércio e Desenvolvimento realizou sua 1.ª Sessão em Genebra, de 19 de julho a 7 de agôsto de 1965.

O Comitê procedeu ao exame da situação geral do mercado internacional de produtos de base, com especial ênfase na situação dos mercados de café, cacau e açúcar; solicitou ao Secretariado o preparo de um projeto básico de um Acôrdo Geral de Produtos de Base e determinou a criação de dois Grupos de Trabalho: um para tratar dos problemas resultantes da competição entre produtos naturais e sintéticos e outro sôbre organização internacional do comércio de produtos de base.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA

COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL

O Brasil recebeu em 1965 um volume substancial de assistência econômica e técnica dos Estados Unidos, países da Europa Ocidental e Japão, sob a forma de doação de alimentos e equipamento, serviços de peritos e bôlsas-de-estudo.

Continuou interrompido o intercâmbio técnico com os países da área socialista. O Acôrdo Básico de Cooperação Técnica assinado com a Iugoslávia, em 1962, foi remetido ao Congresso mas não logrou ainda aprovação; os Acôrdos Básicos com a Polônia, assinados em 1963, e com a Tcheco-Eslováquia, assinados em 1964, não foram tampouco aprovados pelo Congresso; as negociações com a Hungria, encetadas em princípios de 1964 e logo interrompidas, não foram retomadas.

Na área bilateral cumpre ressaltar o seguinte:

AMÉRICA LATINA

Foi iniciado um plano de aproveitamento dos recursos orçamentários destinados ao financiamento de bôlsas de estudo para estudantes e especialistas latino-americanos.

A fim de utilizar a quantia de US$ 20.000 disponível em fins de 1965, foram oferecidas bôlsas, incluindo passagem de ida e volta e estipêndio, durante o curso, a candidatos de El Salvador, Costa Rica e Panamá, nas seguintes entidades brasileiras: Instituto de Reabilitação de São Paulo, Instituto Agronômico de Campinas, Instituto Biológico de São Paulo,

Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós de Piracicaba e Instituto Oceanográfico de São Paulo. As Embaixadas em São Salvador, São José da Costa Rica e Panamá procederam à distribuição das bôlsas e os candidatos deverão estar no Brasil no início do ano de 1966.

AUSTRÁLIA

Foram iniciados os entendimentos para obter a assistência técnica da Austrália no campo do melhoramento da produtividade das pastagens e cultivos forrageiros, havendo sido apresentado às autoridades australianas, que se mostraram, em princípio, muito receptivas à proposta brasileira, um projeto de Acôrdo naquele sentido, preparado pelo Ministério da Agricultura.

BÉLGICA

Por ocasião da visita do Rei Baudoin foram iniciados entendimentos para intensificar a cooperação técnica e científica entre os dois países, havendo a proposta brasileira de concessão de bôlsas-de-estudo a professôres, técnicos e cientistas dos países em desenvolvimento encontrado acolhida, em princípio, favorável.

DINAMARCA

Além dos numerosos cursos de especialização oferecidos pelo Govêrno dinamarquês em cooperação com a ONU, e dos quais o Brasil se tem beneficiado, a Dinamarca nos financiou a missão de um perito em indústria de laticínios, que lecionou em 1965 nas Escolas de Laticínios do Instituto de Zootecnia e Indústrias Pecuárias «Fernando Costa», em Pirassinunga, São Paulo.

Iniciou-se em 1965 a negociação de um Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com vistas a incrementar a assistência técnica da Dinamarca ao Brasil.

FRANÇA

O projeto de Acôrdo Básico de Cooperação Técnica Brasil-França, proposto pelo Brasil em 1964, continua sujeito à apreciação do Departamento Jurídico do Quai D'Orsay. O fato não impediu, porém, que a França prestasse em 1965 extensa cooperação técnica ao Brasil sob a forma de concessão de bôlsas e envio de missões técnicas.

A pedido da SUDENE, encontra-se no nordeste o Serviço de Cooperação Técnica Francesa que, em colaboração com a referida entidade regional, estabeleceu um Grupo de Estudos Franco-Brasileiro, sôbre a Valorização Econômica do Vale do Jaguaribe, cuja tarefa, dividida em duas fases, teve início em 1962, devendo encerrar suas atividades em 1966.

A SUDENE contribui com 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros, para o plano de valorização do Jaguaribe, o Govêrno do Ceará com 600 milhões e o Govêrno francês com cêrca de 25 bilhões. As operações-pilôto executadas em 1965 compreendem:

1) instalação em Limoeiro do Norte de uma experiência-pilôto com área de 300 mil hectares para ensaio de culturas irrigadas, difusão de métodos modernos de agricultura; 2) instalação de um pôsto agro-pecuário em Russas; 3) criação de sociedade mista para planificar a eletrificação rural; 4) métodos modernos de aproveitamento da carnaúba; 5) irrigação da margem esquerda do rio Salgado; 6) irrigação da planície do Icó; 7) introdução da irrigação por motobombas; 8) plantio e irrigação em Quixabinha; 9) cultura forrageira em diversas zonas do vale.

O Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais solicitou a assistência técnica francesa, para a vinda de dois especialistas em experimentação agronômica, para ficarem à disposição da SUDENE por um período de dois anos, a fim de trabalharem com o Doutor Jacques Boulan, coordenador da missão.

O Conselho Nacional de Telecomunicações solicitou ajuda técnica francesa do Centro Nacional de Estudos de Telecomunicações do Govêrno francês, para a elaboração das bases do Plano Nacional de Telecomunicações. O Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e o referido centro concordam, em princípio, com a solicitação do CONTEL. Um programa pormenorizado de cooperação será brevemente submetido aos órgãos interessados.

A "Station Marine d'Endoume» da Faculdade de Ciências de Marselha fêz doação ao Instituto Oceanográfico da Universidade do Recife de equipamento científico, composto de uma cantina metálica, contendo amostras biológicas de equinodermes e moluscos, e três caixas com material de laboratório, bocais, tubos, compressores para áquario e bibliografia referente aos trabalhos.

GRÃ-BRETANHA

Tiveram início em 1965 entendimentos com a Embaixada britânica para a conclusão de um Acôrdo Básico de Cooperação Técnica que deverá inclusive regular a situação dos professôres do «British Council» trabalhando no Brasil e incluir a proposta inglêsa para a formação de técnicos de laboratórios em nosso país. Êsse acôrdo destina-se a favorecer a assistência técnica da Grã-Bretanha ao Brasil e permitir o melhor aproveitamento das inúmeras bôlsas-de-estudo que o Govêrno inglês oferece a estudantes estrangeiros.

HOLANDA

Foram iniciados os entendimentos para a conclusão de um Acôrdo Básico com a Holanda, a fim de sistematizar os oferecimentos concretos de cooperação técnica feitos pelo Govêrno dos Países Baixos e a assistência que já nos vem sendo prestada por técnicos holandeses.

O mais antigo projeto de cooperação técnica holandesa no Brasil teve continuação em 1965. Trata-se da assistência

à Associação Sanitária e Social do Nordeste, em Campina Grande na Paraíba, que se beneficia dos serviços de uma missão de médicos, enfermeiras e assistentes sociais holandeses.

Dois novos projetos foram propostos pelo Govêrno holandês em 1965 e, em vista da concordância das autoridades brasileiras, deverão ter início em 1966. Trata-se do projeto de assistência técnica à Associação das Escolas Reunidas do Instituto Cristão, em Castro, Paraná, que visa à fundação de um colégio agrícola, com internato, e de uma granja-modêlo, para o aperfeiçoamento dos alunos, além de uma escola para a formação de môças em assuntos doméstico-rurais para o qual o Govêrno holandês contribuirá com 550.000 florins em material e um auxílio de 210.000 florins em dinheiro para financiar as despesas de manutenção; e o projeto da Cooperativa de Imigração e Colonização "Holambra», em Parapanema, São Paulo, para a construção de um ginásio rural, uma escola de economia doméstica e uma policlínica.

Iniciaram-se, igualmente, entendimentos para a concessão de auxílio ao projeto da firma «Brumusa», em Macapá, Território do Amapá, para a implantação de uma indústria de madeira compensada; e entendimentos com o Govêrno de Alagoas para a prestação de assistência técnica e financeira com vistas a melhoramentos no pôrto de Aracaju.

A pedido do Govêrno do Paraná, vieram ao Brasil dois especialistas em botânica que, às custas do Govêrno holandês, estão trabalhando junto ao Instituto de Biologia e Pesquisas Técnicas daquele Estado. Encontra-se igualmente no Paraná um especialista holandês em assuntos florestais que trabalha em cooperação com os técnicos da ONU no projeto da Escola Nacional de Florestas, financiado pelo Fundo Especial.

A pedido do Govêrno de São Paulo, o Govêrno holandês colocou à disposição da FIESP um perito do Instituto de Delft.

ISRAEL

Prosseguiu a assistência técnica de Israel, regida pelo Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, de 12-III-1962. A Missão de Cooperação Técnica de Israel ao Brasil continuou a prestar assistência ao Nordeste através da SUDENE e do DNOCS, nos setores da agricultura e abastecimento (experiências com cultura de milho híbrido) e dos recursos minerais (perfuração de poços). Como resultado da visita ao Vale do Moxotó, entre Pernambuco e Alagoas, chegou-se à conclusão de que a zona é apropriada para um projeto de desenvolvimento hidroagrícola.

Foram concluídas as negociações do Primeiro Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação sôbre a Utilização de Energia Nuclear para Fins Pacíficos. O Govêrno brasileiro concordou, em princípio, com o pedido do Govêrno israelense para que o mesmo fôsse assinado em Israel, mas não se havendo chegado a um acôrdo sôbre a cidade em que seria realizada a cerimônia, o convênio não foi ainda firmado.

Sob o patrocínio do Govêrno de Israel e da OEA, realizou-se naquele país um curso sôbre «Direção de Emprêsas Cooperativas», havendo o Brasil enviado 18 bolsistas, indicados pelo Ministério da Agricultura, SUDENE e outros órgãos governamentais.

ITÁLIA

Durante a visita do Presidente Saragati da Itália, foram encetados entendimentos a fim de desenvolver a cooperação técnica entre os dois países. Como primeiro resultado, o Govêrno italiano prontificou-se a conceder um auxílio de US$ 150.000,00 ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária através da firma ITALCONSULT S. A., a ser aplicado em estudos do aproveitamento integral dos recursos naturais e valorização do homem na Bacia do Paraíba e início do cadastro técnico da propriedade rural da região.

JAPÃO

O Japão concedeu, como nos anos anteriores, um grande número de bôlsas-de-estudo para cursos de treinamento, estágios e seminários, nas mais variadas especialidades: planejamento econômico, educação rural, patologia das plantas, indústria pesqueira, indústria do papel, pesquisa florestal, engenharia portuária, engenharia de pontes, energia elétrica, telecomunicações, microondas, etc. Foram beneficiados cêrca de 30 candidatos brasileiros indicados pelo BNDE, Ministério da Agricultura, SUDENE, Universidade Rural, Instituto Agronômico de Campinas, Ministério da Viação, CONTEL, ELETROBRÁS, COPEL, USIMINAS, CEMIG, CPCAN, etc.

O Japão continuou igualmente a prestar sua colaboração ao Centro de Treinamento para Indústrias Têxteis, do Recife, havendo sido proposta à SUDENE a prorrogação do acôrdo que rege a assistência técnica japonêsa àquele Centro, o que foi acordado.

De acôrdo com o plano de doação de máquinas e equipamentos iniciado pelo Govêrno japonês, foram enviados vários pedidos de entidades federais, estaduais e privadas brasileiras, pedidos êsses que deverão ser atendidos em 1966.

Técnicos japonêses estiveram em missão no Brasil a pedido de entidades brasileiras, como a SUDENE, que recebeu a visita da Missão de Investigação sôbre Desenvolvimento da Indústria de Aproveitamento da Madeira.

PORTUGAL

O Govêrno português ofereceu, como nos anos anteriores, bôlsas a estudantes brasileiros. Foram atribuídas 61 bôlsas a cidadãos brasileiros, aproveitadas, quase na sua totalidade, através dos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal. Uma vintena de outras bôlsas para professôres e pesquisadores brasileiros foram concedidas diretamente pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Foi assinado em 18-VI-1965, no Rio de Janeiro, o Acôrdo de Cooperação no Campo da Utilização Pacífica da Energia Atômica, que estabelece o intercâmbio técnico entre a Junta de Energia Nuclear portuguêsa e a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Teve prosseguimento em 1965 a cooperação técnica alemã, regulada pelo Acôrdo Básico de Cooperação Técnica assinado em 30-XI-1963.

Técnicos alemães continuaram em 1965 a prestar seus serviços à Escola Técnica de São Bernardo do Campo, à SUDENE e à Cooperativa Pindorama, em Alagoas, bem como ao Govêrno do Rio Grande do Sul para o desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos.

Em 1965 o Govêrno alemão submeteu um projeto do Terceiro Convênio Complementar ao Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, sôbre a doação de equipamento para os laboratórios e clínicas do Instituto de Medicina Tropical na Universidade do Recife. Parte do material doado chegou ao Brasil em fins de outubro e novembro último. O convênio em aprêço será assinado brevemente.

O Serviço Alemão de Desenvolvimento, fundado em 24 de junho de 1963, nos moldes do «Peace Corps» dos Estados Unidos da América, enviou ao Brasil o primeiro grupo de 17 voluntários alemães, que vieram prestar serviços de assistência técnica, a partir de maio de 1965, junto à Cooperativa Agrícola Pindorama, no Estado de Alagoas. Posteriormente, em 8 de setembro, chegou outro grupo de 23 voluntários, dos quais 12 para a referida cooperativa, 6 para Londrina e 5 para Rolândia, todos para trabalhar em projetos de colonização agrícola. Finalmente, em 30 de dezembro último, chegaram 24 voluntários, que se destinaram a Oeiras, no Piauí (11), e Londrina (13), Paraná. Será brevemente assinado o quarto convênio complementar, que regulará a situação dos

voluntários alemães. Sua bagagem se limita aos bens de uso pessoal e profissional, estando excluída a possibilidade de importação de automóveis.

SUÍÇA

Foi assinado no Rio de Janeiro, em 26-V-1965, o Acôrdo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos, cujo texto remetido ao Congresso não obteve ainda a necessária aprovação.

O Govêrno suíço ofereceu uma contribuição de 400.000 francos suíços ao Instituto Social de Goiânia, da Universidade Católica daquela cidade, e iniciou entendimentos para um fornecimento de 217.000 francos suíços à Escola Católica de Formação de Mestras Rurais em Tefé, no Amazonas.

O Govêrno suíço ofereceu ao Brasil bôlsa-de-estudo para um curso-seminário sôbre formação profissional e ensino agrícola que só se deverá realizar, porém, em 1966.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Programa Alimentos para a Paz

O Govêrno dos Estados Unidos da América assinou com o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, dentro do título II da PL nº 480 — Seção 202 — doação de alimentos para fins de desenvolvimento econômico — as seguintes autorizações de transferência:

1. *Autorização de Transferência nº* 6668.

   Data da assinatura: 9 de janeiro de 1965.
   Título do projeto: Programa de Produção e Comercialização de Aves e Gado.
   Mercadoria: Sorgo.
   Valor: US$ 372,000.
   Local de execução: Estado de Minas Gerais.

Entidades encarregadas da execução: Conselho do Projeto, composto do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, de um representante da Cooperativa Central dos Hortaliceiros de Minas Gerais e de um representante eleito por 7 outras cooperativas.

2. *Autorizações de Transferência n.os* 5645, 5646, 5647, 5648, 5649 e 5650.

Data de assinatura: 25 de janeiro de 1965.
Título do Projeto: Programa de Frente de Trabalho.
Mercadorias: Respectivamente, bulgor, fubá, trigo laminado, farinha de trigo, milho e óleo vegetal.
Valor: US$ 2.120,000.
Local de execução: Estados da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.
Entidades encarregadas da execução: Governos da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

3. *Autorização de Transferência nº* 5651.

Data de assinatura: 7 de junho de 1965.
Título de Projeto: Programa Ampliado de Merenda Escolar.
Mercadorias: Farinha de trigo, bulgor, trigo laminado, farinha de milho e óleo vegetal.
Valor: US$ 270,200.
Local de execução: Estados de Sergipe, Mato Grosso, Bahia, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.
Entidade encarregado da execução: Campanha Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério de Educação e Cultura.

4. *Autorização de Transferência nº* 5653.

Data de assinatura: 30 de junho de 1965.
Título do Projeto: Programa de Desenvolvimento da Comunidade Urbana.

Mercadorias: Farinha de trigo, leite em pó desnatado e óleo vegetal.
Valor: US$ 132,200.
Local de execução: Estado da Guanabara.
Entidade encarregada da execução: Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara.

5. *Autorização de Transferência nº* 5657.

Data da assinatura: 6 de agôsto de 1965.
Título do projeto: Programa Ampliado de Merenda Escolar.
Mercadorias: Farinha de trigo, trigo bulgor, trigo laminado, farinha de milho, óleo vegetal.
Valor: US$ 248.500.
Local de execução: Estados de Santa Catarina, Maranhão e Territórios de Rondônia e Roraima.
Entidade encarregada da execução: Campanha Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura.

6. *Autorização de Transferência nº* 5652

Data de assinatura: 16 de setembro de 1965.
Título do projeto: Programa de Desenvolvimento de Ajuda à Comunidade.
Mercadorias: Farinha de trigo, farinha de milho, óleo vegetal e leite em pó desnatado.
Valor: US$ 74,100.
Local de execução: Estado do Pará.
Entidades encarregadas da execução: Conselho do Projeto composto do Padre da Paróquia de Vila da Barca; de um representante da Federação das Organizações de Assistência Social e Educacional (FASE); de um representante do Secretário de Saúde do Estado do Pará e do Prefeito de Belém.

7. *Autorização de Transferência nº* 5655.

Data da Assinatura: 21 de outubro de 1965.
Título do projeto: Programa de Produção e Comercialização de Aves e Suínos.
Mercadoria: Milho amarelo.
Valor: US$ 744,000.
Local de execução: Estado de Pernambuco.
Entidades encarregadas da execução: Conselho do Projeto composto do Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco, do representante da Cooperativa Central dos Avicultores de Recife e de um representante eleito por 4 outras cooperativas.

8. *Autorização de Transferência nº* 6658.

Data da assinatura: 7 de dezembro de 1965.
Título do projeto: Programa de Distribuição de Leite Escolar.
Mercadoria: Leite em pó desnatado.
Valor: US$ 15.470,000.
Local de execução: âmbito federal.
Entidades encarregadas da execução. Campanha Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura.

Programa dos Voluntários da Paz

O funcionamento do corpo de "Voluntários da Paz» no Brasil decorre da troca de notas de 11-XI-1961, entre o Govêrno dos Estados Unidos da América e o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil. Desde aquela data, o número de Voluntários em serviço no país tem aumentado progressivamente, alcançando, em 1965, um total de 645, assim distribuídos:

Alagoas — 62; Bahia — 87; Brasília — 29; Ceará — 56; Espírito Santo — 77; Goiás — 37; Guanabara — 35; Mato

Grosso — 85; Minas Gerais — 12; Paraíba — 54; Paraná — 1; Pernambuco — 68; Rio de Janeiro — 27; Santa Catarina — 8; São Paulo — 7.

Os Voluntários da Paz atuam, principalmente, em projetos no campo da saúde, desenvolvimento comunitário, agricultura, treinamento de professôres, merenda escolar, eletrificação, instrução, administração, pesca, construção de casas populares, etc.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Reestruturada pelos Decretos n.os 53526, de 4 de fevereiro de 1964, 52251, de 2 de setembro de 1964 e 54251-A da mesma data, a Comissão Nacional de Assistência Técnica voltou a reunir-se regularmente em 1965, convocada pelo seu Secretariado Técnico e Adminitrativo, a Divisão de Cooperação Econômica e Técnica do Itamaraty.

Foram realizadas 6 reuniões, das quais 4 ordinárias, nos dias 2 de julho, 3 de agôsto, 1º de setembro e 9 de dezembro, e 2 extraordinárias, em 28 de maio e 25 de outubro.

Durante essas reuniões, às quais compareceram as entidades oficiais interessadas em obter assistência técnica de fontes multilaterais, o Itamaraty procurou reativar os trabalhos da Comissão, a fim de transformá-la num órgão ágil e eficiente. Vencida a fase organizacional, espera-se que a CNAT possa ingressar, em 1966, num período de deliberações de largo alcance.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA MULTILATERAL

PROGRAMA AMPLIADO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DAS NAÇÕES UNIDAS

O Programa Ampliado de Assistência Técnica das Nações Unidas, criado pela resolução 222 (IX) do ECOSOC, aprovado pela resolução 340 (IV) da Assembléia Geral de 1964, destinou ao Brasil, no biênio 1965/66, recursos no mon-

tante de US$ 1,251,167. Aproximadamente, a metade dêsses recursos foi utilizada em projetos iniciados em 1965. Foram executados projetos sob os seguintes títulos, por agência executora:

A — *Assistência Técnica das Nações Unidas*

1. Administração Pública;
2. Pesquisa Econômica;
3. Programação e Projeção Econômica;

B — *Organização Internacional do Trabalho*

4. Organização de mão-de-obra, inclusive treinamento vocacional;
5. Produtividade;
6. Condições de Trabalho e Administração;

C — *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.*

7. Desenvolvimento de sistemas agrícolas e de irrigação de terras e indústrias rurais;
8. Produção e projeção de plantas;
9. Produção e saúde de animais;
10. Instituições e Serviços Rurais;
11. Desenvolvimento de atividades pesqueiras;
12. Desenvolvimento de atividades florestais;
13. Análise Econômica;

D — *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.*

14. Pesquisas Educacionais;
15. Pesquisas em zonas áridas;
16. Treinamento de professôres;
17. Pesquisas em Ciências Sociais;
18. Planejamento de alfabetização;

E — *Organização Mundial de Saúde.*

19. Contrôle de Poluição do Ar e da Água;
20. Serviços de laboratório sôbre vírus nacional;
21. Reabilitação;

F — *Agência Internacional de Energia Atômica.*

22. Radioisótopos;
23. Reatores;
24. Desenvolvimento da energia atômica geral.

As entidades brasileiras beneficiadas com os projetos acima relacionados são as seguintes:

1. Comisão Nacional de Energia Nuclear;
2. Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;
3. Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPE) São Paulo;
4. Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais — SUDENE;
5. Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais;
6. Comissão para o Desenvolvimento da Região Sul (CODESUL);
7. Ministério do Trabalho — Superintendência de Serviços de Reabilitação Vocacional e Bem-Estar Social;
8. Universidade de Brasília;
9. Banco do Nordeste;
10. Superintendência do Desenvolvimento da Pesca;
11. Escola Nacional de Florestas, em Curitiba;
12. Instituto Oswaldo Cruz;
13. Universidade de São Paulo;
14. Universidade de Santa Maria;
15. Ministério da Agricultura;
16. Instituto Brasileiro do Café;

17. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico;
18. Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana;
19. Comissão Intermunicipal de Contrôle de Poluição das Águas e do Ar — São Paulo.

FUNDO ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Em 1 de janeiro de 1965, o Fundo Especial das Nações Unidas havia aprovado o financiamento de nove Projetos de assistência técnica ao Brasil, dos quais cinco já estavam em execução, e os demais em fase de elaboração dos respectivos Planos de Operação: Estudos na Bacia do Rio São Francisco, Escola Nacional de Florestas, Levantamento dos depósitos de sal-gema no Nordeste, Levantamento do potencial hidrelétrico da Região Centro-Sul, Centro de Pesquisas e Tecnologia Alimentar de Campinas, Instituto de Engenharia Sanitária da Guanabara e Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Além disso, havia um pedido pronto para ser submetido ao Fundo em janeiro (Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Sul) e mais nove em fase de formulação.

Em 31 de dezembro de 1965, elevava-se a dez o número de Projetos já aprovados, pois em junho foi aprovado o Projeto relativo ao Desenvolvimento da Indústria Pesqueira. O número de pedidos prontos no fim de 1965 tinha subido para cinco, a serem submetidos ao Fundo em janeiro de 1966: além dos Estudos da Bacia do Rio São Francisco, a que se desejava dar prosseguimento, e do Levantamento do Potencial Hidrelétrico da Região Sul, que se reapresentaria, tinha-se ainda: Desenvolvimento dos serviços meteorológicos do Nordeste, Estudo hidrológico do Pantanal Matogrossense e Centro de Treinamento em Telecomunicações. E o número de projetos em fase de formulação subira para vinte.

Pode dizer-se, portanto, grosso modo, que, em um ano, o número total de Projetos, desde os em execução até os apenas em elaboração, elevou-se de dezenove para trinta e cinco. Embora apenas dois Projetos novos tenham sido apresenta-

dos, dos quais apenas um foi aprovado, a Comissão logrou preparar vários pedidos, e iniciar contatos para a formulação de muitos outros, procurando ainda imprimir uma diretriz mais orgânica a êsse importante setor da Assistência Técnica multilateral.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante o ano de 1965 foram proporcionadas ao Brasil cêrca de 20 bôlsas pela própria Organização das Nações Unidas e, ainda, em colaboração com diversos países industrializados, para cursos e seminários sôbre: Avaliação de Projetos Industriais, Concentração de Minérios, Sistema de Pessoal, Cartografia do Desenvolvimento Econômico, Problemas Alimentares, Telecomunicações, Promoção Comercial, Aplicação Econômica da Dessalinização da Água do Mar, Manufatura de Equipamento e Maquinaria Elétrica, Política Comercial, Formação de Instrutores para Trabalhos Florestais, Criminologia, Administração Pública.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, criado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 11 de dezembro de 1946, já alocou ao Brasil, desde 1950 até 1965, recursos no montante de cêrca de 12 milhões de dólares.

Atualmente, o FISI tem em execução no Brasil 13 projetos nos seguintes campos: saúde pública, bem-estar da família, contrôle de doenças, educação e nutrição.

1. *Programa Integrado de Saúde*

É executado através da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, do Ministério da Saúde e, a partir de 1965, passou a abranger 15 Estados.

Segundo esclarecimento prestado pelo Conselho Técnico da Fundação SESP, procede-se, atualmente, a uma reava-

liação dos projetos em todos os Estados, esperando-se que, dentro em breve, o programa, que estivera interrompido em 1964 devido à falta de recursos do Ministério da Saúde, possa retomar o seu ritmo normal.

2. *Saneamento Básico em Comunidades Rurais*

Em 1964, foi aprovada uma alocação complementar de US$1.250,000 para êsse programa, que deveria abranger, em 1965, 15 Estados, quais sejam: Maranhão, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Dificuldades financeiras da Fundação SESP e dos Estados impediram, também, o progresso normal dêste programa em 1965.

3. *Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem no Brasil*

Na reunião de junho de 1965 da Junta Executiva, foi aprovada uma alocação de US$ 49,000 para a contribuição dêsse projeto, que tem sido executado de acôrdo com o plano de operações e está progredindo normalmente em 18 escolas.

4. *Contrôle dc Tuberculose no Estado do Rio Grande do Norte*

Em janeiro de 1964, a Junta Executiva do FISI aprovou a alocação de US$ 80,000 para êste programa. Em 1965, contudo, a falta total da contrapartida do Govêrno do Rio Grande do Norte, obrigou o FISI a cancelar definitivamente o projeto.

5. *Treinamento na Cátedra de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de Recife*

Segundo informações prestadas pelo Coordenador e Supervisor do Convênio, já foram efetuados, até 1965, com su-

cesso, os cursos de Pediatria Geral para médicos e auxiliares de enfermagem, conferências especializadas, e períodos de estágios.

6. *Curso de Técnica Ortopédica na Associação de Assistência à Criança Defeituosa*

Em junho de 1964, a Junta Executiva aprovou uma alocação de US$ 8.000,00, num total de US$ 21.000,00 destinada a êste curso. Em junho de 1965, a Junta Executiva aprovou mais US$ 6,500 para a continuação do projeto.

A cooperação do FISI consiste no fornecimento de um veículo, suportes ortopédicos e bôlsas para oito participantes nos cursos. O primeiro curso foi iniciado em março de 1965 com resultados satisfatórios.

7. *Educação primária*

Até 1964, havia sido aprovada uma alocação de US$ 642,000 para auxiliar a educação primária em nosso país. Houve atraso na execução do programa nos Estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Bahia, em 1964, o que liberou recursos para programas semelhantes nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná sem haver necessidade de uma nova alocação. Em 1965 foram alocados pela Junta Executiva mais US$99,000 para a continuação do projeto.

8. *Treinamento de Magistério da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília*

Em janeiro de 1964, foi aprovada pelo FISI a alocação de US$ 206,000. O projeto, porém, não chegou a ser iniciado em 1965, em virtude da situação atual da Universidade de Brasília.

9. *Programa Integrado de Educação e Nutrição e Atividades Correlacionadas nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte*

Em 1965, êsse projeto desenvolveu-se normalmente no Rio Grande do Norte, havendo o FISI fornecido veículos e equipamentos.

Por outro lado, um plano semelhante, destinado ao Estado da Paraíba, foi submetido à Comissão Nacional de Assistência Técnica em janeiro de 1965, tendo sido aprovado, em fevereiro do mesmo ano. O compromisso total do FISI, por três anos, para o Estado da Paraíba é de US$ 94,000.00.

10. *Fábrica de leite em pó em Idade Pré-Escolar*

Corrigida a situação que quase a levou à falência e modificado, por iniciativa da atual administração do Departamento Nacional da Criança, o convênio que a ligava ao Govêrno Federal, essa encontra-se, atualmente, em período de crescente prosperidade.

O Govêrno brasileiro apresentará, em breve, ao FISI, pedidos para novas alocações com a mesma finalidade, visando aproveitar três grandes bacias leiteiras nos Estados de Alagoas, Bahia e Paraná.

11. *Mistura Alimentar para Criança em Idade Pré-Escolar*

Em 1964, foi aprovada pela Junta Executiva do FISI uma alocação no valor de US$ 82,000, para o período de dois anos, para êste programa. Vários obstáculos atrasaram, porém, seu início em 1965, presumindo-se, no entanto, que, em meados do corrente ano, tenha início a execução do programa com grandes modificações introduzidas no Plano de Operações inicial.

12. *Programa de Assistência à Infância. Seção de Serviços Sociais para Menores do Departamento de Educação do Estado de Goiás*

Em abril de 1964, foi aprovada uma alocação de US$ 11,000.00 para êste programa. Seu início, no entanto, foi retardado em 1965 em virtude de não ter sido assinado o respectivo Plano de Operações.

13. *Treinamento na Escola de Serviços Sociais de Pernambuco*

Em 1964, foi aprovada uma alocação de US$ 34,000 para êste curso de treinamento. O programa está sendo executado embora tenha havido atrasos em alguns cursos em 1965.

FUNDO ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A fim de dar execução ao projeto de assistência à SUDENE, por parte do Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento da OEA, projeto êsse aprovado na reunião do CIES em Lima, 1964, foi assinado no Rio de Janeiro, em 30-XI-1965, o Acôrdo entre a União Pan-Americana e o Govêrno brasileiro, mediante o qual a Secretaria Geral da OEA proverá a assistência técnica de peritos de alto nível e colaborará no treinamento de servidores da SUDENE e de entidades dos Estados do Nordeste (com vistas ao desenvolvimento econômico da região).

PROGRAMA DE CÁTEDRAS E BÔLSAS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Durante 1965, foram proporcionadas ao Brasil cêrca de 200 (duzentas) bôlsas-de-estudo, abrangendo os mais variados campos de especialização, como por exemplo: desenvolvi-

mento econômico, trabalho social, estatística, educação, técnica industrial, sociologia, química, etc.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Tiveram prosseguimento em 1965 os projetos financiados pelo Programa de Cooperação Técnica da OEA, no Brasil, a saber: Projeto nº 77 — Centro Pan-americano de Febre Aftosa; Projeto nº 105 — Programa Interamericano de Administração de Emprêsas; Projeto nº 209 — Centro de Treinamento Regional em Desenvolvimento Econômico (CETREDE); e Projeto nº 210 — Cursos sôbre Planejamento de Sistema de Abastecimento da Água.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O ano de 1965 marcou para o Brasil, no setor de Transportes e Comunicações, no plano internacional, uma etapa de franca atividade que se patenteou, tanto pelo comparecimento de delegações brasileiras aos principais certames realizados no âmbito regional e mundial, quanto pela conclusão de entendimentos bilaterais que removeram muitos dos problemas existentes e propiciaram um clima de maior colaboração com vários países.

No setor marítimo, realizou-se em Paris, no mês de setembro, a IV Assembléia da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima (IMCO), a qual, além de ratificar as modificações ùltimamente introduzidas na sua Convenção. marcou progressos em matéria técnica e jurídica, notadamente no tocante ao Código Internacional de Sinais.

Em novembro, uma Delegação brasileira participou ativamente, em Genebra, da I Reunião do Comitê de Transportes Marítimos da Junta de Comércio e Desenvolvimento, órgão êsse que tende a ser o principal fôro mundial dos debates em tôrno da economia dos transportes aquáticos. Adotou-se, naquela oportunidade, um programa de trabalho que visa, sobretudo, o estudo dos problemas de formação e estrutura das tarifas de fretes, bem como a criação de mecanismos regionais de consulta entre usuários e armadores.

No plano regional, uma Comissão Especial coordenada pelo Itamaraty prosseguiu os trabalhos de elaboração de um projeto de Convênio sôbre Transportes Aquáticos para os países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio

(ALALC) que, além de atender aos interêsses primordiais do Brasil, possa merecer acolhida favorável da maioria dos demais países da Zona. Êsses, ainda no decorrer do mês de maio, demonstraram, por ocasião da reunião realizada em Montevidéu, sérias reservas quanto à oportunidade de se celebrar, no momento, um acôrdo dessa natureza.

No período considerado, processaram-se normalmente e sem os atritos anteriores os embarques de café para os Estados Unidos da América. Encontram-se, aliás, bastante adiantados, os entendimentos para a celebração de um nôvo «pool» de cooperação entre as emprêsas marítimas que, tradicionalmente, executam êsse tráfico.

Ainda no setor marítimo, cabe destacar a crescente participação do Lóide Brasileiro, P.N. no transporte de mercadorias para portos europeus do mar do Norte e do Mediterrâneo, graças à conclusão de convênios celebrados entre a principal emprêsa de navegação brasileira e grupos de emprêsas européias. Cabe ainda assinalar o início de operações dessa emprêsa em portos da península escandinava e a tendência para a retomada de serviços diretos para portos africanos.

Com a nova orientação a ser dada ao problema da navegação nacional de longo curso, notadamente no que se refere à legislação sôbre distribuição de linhas marítimas e disciplinamento dos afretamentos, problemas sôbre os quais o Itamaraty foi chamado a pronunciar-se no Conselho Coordenador da Navegação Exterior (CCNE), pode-se prever o início de uma fase promissora nas atividades da marinha mercante nacional.

No setor aeronáutico, avolumavam-se no início do ano de 1965 as questões pendentes com diversos países com os quais o Brasil mantém relações. Entre êsses destacavam-se o da normalização do intercâmbio com a França, interrompido pela denúncia, por parte do Brasil, do Acôrdo Aéreo até então em vigor e a pendência com a Grã-Bretanha em

tôrno do direito de operar a emprêsa designada britânica uma segunda freqüência semanal para o Brasil com direitos comerciais, além de alguns problemas com o Líbano, Países Escandinavos, Portugal e Peru, por motivos diversos.

Tal quadro veio a deteriorar-se ainda mais em fevereiro quando foi decretada a falência da "Panair do Brasil», fato que originou uma série de gestões diplomáticas com vistas a obter, por um lado, o reconhecimento dos governos estrangeiros quanto à substituição daquela companhia pela "Varig» como emprêsa de transportes aéreos designada pelo Brasil e, paralelamente, a suspensão de numerosos processos de falência e penhora, no exterior, por dívidas acumuladas pela primeira. Pode-se dizer que as gestões realizadas nesse sentido foram coroadas de êxito, pois, apenas a Grã-Bretanha relutou por alguns meses em conceder o reconhecimento solicitado e só o fêz quando da celebração de um convênio de cooperação entre as emprêsas dos dois países.

Paralelamente, negociações entabuladas com diversos Governos e autoridades aeronáuticas estrangeiras, seja por Consultas aeronáuticas, seja por gestões diplomáticas, vieram solucionar muitos dos problemas existentes. Assim, no decurso do ano, foi celebrado um nôvo Acôrdo Aéreo com a França, que veio normalizar, a contento de ambas as partes, as relacões aeronáuticas existentes. Trouxeram igualmente resultados concretos os entendimentos mantidos com Portugal, Espanha, Itália, Colômbia e Líbano. Êsse mesmo período assinalou contactos preliminares com autoridades aeronáuticas do Senegal, México e Peru, ficando ainda acertadas para breve consultas com a República Federal da Alemanha, Bélgica e Panamá.

O ano de 1965 foi ainda marcado no campo aeronáutico, pela XV Reunião da Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), ralizada em Montreal de meados de junho a meados de julho. Pela primeira vez, êsse certame trienal assistiu, além de um recrudescimento das

questões políticas levantadas, à predominância dos assuntos econômicos sôbre os problemas eminentemente técnicos. Nessa oportunidade, o Brasil conseguiu reeleger-se no Conselho da Organização na categoria dos grandes transportadores e viu aprovado o projeto de Resolução que apresentou, no sentido de dotar de técnicos em transportes aéreos os escritórios regionais da entidade.

Sempre no setor aeronáutico, a Divisão de Transportes e Comunicações tem assegurado também as concessões de sobrevôo e pouso para aeronaves civis e militares da União, tarefa essa grandemente incrementada pela movimentação constante de efetivos e de sustento balístico para as tropas brasileiras estacionadas na área de Gaza e de São Domingos.

No setor dos transportes terrestres, os elementos mais marcantes foram a recente conclusão de um Convênio Tripartite entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai para o tráfego mútuo de caminhões destinados ao transporte de carga e o prosseguimento dos estudos locais tendentes à ligação rodoviária-fluvial do vale do Amazonas com as Repúblicas andinas da Colômbia, Equador e Peru.

No setor de Telecomunicações, o ano de 1965 foi marcado pela realização, de julho a setembro, em Montreux, da VII Assembléia Geral de Plenipotenciários da União Internacional de Telecomunicações, a primeira dessa hierarquia promovida desde 1959 e cujo objetivo principal foi a reformulação dos Estatutos da entidade. A Reunião, que enfrentou sérios problemas de natureza política, em particular o da suspensão da República da África do Sul da Conferência e o da condenação da política colonialista de Portugal, chegou contudo a elaborar nova Convenção que, de um modo geral, poucas inovações trouxe à estrutura daquele órgão. Na ocasião, o Brasil foi reeleito membro do Conselho de Administração da União.

Por outro lado, o Brasil, que não havia participado de certames regionais sôbre o assunto, teve atuação decisiva por

ocasião da III Reunião da Comissão Regional do Plano Interamericano de Telecomunicações (Santiago, março/abril), ocasião em que ficou definitivamente estruturado aquêle plano regional.

Celebrou-se, ainda, para benefício de rádioamadores de ambas as Partes Contratantes, um Acôrdo de Tráfego de Terceiras Pessoas com os Estados Unidos da América, havendo sido igualmente estabelecidos os primeiros contatos para a assinatura de um Acôrdo semelhante com a República Argentina.

Finalmente, e fato de real importância, o ano de 1965 foi o da entrada do Brasil no sistema mundial de comunicações por satélite. Para tal, o Brasil firmou o «Acôrdo que estabelece um Regime Provisório Aplicável a um Sistema Comercial Global de Comunicações por Satélite» e o respectivo «Acôrdo Especial».

Para desempenhar essas tarefas, em setores relativamente estanques, bem como assegurar a representação do Itamaraty no Conselho Coordenador da Navegação Exterior e na Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (deverá agora igualmente acompanhar os trabalhos do Conselho Nacional de Transportes), a Divisão de Transportes e Comunicações, cujos funcionários têm comparecido aos principais certames realizados sôbre a matéria e participado das Consultas aeronáuticas realizadas no período, tanto no Brasil como no exterior, se vem ressentindo de uma certa deficiência de pessoal. Com um número de funcionários diplomáticos oscilando entre 2 e 3 (chegou a ter um só diplomata em diversos períodos) e um ou dois funcionários administrativos, a DTC não teve o ensejo de elaborar estudos de fundo econômico que coadjuvassem a programação da política do Brasil sôbre o assunto, tarefa que se torna necessária e que se propõe agora efetivar em 1966.

PROPAGANDA E EXPANSÃO COMERCIAL

As atividades da Divisão de Propaganda e Expansão Comercial (DIPROC), durante o ano de 1965, concentraram-se em duas linhas principais de ação:

a) reorganização dos métodos, processos e instrumentos da promoção comercial do Brasil no exterior; e

b) participação em feiras e exposições internacionais.

REORGANIZAÇÃO DA PROMOÇÃO NO EXTERIOR

Por fôrça do Decreto nº 55.800, de 25 de fevereiro de 1965, foram dispensados os servidores dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial (SEPROs); em conseqüência, a DIPROC tomou as providências cabíveis, no âmbito de suas atribuições, para, à luz dos recursos disponíveis, assegurar a necessária e indispensável continuidade às atividades de promoção comercial então em curso, concentrando-se os meios existentes nos postos de mais elevada prioridade para o comércio exportador brasileiro. Assim é que se procurou manter, depois de consultas às Missões diplomáticas e Repartições consulares interessadas, um nível mínimo de lotação do pessoal, embora provisòriamente estabelecido, julgado necessário ao prosseguimento, ainda que em bases não-ideais, das tarefas já iniciadas. De um modo geral, considerou-se que um têrço da lotação anterior atingiria êsses objetivos transitórios.

Por sua vez, a Lei nº 4.669, de 8 de junho, e seu Decreto regulamentador, de nº 56.702, de 9 de agôsto, fornece-

ram um nôvo quadro institucional a partir do qual a DIPROC deveria replanejar o funcionamento da rêde de promoção comercial do Brasil no exterior. A legislação citada importou em substanciais modificações na competência e no alcance das atividades comerciais realizadas através do Ministério das Relações Exteriores, tais como:

a) atribuiu ao Ministério das Relações Exteriores a competência exclusiva para reorganizar e executar tôdas as tarefas de promoção comercial do Brasil no exterior, as quais passaram «à sua exclusiva administração»;

b) incorporou à rêde de promoção comercial brasileira as Repartições consulares, às quais serão fixadas diretrizes de expansão e promoção comercial, sob a fiscalização e comando, no que couber, dos Chefes das Missões diplomáticas brasileiras nos países de sua jurisdição;

c) estabeleceu explicitamente a obrigatoriedade de os demais Ministérios, órgãos e entidades da administração pública prestarem ao Ministério das Relações Exteriores tôda a colaboração de que êste necessite para a implementação de suas novas e aumentadas funções, na esfera de atuação em exame;

d) atribuiu competência exclusiva ao Ministério das Relações Exteriores para prever, organizar, coordenar e efetivar a representação brasileira em feiras e exposições no exterior, com base nos estudos e informações fornecidos pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares e em conjunto com as entidades públicas e privadas, cuja participação se fizer necessária.

Em conseqüência, e para cumprimento das disposições baixadas pela legislação abordada no parágrafo anterior, foi elaborado pelos setores competenes da Secretaria de Estado,

com a participação da DIPROC, um texto regulamentador, de alcance interno ao Ministério das Relações Exteriores, da divisão de competências entre aquêles setores, no que toca à implementação da política de promoção comercial cujas linhas-mestras haviam sido delineadas tal como acima exposto. Com o referido texto regulamentador (Instrução de Serviço nº 32, de 14 de outubro de 1965), objetivou-se a reformular o esquema das atividades de propaganda comercial do Brasil no exterior e a reaparelhar a Secretaria de Estado, em têrmos de meios e instrumentos específicos, para inserir-se adequadamente em tal esquema. Assim é que foram contemplados os seguintes itens:

a) instituiu-se a obrigatoriedade de as Embaixadas e Legações encaminharem à Secretaria de Estado, com periodicidade, estudos sôbre o intercâmbio comercial entre o Brasil e o país de sua sede, e de as Missões diplomáticas e Repartições consulares remeterem, mensalmente, sucintos relatórios, para análise pela DIPROC e demais setores interessados, com informações sôbre suas atividades econômicas e financeiras, seus trabalhos de promoção comercial e quaisquer outras observações pertinentes aos assuntos em pauta, nos âmbitos nacional, internacional e regional;

b) determinou-se que incumbe ao Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, assessorado pela DIPROC, estruturar as diretrizes da política de promoção comercial a ser executada pelo Ministério das Relaçes Exteriores, que tem por finalidade especifica o atendimento das necessidades do desenvolvimento econômico no campo do comércio exportador brasileiro, pela criação de condições favoráveis à colocação de produtos animais, com ênfase na diversificação da pauta de exportação;

c) estabeleceu-se que as Embaixadas, Legações e Consulados executarão, através de setores comerciais internos, especialmente criados, seus programas de promoção comercial com fundamento em normas gerais de trabalho, então enun-

ciadas, referentes a uma série de itens, tais como: informações comerciais, pesquisas e estudos de mercado, concorrências públicas, assistência no exterior ao exportador brasileiro, assistência ao importador estrangeiro em viagem ao Brasil, investimentos privados estrangeiros e remessa de mostruários;

d) fixaram-se métodos para a organização e planejamento da participação do Brasil em feiras e exposições internacionais e do envio de missões comerciais ao exterior.

Tendo em vista as determinações contidas nas regulamentações citadas, a DIPROC iniciou estudos, ora em fase final de implementação, com vistas a definir a nova rêde de promoção comercial. Assim é que as dotações orçamentárias existentes, até então distribuídas entre os ex-SEPROs, em número de 19, serão atribuídas a cêrca de 33 postos, entre Missões diplomáticas e Repartições consulares dotadas de Setores Comerciais, cuja lotação, em têrmos de pessoal, está sendo criteriosamente revista, em trabalho conjunto com os setores competentes da Casa e com base nas reais possibilidades de penetração comercial brasileira nos mercados respectivos, visando ao aproveitamento de elementos dotados das qualificações técnicas indispensáveis às funções a serem desempenhadas.

FEIRAS E EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS

Por outro lado, a DIPROC, em colaboração com as Missões diplomáticas e repartições consulares, patrocinou a participação do Brasil, entre outros, nos seguintes eventos promocionais de cunho internacional, durante o ano de 1965:

a) Exposição da Indústria Automobilística Brasileira comemorativa da inauguração, em março, da «Ponte da Amizade», entre o Brasil e o Paraguai. Essa amostra foi realizada em duas etapas: a primeira, em Foz do Iguaçu, na cabeceira da ponte, onde foi visitada pelos Presidentes de ambas as repúblicas; a segunda em Assunção, onde, devido

à grande variedade de veículos expostos (52 tipos), teve de dividir-se entre os salões do SEPRO, onde ficaram veículos de pequeno porte e motores industriais, em praça pública, onde foram exibidos os veículos restantes. Foi esta a maior exposição de veículos nacionais jamais feita fora do país. Parte dos veículos não retornou ao Brasil, havendo sido negociados no Paraguai.

b) 48.ª Feira Sueca de Comércio, em Gotemburgo, Suécia, de 9 a 17 de maio, onde o Brasil dispôs de um "stand» de cêrca de 200 m2; dentre os produtos expostos, as conservas e os móveis despertaram maior atenção dos importadores escandinavos, sendo que os móveis foram realmente introduzidos naquele mercado por efeito da participação do Brasil na Feira, estando com vendas regulares de aproximadamente US$ 6.000,00 por mês e com perspectivas de bom aumento. Quanto às conservas, já agora começam a realizar-se as primeiras operações devidas à mostra.

c) Exposição Internacional de Budapeste, de 20 a 30 de maio, realizada com custos mínimos, já que para a mostra brasileira foi aproveitada parte do material que se encontrava armazenado naquela cidade, sob a custódia da Legação do Brasil, entre os quais peças e acessórios para automóveis, aparelhos eletrodomésticos, máquinas da indústria de construção, madeiras, etc.

d) Feira Internacional do Campo, Madri, no mês de junho, para a qual foram selecionados, de acôrdo com o tema principal do certame, exibidores de produtos da indústria ligada à agricultura;

e) Feira do Ribatejo, em Santarém, Portugal, ainda em junho, na qual estêve o Brasil representado por Pavilhão próprio, com 500 m2, exibindo uma gama de produtos que compreendia desde veículos utilitários até livros técnicos; tal como na Feira do Campo, de Madri, foi o Brasil agraciado pelas autoridades locais com uma Medalha de Ouro indicativa do alcance de sua participação;

f) Feira Internacional do Pacífico, em Lima, Peru, levada a efeito em outubro-novembro, na qual o Brasil, ocupando um Pavilhão permanente com cêrca de 2.400 m2, apresentou 80 expositores, distribuídos por 24 «stands», e representativos dos mais diversos ramos da indústria manufatureira nacional, tais como: veículos, indústria de construção, equipamentos magnéticos e para rádiocomunicação, máquinas-ferramentas, artigos domésticos, equipamento para as indústrias química e petrolífera etc.; segundo dados oficiais fornecidos pela Direção da Feira, esta foi visitada por mais de 600 mil pessoas;

g) Feira de Milão, Feira de Messina e Feira do Levante de Bari, respectivamente nos meses de abril, agôsto e setembro, tôdas executadas através da Embaixada do Brasil em Roma, com resultados promocionais compensadores; e

h) Exposição Internacional da Alimentação — ANUGA — em Colônia, em outubro, onde foram degustados inúmeros produtos alimentícios nacionais, e Feira de Hannover, em abril-maio; em ambas a presença do Brasil foi coordenada pela Embaixada do Brasil em Bonn.

Finalmente, além dos trabalhos de rotina normais a qualquer Divisão, a DIPROC atendeu aos seguintes itens:

a) remessa de amostras de produtos brasileiros, em geral de pequenas e médias emprêsas desejosas de conquistar mercados externos. Êste serviço é realizado em conjunto com as Missões diplomáticas e Repartições consulares que recebem as amostras e as encaminham aos importadores interessados;

b) envio e distribuição no exterior, pelo mesmo processo, de publicações turísticas e catálogos comerciais de firmas brasileiras;

c) encaminhamento, análise e tratamento de todo tipo de dados e informações comerciais e econômicas, de e para o exterior;

d) assistência a emprêsas brasileiras que participaram de exposições internacionais em que não houve representação oficial brasileira;

e) atendimento e encaminhamento aos meios industriais nacionais interessados de importadores e homens de negócios estrangeiros em visita ao Brasil;

f) coordenação e encomenda de vários estudos e pesquisas de mercado, quer realizados pelas repartições brasileiras no exterior, quer realizados por emprêsas locais, relativos a produtos brasileiros de exportação em vários países compradores;

g) divulgação junto a entidades de classe, órgãos públicos interessados e emprêsas particulares da notícia de inúmeras concorrências públicas internacionais, das quais pudessem vir a participar emprêsas brasileiras; ampla assistência a essas emprêsas, exemplificada no caso recente da concorrência para o levantamento aerofotogramétrico do território uruguaio, vencida em mais de 85% de seu valor por firmas brasileiras, em regime de «pool», cuja idéia inicial e primeiros contatos para seu estabelecimento partiram da DIPROC, resultando numa operação do vulto de US$ 300.000,00.

POLÍTICA FINANCEIRA

ACÔRDO DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A 6 de fevereiro de 1965 o Govêrno brasileiro firmou com o dos Estados Unidos da América um acôrdo que criou para os investidores privados norte-americanos a possibilidade de efetuar, junto às agências governamentais competentes de seu país, o seguro de seus empreendimentos em nosso território, prèviamente aprovados pelas autoridades brasileiras, contra riscos de outra natureza que não econômicos e comerciais. A aprovação do Congresso Nacional ao Acôrdo de Garantia de Investimentos foi precedida de amplos e profundos debates da questão que serviram para afastar definitivamente a idéia errônea, que se vinha fazendo a seu respeito, de que o Govêrno Brasileiro iria garantir os investimentos americanos em seu território em flagrante discriminação contra os investimentos de seus próprios nacionais.

O início da vigência do Acôrdo de Garantia de Investimentos constituiu, juntamente com o elenco de medidas internas visando o saneamento econômico e financeiro da economia nacional, um elemento valioso ao estabelecimento das condições básicas necessárias à atração de capitais estrangeiros, já se registrando em 1965 investimentos privados, de diversas origens, da ordem de US$ 78 milhões, segundo dados preliminares; além disso, anunciam-se para 1966 investimentos norte-americanos no Brasil da ordem de 250 milhões de dólares, em setores básicos de nossa economia, a saber: produção de fertilizantes para as crescentes necessidades da

agricultura nacional, indústria petroquímica, equipamentos de transportes e comunicações, indústrias metalúrgica e siderúrgica, entre outras.

A conclusão do Acôrdo de Garantia de Investimentos serviu também para demonstrar que o Govêrno brasileiro finalmente adotou uma atitude realista diante da importante questão do capital estrangeiro, via de regra abordada em passado recente dentro de atmosfera emocional e impregnada de preconceitos e distorções. Nos últimos quinze anos mais de cem acôrdos dessa natureza foram firmados, dos quais cêrca de setenta pelos Estados Unidos da América, constituindo êles, pois, matéria contratual de tal maneira já incorporada no Direito Internacional que diversos projetos de convenção multilateral objetivando disciplinar a questão encontram-se em fase adiantada de estudos. O Brasil não poderia continuar a manter uma posição de alheiamento em relação ao assunto, uma vez que as fôrças vivas da nacionalidade reconhecem a contribuição valiosa, representada por bens de produção e técnicas, que o capital estrangeiro poderá nos trazer para o processo de desenvolvimento econômico e social do país.

ACÔRDO DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS COM A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Os entendimentos com o Govêrno da República Federal da Alemanha com vistas à conclusão de um acôrdo de garantia de investimentos, iniciados em 1964, prosseguiram no decorrer de 1965, tendo a parte brasileira procurado conciliar a posição alemã com os princípios consagrados no Acôrdo de Garantia de Investimentos assinado com os Estados Unidos da América. A recente decisão do Govêrno da República Federal da Alemanha, de dar início unilateralmente a um programa de garantias a investimentos alemães que se destinem ao Brasil, poderá abrir melhores perspectivas para a retomada das negociações formais com aquêle país, a fim de se alcançar um acôrdo que, se não incorpore, pelo menos se

aproxime das teses defendidas pelo Brasil no decurso dos entendimentos preliminares.

ACÔRDO COM A SUÉCIA PARA EVITAR A BITRIBUTAÇÃO SÔBRE RENDA E CAPITAL

A 17 de setembro último foi assinado com o Govêrno da Suécia um acôrdo para evitar a bitributação sôbre a renda e o capital. Êste instrumento será dentro em breve submetido ao elevado exame do Congresso Nacional para a devida ratificação e conseqüente entrada em vigor.

O acôrdo em aprêço foi o primeiro do gênero a ser firmado pelo Brasil. É intenção do Govêrno conduzir negociações com outros países objetivando a concluir acôrdos da mesma natureza, cuja finalidade precípua é de disciplinar a tributação dos investimentos estrangeiros em nosso país, freqüentemente sujeitos à ação acumulada e por isso desestimulante dos fiscos do país de origem do capital e do país onde a renda é gerada.

O acôrdo com a Suècia adotou como fundamento o sistema do crédito ("tax credit system»), o qual permite ao investidor sueco abater do impôsto de renda devido ao Tesouro de seu país o impôsto de renda já pago ao Tesouro brasileiro, conciliando-se e harmonizando-se, assim, os interêsses de ambos os Governos.

RELAÇÕES COM AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

No curso do ano de 1965 as relações do Brasil com as instituições financeiras internacionais desenvolveram-se num elevado nível de estreita colaboração e respeito mútuo com o objetivo de encontrar fórmulas para eliminar quaisquer dificuldades de ordem externa que pudessem colocar em risco o programa governamental de estabilização e saneamento financeiro. Estiveram aqui diversas missões do Fundo Monetário Internacional, do Banco Internacional de Reconstrução e

Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a fim de examinar com as competentes autoridades brasileiras as necessidades do país em matéria de assistência financeira e os programas setoriais de desenvolvimento.

Das instituições acima referidas, o Brasil recebeu os seguintes recursos: do Fundo Monetário, um crédito "Stand by» de US$ 125 milhões para fazer face a qualquer emergência do balanço de pagamentos; o Banco Mundial aprovou créditos totalizando US$ 79,5 milhões para a expansão da produção de energia elétrica, principalmente; o Banco Interamericano, por sua vez, aprovou empréstimos totalizando US$ 91 milhões para um elevado número de projetos particulares e governamentais constantes de nosso programa de desenvolvimento econômico e social.

ASSUNTOS CULTURAIS E DE INFORMAÇÕES

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

DIFUSÃO CULTURAL

INFORMAÇÕES

COOPERAÇÃO INTELECTUAL

No cumprimento de suas finalidades específicas, a Divisão de Cooperação Intelectual, além do expediente normal de rotina, teve ampliada suas responsabilidades e acrescidos os seus trabalhos no decorrer de 1965.

O expressivo desenvolvimento alcançado pelo Brasil, nos campos científico, artístico e cultural, concorreu favoràvelmente para a intensificação do intercâmbio encetado em anos anteriores, estimulando a demanda de estudantes estrangeiros pelas Universidades brasileiras, a realização de conferências, cursos e visitas de intelectuais brasileiros ao exterior, assim como de personalidades estrangeiras ao nosso país.

Êsse alargamento de atribuições reflete-se, inclusive, na transferência da responsabilidade com a administração das Casas do Brasil no exterior, anteriormente afeta ao Ministério da Educação e Cultura, para a Divisão de Cooperação Intelectual.

Vale ainda mencionar o cuidado especial que teve a DCInt em prestigiar as boas iniciativas de caráter científico ou tecnológico. Poder-se-ia mesmo dizer que a DCInt procurou deliberadamente, sem prejuízo das programações envolvendo outros aspetos culturais, contemplar com especial empenho as iniciativas do gênero acima mencionado. A orientação científico-tecnológica estêve presente na política adotada com relação aos estudantes-convênio e a bolsistas pós-graduados. Na parte dêste documento referente aos setores em aprêço poder-se-á ver o quanto tal orientação é importante para o desenvolvimento científico-tecnológico da Amé-

rica Latina. Serviu ainda de norma orientadora na atribuição do auxílio de US$ 50.00 a estudantes brasileiros no exterior e na formulação do intercâmbio de professôres e pesquisadores entre o Brasil e outros países.

Dentre os setores de atividades desenvolvidas pela DCInt, cumpre ressaltar:

a) elaboração e negociação de acôrdos culturais com países estrangeiros; *b*) manutenção de centros culturais, cátedras e eleitorados nos principais centros universitários do mundo; *c*) concessão de bôlsas-de-estudo a estrangeiros para estudarem no Brasil, e de auxílio financeiro para bolsistas brasileiros no exterior; *d*) manutenção de Encarregados de Assuntos Culturais junto a várias Missões diplomáticas brasileiras; *e*) organização e promoção de conferências e visitas de professôres cientistas e outras figuras de projeção intelectual no Brasil e no exterior; *f*) UNESCO; *g*) Casas do Brasil no exterior.

ACÔRDOS CULTURAIS

Consciente da importância das relações culturais para a aproximação entre os povos, o Brasil vem procurando, por assim dizer, institucionalizar tais relações por meio da assinatura de Convênios culturais.

Os fatos observados em 1965, relativos a Acôrdos culturais, foram os seguintes:

Promulgação, pelo Decreto nº 56.368, de 27 de maio, do Acôrdo cultural entre o Brasil e a Bélgica;

Promulgação pelo Decreto nº 56.698, de 9 de agôsto, do Acôrdo cultural entre o Brasil e a Espanha;

Promulgação pelo Decreto nº 56.608 de 23 de julho, do Acôrdo cultural entre o Brasil e a Itália;

Ratificação, a 21 de abril, do Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o México;

Promulgação pelo Decreto nº 55.595 de 19 de janeiro do Acôrdo Cultural entre o Brasil e a República Árabe Unida;

Assinatura, a 30 de novembro, do Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a República de El Salvador;

Aprovação, pelo Decreto Legislativo nº 71 de 4 de agôsto, do Acôrdo Cultural entre o Brasil e a República do Senegal;

Estudo e apresentação do Anteprojeto de Acôrdo Cultural entre o Brasil e a Coréia, já aprovado pelas autoridades brasileiras;

Estudo e apresentação do Anteprojeto de Convênio de Intercâmbio Cultural Brasil-Guatemala, já aprovados pelas autoridades brasileiras competentes;

Estudo e apresentação do Anteprojeto de Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Haiti, já aprovado pelas autoridades brasileiras.

A fim de atualizar o registro dos acôrdos culturais, a DCInt fêz publicar nova coletânea dêsses documentos, porquanto a última publicação datava de 1956.

No volume em aprêço constam os textos de todos os acôrdos culturais ratificados pelo Brasil e atualmente em vigor, os acôrdos já assinados aguardando ratificação, os acôrdos correlatos já ratificados e os anteprojetos já aprovados pela parte brasileira, aguardando assinatura.

O volume dos acôrdos culturais destina-se às Missões diplomáticas e centros universitários do Brasil.

LEITORADOS NO EXTERIOR

Com o objetivo primordial de contribuir para a difusão da cultura brasileira e o ensino da lingua portuguêsa, através de um contato direto entre o meio universitário brasileiro e o

de outros países, a Divisão de Cooperação Intelectual vem colaborando na manutenção de cátedras de cultura brasileira, a que se convencionou chamar leitorados, junto a Universidades estrangeiras.

O leitorado, órgão nìtidamente universitário, está destinado a descortinar para um público estudantil universitário a realidade brasileira, através dos aspetos culturais que a conformam, notadamente os econômicos, sociológicos, históricos e literários.

Dêste vínculo essencial, que liga o leitorado à Universidade, deriva o caráter específico das atribuições que, dentro do sistema, a DCInt é convocada a exercer: cabe-lhe referendar ou não a escolha dos titulares de tais cadeiras, escolha essa que se resolve no âmbito universitário brasileiro, ouvida a Universidade estrangeira interessada.

A Divisão de Cooperação Intelectual considera requisito essencial aos leitorados serem constituídos junto a centros universitários dotados de grande desenvolvimento, já que, em caso contrário, não propiciariam aos leitores — que devem exercer o magistério superior no Brasil — contatos com padrões atualizados do ensino, e, em conseqüência, em nada poderiam contribuir para o enriquecimento do meio universitário nacional.

Presentemente o Brasil mantém leitorados na França, Áustria, Alemanha, Itália, Japão e Estados Unidos da América.

Na França existem leitorados brasileiros junto às seguintes Universidades: Aix-en-Provence, Bordeaux, Caen, Estrasburgo, Lille, Lyon (dois leitores), Montpellier, Nantes, Nice, Paris (dois leitores), Poitiers, Rouen, Toulouse (dois leitores) e Grenoble. Cabe acentuar que, dêsses leitorados, os de Estrasburgo, Grenoble e Nice, iniciados no ano letivo 1965/66, ainda não foram oficializados pelas autoridades francesas. Estão funcionando de maneira oficiosa, empenhando-se a DCInt, no momento, no sentido de obter das autoridades governamentais francesas a sua oficialização.

Na Itália funciona o leitorado conjunto de Pádua e Veneza e, na Áustria, o de Viena.

Na Alemanha funcionam leitorados brasileiros em Berlim (Universidade Livre), Colônia, Heidelberg, Munique e Tübingen.

No Japão, há dois leitores lecionando nas Universidades de Sófia, Takushoku e Rikkyo e nas Universidades Educacional e de Línguas Estrangeiras de Tóquio.

Nos Estados Unidos da América funcionam leitorados junto às seguintes Universidades: Indiana, Texas, Tulane, Washington, bem como no St. Joseph's College, em Filadélfia.

O leitor recebe um auxílio mensal do Ministério das Relações Exteriores, que é complementado pela Universidade onde leciona. Caso haja disponibilidade de verbas, pode ainda o Itamaraty custear-lhe a passagem.

No momento, a fim de dotar o trabalho do leitor de uma efetiva penetração no meio universitário onde se processa, a DCInt está promovendo, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, a realização de um plano que prevê a criação, junto aos principais leitorados, de bibliotecas básicas de cultura brasileira.

CÁTEDRAS

Paralelamente ao programa de leitorados, a DCInt colabora na manutenção de cátedras de estudos brasileiros junto a determinadas universidades estrangeiras.

Essas cátedras distinguem-se dos leitorados por objetivarem uma visão em maior profundidade da cultura brasileira. Estão, conseqüentemente, localizadas em centros universitários onde tal visão se faz, não sòmente possível, mas ainda necessária, de um ponto de vista de penetração cultural.

Atualmente há cátedras de estudos brasileiros nas seguintes universidades estrangeiras: Universidade de Columbia (Estados Unidos da América), Universidades de Coimbra e Lisboa, Universidades de Roma e Pisa, e Universidade de São Marcos, em Lima. Esta última foi oficializada em junho de 1965.

INSTITUTOS E CENTROS DE ESTUDO

Êsses dois tipos de instituições afetos à DCInt servem para promover, sobretudo nos países latino-americanos, o ensino intensivo da língua portuguêsa e para divulgar, em caráter sistemático, a civilização brasileira em seus diversos aspetos.

Não estão vinculados a nenhuma Universidade, como os leitorados e as cátedras e têm corpo docente próprio, recrutado pelo Itamaraty no magistério superior brasileiro ou naquele dos países onde se localizam.

O objetivo dos centros e institutos de estudos brasileiros é ùnicamente o de difusão. Visam a criar um mercado de consumo cada vez mais amplo para a cultura brasileira em seus múltiplos aspetos, através de cursos regulares de língua portuguêsa, literatura brasileira, realização de conferências, exposições, audições de discos de música popular e erudita, projeção de filmes, documentários artísticos etc., destinados a um público mais heterogêneo, porquanto não exclusivamente universitário.

São os seguintes os Centros de Estudos Brasileiros em funcionamento:

1. Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires;
2. Centro de Estudos Brasileiros em Rosário;
3. Centro Cultural Brasil-Bolívia em La Paz;
4. Centro de Estudos Brasileiros em Lima;
5. Centro de Estudos Brasileiros em Santiago;
6. Centro de Cultura Brasileira em Quito;

7. Centro Cultural Brasileiro em Valparaíso;
8. Centro de Estudos Brasileiros em Huancayo;
9. Centro de Estudos Brasileiros em Arequipa;
10. Centro de Estudos Brasileiros em Iquitos;
11. Centro de Estudos Brasileiros em Lagos — inaugurado em 1965.

Funcionam Institutos de Cultura Brasileira no Uruguai e nos Estados Unidos da América: Instituto Cultural Uruguaio Brasileiro em Montevidéu e Instituto Brasil-Estados Unidos em Washington.

MISSÃO CULTURAL EM ASSUNÇÃO

A natureza peculiar do intercâmbio cultural Paraguai-Brasil determinou a formulação de um plano de ação cultural específico, corporificado no convênio assinado pelos dois Governos em 1952, que criou a Missão Cultural Brasileira em Assunção.

O objetivo da Missão é o de promover o intercâmbio cultural entre os dois países, exercendo suas atividades através dos seguintes órgãos:

a) Centro de Estudos Brasileiros — que propicia aos estudantes paraguaios conhecimentos de língua portuguêsa, literatura brasileira, História e Geografia do Brasil, em cursos regulares de três anos de duração;
b) Colégio Experimental Paraguai-Brasil — estabelecimento de nível médio, orientado pedagògicamente pela Missão;
c) Setor de Artes Plásticas — que compreende a Escolinha de Arte, o Atelier de Gravura e o Atelier de Arte Moderna.

A Missão Cultural Brasileira em Assunção, além de suas tarefas normais, colabora com as autoridades locais em assun-

tos educativos, associando-se a diversos projetos e programas referentes à instrução pública no Paraguai.

Em 1965, deu-se início a um dêsses projetos, que se refere ao ensino da música, com a ida, para a Missão, de conhecida musicóloga brasileira.

ENCARREGADOS EM ASSUNTOS CULTURAIS

A fim de permitir às Missões Diplomáticas uma participação mais ampla e constante nas atividades culturais nos países em que estão sediadas, a DCInt tem procurado auxiliá-las mediante o aproveitamento de professôres e intelectuais para exercerem as funções de Encaregados de Assuntos Culturais junto às respectivas Missões. A DCInt manteve Encarregados de Assuntos Culturais em Lisboa, Paris, Roma, Lima, Montevidéu, Santiago, Dacar, Madri, São José, Londres e México.

Nas capitais onde funcionam Centros de Estudos brasileiros aos Encarregados compete exercerem a função de diretores de tais centros.

CASAS DO BRASIL

Por fôrça do Decreto nº 56.728 de 16 de agôsto, foram transferidos para o Ministério das Relações Exteriores os estabelecimentos mantidos pelo Govêrno brasileiro em centros educacionais estrangeiros, que até então encontravam-se vinculados ao Ministério da Educação e Cultura.

À DCInt corresponde administrar os citados estabelecimentos, tendo procedido, desde à sua vinculação ao Itamaraty, a uma profunda reforma com vistas ao seu melhor funcionamento.

São duas as Casas do Brasil mantidas pelo Govêrno, uma em Madri e outra em Paris.

A primeira, com capacidade para 120 pessoas em apartamentos individuais (80 rapazes e 40 môças), que vinha

sofrendo grandes dificuldades financeiras, teve tôda a sua situação regularizada, graças às medidas adotadas pela DCInt, tão logo foi publicado o Decreto nº 56.728.

Iguais medidas foram tomadas com relação à Casa do Brasil em Paris, que abriga, no momento, cêrca de 120 estudantes universitários, brasileiros e estrangeiros.

BÔLSAS-DE-ESTUDO A ESTUDANTES ESTRANGEIROS

Dentre os múltiplos aspetos positivos da política cultural brasileira em 1965, um dos mais importantes diz respeito à concessão de bôlsas-de-estudo estipendiadas a pós-graduados profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, de diversos países e continentes.

Diversos fatôres foram levados em conta para a concessão dessas bôlsas, sendo que os cursos de caráter técnico ou científico mereceram prioridade no critério de seleção para os candidatos da América Latina e África, enquanto, no que se refere aos países europeus, foram preferentemente escolhidos os candidatos a cursos de língua portuguêsa, literatura brasileira e artes plásticas em geral. O critério de seleção adotado pela DCInt estêve atento, outrossim, às circunstâncias do ensino técnico, científico e artístico ministrado pelos estabelecimentos de ensino superior do país.

Consoante os interêsses da política cultural brasileira, a DCInt aprovou grande número de candidatos selecionados pelas Embaixadas, segundo o «curriculum vitae» apresentado e tendo em vista o número de vagas nos diversos estabelecimentos de ensino.

Como a complexidade do programa de bôlsas-de-estudo escapa ao âmbito específico da atuação da DCInt — pois nêle participam, também, as universidades e demais centros de ensino superior, laboratórios e institutos científicos, museus e bibliotecas — faz-se mister acrescentar que tôdas essas entidades culturais, quando solicitadas, nunca deixaram de em-

prestar sua mais integral colaboração à política levada a efeito pelo Itamaraty. Nessas condições, os bolsistas selecionados em 1965 puderam freqüentar as Universidades de São Paulo, Federal do Rio de Janeiro, Museu de Arte Moderna, IBBD, Pontifícias Universidades Católicas, bem como outras escolas superiores não-integradas.

A DCInt procurou, outrossim, traçar todo um esquema de assistência ao bolsista, através de facilidades de viagens aos diversos pontos do país ou facilitando-lhes o bom término de sua missão no Brasil. Para isso, apelou muitas vêzes às demais autoridades da vida pública brasileira, que nunca se negaram a emprestar a colaboração solicitada.

Durante 1965 realizaram estágio ou curso de aperfeiçoamento em estabelecimentos brasileiros estudantes pós-graduados dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bolívia, Bélgica, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Gana, Haiti, Índia, Israel, Itália, Japão, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, República Dominicana, Senegal, Suécia, Uruguai e Venezuela.

Os cursos realizados prenderam-se às seguintes especialidades: Documentação Científica, Contabilidade, Cirúrgia Toráxica, Nutrição, Odontologia, Administração Hospitalar, Gastroenterologia, Medicina Interna, Biblioteconomia, Pintura em Têxteis, Administração Pública, Gravura, Zootecnia, Dermatologia, Biologia Educacional, Conservação de Obras de Arte, Mecanização Agrícola, Conservação de Solos, Veterinária, Zoologia, Língua Portuguêsa, Folclore Brasileiro, Literatura Barsileira, História do Brasil, Economia Política, Arquitetura, Sociologia etc.

Vale ressaltar, ainda, que foram concedidos auxílios financeiros a diversos intelectuais e professôres estrangeiros que vieram realizar pesquisas científicas e trabalhos sôbre artes, literatura, história, e demais aspectos da cultura brasileira.

Como a política cultural brasileira visa a estimular o programa de bôlsas-de-estudo a pós-graduados estrangeiros, a DCInt está elaborando, para 1966, critérios básicos a serem seguidos, de modo a torná-lo um instrumento apto ao cumprimento de sua finalidade. Nessas condições, estão sendo estudadas normas gerais no sentido de reestruturar o programa de concessão de bôlsas, dando-lhe, sobretudo, maior dinamismo e uniformidade.

Tais normas examinam exaustivamente problemas relacionados com o número de vagas a serem concedidas a cada país, natureza dos cursos que merecem prioridade, divulgação das bôlsas no exterior, coordenação do programa com os estabelecimentos de ensino superior do Brasil, planejamento anual das bôlsas, assistência e estipêndio aos bolsistas, etc.

ESTUDANTES-CONVÊNIO

O setor de estudantes-convênio tem a seu cargo a execução dos acôrdos culturais no que se refere à entrada de estudantes estrangeiros nos estabelecimentos de ensino superior do Brasil.

Os convênios culturais, mormente com países latino-americanos, facilitam a entrada de estudantes nos cursos de graduação dos estabelecimentos de ensino superior do país, sem exigência de exames vestibulares e com isenção dos pagamentos das taxas. Dentro, pois, da estrutura dêsses convênios, a Divisão de Cooperação Intelectual vem desenvolvendo uma intensa atividade cultural e educacional entre o Brasil e os países signatários, sobretudo em matéria de ensino universitário.

Coube ao setor estudantes-convênio executar as seguintes atividades, em 1965:

a) instruir as Missões diplomáticas e Repartições consulares quanto à seleção dos candidatos nos países de origem;

b) estabelecer as quotas de matrícula com os diversos países;

c) encaminhar os estudantes selecionados ao Ministério da Educação e Cultura, após as formalidades de apresentação na Divisão de Cooperação Intelectual;

d) organizar o fichário completo de todo estudante-convênio;

e) preparar a Carteira de Identidade do estudante-convênio;

f) assinar com o Ministério da Educação e Cultura, protocolo regulando a seleção, distribuição e encaminhamento de estudantes-convênio aos estabelecimentos de ensino superior do país, de acôrdo com as vagas disponíveis;

g) autenticar os diplomas dos egressos de Universidades brasileiras, de modo a torná-los válidos no país de origem do portador.

No que se refere ao primeiro item, cabe acentuar que foram traçadas normas objetivando uma melhor seleção dos candidatos. As condições predominantes em cada país, relativas ao intercâmbio, foram objeto de um levantamento que o setor em aprêço procurou realizar *in loco*. Nesse sentido, foram realizadas viagens de observação a alguns paises latino-americanos — principalmente àqueles em relação aos quais se observa uma maior intensidade no intercâmbio.

No que se refere ao estabelecimento de quotas de matrícula para os diversos países, também foram adotadas medidas condizentes com a realidade universitária brasileira e o interêsse da política cultural do Brasil.

Desde 1963, vêm sendo adotadas medidas tendentes a disciplinar a entrada de estudantes-convênio no Brasil. A grande falha existente no sistema, consubstanciada na falta de contrôle efetivo, tanto do Itamaraty quanto do Ministério da Educação e Cultura, da entrada dêsses estudantes, só viria contudo a ser integralmente sanada no ano que findou. Como exemplo da situação anterior, felizmente superada,

basta lembrar que muitas Faculdades, a pedido das Embaixadas dos respectivos países, aceitavam estudantes sem conhecimento das autoridades competentes, a maioria das vêzes estando tais estudantes em situação irregular no Brasil.

Para resolver tão grave problema o Govêrno brasileiro promulgou o Decreto nº 55.613, que «torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de convênios culturais (estudantes-convênio) e dá outras providências».

Com êsse registro, os estudantes obtêm uma Carteira de Identidade que deverão apresentar nos estabelecimentos de ensino no ato da matrícula anual. A interrupção da matrícula invalida a Carteira e seu portador perde a qualidade de estudante-convênio.

Ao receber a Carteira de Identidade o estudante assina, na mesma, o compromisso de:

a) não se imiscuir em política brasileira;

b) apresentar prova, quando pedida, de possuir meios suficientes para se manter no país durante o curso;

c) regressar ao seu país até três meses após a formatura.

Os estudantes que entraram em 1965, depois da vigência do Decreto, receberam do Itamaraty a Carteira.

Como o Decreto dava o prazo de até 31 de julho para os já matriculados nos estabelecimentos de ensino superior do país receberem sua Carteira de Identidade, a Divisão de Cooperação Intelectual programou visita do funcionário responsável pelo setor, a todos os estabelecimentos de ensino do país que tivessem estudantes latino-americanos matriculados em seus cursos de formação. Do Ceará ao Rio Grande do Sul foram visitadas tôdas as Universidades e unidades isoladas, e os estudantes estrangeiros beneficiários foram devidamente regitrados, de acôrdo com o Decreto.

Os benefícios dessa medida, evitando que os estudantes tivessem gastos que muitos não poderiam suportar e que perdessem aulas, para se deslocarem ao Rio, foram extraordinários, com a vantagem suplementar de que, pela primeira vez, o Itamaraty foi ao encontro dos Reitores e Diretores de Faculdades, provocando o diálogo necessário ao bom funcionamento do programa de estudantes-convênio. De tais autoridades, tomou conhecimento dos principais problemas relacionados com a situação dos estudantes estrangeiros e sôbre a conveniência de dificultar a permanência e o exercício da profissão dêsses estudantes no Brasil.

Levando em consideração que o Govêrno brasileiro considera da maior importância a sua política cultural na América Latina, a Divisão de Cooperação Intelectual continuou a dedicar ao programa dos estudantes-convênio o melhor dos seus esforços. Dessa forma, se em 1964 formaram-se em universidades brasileiras cêrca de 300 estudantes latino-americanos, em 1965 êsse número elevou-se a 450, sendo de 472 o número de matrículas iniciais.

O quadro abaixo indica o movimento geral dêsse setor:

ESTUDANTES LATINO-AMERICANOS MATRICULADOS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Países	1965
Bolívia	166
Paraguai	60
Panamá	63
Peru	31
Nicarágua	42
Rep. Dominicana	4
Venezuela	17
Equador	23
Colômbia	14
Honduras	9
Guatemala	5

Chile	—
Costa Rica	3
Argentina	23
Haiti	3
Uruguai	4
El Salvador	6

O exame dêsses números, quando cotejados com os de 1964, leva-nos a algumas considerações. Em primeiro lugar, percebe-se uma acentuada diminuição, em 1965, das quotas concedidas à Bolívia, ao Paraguai e ao Peru (respectivamente 208, 85 e 51, em 1964), devido, primordialmente, à saturação do mercado de trabalho para profissionais naqueles países. Outro fato de destaque é o aumento da corrente que chega da área do Caribe, com exceção da República Dominicana. Em 1965 apareceram, também, os primeiros estudantes do Haiti e de El Salvador.

Por sua vez, a Argentina aparece, êste ano pela primeira vez, com um número considerável. São estudantes que, em regime de fronteira, frequentam a Faculdade de Filosofia de Uruguaiana. Não há, num perímetro de 200 quilômetros, estabelecimento de ensino superior no país vizinho e por isso a Faculdade de Filosofia de Uruguaiana acolheu êste ano vinte e dois estudantes, com perspectivas de ver aumentado êsse número nos próximos anos, desde quando o Brasil consiga introduzir uma cláusula no Convênio Cultural ora existente — cláusula que existe em vários outros convênios assinados pelo Brasil — segundo a qual possam ser reconhecidos na Argentina os diplomas dos estudantes daquele país expedidos no Brasil.

Os cursos preferidos pelos estudantes latino-americanos em 1965 foram:

Engenharia	83
Medicina	104
Odontologia	71

Agronomia	40
Arquitetura	44
Ciências Econômicas	27
Farmácia	24
Veterinária	21
Filosofia	30
Química Industrial	2
Enfermagem	12
Serviço Social	4
Sociologia	4
Direito	—
Geologia	7
Adm. Pública	—
Belas Artes	—
Jornalismo	1
Nutricionista	1

O quadro acima demonstra claramente a importância do programa estudantes-convênio, para o desenvolvimento científico e tecnológico da América Latina.

No corrente ano será examinada a conveniência da adoção de algumas medidas conducentes ao aprimoramento do programa. A primeira dessas medidas refere-se ao aumento das quotas de matrícula atribuídas aos países do Caribe. Geralmente o estudante que vem do Caribe tem bôlsa-de-estudos pelo seu Govêrno; é portanto um estudante que não pretende ficar no Brasil e que é fiscalizado em seu curso pelas autoridades do seu país. Uma outra refere-se à aplicação de testes vocacionais, de inteligência e cultura geral, aos estudantes-convênio. A adoção dessa medida importaria, por certo, numa melhor seleção dêsses estudantes.

UNESCO

A Divisão de Cooperação Intelectual ocupa-se, desde setembro de 1964, dos assuntos relativos à UNESCO. O tratamento de tais assuntos exige a mais ampla cooperação da Divisão com o chefe da missão da UNESCO no Brasil,

com o Representante residente da Junta de Assistência Técnica das Nações Unidas, com o IBECC e com as entidades educacionais brasileiras vinculadas aos projetos educacionais da UNESCO.

Do calendário de realizações da UNESCO em 1965, constaram as Conferências de Santiago do Chile, sôbre a aplicação da Ciência e da Tecnologia ao desenvolvimento da América Latina, e a de Teerã, que congregou Ministros de Educação dos países membros com o objetivo de estudar a questão da erradicação do analfabetismo. Com relação à primeira dessas duas Conferências, a Divisão de Cooperação Intelectual coordenou os trabalhos preparatórios, constituindo vários grupos de trabalho, em colaboração com o IBECC, para o estudo dos grandes temas da reunião, quais sejam: os recursos materiais e sua utilização; os recursos humanos e a utilização do pessoal técnico e científico; a aplicação da ciência e da tecnologia no desenvolvimento da América Latina: a política científica e tecnológica e os instrumentos para sua execução. Encarregou-se a Divisão de Cooperação Intelectual igualmente da triagem e seleção dos documentos da conferência e da exposição de motivos encaminhada ao Presidente da República com a composição da Delegação do Brasil.

No mesmo mês de setembro, foi realizada em Teerã a Conferência de Ministros de Educação para erradicação do analfabetismo. Da mesma forma que em relação à Conferência anteriormente mencionada, a Divisão de Cooperação Intelectual, com a colaboração do Ministério da Educação e Cultura, encarregou-se dos trabalhos preparatórios, estabeleceu a composição da delegação brasileira e procedeu à seleção dos documentos necessários.

Bôlsas-de-estudo — A Divisão de Cooperação Intelectual contribuiu com 21.500 dólares, até fins de 1965, para o programa de bôlsas da UNESCO no Centro Regional de Estudos Pedagógicos de São Paulo.

A Divisão de Cooperação Intelectual tem-se ocupado da orientação e encaminhamento dos pedidos de bôlsas dirigidos à UNESCO, havendo sido, durante o ano de 1965, concedidas ao Brasil pela Organização duas (2) bôlsas de Oceanografia, uma (1) bôlsa para o estudo correlato do desenvolvimento da comunidade e o desenvolvimento econômico e social, uma (1) bôlsa para um curso sôbre construções escolares, uma (1) para biologia de solos, uma (1) para técnicas de cinematografia educativa, uma (1) para formação e aperfeiçoamento do magistério, uma (1) para organização e didática do ensino primário e duas (2) para educação de adultos.

Bônus da UNESCO — A Divisão de Cooperação Intelectual representa o Ministério das Relações Exteriores na Comissão de Bônus da UNESCO, participando das reuniões realizadas no IBBD. Tendo em vista, contudo, a boa marcha das vendas dos referidos bônus e o êxito dos entendimentos havidos com a FAO, SUMOC e a CACEX, verifica-se uma tendência no sentido de afastar-se o Itamaraty da referida Comissão, deixando o assunto entregue ao IBBD e ao IBECC.

A Divisão de Cooperação Intelectual vem-se ocupando igualmente dos assuntos relativos ao Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, criado sob a égide da UNESCO, havendo participado, na qualidade de observador, do IX período de sessões de seu Comitê diretor. Funciona como intermediário entre o Centro e a UNESCO, apresentando a esta os projetos e pedidos de auxílio daquele.

A Divisão de Cooperação Intelectual passou a ocupar-se, depois de agôsto de 1964, do Bureau Internacional de Educação. O Brasil contribui anualmente para o Bureau com 10.000 francos suíços e tem a sua disposição duas salas para exposição no Palais Wilson, sede do mencionado organismo, em Genebra. O BIE convoca anualmente com a UNESCO,

a Conferência Internacional de Instrução Pública. Cabe à Divisão de Cooperação Intelectual entrar em contato com o Ministério da Educação e Cultura para o preparo de documentação a ser apresentada à Conferência e para constituição da Delegação Brasileira.

A Divisão de Cooperação Intelectual tem-se ocupado igualmente das gestões suscitadas pela posição de Portugal no BIE e na UNESCO e seus reflexos na Conferência Internacional de Instrução Pública.

As atividades da Comissão Nacional Brasileira do Decênio Hidrológico Internacional foram de muita importância com a realização de 2 simpósios sôbre problemas hidrológicos, um na SUDENE e outro no Instituto Porto-Alegrense de Hidrologia (IPH).

A Comissão brasileira apresentou 2 projetos de assistência técnica ao Fundo Especial da ONU: um para os estudos hidrológicos do alto Rio Paraguai e outro para o Pantanal do Mato Grosso.

ATIVIDADES CIENTÍFICAS

Dentre as prioridades fixadas pelo Govêrno brasileiro para a execução dos programas de trabalho dos órgãos educacionais e culturais, a prioridade nº 1 cabe à execução dos programas de ciência e tecnologia. Assim sendo, a Divisão de Cooperação Intelectual segue as linhas de trabalho da CAPES, do Conselho Nacional de Pesquisas, da Academia de Ciências e nesse sentido colabora com êsses órgãos em seus programas científicos.

O Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual é o representante do Itamaraty no Conselho Nacional de Pesquisas, o que facilita a coordenação entre os projetos do Conselho Nacional de Pesquisas e da Divisão de Cooperação Intelectual. O Secretário executor do Conselho Nacional de

Pesquisas estêve em Ottawa, a fim de estabelecer um convênio com o Conselho Nacional de Pesquisas do Canadá sôbre intercâmbio científico. A preparação da viagem e o plano dêsse intercâmbio foram executados pela Divisão de Cooperação Intelectual.

A Divisão colaborou com o financiamento de passagens para cientistas estrangeiros que vieram dar cursos nos seguintes órgãos científicos:

Instituto de Bioquímica da Universidade do Brasil
Instituto de Microbiologia da Universidade do Brasil
Instituto de Oceanografia de São Paulo
Instituto de Tecnologia Paulista
Instituto Oswaldo Cruz
Conselho Nacional de Pesquisas
Academia Brasileira de Ciências
Instituto de Matemática Pura e Aplicada
Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

AUXÍLIO A BOLSISTAS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Visando a proporcionar melhores condições aos estudantes brasileiros agraciados com bôlsas-de-estudo de pós-graduação no exterior, a DCInt vem mantendo o programa de auxílio financeiro a bolsistas, iniciado em 1953, quando o Banco do Brasil resolveu cancelar as remessas em dólares, pelo Câmbio oficial a que, até então, tinham direito os estudantes.

O auxílio de cinqüenta dólares mensais é concedido, mediante julgamento, aos estudantes contemplados com bôlsas cujo montante seja inferior a 200 dólares mensais.

Em 1965, a Comissão Educacional, constituída de representanes do Itamaraty e do Diretor executivo da CAPES,

após os trabalhos de seleção de candidatos, concedeu o referido auxílio a 700 bolsistas.

O auxílio é concedido prioritàriamente a estudantes contemplados com bôlsas para cursos de especialização técnica ou científica. A prioridade em aprêço não se erige contudo em orientação exclusivista: estudantes que se especializam em assuntos pertinentes a outros aspetos culturais têm igualmente acesso ao auxílio.

DIFUSÃO CULTURAL

No ano de 1965, de acôrdo com as diretivas estabelecidas pelo Chefe do Departamento Cultural, a Divisão de Difusão Cultural procurou dotar tôdas as Missões diplomáticas e Consulados de carreira, indiscriminadamente, de uma infra-estrutura cultural mínima que lhes permitisse atender aos reclamos da atual política de ação global do Departamento Cultural e de Informações. Foram assim enviadas ao exterior centenas de unidades de livros, revistas e publicações diversas sôbre diferentes aspetos brasileiros, para uso próprio das nossas Representações ou para o atendimento de solicitações por parte do público e instituições estrangeiras. Procedeu-se à tradução e publicação de obras de teatrólogos brasileiros, em inglês e castelhano, em plano conjunto com o Serviço Nacional de Teatro. E, por fim, preenchendo importante lacuna, com o concurso de todos os encarregados de setores desta Divisão, foi elaborado o livro «Quem é Quem» nas Artes e Letras do Brasil Contemporâneo, contendo biografias das nossas principais personalidades no campo da literatura, música, artes plásticas, cinema e teatro, com artigos introdutórios de Alceu Amoroso Lima, Mozart Araújo, Clarival do Prado Valladares, Rubem Biáfora e Bárbara Heliodora, para uso das Missões e Repartições consulares.

A Chefia da Divisão de Difusão Cultural atribuiu especial atenção ao desenvolvimento do setor áudio-visual — peça básica da promoção cultural brasileira no exterior, já que atinge indiscriminadamente tôdas as camadas sociais e culturais do público estrangeiro, abrangendo destarte áreas huma-

nas não alcançáveis pelos demais setores. Nesse sentido, a DDC encomendou e distribuiu 120 coleções de *slides* sôbre cinco variados aspetos do Brasil, contendo cada assunto uma conferência escrita por reconhecida autoridade, para subsídio às palestras que a respeito serão freqüentemente pronunciadas por diplomatas brasileiros, atendendo às solicitações locais. Dois documentários em curta-metragem foram produzidos, um denominado "Esportes no Brasil» e o outro "VIII Bienal de São Paulo», cujas cópias em inglês, francês, castelhano e alemão serão em 1966 enviadas ao exterior. Outrossim, seis películas do Cônsul Raul de Smandek, denominada a série "Brasil-Portrait of a Country», estão em fase final de montagem em laboratório, devendo ser enviadas nesse mesmo ano às nossas Missões e principais Consulados. Por sua vez, material fotográfico foi amplamente distribuído, sendo elaboradas 36 coleções de 300 fotografias, em microfilmes, tôdas já remetidas às Embaixadas respectivas.

No referido setor, merece menção especial o Plano Trienal de promoção e comercialização do cinema brasileiro no exterior, elobarado por esta Divisão, cuja implementação se fará com a colaboração da DIPROC. O mencionado Plano, aprovado pelo Senhor Minsitro de Estado, prevê a contratação, já efetuada, de dois distribuidores de filmes, um nos EE.UU e outro na França, com a tarefa de venderem películas nacionais no mercado internacional. Outra peça básica dêsse Plano, orçado em US$ 105.000, consiste na planificação da participação do Brasil nos principais festivais internacionais de cinema. O Plano em aprêço já está em andamento, havendo o distribuidor europeu comunicado à DDC que, com seis meses de atividade, ascende a US$ 200.000 o total de negócios realizados.

No campo das artes plásticas, o acontecimento mais importante foi a celebração de um convênio entre o Ministério das Relações Exteriores e a Fundação Bienal de São Paulo, pelo qual doravante o Itamaraty contribuirá com

Cr$ 100.000.000, para a realização de cada Bienal, comprometendo-se aquela entidade, em contrapartida, a ceder cêrca de cinqüenta obras dos artistas nacionais participantes, as quais serão distribuídas às Missões e Repartições consulares brasileiras, passando a integrar seu acervo cultural. Finalmente, no setor de música, ressalta a distribuição, já efetuada, de milhares de unidades de discos e gravações magnéticas, às nossas Representações no exterior.

Ao mesmo tempo em que dotava as Missões e Repartições consulares de meios para o atendimento da política de ação global do Departamento Cultural e de Informações, a Divisão de Difusão Cultural, pela Circular nº 5.459, criava condições inovadoras de atuação externa, ao dotar as nossas Representações de uma verba cultural para o exercício do ano findo. Alocando essa verba, cujo montante variava de acôrdo com a importância do Pôsto, outro não foi o objetivo da Secretaria de Estado, senão o de dar maior autonomia e permitir uma iniciativa mais ampla às Missões diplomáticas e Repartições consulares, na programação de suas atividades culturais dentro de suas respectivas jurisdições.

CINEMA

Desde 1962, quando o filme «O Pagador de Promessas» obteve a «Palma de Ouro» do Festival de Cannes, o cinema brasileiro vem obtendo notável série de premiações nos principais festivais de cinema mundiais, contando-se, daquela data até 1965, trinta lauréis obtidos em certames das mais diversas qualidades.

Apesar, contudo, dêsse índice artístico da cinematografia nacional, definindo determinada corrente cultural e temática a que se denominou "Cinema Nôvo», os resultados comerciais no mercado internacional foram pràticamente nulos, levando os produtores a angustiosa situação financeira. E das várias explicações para êsse surpreendente fracasso, a mais flagrante era a de que nossos produtores cine-

matográficos não estavam amparados no mercado internacional por uma organização semelhante à UNIFRANCE ou UNITÁLIA que tivesse por objetivo exclusivo a execução de uma política definida de vendas de filmes brasileiros no exterior. Urgia, portanto, que o Itamaraty tomasse uma atitude para salvar do caos o setor internacional da nossa cinematografia, adotando medidas rápidas para suprir o vácuo criado pela inexistência da referida entidade específica.

A Divisão de Difusão Cultural, em consonância com a DIPROC, elaborou então em 1965 um plano-tentativa de três anos de comercialização do cinema brasileiro no exterior. Êsse Plano Trienal, aprovado pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores, prevê a contratação, já efetuada, de dois agentes distribuidores de filmes, um no mercado norte-americano e outro no mercado europeu. Cada um dêsses «marchands» de filmes perceberia uma quantia fixa mensal, com a qual se encarregariam de alugar salas de espetáculos, imprimir anúncios e convites, atraindo assim compradores e distribuidores locais. E uma vez vendida determinada película, mediante contrato bilateral realizado particularmente entre o produtor brasileiro e êsses distribuidores, seria determinada uma porcentagem majoritária a ser percebida pelo produtor brasileiro. O distribuidor em Los Angeles (EE.UU) é o Sr. Louis Serrano e o de Paris se chama Claude Antoine. Outra peça básica dêsse plano consiste na planificação da participação brasileira nos Festivais Internacionais de Cinema, cujo movimento de vendagem de películas os transforma nos mais importantes centros comerciais de filmes no mercado internacional. Êsse Plano Trienal está orçado em aproximadamente US$ 105.000.00, devendo ser os seus gastos cobertos, a partir de 1966, pela Divisão de Propaganda e Expansão Comercial (DIPROC).

A Ação da DDC no setor de cinema manifestou-se também na negociação de acôrdos de co-produção cinematográfica. A Divisão de Difusão Cultural vem, através das

Embaixadas brasileiras no exterior, ultimando acôrdos de co-produção com a Alemanha, Argentina, México e França. E para interessar os produtores estrangeiros na celebração e implementação dêsses acôrdos, vem a DDC concedendo tôdas as facilidades para a vinda ao Brasil de equipes cinematográficas alienígenas.

Em 1965 foram ultimados seis novos documentários, em versão inglêsa, realizados e supervisionados pelo Cônsul Raul de Smandek. Os referidos filmes, em côres, pertencerão à série «Brazil-portrait of a Country» e se denominarão respectivamente:

a) «The Cities of Straw» (As cidades de Palha), sôbre os indígenas e a região do Brasil Central;

b) «The Cities of Porcelain» (As cidades de Porcelana), sôbre as cidades coloniais do Norte do Brasil, de Manaus a Salvador;

c) «The Cities of Steel» (As cidades de Aço), de São Paulo a Pôrto Alegre;

d) «The Cities of Yesterday and Tomorrow» (As Cidades de Ontem e Amanhã), sôbre dez cidades barrôcas de Minas, Goiás e Brasília;

e) «The Wonder City» (A Cidade Maravilhosa), sôbre o Rio de Janeiro;

f) «Carnival in Rio» (Carnaval no Rio).

Uma vez terminadas, em inícios de 1966, serão essas películas imediatamente enviadas ao exterior, para uso de nossas principais Missões diplomáticas e Repartições consulares. Além dêsses documentários, a DDC produziu «Esportes no Brasil» e «VIII Bienal de São Paulo», havendo sido encomendadas várias cópais em versão estrangeira, para distribuição às Missões no exterior.

Em 1965, o cinema brasileiro obteve as seguintes premiações, havendo a Divisão de Difusão Cultural arcado com

o ônus do envio ao exterior de delegações compostas de artistas, diretores e cineastas:

1. «Prêmio Gianno d'Oro». Filme «Vidas Sêcas». «Prêmio Especial à Fotografia». Filme «Os Fuzis». «Prêmio de Conjunto para o Cinema Nôvo Brasileiro», outorgado pela Crítica Internacional (FIPRESCI). V Resenha do Cinema Latino-Americano. Gênova.

2. «Prêmio do Público». Filme «São Paulo S.A.». Festival de Cinema Nôvo em Pésaro.

3. «Prêmio Gaivota de Ouro». Filme documentário «Memória do Cangaço». Festival Internacional do Filme do Rio de Janeiro, «Prêmio Especial do Júri». Filme «A Falecida».

PUBLICAÇÕES

Mais ainda que nos anos anteriores, a atividade do Setor de Publicações da Divisão de Difusão Cultural, em 1965, pôde, sem favor, ser classificada de intensa. Essa atividade consistiu, principalmente, do seguinte:

1º atendimento de pedidos de livros brasileiros ou sôbre assuntos brasileiros, publicados no Brasil ou no exterior, em português ou outras línguas, inclusive traduções, feitas por Missões diplomáticas, Repartições consulares, Leitorados, Centros Culturais e outros organismos brasileiros, ou não, sediados no exterior, ou através dêles, bem como de revistas e outras publicações de interêsse cultural;

2º prestação de informações de caráter cultural, sôbre assuntos de interêsse do Brasil, solicitadas pelas entidades referidas no item anterior, ou através delas, bem como estabelecer a pedido delas ou através delas, contatos de natureza cultural, no

plano literário, entre organismos ou pessoas sediadas ou residentes no Brasil e no exterior;

3º escolha de livros a serem adquiridos pela DDC, bem como de revistas e outras publicações periódicas, para distribuição no exterior;

4º promoção de tradução e publicação de livros brasileiros no exterior, bem como de artigos publicados na imprensa brasileira, que lhe pareçam merecedoras dessa promoção;

5º suprimento dos Leitorados brasileiros e Centros Culturais, no exterior, de bibliotecas básicas brasileiras;

6º promoção de exposições de livros brasileiros no exterior, prestando colaboração aos editôres e livreiros do Brasil que se tenham decidido a comparecer a mostras internacionais de livros.

Além de haver adquirido livros, à medida que lhe chegavam os pedidos, e sempre de acôrdo com a urgência solicitada, no comêço do ano foi estabelecido um plano para assinatura de revistas culturais, renovando-se algumas realizadas em 1964, fazendo novas, ou cancelando outras. Dêsse modo, foram feitas 500 assinaturas de "Habitat», 300 de "Cadernos Brasileiros», 100 do "Jornal de Letras» e 300 de "Síntese Política, Econômica, Social — SPES». Estas publicações foram, com os livros referidos, e objetos de remessa pràticamente cotidiana, encaminhadas à Expedição, para serem remetidas com regularidade aos destinatários, conforme listas fornecidas por êste Setor.

Como em 1964, a DDC adquiriu seiscentos (600) exemplares de «Edições Brasileiras — 1964» — publicação do «Sindicato Nacional dos Editôres de Livros» contendo quase tudo que se editou no Brasil no ano passado — para distribuição no exterior, bem como cem (100) exemplares do «Anuário Staden» — publicação em língua alemã sôbre o Brasil — para remessa a Missões diplomáticas, Repartições

consulares, Leitorados brasileiros e outros organismos culturais sediados em países onde se fala o alemão.

Não foi pequeno, outrossim, em 1965, o número de entidades brasileiras sediadas no exterior, ou estrangeiras, governamentais ou particulares, como o demonstra a quantidade sempre crescente de ofícios e cartas da correspondência com elas mantida, que se beneficiaram dos serviços dêste Setor, dêle recebendo doações ou o utilizando como intermediário entre elas e suas congêneres. Assim, o Ministério da Educação e Cultura, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional, entre outras, puderam efetuar a remessa de uma grande quantidade de publicações por elas editadas, não apenas a Missões diplomáticas, Repartições consulares e Leitorados brasileiros, mas também a outros organismos sediados no exterior, tais como Institutos culturais e Universidades. Inúmeras foram as pessoas que, ao viajarem para o exterior, receberam livros , revistas, albuns e folhetos sôbre o Brasil capazes de difundir a cultura brasileira nos países a que se destinavam.

Livros, entre outros «L'Architecture Réligieuse Baroque au Brésil», de Germain Bazin (150) exemplares, «Rio de Janeiro» — álbum em francês, inglês e alemão (2.000 exemplares), «Frans Post», álbum (10 exemplares), «Aleijadinho», de Germain Bazin (150 exemplares), «Secretos de la Cocina Brasileña», de Myrthes Paranhos (150 exemplares), 45 Aulas de Português do Brasil para Estrangeiros», de Margarida Dória Batista (400 exemplares), «Le Brésil», de Fréderic Dumont (50 exemplares), foram adquiridos, bem como uma série de obras de escritores brasileiros traduzidas para o inglês e editadas em Nova York.

Logo no início do ano, tôdas as Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras receberam, com a Circular nº 5.378, de 1964, um questionário sôbre suas necessidades com relação a livros e revistas; e foram consultadas, pela Circular nº 5.446, de 29 de março de 1965, sôbre o

número de exemplares de um folheto informativo sôbre o Brasil capaz de lhes suprir as necessidades durante os próximos dois anos. Recebidas as respostas, o texto do referido folheto foi remetido a determinadas Embaixadas, a fim de ser traduzido e publicado. Dêsse modo, foi vertido, pràticamente, para tôdas as línguas e publicado em número suficiente para atender a tôdas as solicitações. Ao todo, imprimiram-se cêrca de 520.000 exemplares do folheto informativo sôbre o Brasil.

Quanto à tradução de livros brasileiros no exterior, foi a mesma dinamizada. Na Alemanha, o Senhor Curt Meyer-Clason, que já tem traduzido diversos livros de autores brasileiros, e muito tem contribuído para a divulgação da nossa literatura, percebendo um auxílio mensal de US$ 150,00, prosseguiu em 1965 no seu trabalho. Estão no prelo as traduções das seguintes obras: «Poesias» (antologia organizada pelo tradutor), edição bilingue, de Carlos Drummond de Andrade, «Corpo de Baile», de J. Guimarães Rosa, «Laços de Familia», de Clarice Lispector e «Os Pastores da Noite», de Jorge Amado. Já estão contratadas com editôres as traduções de Corpo Vivo», de Adonias Filho, «Antologia do Conto Moderno Brasileiro», com introdução e bibliografia, «Primeiras Estórias», de J. Guimarães Rosa, «Sagarana», de J. Guimarães Rosa. O Senhor Curt Meyer-Clason apresentou, outrossim, os seguintes livros a diversas editôras alemãs, para publicação (com pareceres escritos): «Poesias» (Seleção), de João Cabral de Mello Neto, «Tragédia Burguesa», de Octávio de Faria, «Crônica da Casa Assassinada», de Lúcio Cardoso, «Contos», de Otto Lara Resende, «Use a Passagem Subterrânea», de Lêdo Ivo, «Contos de Aprendiz», de Carlos Drummond de Andrade, «Uma Vida em Segrêdo», de Autran Dourado. Para que o Senhor Meyer-Clason pudesse tomar de nôvo contato com o Brasil e meios culturais brasileiros, o Departamento Cultural e de Informações o convidou, oficialmente, para uma visita de 30 dias a nosso país.

Por iniciativa da Embaixada do Brasil em Londres, e graças ao compromisso da Divisão de Difusão Cultural de adquirir um número de exemplares de cada edição, correspondente a 500, a Editôra André Deutsch, daquela Capital, vai publicar os romances: «Fogo Morto», de José Lins do Rêgo e «Braço Direito» de Otto Lara Resende. Êstes dois livros foram os escolhidos pela editôra dentre os 20 solicitados pela Embaixada e remetidos por êste Setor.

Em Paris, foi dada a público, ainda nesse ano, uma coletânea de poemas de Manuel Bandeira, traduzidos e apresentados por Michel Simon. A DDC, para que isso fôsse possível, não apenas pagou a apresentação e a tradução, como se comprometeu a adquirir parte apreciável da edição. Outros livros de autores brasileiros serão traduzidos e publicados na França, com o auxílio decisivo da DDC, como, por exemplo, uma nova edição revista e aumentada da «Antologia da Poesia Brasielira Contemporânea», de Tavares Bastos, e uma tradução do livro «Urupês», de Monteiro Lobato.

Em Madri, graças ao auxílio da DDC, a Embaixada do Brasil publicou a «Revista de Cultura Brasileña», que é, sem favor, um importante instrumento de difusão da nossa cultura na Espanha e noutros centros culturais europeus. O plano para aumento de sua tiragem foi estudado e aprovado, em 1965, e permitirá que a referida publicação seja distribuída em grande escala na América Latina .

Em cumprimento ao plano de remessa de bibliotecas básicas brasileiras para várias Missões diplomáticas, Repartições consulares e, principalmente, para os principais Leitorados, Cátedras e Centros Culturais brasileiros sediados no exterior, o Setor de Publicações selecionou uma substancial quantidade de livros que foram remetidos a seus destinatários. Para êsse fim, foram empregados Cr$ 10.000.000,00 e adquiridos cêrca de 2.000 volumes. Receberam uma biblioteca básica brasileira as seguintes entidades: Embaixada do Brasil em Paris, Fundação Gulbenkian, de Paris, Embaixa-

da do Brasil em Viena, Leitorado Brasileiro da Universidade de Viena, Biblioteca do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Lima, Embaixada do Brasil em Lisboa, Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca da Universidade do Pôrto, Universidade de Pisa, Biblioteca Túlio Ascarelli da Embaixada em Roma, Leitorado Brasileiro no Instituto de Intérpretes da Universidade de Heidelberg, Biblioteca da Sociedade Teuto-Brasileira, Biblioteca do Centro Brasileiro de Cultura de Santiago, Consulado Geral em Lourenço Marques, Embaixada em Estocolmo, Embaixada em Túnis, Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, Consulado em Luanda, Embaixada no México, Consulado Geral em Nova York, Consulado em Berlim, Consulado em Zurique, Embaixada no Panamá, Embaixada em Tel-Aviv, Consulado em Houston, Embaixada em Lagos, Embaixada em Washington e Embaixada em São Salvador.

Em 1965, o Setor de Publicações encarregou-se da remessa de livros oferecidos pelos editôres brasileiros a várias exposições no exterior, promovendo o entendimento entre os expositores, prestando assistência à embalagem e tomando as providências iniciais para a colocação de «stands», num profícuo entrosamento com a DIPROC.

Êste Setor, também em 1965, preparou uma coletânea de contos brasileiros a ser publicada por iniciativa da Embaixada do Brasil no Cairo, em tradução para o árabe e o francês; bem como auxiliou, com US$ 200,00 por mês, a Sociedade Greco-Brasileira, que edita, em Atenas, um boletim mensal de 18 páginas, com notícias de interêsse para as relações entre Brasil e Grécia; com US$ 600,00 o Grupo de Estudos Brasileiros do Pôrto; com US$ 1.200,00, a Embaixada do Brasil em Túnis, para a compra de material para a difusão da cultura brasileira; com US$ 1.200,00 a Embaixada do Brasil em Londres, para a edição de 5.000 exemplares, com 88 páginas do texto, da parte dedicada ao Brasil da publicação «The South American Handbook».

Por fim, o Setor de Publicações ultimou, no fim do ano, a parte referente à Literatura do Livro «Quem é Quem» nas Letras e nas Artes do Brasil Contemporâneo, que a DDC pretende publicar nos próximos meses.

MÚSICA

As atividades da DDC, no Setor de música, em 1965, foram realizadas através das seguintes modalidades de trabalho:

1. *Tournées* de artistas (compositores, intérpretes e conferencistas);
2. Distribuição de discos e partituras;
3. Envio de candidatos brasileiros a concursos internacionais.

Dessas realizações, algumas obtiveram êxito marcante, cumprindo mencionar as apresentações do Quarteto da Escola Nacional de Música nos EE.UU; a *tournée* da cantora Maria de Lourdes Cruz Lopes pelos países da América Latina; as apresentações da pianista Yara Bernette em Kalsruhe e Munique, as do pianista Jacques Klein em Praga, Tel-Aviv e Jerusalém; do violinista Oscar Borgeth em várias capitais européias; do pianista Gilberto Tinetti, nos países da América do Sul; grande êxito obtiveram os concertos realizados pela Associação de Canto Coral em várias capitais européias, bem como os recitais realizados pelo pianista Heitor Alimonda e pela cantora Maria Lúcia Godoy em várias Universidades Americanas.

Dentre as *tournées* realizadas, há que mencionar as seguintes:

1. Ivete Magdaleno — recitais em Dacar (janeiro), Acra e Legon (fevereiro);
2. Ney Salgado — recitais em Bruxelas, Berlim, Barcelona (fevereiro), Atenas (março), Londres (abril);

3. Cláudio Santoro, Oswaldo Lacerda, Edino Krieger e Carlos Nobre — Festival Interamericano de Washington e Seminário na Universidade de Indiana (abril);
4. Quarteto da Escola Nacional de Música — concertos em Washington, Filadélfia, Boston, Nova York e Nova Orleans (abril);
5. Lulli de Freitas — recital e conferência na Academia Sibelius, em Helsinque (maio);
6. João Carlos de Assis Brasil — Concurso Beethoven, em Viena, 3º colocado (maio);
7. Francisco Mignone — membro do júri do Concurso Internacional de Piano em Montreal (maio-junho);
8. Roberto Szidon — candidato oficial do Brasil ao Concurso Internacional de Piano em Montreal (maio-junho);
9. Ballet Folclórico Mercedes Batista com Aluísio de Alencar Pinto. Apresentação no Théatre des Nations, em Paris; excursão pelo interior da França;
10. Joel Bello Soares — candidato ao Concurso Marguerite Long, em Paris (junho);
11. Maria de Lourdes Cruz Lopes com Gerardo Parente — recitais em Assunção, Buenos Aires, Bahia Blanca, Rosário, Lima, Santiago, Valparaíso, Bogotá, Caracas, Panamá, La Paz (junho-julho-agôsto);
12. Yara Bernette — recitais em Kalsruhe (julho) e Munique (novembro);
13. Jacques Klein — recitais em Praga, Tel-Aviv e Jerusalém (setembro);
14. Isaac Karabtchevsky — apresentação em Praga e Tel-Aviv (setembro);
15. Amim Feres — 4º colocado no Concurso de Canto de Munique (setembro) representante oficial do Brasil nos Concursos Internacionais de Canto de

Genebra (setembro-outubro) e Toulouse (setembro-outubro);

16. Oscar Borgeth — recitais em Praga e Tel-Aviv (setembro), Londres, Oslo, Copenhague, Estocolmo (outubro), Milão e Bad Godesberg (novembro);
17. Gilberto Tinetti — recitais em Montevidéu, Buenos Aires, Bahia Blanca, Rosário e Assunção (outubro), Valparaíso, Lima, Bogotá, Caracas, São Salvador, México (novembro) e La Paz (dezembro);
18. Associação de Canto Coral — apresentações em Paris, Bordeaux, Chartres, Bruxelas, Londres, Viena, Bonn, Madrid, Trier (outubro), Colônia, Roma, Pôrto, Lisboa (novembro);
19. Operação Campus — apresentações em North Carolina, Filadérfia, (outubro), Washington, New Haven, Lancaster, Cambridge, Oxford, Bloomington (novembro), Peoria, Iowa City, Nova York, Los Angeles (dezembro);
20. Lia Salgado — com Lourdes Vallier — recitais em Lakewood, Filadélfia, Washington, Boston, Chicago, Nova York, Los Angeles (novembro), Houston, Nova Orleans, Miami (dezembro).

DISCOS E PARTITURAS

Foram adquiridos em 1965 no montante de .... Cr$ 6.056.531, para distribuição às representações diplomáticas e Consulares, bem como a instituições estrangeiras de caráter cultural.

FOTOGRAFIAS E DIAPOSITIVOS

No objetivo de dotar nossas Representações no exterior de material fotográfico suficiente para atender às necessidades das Missões e solicitações locais, em 1965 a DDC

enviou 36 coleções de 300 fotografias em microfilmes para os Centros distribuidores de fotografias. 120 coleções de «slides» foram adquiridas e 106 enviadas a Missões e Consulados e a Leitorados no exterior. Os assuntos escolhidos para essas coleções relacionaram-se com os seguintes aspetos do Brasil, dando nítida idéia do seu desenvolvimento cultural e econômico:

a) Cidades brasileiras: Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

b) Flora e Fauna do Brasil.

c) Arquitetura Contemporânea Brasileira.

d) Artes Plásticas no Brasil.

e) Indústrias Brasileiras.

TEATRO

A maior atividade do Setor de Teatro em 1965 foi a de enviar às Missões diplomáticas e Repartições consulares textos de peças teatrais.

Um programa inteiro de traduções e publicação de peças brasileiras foi elaborado pela DDC com a colaboração do Serviço Nacional de Teatro. Consoante êsse programa, a Universidade de Pittsburgh está-se encarregando de traduzir em inglês uma seleção de peças teatrais brasileiras e a editôra «Nueva Visión», de Buenos Aires, está selecionando peças de Antônio Callado, Maria Clara Machado, Nelson Rodrigues, Gianfrancesco Guarnieri e outros, para a publicação em espanhol de uma série de volumes com peças brasileiras.

TELEVISÃO

Em 1965, a DDC enviou regularmente, duas vêzes por mês, às Missões em Lima, Lisboa, Buenos Aires, Santiago, São Salvador e México, filmes em 16 mm sôbre variados

aspetos da vida brasileira, para apresentação regular em estações locais de televisão.

O ano em questão caracterizou-se nesse setor por uma importante inovação: a criação dos noticiários-relâmpagos para televisão, conforme a Circular nº 5.456, abrangendo assuntos imediatos de interêsse do Brasil e de outro país, para onde o noticiário é logo enviado. A experiência logrou resultados positivos, vingando para o futuro.

ATIVIDADES DO SETOR DE ARTES PLÁSTICAS

Êste setor tem a seu cargo a apresentação, no exterior, do que de melhor vem sendo produzido no País no campo das Artes Plásticas. Sempre que convidado, o Brasil participa de exposições internacionais. Como exemplos dos sucessos recentemente alcançados, podemos destacar a participação do Brasil na IV Bienal dos Jovens, em Paris, realizada em setembro, onde o pintor Antônio Dias recebeu o 1º Prêmio de Pintura e Roberto de Magalhães, um dos primeiros prêmios concedidos à melhor gravura. Na VIII Bienal de Tóquio, realizada em maio, coube também ao Brasil o 1º Prêmio de Pintura, concedido a Wesley Duke Lee. Em novembro foi atribuído ao Brasil o Grande Prêmio Eduardo Frey pela melhor gravura apresentada na "Bienal Americana de Grabado» de Santiago. O prêmio coube a Roberto De Lamônica havendo sido concedido ao Brasil, também, o prêmio de melhor conjunto.

Como parte de sua programação para 1965, a Divisão de Difusão Cultural organizou exposições de arte contemporânea brasileira de grandes e médias dimensões. A maior destas mostras reuniu cêrca de 200 peças, entre pintura, gravura e escultura, numa tentativa de oferecer uma visão global da atividade artística desenvolvida em nosso País. A exposição apresentou-se em Londres e recentemente em Viena com grande êxito.

Foram organizadas exposições coletivas nas principais cidades européias e americanas. Cada exposição é aproveitada em 3 ou 4 grandes centros e sua organização resulta do trabalho conjunto de nossas Missões diplomáticas, nos referidos centros, dêste setor e de um comissário, pessoa altamente qualificada, encarregada da seleção e apresentação das obras.

O setor de artes plásticas organizou, em 1965, dezenas de exposições da obra individual de um artista. Estas exposições foram enviadas aos Centros Culturais do Brasil no exterior, ou a galerias que convidaram o artista diretamente.

O setor de artes plásticas, ao remeter estas exposições para o exterior, tem sempre em vista a obtenção do maior sucesso e divulgação possíveis. Faz-se necessário considerar cuidadosamente que tendência ou que ramo de atividade artística agradará a tal centro cultural, naturalmente sempre considerando, em primeiro lugar, a qualidade do que se envia. Muito importante se torna êste cálculo no caso dos grandes certames internacionais, onde o envio de uma obra «certa» pode representar um prêmio internacional para o Brasil, objetivo de tôda a política cultural do setor de artes plásticas.

Além de organizar mais de 40 exposições individuais em 1965 e de haver coordenado a participação brasileira em quase todos os certames internacionais no campo da arquitetura, tapeçaria, escultura, pintura e gravura, o setor de artes plásticas já iniciou o planejamento para suas atividades em 1966, a fim de assegurar, pela antecedência, o melhor resultado possível nas várias mostras. Assim, meio ano antes da realização da próxima Bienal de Veneza, uma comissão de especialistas selecionou a representação brasileira para a importante mostra. Foi também encomendada uma exposição de arquitetura brasileira, composta de painéis e fotografias, notadamente sôbre as mais recentes realizações arquitetônicas no País.

Através do setor de artes plásticas, o Brasil doou, em 1965, um valioso quadro à Organização Pan-Americana de Saúde.

Finalmente, o acontecimento mais importante no setor de artes plásticas, em 1965, foi a conclusão de um convênio com a Fundação Bienal de São Paulo. Pela primeira vez, a VIII Bienal de São Paulo, realizada em 1965, deve grande parte de sua organização, tanto no que se refere à concessão de auxílio monetário, como no da divulgação do certame, ao setor de artes plásticas da DDC. Pela primeira vez, o Itamaraty concedeu uma verba especial à Fundação Bienal de São Paulo e fê-lo em condições que agradaram a tôdas as partes interessadas. Em retribuição à soma concedida, a Fundação se comprometeu a entregar à DDC um certo número de obras de artistas nacionais que tivessem merecido o prêmio de aquisição. Esta reciprocidade ficou assentada no Convênio, pelo qual o Itamaraty passará a contribuir com uma soma de Cr$ 50.000.000,00 anuais para a realização da mostra. De posse das obras de arte, o Itamaraty poderá prover as Missões diplomáticas no exterior com o que de melhor vem sendo produzido no Brasil, e, ao mesmo tempo, estará assegurando aos artistas um mercado potencial e uma divulgação notável.

Pela primeira vez, também, o setor de artes plásticas da DDC convidou cêrca de 20 personalidades do mundo artístico internacional, entre críticos de arte, jornalistas e diretores de revistas especializadas, a fim de visitarem a Bienal. Em retribuição ao convite, os convidados se comprometeram a publicar artigos sôbre a exposição, em seus respectivos países. Os resultados desta combinação já se fazem sentir e vêm-nos chegando às mãos inúmeros ensaios e comentários da imprensa européia e americana.

O convênio recém-concluído acertou, em definitivo, a interferência do Itamaraty nas Bienais futuras.

INFORMAÇÕES

As atividades da Divisão de Informações durante o ano de 1965 se encontram assim divididas:

Setor de informações internas e externas:

	Exemplares
Boletim Rádio-Telegráfico	248
Boletim Diário (Bola do dia)	248
Boletim Informativo (Azul)	248
Boletim Econômico	50
Boletim Político (Até o dia 15 de setembro)	35
Resumo de Imprensa	264
Letras e Artes	15
Noticiário de Imprensa — aproximadamente	550
Flagrantes	8

Serviço de recortes de jornais, matutinos e vespertinos, do Rio e de São Paulo:

Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Última Hora, O Jornal, Diário Carioca, Tribuna da Imprensa, Jornal do Comércio, O Globo, Estado de São Paulo, Fôlha de São Paulo e Recortes «LUX» — (mandados para o Exterior).

Intercâmbio de jornalistas:

Estiveram no Brasil quatro jornalistas italianos e 3 franceses que, por sugestão das Embaixadas em Roma e Paris, foram convidados oficiais da Divisão de Informações. Além dêsses, uma dezena de outros profissionais estrangeiros e brasileiros beneficiou-se de auxílio para transporte e estada no interior do país e no exterior.

RELAÇÕES PÚBLICAS

A par das atividades correlatas com o item anterior, cuidou-se ainda de manter em bom nível as relações da DI com a Imprensa Brasileira.

Assinale-se o assessoramento prestado a jornalistas estrangeiros e brasileiros, quando da visita do Xainxá da Pérsia, do Presidente Saragat, do Rei Baudouin, do Grão-Duque do Luxemburgo, da Esquadra de Navios de Guerra de Treinamento do Japão, e do vôo inaugural da Scandinavian Airlines System.

PRODUÇÃO DE FILMES

Associou-se a DI à Agência Nacional para a produção de um jornal cinematográfico intitulado «O Brasil na ONU», em que se focalizou a participação do Brasil, através do discurso do então Ministro Vasco Leitão da Cunha, na sessão inaugural da Organização das Nações Unidas.

Credenciamento e vistos oficiais:

Credenciamento de correspondentes oficiais:

Quarenta e seis correspondentes estrangeiros de treze países solicitaram credenciamento junto à DI. A saber:

Alemanha	3
Argentina	2
Bolívia	2
Canadá	1
Chile	1
Espanha	2
Estados Unidos	10
França	6
Iugoslávia	1
Grã-Bretanha	8
Portugal	1
Suíça	6
Uruguai	1
U.R.S.S.	2

VISTOS OFICIAIS

A DI solicitou à Divisão de Passaportes a concessão de 13 vistos oficiais para correspondentes estrangeiros em viagem pela América Latina.

Credenciamento especial:

Cêrca de mil jornalistas pediram credenciais para as visitas oficiais já mencionadas.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO

PESSOAL

MATERIAL E PATRIMÔNIO

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO

DOCUMENTAÇÃO

SERVIÇOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO RIO-BRANCO

ORÇAMENTO

As atividades da Divisão do Orçamento, durante o ano, convergem para dois pontos focais: a execução do Orçamento e a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Esta dupla finalidade compreende, por um lado, tarefas de rotina, por outro, uma constante reformulação dos métodos de trabalho, para atender aos ditames da política econômico-financeira do Govêrno, que se refletem, via de regra, no Orçamento.

Assim, se a execução orçamentária de 1965, foi, em parte, a repetição de expedientes rotineiros — distribuição de créditos, liberação de verbas, autorizações de pagamentos, empenhos de despesas, prestações de contas etc. — o processo da execução do orçamento, como um todo, teve de ser reestruturado, amoldando-se à política nacional de contenção de despesas e condicionando-se à criação de um fundo de reserva de 30% sôbre as dotações ministeriais.

Igualmente a proposta orçamentária para 1966, elaborada na forma tradicional de orçamento administrativo, fêz-se acompanhar de um Orçamento-Programa e de um quadro de desembôlso trimestral, segundo as normas baixadas pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica; e, como resultado da nova orientação seguida pela política financeira federal, a previsão de despesas no exterior, para 1966, foi calculada à taxa de conversão de Cr$ 2.150 por dólar, apresentando o Itamaraty, pela primeira vez, um Or-

çamento realista com o dólar convertido à taxa do mercado de câmbio.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Uma vez publicada a Lei de Meios, iniciou-se o processo de execução do Orçamento ministerial para o Exercício de 1965, com o envio ao Tribunal de Contas do Orçamento Analítico e das tabelas de distribuição de créditos, para registro.

Tais trabalhos preparatórios foram realizados pela Divisão do Orçamento ainda em fins de 1964, havendo sido publicada a Lei Orçamentária nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964, no *Diário Oficial* do dia 16 do mesmo mês, e o Orçamento Analítico do Ministério apenas dois dias após, no *Diário Oficial* do dia 18.

Remetido ao Tribunal de Contas, em conformidade com o artigo 4º da Lei de Meios, combinado com a Lei nº 4.320-64, o Orçamento Analítico foi registrado sem sofrer qualquer alteração, merecendo inclusive um voto de louvor do Tribunal de Contas.

As tabelas de distribuição e redistribuição de créditos, igualmente registradas pelo Tribunal de Contas, podem ser assim resumidas:

DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS

	Cr$
Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York	
Distribuídos	4.835.634.000
Redistribuídos	2.727.000.000
Em ser no Tribunal de Contas	5.095.405.000
Tesouro Nacional	5.303.607.000
Departamento Federal de Compras	165.300.000
TOTAL	18.126.946.000

Em atendimento ao disposto no art. 6º da Lei número 4.539-64, foi enviada ao Ministério da Fazenda a relação das dotações incluídas no fundo de reserva, criado pela mesma Lei.

Sôbre os créditos distribuídos à Delegacia do Tesouro, instituiu-se um fundo de reserva de 25%; nos demais créditos, 35%, havendo o Ministério das Relações Exteriores contribuído, ao todo, com 30% de seu Orçamento para o fundo de reserva, como demonstra o quadro seguinte:

DOTAÇÕES		FUNDO DE RESERVA
Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York	7.562.634.000	1.937.614.400
Secretaria de Estado	10.399.012.000	3.500.469.400
Departamento Federal de Compras	165.300.000	—
TOTAIS	18.126.946.000	5.438.083.800

Dêste fundo de reserva, foram liberados pelo Ministério da Fazenda, por solicitação da Divisão do Orçamento, com compensação de outras dotações, Cr$ 10.810.000, e, sem compensação Cr$ 114.000.000, num total de 124.810.000, representando, 0,22% do fundo de reserva.

Os pedidos de abertura de créditos especiais processados pela Divisão do Orçamento, após solicitação por diversas Divisões do Itamaraty, somaram um total de .... Cr$ 1.760.422.554, conforme lista:

	Cr$
Fundo Especial de Assistência para o Desenvolvimento	100.000.000
Visita de Sua Excelência o Sr. Dwight D. Eisenhower — Presidente dos Estados Unidos da América do Norte	35.000.000
VIII Bienal de São Paulo	60.000.000
Est. preliminares necessários à Construção do «Tom Pon del Darien» — trecho da Estrada Pan-Americana, entre Colômbia e Panamá	70.058.304
Visita de Sua Majestade o Xainxá do Irã	80.000.000
Visita Oficial ao Brasil de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat — Presidente da República Italiana acompanhado de sua comitiva	120.000.000
Visita oficial de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa de Luxemburgo	120.000.000

Comparecimento do Episcopado Brasileiro à 1ª Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II	191.364.240
II Conferência Interamericana Extraordinária — OEA	370.000.000
Fundo Especial das Nações Unidas	614.000.000
Total	1.760.422.544

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Aprovado o Orçamento de 1965, o Ministério das Relações Exteriores dispôs de créditos orçamentários que alçaram a Cr$ 18.126.946.000 o que significa 0,48% da despesa total da União, que importou, em .... Cr$ 3.774.926.795.000.

Em 1960, o Orçamento do Itamaraty representava 1,17% do Orçamento Federal. A percentagem de participação do Ministério das Relações Exteriores nas despesas públicas vem diminuindo anualmente, a ponto de, em 1963, representar 0,62%, e, em 1964, 0,48%. Essa queda, entretanto, é, em parte, fictícia: sendo a maior parte das despesas do Ministério das Relações Exteriores realizadas no exterior; a manutenção de uma taxa de conversão baixa, Cr$ 200 (pessoal) e Cr$ 100 (material), por dólar, como prevaleceu até a regulamentação determinada pelo Decreto nº 55.098, de dezembro de 1964, o que tornava o Orçamento do Itamaraty pràticamente insensível à inflação. Permaneciam as dotações ministeriais relativamente estáveis, enquanto seguia a alta de preços em cruzeiros os Orçamentos dos demais Ministérios.

ALTERAÇÃO DA TAXA CAMBIAL

O Decreto nº 55.098, de 1º de dezembro de 1964, modificou a taxa de conversão da moeda nacional em estrangeira, fixando-a em Cr$ 1.200 o dólar americano, e estabeleceu que a nova taxa seria válida para o exercício de

1965, e que, para o ano de 1966, a conversão se faria à taxa do mercado de câmbio.

Já estando os orçamentos ministeriais em fase de aprovação no Congresso, quando da publicação do decreto, a medida para 1965 não repercutiu sôbre as dotações orçamentárias, resultando, na prática, em instruções a serem seguidas pela Delegacia do Tesouro em Nova York para fazer as escriturações àquela taxa.

Desta forma o orçamento do Itamaraty em 1965 ainda foi, no tocante a pagamentos no exterior, uma relação de despesas, a dólares convertidos a Cr$ 100.00 (material) e Cr$ 200.00 (pessoal), importando o total distribuído à Delegacia do Tesouro em Cr$ 7.562.634.000, equivalentes a US$ 53.606.340.

Calculados à taxa de Cr$ 1.200 o dólar, seriam, na realidade, distribuídos à Delegacia Cr$ 64.327.608.000, e o orçamento do Ministério das Relações Exteriores para 1965 passaria a ser de Cr$ 74.891.920.000, somada a parte distribuída ao Tesouro Nacional; pouco mais de 4 vêzes o orçamento aprovado que importou em Cr$ 18.126.946.000.

Esta discrepância, resultante da diferença na taxa cambial, foi, em 1965, corrigida pela Delegacia do Tesouro.

Em 1966, porém, as instruções foram para a elaboração de um orçamento realista, já ajustado à taxa do mercado de câmbio.

O documento nº 10, "estudo da proposta orçamentária para 1966», de 18 de dezembro de 1964, dos Ministros da Fazenda e Planejamento, estabeleceu um teto de 19,100 milhões para o Itamaraty. Tal teto está calculado, sôbre o orçamento fixo de 1965, de 18,127 milhões de cruzeiros. Tratava-se porém de um projeto levantado sem levar em consideração o câmbio ajustado.

As autoridades dos Ministérios do Planejamento e Fazenda, reconheceram a impossibilidade da manutenção do teto com alteração da taxa de conversão.

TETO PARA A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 1966

Ao conversor de Cr$ 2.150 o dólar-orçamento, e com base no orçamento de 1965, o Ministério do Planejamento fixou o teto para o orçamento do Ministério das Relações Exteriores para o exercício de 1966 em 99 bilhões de cruzeiros, assim distribuídos:

Despesas no Exterior	87.600
Secretaria de Estado	11.400
Total	99.000

O teto orçamentário para as despesas no exterior foi levantado da seguinte forma:

Tomou-se a dotação em dólares para 1965, ... US$ 53.606.340,00, e dela se deduziram 24%, correspondentes ao fundo de reserva fixado, pelo próprio Itamaraty, para aquêle exercício.

O saldo obtido, US$ 40.800 milhões, calculado à taxa cambial de Cr$ 2.150 = 1 dólar, resultou em 87.600 milhões de cruzeiros.

O teto para as despesas na Secretaria de Estado corresponde ao orçamento de 1965, acrescido de mais 15% na parte referente a outras despesas:

Orçamento de 1965		*em milhões de* Cr$	Teto para 1966
Pessoal..................	5.060		5.060
Outras despesas..........	4.927		—
Auxílios e subvenções.......	578	+ 15%	6.330
TOTAL......	10.565	TOTAL.......	11.390 (11.400)

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1966

A Divisão do Orçamento elaborou a proposta para o exercício de 1966 visando a colaborar com os programas de

contenção de despesas, a redução do ritmo inflacionário instituídos pelo Govêrno, e apresentou o total de despesas do Ministério das Relações Exteriores para 1966 inferior ao teto estabelecido, deixando um saldo de Cr$ 161.976.000.

Assim, a proposta orçamentária estimou a despesa para o próximo exercício em Cr$ 98.838.024.000. Enviada ao DASP, a proposta não sofreu alterações quanto aos quantitativos. As restrições feitas pelo DASP disseram respeito apenas à nomenclatura de determinadas rubricas, originando-se daí o desdobramento da dotação "Aluguel e Conservação» em duas verbas distintas, uma para locação de imóveis e outra para conservação e asseio dos prédios no exterior.

No Ministério do Planejamento, a proposta orçamentária sofreu uma redução para Cr$ 94.161.050.000 e, na Câmara dos Deputados, outra pequena redução, fixando-se a despesa para o próximo exercício em Cr$ 94.068.800.000.

Ao mesmo tempo que se enviou ao DASP a proposta do orçamento administrativo para 1966, foi remetido ao Ministério do Planejamento o Orçamento-Programa do Itamaraty para o mesmo exercício.

Da elaboração dêste Orçamento verificou-se que, além de gastos específicos com os programas de Política Exterior e Administrativa, as atividades do Itamaraty contribuem ainda para a execução dos seguintes programas:

	Cr$
Educação	3.735.750.000
Saúde	12.500.000
Comércio	407.193.000
Defesa e Segurança Nacional	2.411.000.000
Colonização e Povoamento	559.000.000

ORGANIZAÇÃO

Além das suas tarefas rotineiras de manter as Missões diplomáticas, Repartições consulares e demais unidades da Secretaria de Estado devidamente informadas sôbre a legislação de interêsse para o Ministério das Relações Exteriores, dedicou-se a Divisão de Organização a três ordens principais de atividades, a saber:

I — reformulação dos trabalhos de promoção comercial do Brasil no exterior;

II — análise comparativa dos sistemas adotados por outras Chancelarias relativamente à designação e permanência no exterior de seus funcionários diplomáticos e administrativos;

III — estudos sôbre a reforma orgânica do Itamaraty e sôbre a eventual reestruturação das carreiras de seu Quadro de Pessoal.

No que diz respeito ao item I, coube à Divisão de Organização participar do Grupo de Trabalho designado para regulamentar a Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965, que extinguiu os Serviços de Propaganda e Expansão Comercial (SEPRO) e transferiu suas atribuições para o âmbito das atividades das Missões diplomáticas e Repartições consulares. Nesse sentido, o Decreto nº 56.702, de 9 de agôsto de 1965, consigna uma total reformulação dos trabalhos de promoção comercial, cujas grandes linhas são as seguintes:

a) pleno aproveitamento de tôda a rêde diplomática e consular brasileira (elevando, pois, para

mais de 100 o número de unidades aptas à ação anteriormente desenvolvida pelos 19 extintos SEPROs).

b) perfeito entrosamento com as demais entidades públicas e privadas ligadas ao comércio exterior;

c) complementação harmônica das atividades de divulgação cultural e de promoção comercial.

Relativamente ao item II, os elementos compilados pela Divisão de Organização referem-se em especial aos sistemas de pagamento dos funcionários no exterior adotados pelas Chancelarias melhor organizadas e aos critérios que informam a designação e retribuição dos funcionários lotados em postos de condições de vida consideradas difíceis.

Quanto ao item III, estabeleceu-se — com base em informações específicas prestadas pelos postos e de acôrdo com os dados fornecidos pelos diversos setores da Secretaria de Estado — um esquema preliminar das lotações de pessoal diplomático e administrativo julgadas necessárias ao adequado funcionamento do Itamaraty, no Brasil e no exterior. Dentro da mesma ordem de considerações, procurou-se traçar um paralelo, por categoria funcional, entre a situação atual e a situação considerada desejável, tomada como premissa a gradual elevação do nível das responsabilidades cometidas ao Ministério das Relações Exteriores — órgão incumbido, por definição, de formular as diretrizes de uma política externa que se desenvolve no cenário cada vez mais complexo das relações internacionais.

PESSOAL

CADASTRO

A Seção de Cadastro durante o ano em curso efetuou trabalhos de revisão e atualização do Anuário do Ministério das Relações Exteriores, cuja última edição se refere aos anos

de 1962-1963. Os serviços respectivos encontram-se na fase final, havendo os originais sido entregues à Imprensa Nacional. Conta-se poder distribuir a edição 1964-1965 no primeiro trimestre de 1966.

A Seção efetuou, constantemente, a atualização da contagem de tempo de serviço dos funcionários, solicitando as certidões respectivas a diversos órgãos de Administração Federal e Estadual, fazendo-as incluir nos respectivos maços de assentamentos pessoais e mantendo, como se encontra atualmente, rigorosamente em dia os registros respectivos.

Adotou-se nôvo sistema para automatizar os expedientes relativos a pedidos e concessões de férias, agora processados por intermédio de formulários que, preenchidos no pôsto e encaminhados diretamente à Divisão do Pessoal são, geralmente no mesmo dia, restituídos ao funcionário interessado, evitando-se, destarte, não apenas perda de tempo, mas ainda, e sobretudo, despesas ponderáveis com comunicações telegráficas e no serviço de cartas-telegramas. O nôvo sistema foi institucionalizado pela Instrução de Serviço nº 31, de 1965.

Manteve-se atualizado o registro de portarias e decretos, conjuntos e nominais, encaminhando-se os documentos originais aos respectivos interessados e fazendo arquivar cópias dos mesmos nos maços de assentamentos pessoais.

A Seção de Cadastro providenciou a elaboração atualizada das listas de Distribuição de Pessoal na Secretaria de Estado, que são editadas de dois em dois meses, as listas de Pessoal no Exterior, editadas em abril, agôsto e dezembro, a lista de Endereços, editada em janeiro e julho, e a lista de Antigüidade elaborada e distribuída 3 vêzes ao ano.

Mantiveram-se em dia os serviços de assentamentos individuais, anotações de freqüência, processamento e apuração de boletins de merecimento, relacionamento de vagas e atualização de fichário cadastral de 1.800 funcionários.

PROVIMENTO E VACÂNCIA

Foi processada a aposentadoria de 23 funcionários administrativos e de 4 diplomatas. Todos os aposentados, foram, em tempo hábil, incluídos em fôlha de abono provisório pela Diretoria da Despesa Pública, providência esta tomada pela Divisão do Pessoal, com vistas a evitar que os proventos dos mesmos caissem em Exercícios Findos.

A Seção encarregou-se dos expedientes relativos à nomeação e posse de 14 Terceiros Secretários da Carreira de Diplomata e de 30 funcionários administrativos, assim distribuídos:

Oficiais de Chancelaria	7
Oficiais de Administração	6
Escreventes-Datilógrafos	15
Escriturário	1
Arquivista	1
	30

Em colaboração com a Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do DASP foram tomadas várias providências para a realização do Concurso para Oficial de Chancelaria, o qual se realizou no decorrer do mês de novembro. No referido concurso, ainda não homologado, foram aprovados 78 candidatos, dos quais 15 já pertenciam aos quadros do Ministério das Relações Exteriores.

Prepararam-se Exposições de Motivos, Mensagens ao Senado Federal e *Curricula Vitae* para 19 Diplomatas, Ministros de Primeira e Segunda Classe, designados para chefia de Missões Diplomáticas e Delegações Permanentes junto a Organismos Internacionais. Para funções de Chefes de Divisão, de Departamentos e de Secretarias foram preparados expedientes de nomeação e têrmos de posse de 10 diplomatas. Efetivaram-se 5 exonerações, 16 requisições de funcionários de outros órgãos e se prorrogaram 3 requisições. Tiveram prorrogadas suas requisições por outros órgãos 10

funcionários do Itamaraty, tendo sido requisitados, durante o exercício de 1965, mais 10 funcionários.

MOVIMENTAÇÃO

A Seção de Movimentação providenciou a lotação de pessoal nos distintos serviços da Secretaria de Estado, registrando, outrossim, a movimentação dos Servidores no Exterior e entre a Secretaria de Estado e os demais postos. Os quadros estatísticos abaixo esclarecem a respeito das remoções e designações efetuadas no exercício de 1965.

I — *Diplomatas*

Da Secretaria de Estado para o Exterior	82
Do Exterior para a Secretaria de Estado	42
De um pôsto para outro, no Exterior	66
Total	190

II — *Oficiais de Chancelaria*

Da Secretaria de Estado para o Exterior	20
Do Exterior para a Secretaria de Estado	9
De um pôsto para outro, no Exterior	13
Total	42

III — *a) Funcionários Administrativos removidos a pedido*

Da Secretaria de Estado para o Exterior	7
Do Exterior para a Secretaria de Estado	1
De um pôsto para outro, no Exterior	3
Total	11

III — *b) Funcionários Administrativos designados*

Da Secretaria de Estado para o Exterior	32
Do Exterior para a Secretaria de Estado	14
De um pôsto para outro, no Exterior	19
Total	65

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

A Seção promoveu o enquadramento provisório de 58 servidores brasileiros lotados nos antigos SEPROs e que foram amparados pela Lei 4.069/1962. Realizando pesquisas sôbre atribuições e responsabilidades dos cargos e funções gratificadas integrantes do Itamaraty, a fim de propor à Divisão de Classificação de Cargos do DASP, a classificação ou reclassificação de funcionários, a Seção emitiu parecer em cêrca de 150 processos de readaptação, minutando 60 ofícios para solicitar informações sôbre função de servidores.

Encontra-se em estudo, nas instâncias superiores do Ministério, projeto de decreto, preparado pela Seção, criando funções gratificadas na Secretaria de Estado. Foram emitidos, em *memoranda,* 329 pareceres em processos de readaptação e enquadramento, sendo encaminhados ao G.T.R.E., para decisão final, cêrca de 250 processos.

A Seção de Classificação de Cargos elaborou a proposta de Orçamento do Pessoal da Secretaria de Estado, a Tabela de Pessoal Temporário para o exercício de 1965, colaborando, outrossim, nos projetos de criação da Série de Classes de Contínuo da Secretaria de Estado e da Série de Classes intermediárias entre Arquivista e Documentarista.

REGIME JURÍDICO

No decorrer do exercício de 1965 a Seção de Regime Jurídico elaborou 122 trabalhos relativos às atribuições que lhe são próprias.

Foram emitidos pareceres sôbre normas para a concessão de licenças, concessão de gratificação por serviços com aparelhos de Raios-X, de concessão de gratificação em virtude de trabalho em determinadas zonas ou locais. Efetuou-se o relacionamento de funcionários para regime de tempo integral. Emitiram-se pareceres sôbre pedidos de enquadramento por opção, de acôrdo com o artigo 45, da Lei

3.917/61, sôbre representação de funcionários, sôbre admissão de especialistas temporários e de pessoal local, sôbre execução de sentença de mandato de segurança, sôbre reclassificação de cargos e readmissão de antigos funcionários.

Emitiram-se opiniões sôbre aplicação do Regulamento de Promoções, aplicação do artigo 21 da Lei 4.069/62 e artigo 30 da Lei 4.345/64, bem como sôbre regime de uso de uniforme do Pessoal de Portaria, revisão de benefícios de pensão, contagem de tempo de serviço, punição de funcionários, aplicação de regime disciplinar e sôbre acumulação de cargos.

A Seção processou, ademais, inúmeros expedientes relativos a pagamento de gratificação complementar de salário mínimo, convocação de funcionários para Júri, fixação de proventos de aposentadoria, concessão de pensão especial, designação de membros de comissão de inquérito. Da mesma forma, minutaram-se trabalhos relativos a tempo de serviço militar para estágio probatório, férias extraordinárias, nomeações de ex-combatentes, faltas ao serviço, adicionais de família, requisição de funcionários.

A Seção elaborou, outrossim, projeto de regulamento sôbre pensão a família de diplomata, emitindo pareceres a respeito de transferência de funcionário optante, contagem de tempo de serviço estadual para efeito de estabilidade, afastamento de funcionário para servir em outros órgãos, classificação por antigüidade, estágio probatório de diplomata, designação de representantes em Congressos e Conferências, retificação de enquadramento, tempo de serviço de funcionário em disponibilidade.

A par das tarefas anteriormente citadas, a seção orientou os demais serviços da Divisão do Pessoal na aplicação das leis relacionadas com a administração de pessoal e com a legislação especial aplicável aos funcionários da Carreira de Diplomata.

SEÇÃO FINANCEIRA

A Seção Financeinra teve suas atividades intensificadas devido ao ingresso de novos servidores nos Quadros do Itamaraty e ao constante serviço de atualização das Fichas Financeiras individuais.

Foram admitidos 125 novos auxiliares, com efeitos financeiros a partir de maio, realizando-se a confecção de 1.350 novas Fichas Financeiras, atualizadas de acôrdo com os níveis salariais, efetuando-se, mensalmente, os cálculos de remuneração de 1.250 funcionários, bem como a conferência dos respectivos cheques após sua impressão pela Fazenda Nacional.

Emitiram-se 378 saques de remuneração mensal de funcionários lotados no Exterior e que se encontravam na Secretaria de Estado por motivo de férias, a serviço, etc. Foram, outrossim, emitidos 520 saques em favor de funcionários do Itamaraty ou de pessoas estranhas ao Ministério, indicadas para participar de Delegações brasileiras a conferências e congressos internacionais.

Durante o ano de 1965 foram elaborados pelo setor cêrca de 2.000 minutas de telegramas e 850 minutas de cartas-telegramas dirigidas à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York e às Missões diplomáticas e Repartições consulares.

Efetivaram-se cálculos de remoção, e expedição ou autorizações de saques, para 308 funcionários. Encaminharam-se ao Tribunal de Contas relações de 885 agentes responsáveis, no exterior, por bens e dinheiros públicos e, ao Banco Central, foram remetidas declarações de bens e valôres de funcionários lotados na Secretaria de Estado e no Exterior.

Criou-se, na Seção, um sistema de fichas de contrôle de autorizações de saque para viagens e diárias, elaborando-se um total de 712 fichas nominais, pela consulta das quais é

possível saber-se, a qualquer momento, o total do valor entregue a cada funcionário ou pessoa estranha ao Itamaraty.

Tendo em vista o número de auxiliares locais em serviço nas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares (591) e a intensificação da correspondência relativa aos mesmos, foi criada uma seção específica para o trato de todos os assuntos relacionados com aquêles servidores. O nôvo serviço denomina-se Seção de Auxiliares Locais no Exterior.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL

O Serviço de Assistência Médico-Social teve, no decorrer do ano de 1965, a seguinte movimentação:

1.	Consultas clínicas	18.731
2.	Consultas clínicas em Brasília	500
3.	Atendimentos domiciliares	887
4.	Atendimentos odontológicos (apenas 1 dentista)	786
5.	Remoções em ambulância	99
6.	Curativos	300
7.	Injeções	2.020
8.	Contrôle radiológico-toráxico (abreugrafias)	815
9.	Vacinações antitíficas	815

A atenção médica prestada aos funcionários e seus familiares pôde ser intensificada, ao final do ano, mediante o concurso de mais um médico lotado no serviço. Foram aprovadas novas normas para o funcionamento dos serviços médicos e odontológicos e adotadas medidas efetivas para disciplina-los. O uso sistemático de fichário clínico individual, a uniformização obrigatória e adequada dos profissionais e de seus auxiliares, o contrôle mais severo da movimentação de ambulância, a inspeção diária dos alimentos fornecidos pelo restaurante, a colaboração mais estreita com a Fundação Cabo Frio foram, entre outras, providências já tomadas no sentido de um melhor atendimento das partes.

Êsses melhoramentos constituem fase preliminar de plano geral de reformulação e ampliação dos serviços, onde se

contempla a contratação ou requisição de 1 cardiologista, 1 clínico, 1 oftalmologista, 1 psiquiatra, 1 dentista, 1 fisioterapista, uma assistente social e uma enfermeira diplomada.

Ademais, procede-se, no momento, a uma reforma das dependências do serviço médico, adaptando-as para comportar 7 salas, onde serão distribuídas as seguintes seções:

1. Clínica Geral e, eventualmente, Ginecologia;
2. Cardiologia e Oftalmologia;
3. Assistência Social;
4. Pequena cirurgia, gessados eventuais, e injeções;
5. Fisioterapia;
6. Psiquiatria;
7. Sala de espera. Arquivo Médico. Triagem e distribuição dos pacientes pelas diversas seções.

SETOR DE IDENTIFICAÇÃO

Durante o ano de 1965 a Seção procedeu à identificação de 1.144 funcionários e seus dependentes, sendo expedidas 1.084 Carteiras de Identidade. Em suas atividades correlatas, o setor procedeu a 5 perícias de viaturas do Ministério das Relações Exteriores, em virtude de acidente de tráfego, tendo sido efetuados 6 levantamentos de impressões digitais em locais de violação e furto.

MATERIAL

A Divisão do Material manteve rigorosamente em dia, durante o ano de 1965, as tarefas que lhe competem, provendo com instalação, conservação e reparos de móveis e imóveis, e também material de expediente, os vários Departamentos e Divisões da Secretaria de Estado, as Missões Diplomáticas, as Delegações junto a Organismos Internacionais, Repartições Consulares e demais Serviços do Ministério das Relações Exteriores no Exterior.

Assim, apesar de ter recursos disponíveis limitados pela contenção geral de despesas públicas, a Divisão de Material soube prover os meios para que fôssem adquiridas sedes para a Embaixada em Haia e Delegação junto à ALALC, e chancelaria para a Embaixada em Ottawa em prédio contíguo ao da sede, o qual já é um próprio da União.

Além disso, foram completamente instaladas as Embaixadas em Seul (sede e chancelaria), Helsinque (sede e chancelaria), Túnis (sede e chancelaria), Panamá (sede), Tel Aviv (sede), México (sede), La Paz (sede), Budapeste (sede), as Delegações junto à ALALC (sede e chancelaria) e junto à CEE (residência) e providenciado o equipamento de nossa Embaixada em Moscou com móveis e cristais.

A Divisão do Material manteve-se atenta à qualidade e à rapidez de entrega do material de expediente, providenciado pela Casa Harrison & Sons, antiga e tradicional fornecedora do Ministério.

Foram também providenciadas, no decurso do ano de 1965, para a Secretaria de Estado:

10 máquinas copiadoras Thermo-Fax;
1 máquina fotostática para o Serviço de Fotografia;
1 gravadora e 1 impressora para o Serviço de Expedição;
6 máquinas de somar e calcular;
4 armários (arquivos especiais para estêncil);
6 fichários rotativos para o Arquivo de Confidenciais e 3 para a Mimeografia;
14 conjuntos de estantes fechadas para o Arquivo (transferência e maços);
20 arquivos de 4 gavetas para o Arquivo geral;
1 gravador para discursos;
4 Kombis para o Gabinete em Brasília;
2 Aero-Willys «Itamaraty»;
2 máquinas de franquiar correspondência;
4 relógios Datador-Carimbador;
16 máquinas trituradoras de papel;
56 máquinas datilográficas manuais;
11 máquinas datilográficas elétricas;

e aspiradores, enceradeiras, geladeiras, bebedouros, máquinas de costura, aparêlho elétrico para banho-maria, fritadeira para a cozinha do restaurante.

Foram providenciadas, em 1965, para o Exterior:

82 máquinas datilográficas;
24 máquinas trituradoras;
5 máquinas de calcular;
12 máquinas copiadoras duplicadoras e
7 máquinas Thermo-Fax.

Essas foram as principais atividades desenvolvidas pela Divisão do Material durante o ano de 1965. A parte relativa ao Serviço de Conservação e Patrimônio segue em separado.

QUADRO ESTATÍSTICO DOS TRABALHOS DA DIVISÃO DO MATERIAL EM 1965

Exposição de motivos	10
Memoranda	431
Autorizações de saque	469
Requisições ao D.F.C.	324
Requisições de formulários ao D.I.N.	11
Adiantamentos	7
Coletas de preços	41
Concorrências Públicas	2
Contratos assinados	1

Além dessas atividades, cumpre observar que a Divisão do Material está empreendendo o levantamento do inventário geral da Secretaria de Estado, serviço interrompido desde 1945.

SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Durante o ano de 1965 as quinze oficinas subordinadas ao Serviço de Conservação do Patrimônio atenderam a 9.763 (nove mil, setecentos e sessenta e três) pedidos de providências, que representam para o Itamaraty uma economia de ordem de Cr$ 340.000.000 (trezentos e quarenta milhões de cruzeiros) anuais.

Os serviços executados, além da economia citada, foram prestados com rapidez, o que não seria conseguido com pessoal estranho à Casa.

Atualmente, o Itamaraty é pràticamente auto-suficiente no que diz respeito à conservação do seu patrimônio.

Para se ter uma idéia do que foi executado, com nossos próprios recursos, é suficiente citarem-se os seguintes pontos:

a) Pintura de 5.609 m2 de paredes.

b) Confecção de 254 peças de mobiliário.

c) Confecção de 1.370 uniformes.

d) Instalação de 45 aparelhos de refrigeração.

e) Recuperação de 87 aparelhos de refrigeração e de três instalações centrais.

f) Recuperação, com reforma geral, de 20 máquinas de escrever .

g) Construção de novas instalações, correspondendo a uma área total de 400 m2.

h) Encadernação de 3.500 volumes.

i) Envernizamento de 1.500 peças de mobiliário.

Foi ainda criada, a título experimental, uma oficina para manutenção de máquinas criptográficas e que tem ainda a

seu cargo a conservação de máquinas trituradoras, gravadores, máquinas de lacrar, máquinas paginadoras, relógios datadores e máquinas Ditto, sendo que muitas destas não têm representantes no Brasil.

Tudo isso se vêm conseguindo com menos 13 (treze) funcionários que em 1964, ou seja, um número de funcionários 20% menor, para atender serviços com acréscimo de 30%, o que corresponde a uma deficiência de pessoal da ordem de 60%.

COMUNICAÇÕES E ARQUIVO

As atividades dos Serviços do Arquivo, bem como as dos vários Setores da Divisão de Comunicações: Seção de CTs, Malas diplomáticas, Malas de Brasília, Carteira de Entrada, Carteira de Saída, Seção de Multiplicação, em 1965, podem assim ser resumidas:

No que se refere à Seção de Telegramas, o movimento no ano que acaba de findar foi o seguinte, maior que o movimento de 1964:

Oficiais Recebidos	21.609
Oficiais Expedidos	24.008
Particulares Recebidos	1.406
Particulares Expedidos	3.420
Recebidos do Gab. Brasília	1.417
Expedidos ao Gab. Brasília	258

Diversas atividades da Divisão de Comunicações e Arquivo, sobretudo da Seção de Telegramas do Serviço de Comunicações, não podem constar de um relatório de caráter ostensivo e melhor se situariam num relatório de caráter sigiloso, secreto ou confidencial.

Não se pode deixar, porém, de mencionar aqui, entre as realizações mais importantes da DCA no ano de 1965, ao lado do concurso para Arquivista, para o qual o próprio Chefe do Arquivo deu aulas de Técnica de Arquivo e de Português aos candidatos, no Salão de Conferências, o concurso para Criptólogos. Para a realização dêsse concurso,

do qual o programa de diversas matérias foi redigido pelo Chefe da DCA, a pedido do próprio DASP, o Chefe da DCA deu aulas de Noções de Criptografia aos candidatos,, no salão de Conferências.

Dois outros fatos importantes merecem ser mencionados: 1) a participação do Chefe da DCA na Reunião realizada em Viena dos Chefes de Missão no Leste europeu, com vistas à criação do CEICO na capital austríaca e ao exame dos problemas e necessidades das Missões diplomáticas daquela área em matéria de comunicações; 2) a viagem do Chefe da DCA, acompanhado de um criptólogo, ao Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Salvador, Guatemala e Haiti, permitindo, para fornecer-lhes meios modernos de cifração, fôsse feita, pela primeira vez, uma verificação *in loco* das necessidades das Missões diplomáticas visitadas em matéria de comunicações e de arquivo e em matéria de segurança.

Também deve ser aqui mencionada a mudança de local, com visível melhoria das instalações e do serviço, do Arquivo de Correspondência Especial, e da Seção de Multiplicação, que passaram respectivamente para a antiga sala da Encadernação e para o prédio construído nos fundos da Secretaria de Estado.

SERVIÇO DE ARQUIVO

O ano de 1965 se caracterizou, para o Arquivo, pelo agravamento do problema, que de há muito se vinha fazendo sentir, da insuficiência de pessoal.

A tal deficiência — cujos efeitos se abateram sôbre tôdas as Seções do Serviço, sem exceção — se acrescentou, como de praxe, um aumento desmesurado de trabalho: a tendência para o crescimento geométrico do volume de correspondência expedida e recebida pela Secretaria de Estado veio, por um lado, transformar em pesado encargo a simples

tarefa de manutenção em dia do expediente rotineiro. A necessidade de implementação de medidas de longo alcance, por outro lado, exigiu, freqüentemente, o desdobramento dos esforços do reduzido quadro de pessoal. Tal foi o caso, por exemplo, da preparação dos diversos setores para a transferência para Brasília, que, graças à prestação de serviços extraordinários, não sofreu solução de continuidade. Continuou-se, assim, durante o ano, com os trabalhos de transferência e revisão de maços e encadernação de códices de originais, embora, para que tanto fôsse possível, tenha sido necessário suspender a numeração de maços.

O problema da carência de pessoal teve, entretanto, sua solução encaminhada definitivamente em 1965, graças à realização de um concurso específico para arquivista do Ministério das Relações Exteriores por intermédio do D.A.S.P. Êsse concurso — obra da chefia da Divisão de Comunicações e Arquivo — tornará possível, pelo preenchimento de 17 cargos vagos daquela carreira, o alcance de um nível de produtividade quantitativa e, mais, qualitativamente superior. Deu-se ênfase, para tanto, na formulação do programa do concurso, às matérias cujo conhecimento melhor atende às peculiaridades das funções exercidas pelos Arquivistas no Itamaraty.

CLASSIFICAÇÃO

Distribuição e Encaminhamento

A seção de Classificação, dentro da linha de ação já seguida em 1964, procurou, ao longo de 1965, manter atualizados os critérios gerais de classificação e distribuição, para o que expediu um total de 70 «ordens de serviço» sôbre variados assuntos; tais «ordens de serviço», unificando os critérios das classificadoras das Seções de Telegramas e de Correspondência Especial, permitiram, no que diz respeito à classificação dos assuntos, um arquivamento mais homogêneo nos maços, e, quanto à distribuição, um mais acertado discernimento das atribuições sempre flutuantes das Divisões.

Foi ultimada, no correr de 1965, a preparação de uma edição atualizada do "Índice Classificado para Distribuição da Correspondência», em que se incorporam as mais recentes modificações nas atribuições das Divisões e se acrescentam novos assuntos surgidos.

O movimento da Seção de Classificação foi o seguinte:

Recebidos da Carteira de Entrada	30.845
Recebidos por Malas Diplomáticas	43.534
Vias Aéreas	13.105
Cartas-Telegramas	31.428
Minutas	53.306
Recebidos do Gabinete em Brasília	18.796
Diversos	55.326
Memorandos	4.623
Anexos	10.726
	261.689

Protocolo de aéreos	13.105
Protocolo de processos	390
Protocolo de requerimentos	617
Protocolo de anexos	224
Cópias em Thermo-fax	14.726

ANTECEDENTES

A Seção de Antecedentes sofreu, mais ainda do que nos anos anteriores, as conseqüências da falta de pessoal, que só foi possível minorar, em parte, pela ampliação da prestação de serviços extraordinários.

A fim de acelerar os trabalhos de preparação da mudança para Brasília, foram transferidos para as dependências do Anexo 4.150 maços anteriores a 1964; a «Equipe de Transferência», criada para êsse fim, operou simultâneamente com funcionárias da Classificação e de Antecedentes, o que permitiu uma mais acurada revisão dos documentos arquivados. Foram transpostos para o Anexo, de modo a desconges-

tionar as classes, cêrca de outros 4.000 maços, que deverão ser transferidos em 1966.

Para completar as instalações do Anexo foram adquiridos, à conta da Comissão de Transferência para Brasília, 21 armários de aço para guarda de maços transferidos.

Procedeu-se, também, à revisão dos maços relativos a assuntos cuja classificação haja sido objeto de alteração.

O sistema de formulários de requisição de maços, adotado em 1964, provou-se definitivamente vantajoso ao longo de 1965, quando, apesar do alto número de maços solicitados pelas Divisões — 11.173 — ocorreram poucos casos de extravio.

Foi de 6.878 o número de maços consultados no próprio Arquivo, número êsse bem mais alto do que o do ano anterior, inferior a 4.000.

ORIGINAIS

Na Seção de Originais a falta de espaço concorreu com a deficiência de pessoal, como obstáculo ao bom andamento do serviço.

Para liberar espaço conseguiu-se, entretanto, consumar a transferência, para o âmbito do Arquivo Histórico, dos originais relativos ao período entre 1931 e 1940. Mais espaço útil foi conseguido pela incineração de documentos antigos desprovidos de utilidade e pela transposição, para estantes colocadas nas dependências do Anexo, de códices encadernados menos consultados — 2.467, no total.

Como preparação à transferência da Secretaria de Estado para Brasília, deu-se continuação à tarefa de encadernação dos códices de minutas e originais; para tal fim, além de se ter especialmente adquirido um estoque de material diverso, reiniciou-se, depois de algum tempo de interrupção, o pagamento de extraordinários a encadernadores.

Foi o seguinte o movimento da Seção de Originais:

Consultas	11.767
Códices encadernados	584
Volumes revistos	201
Volumes em encadernação	300
Volumes transferidos	2.467
Documentos arquivados (aproximadamente)	250.000

DATILOGRAFIA E CÓPIA

Apesar de grande insuficiência de pessoal, a Seção de Datilografia conseguiu, durante o ano de 1965, dar conta do trabalho de que foi incumbida, mantendo-se sempre num ritmo de trabalho uniforme e suficientemente rápido para evitar o atraso na datilografia de minutas.

Atendeu a Seção, ademais, às necessidades de serviços datilográficos das Seções de Antecedentes e de Correspondência Especial; não poucas vêzes tiveram suas funcionárias de prestar serviços a outras Divisões também desfalcadas de pessoal.

Foram datilografados cêrca de 55.000 expedientes de caráter diverso, durante o ano.

CORRESPONDÊNCIA ESPECIAL

Embora contando com número estacionário de servidores, para fazer frente a um sensível acréscimo de trabalho, a Seção de Correspondência Especial desincumbiu-se a contento de suas tarefas; para tanto, colaborou grandemente o fato de se ter transferido para novas e mais amplas instalações, onde se aliminou em definitivo o problema, antes agudo, da falta de espaço.

Foram adquiridos para a Seção, a fim de melhor aparelhá-la para a conservação da sempre crescente correspondên-

cia sigilosa, três armários com segrêdo, três cofres pesados e mais três arquivos rotativos, além de alguns arquivos de quatro gavetas.

O movimento da Seção foi o seguinte:

Entrada	3.327
Saída	1.372
Expedientes datilografados	1.400
Cartas-telegramas expedidas — sobrecartas	5.176
Circulares postais expedidas — sobrecartas	1.728
Volumes encadernados	75
Maços revistos	320
Maços e originais consultados em guichet	950
Maços consultados nas Divisões	1.340

MICROFILMAGEM E FOTOGRAFIA

Fêz-se, em 1965, a fusão da Seção de Microfilmagem do Arquivo com a Seção de Fotografia, anteriormente subordinada à Divisão de Documentação; ficaram, unificados, assim, sob a competência da DCA, os serviços dêsses dois órgãos semelhantes, que antes trabalhavam separada, quando não conflitantemente.

O Setor de Microfilmagem manteve, em 1965, o ritmo de trabalho que conseguira atingir no ano anterior, prestando serviços a vários órgãos da Secretaria de Estado, como a Divisão de Difusão Cultural, a Mapoteca e o Arquivo Histórico, além da própria DCA.

O movimento dêsse Setor foi da seguinte ordem:

Microfilmes	12.074
Cópias	831

No decorrer do ano foram iniciados, estando ainda em processamento, os estudos para a instalação da Microfilmagem em Brasília; traçaram-se os primeiros esboços do que deverá ser êsse órgão na nova Capital e se fizeram as primeiras estimativas do equipamento necessário, cuja aquisição deverá ser feita em 1966.

O Setor de Fotografia teve, também, considerável movimento, inclusive na parte relativa a serviços fotostáticos, para os quais foi adquirida nova máquina:

Serviços diversos	80
Cópias e ampliações tamanho 0,18x0,24	2.369
Ampliações tamanho 0,40x0,50	405
Reproduções tamanho 0,18x0,24	80
Serviços fotostáticos	21
Cópias tamanho ofício	194

CARTAS-TELEGRAMAS

Quadro estatístico do movimento da Seção de Cartas-Telegramas durante o ano de 1965:

CTs Recebidas:

Missões Diplomáticas	10.424
Consulados	3.094
SEPROs	63
Particulares	39
Delegações	677
Total	14.297

CTs Expedidas:

Missões Diplomáticas	6.405
Consulados	4.126
Delegacia	1.128
Particulares	8
Total	11.667

MALAS DE BRASÍLIA

Atividades do setor, em têrmos de estatística, durante o período de 4 de janeiro a 30 de dezembro de 1965:

Malas de couro	72	Malas de couro	42
Malas aéreas	247	Malas aéreas	266
Exposições de motivos	254	Exposições de motivos	126
Decretos	270	Decretos	478
Portarias	545	Portarias	528
Ofícios	2.684	Ofícios	994
Avisos	821	Avisos	260
Telegramas	36	Telegramas	203
Cartas	1.379	Cartas	1.207
Sobrecartas	2.708	Sobrecartas	1.490
Cópias de Cts	20.706	Notas	6
Cópias de Telegramas	29.815	Processos	92
Circulares	2.053	Diários Oficiais	12.127
Memorandos	72	Memorandos	168
Pacotes Diversos	357	Pacotes	112
Material p/expediente	337	Exp. Pres. da República	147
Textos de Serviço	1.926		
Impressos	566	Ao arquivo	1.197
Confidenciais	7.648	À Classificação	1.016
Diversos	4.852	Confidenciais	182
Instr. de Serviços	220	Diversos	559

Máquinas de escrever	3
Máquina de franquia postal	1
Fichário	1
Materiais diversos	7.587

MAPA ANUAL DO MOVIMENTO NO SETOR DE MALAS DIPLOMÁTICAS

Malas Aéreas expedidas	3.328
Sobrecartas Aéreas Expedidas	3.735
Malas Marítimas Expedidas	255
TOTAL EXPEDIDO	7.318
Malas Aéreas Recebidas	2.578
Sobrecartas Aéreas Recebidas	1.912
Malas Marítimas Recebidas	262
Sobrecartas Marítimas Recebidas	247
TOTAL RECEBIDO	4.990
Sobrecartas contendo 1.ª Vias de CTs Recebidas	3.058
Sobrecartas contendo Ofícios Aéreos Recebidos	4.547

CARTEIRA DE ENTRADA

O movimento da Carteira de Entrada durante o ano de 1965 recebeu o seguinte tratamento:

Correspondência protocolada e encaminhada à Classificação	25.162
Correspondência encaminhada às Divisões	11.150
Correspondência encaminhada à distribuição da DCA	2.970
Correspondência encaminhada à Expedição	134
Correspondência encaminhada às Malas Diplomáticas	143
Correspondência encaminhada às Malas de Brasília	38
Convites dirigidos aos funcionários do Ministério, protocolados e levados em mãos aos respectivos destinatários	5.161
Correspondência particular, protocolada e levada em mãos, pelo mensageiro que serve à Carteira de Entrada	7.723
Informações pelo telefone a funcionários da Secretaria de Estado e a diversas repartições	3.889
Partes atendidas	5.709
Documentos entregues em mãos	1.937
Cópias de notas	4.935
Volumes: Total	1.995
Guias remetidas à classificação	1.085

MAPA DE FRODUÇÃO DA CARTEIRA DE ENTRADA

MESES	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL DO PRIMEIRO SEMESTRE	TOTAL DO SEGUNDO SEMESTRE	TOTAL ANUAL
Encaminhados ao Arquivo	1.862	1.938	2.278	1.802	2.050	2.111	2.274	2.297	2.281	2.257	2.104	2.008	12.041	13.121	25.162
Idem às Divisões	848	770	902	906	864	938	992	865	924	826	872	1.443	5.228	5.922	11.150
Idem à distribuição da DCA	293	173	253	249	267	279	222	259	269	259	200	247	1.514	1.456	2.970
Idem à Expedição	12	8	5	7	6	13	1	20	10	5	33	14	51	83	134
Idem às Malas Diplomáticas	37	8	5	3	9	10	8	15	11	2	24	11	72	71	143
Idem às Malas de Brasília	5	1	2	2	4	4	1	1	2	3	12	1	18	20	38
Convites	250	143	369	564	417	523	537	625	546	446	521	220	2.266	2.895	5.161
Correspondência Particular	545	606	594	601	551	644	683	557	625	603	590	1124	3.541	4.182	7.723
Informações pelo telefone	317	233	425	396	452	476	380	405	238	219	186	152	2.299	1.590	3.889
Partes atendidas	462	356	563	563	592	665	602	656	383	336	286	245	3.201	2.508	5.709
Documentos entregues em mão	93	121	370	131	151	141	127	143	166	191	185	118	1.007	930	1.937
Cópias de Notas	376	351	391	369	427	417	492	455	402	421	428	406	2.331	2.604	4 935
Volumes	173	161	. 156	185	201	184	128	146	166	143	138	214	1.060	935	1.995
TOTAL	5.273	4.869	6.313	5.778	5.991	6.405	6.447	6.444	6.023	5.721	5.579	6.203	34.629	36.317	70.946

Observações: Número de Guias remetidas à Classificação 1.085.

TOTAL ANUAL..............72.031

SEÇÃO DE MULTIPLICAÇÃO

A Seção de Multiplicação executou 3.492 trabalhos com 25.421 páginas, num total de 4.613.955 fôlhas manuseadas.

Seus serviços de impressão e suas atribuições específicas distribuem-se em dois grupos: mimeógrafo e «off-set».

I — MIMEÓGRAFO

	n.° TRABALHOS	PÁGINAS	TIRAGEM
Circulares	395	913	410.641
Textos de Serviço	189	511	333.990
Instruções de Serviço	50	95	62.550
Diversos	2.147	21.542	2.371.234
TOTAL	3.147	23.061	3.178.416

IMPRESSÃO "OFF-SET"

	n.° TRABALHOS	PÁGINAS	TIRAGEM
Diversos	345	2.360	1.435.540

CARTEIRA DE SAÍDA

São os seguintes os números relativos ao movimento do expediente da Carteira de Saída 1965.

Expedição	15.408
Malas Diplomáticas	7.802
Malas de Brasília	3.291
Em mãos	4.147
Telefonemas	2.612
Circulares	3.811
Total	37.071

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Dentre as atribuições da Chefia da Divisão de Documentação, tais como a supervisão dos Serviços da Biblioteca, Mapoteca, Arquivo Histórico, Publicações e Depósito de Impressos figura a de Secretário Geral da Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, criada por fôrça da Portaria de 13 de abril de 1943 e reorganizada pela Portaria nº 15, de 14 de abril de 1959. Essa Comissão se compõe de 12 membros, dos quais um é obrigatòriamente o Chefe da Divisão de Documentação do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores e um outro indicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como seu representante. Preside a Comissão o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Essa Comissão se encontra constituída pelos Senhores Hélio Vianna; José Honório Rodrigues; Américo Jacobina Lacombe; Virgílio Corrêa Filho; José Antônio Soares de Souza; Pedro Freire Ribeiro. Durante o ano findo foram nomeados os Senhores: Arthur Cezar Ferreira Reis; Guilherme Auler; José Wanderley de Araújo Pinho; General Francisco de Paula Cidade; Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão.

Coube à Comissão no ano findo ativar os seus trabalhos, publicando-se o 1º Volume da Introdução da Missão Pimenta Bueno, encontrando-se o segundo volume em fase final de impressão na Imprensa Nacional, como também a tradução de Documentos de Estudos da História do Brasil, publicada na Revista Hispano Americana, prefaciada pelo professor

José Honório Rodrigues. Além dêsses trabalhos acham-se ainda na Imprensa Nacional a Bibliografia da História do Brasil — anos 1955-1956, a Vida e Obra de Salvador de Mendonça, a Missão Bellegarde, I vol. e o Arquivo das Índias e o Brasil, pesquisado nos Arquivos de Sevilha, por João Cabral de Mello Neto, com o prefácio do Professor José Honório Rodrigues.

ARQUIVO HISTÓRICO

Catalogação

Acaba de ser editado o Catálogo do Arquivo Particular do Barão da Ponte Ribeiro, revisionado e ampliado, relativo a documentos raros e antigos.

Reviu-se o Catálogo do Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, completando-se a lacuna existente quanto ao número de documentos de cada assunto.

Continuou-se a organização dos Arquivos Particulares do Visconde de Cabo Frio e do Barão de Penedo.

Informações

Prestou o Arquivo Histórico: vinte (20) informações sôbre pesquisadores estrangeiros que freqüentaram o Arquivo, assim como esclarecimentos referentes a pedidos de nacionais e, ainda, sôbre relações de documentos históricos e comemorações diversas.

Microfilmes

Providenciou o Arquivo Histórico a microfilmagem de: Arquivo do Barão do Rio Branco, uma carta; várias notas da Legação Russa no Rio sôbre o Barão de Langsdorff; Cartas de pêsames de vários soberanos e chefes de Estado (anteriores a 1900); Legação em La Paz (1867-1900); Joseph Maria Cabrer (1783-1801) (mapas); Sôbre a ordem da

Rosa; Correspondência do Govêrno de Mato Grosso (mapas estatísticos e plantas de Dourados e Miranda) (1852-1877); Capitania do Cumã (1735); Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco (jornais em espanhol sôbre a guerra do Paraguai); Arquivo Particular do Barão de Penedo; e 123 cartas do Barão de Cotegipe.

Exposições

Foram fornecidos em originais: para o Museu Histórico e Diplomático: cartas de soberanos chefes de Estados e alguns documentos do Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro; para as comemorações do centenário do Marquês de Abrantes celebradas no Itamaraty; para ilustrar a visita do Rei dos Belgas à Reitoria da Universidade do Brasil.

Em microfilmes: para o Instituto de Biblioteconomia e Documentação (Apontamentos para a História Militar do Brasil — Arquivo Particular do Barão do Rio Branco); para o Museu Histórico Argentino (Reconhecimento da Independência); para a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (mapas do códice do Diário da segunda partida de José Fernandes Pinto Alpoim).

Remessa de Documentação

Foram incorporados ao Arquivo Histórico 10 anos de correspondência, relativa aos anos de 1931 até 1940.

Pesquisadores Estrangeiros

Realizaram pesquisas no Arquivo Histórico os seguintes consulentes: José Miguel Barrios (Chefe da Divisão Política do Ministério das Relações Exteriores do Chile) — John D. Petersen (Universidade da Califórnia — U.S.A.) — Leslie Bethel (Universidade de Bristol, Inglaterra) — Maria Beatriz Nizia da Silva (Portuguêsa, da Universidade de São Paulo) — Gerhard Brunn (Universidade de Colônia — Ale-

manha), June E. Hanner (Universidade de Cornell — Nova York — U.S.A.) — Idalia Flores de Zarza (Paraguai) — John H. Hann (Universidade do Texas — U.S.A. — Instituto de Estudos Americanos.

Pesquisadores Nacionais Estranhos à Casa

Consultaram: Arquivo Particular do Barão do Rio Branco — Cartas de Chancelarias, e de soberanos, de Chefes de Estado — Rio Grande do Sul, séculos XVIII e XIX (catálogo 1957) — Assuntos relacionados com o Estado de Mato Grosso — Garantia de Investimentos — Heráldica no Império do Brasil, os Senhores: Magnífico Reitor da Universidade, Dr. Pedro Calmon, Dr. Hélio Vianna, Dr. Pedro Freire Ribeiro, Dr. José Antônio Soares de Souza, General Raul Silveira de Mello, Coronel Luís Freitas Lima (Diretor do Arquivo do Ministério da Guerra), Arthur Tavares Machado (Ministério da Guerra), Raul de Andrade e Silva (Universidade de São Paulo), Dom Clemente Maria da Silva Nigra (Diretor do Museu de Arte Sacra da Universidade da Bahia), Dr. Abeillard Barreto (Rio Grande do Sul), Embaixador Antonio Camillo de Oliveira (Diretor do Instituto Rio Branco), Senhor José Gabriel da Costa Pinto (Arquivo Nacional), Dr. Roberval F. Bezerra de Menezes, Dr. Paulo Braga de Menezes, etc.

Pesquisadores da Casa

Foram consultados diversos *Atos Internacionais com*: Alemanha, América, EE.UU., Argentina, Bélgica, Espanha, Itália, Japão, Paraguai, Polônia, Romênia, Rússia, Senegal, Suiça e Tcheco-Eslováquia. Várias correspondências com: Legação em Bruxelas, Legação da Hungria, Limites — Setores Guiana Francêsa, Inglêsa, Uruguai e Venezuela, Cartas de Chancelarias, Certidões de Nascimentos e outras, Discursos diversos, Viagem do Rei Leopoldo dos Belgas, Vi-

sitas diversas. Pedidos foram solicitados pelas Seções: Gabinete, Secretaria Geral, Cerimonial, Serviço de Fronteiras, Divisão da Europa Oriental, Divisão de Atos Internacionais, Divisão de Documentação, Coleste, etc.

Certidões

De: Tempo de Serviço, Provas de Montepio, de Mudanças de Nome e de Nascimento.

Movimento da Documentação Consultada

	Volumes
Armazém de Guarda	3.344
Casa Forte (Arq. das Emb. e Consulados)	953
Total	4.297

	Latas
Armazém de Guarda (docs. avulsos aproximadamente 140 mil fls.)	2.964

	Unidades
Atos Internacionais (Acôrdos, Tratados, Unidades, Convenções, etc.)	1.285

Foram incorporados ao Arquivo Histórico, no ano de 1965 60 Atos Internacionais.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Itamaraty, no ano de 1965, atuou realmente dentro e fora do país, na tarefa de enriquecimento de

seu acervo (anexo I) e das nossas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

Deu especial ênfase aos assuntos relacionados com os problemas internacionais, aumentando, de maneira expressiva, sua coleção. Todavia, não se descuidou dos assuntos brasileiros. Entre as aquisições nesse setor destacam-se: a «Voyage pitoresque et historique au Brésil» de J. B. Debret, *fac simile* da edição original de Firmin Didot Frères, Paris, 1834, impressa em Tóquio; «Aquarelas de Richard Bate» editadas por Gilberto Ferrez; «Rio de Janeiro pitoresco» de Buvelot e Moreau etc.

O serviço de catalogação desenvolveu-se consideràvelmente, pois além da catalogação de obras para a Biblioteca da Secretaria de Estado, foi necessário enviar para as bibliotecas básicas no exterior, as obras acompanhadas das respectivas fichas, todo êsse trabalho de pesquisa e orientação, executado com o maior apuro técnico.

Quanto ao setor de periódicos, a Biblioteca procurou atender às necessidades sempre crescentes da Secretaria de Estado, como se pode verificar pela leitura da Circular número 5.493, datada de 25 de janeiro de 1965, dirigida à Secretaria de Estado, solicitando de cada Secretaria e Departamento sugestões sôbre um programa de aquisição de publicações técnicas, destinadas a dotar dos subsídios informativos necessários, os órgãos especializados do Ministério das Relações Exteriores.

Como é do conhecimento geral, o periódico é o meio mais rápido e eficiente para comunicar aquela matéria que, em tempo futuro, será fatalmente condensada em livro. Daí o especial interêsse que a Biblioteca tem dispensado a êsse setor, na seleção de assinaturas de revistas que, por seu caráter técnico, por seu conteúdo, possa ser de extrema validade para o serviço diplomático.

Por tudo isso, cumprindo um programa iniciado em 1957, com a elaboração de uma lista de periódicos que constam de seu acervo, a Biblioteca fêz no ano de 1965 um inventário de suas coleções e posteriormente elaborou uma relação atualizada dêsses títulos. Essa lista pela primeira vez divulgará o acervo de periódicos do Itamaraty e servirá como base do programa planejado para o ano de 1966, isto é, a catalogação, pelo Código do Vaticano, compreendendo também a catalogação analítica dos artigos de maior interêsse para o Ministério das Relações Exteriores.

A Biblioteca recebe constantemente do exterior pedidos de cópia de artigos, microfilmes de artigos, etc. Ora, a catalogação acima citada será extremamente útil para atender tais pedidos.

Com respeito a encadernação, existe na Biblioteca grande número de folhetos holandeses, da «Imprensa Regia» etc., pertencentes em sua maioria à coleção Varnhagen, que até a presente data, por falta de verba própria, não tinham sido encadernados. Assim, reconhecendo o valor e a necessidade de preservar êsse precioso acervo, foram mandados encadernar em «Bradel», 125 folhetos. Também as obras das coleções Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco foram preservadas, sendo restauradas as encadernações ou reencadernadas as obras quando se fazia necessário. Assim, 365 volumes foram encadernados ou restaurados. Entre as novas aquisições e os periódicos foram encadernados 1.880 volumes.

O Serviço de Empréstimo tem atendido não só aos funcionários da Secretaria de Estado, como também àqueles que, servindo no exterior, a êle recorrem. Entre as Embaixadas que solicitaram obras durante o ano de 1965, podemos citar as de Lima, Londres, Montevidéu e Roma.

O empréstimo entre bibliotecas tem favorecido não só aos consulentes do Itamaraty como aos de outras entidades.

Por êsse sistema, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, entre outros, recorrem ao Itamaraty para atender aos seus leitores. (Anexo IV).

As Bibliografias, mensal e anual, continuam sendo publicadas e distribuídas com regularidade.

A Biblioteca também tem pronto para impressão um ementário da legislação brasileira destinada a regulamentar a abertura, as transformações e fechamento das Missões diplomáticas e das Repartições consulares do país no exterior, desde o Império até os nossos dias, publicação esta sumamente útil, sobretudo como instrumento de consulta, simples e direta, a uma fonte de informação até então inédita na história das relações do Brasil com o exterior.

Também, com o intuito de facilitar e incrementar o intercâmbio de doações com diversas entidades, a Biblioteca vem publicando e distribuindo, sempre que possível, uma Lista de Duplicatas, neste ano, e de obras gerais, em dezembro de 1965.

A orientação adotada pela Biblioteca da Secretaria de Estado é no sentido de dotar de obras de referência as Missões diplomáticas e Repartições consulares que são, via de regra, desprovidas de qualquer material de consulta e informação necessário aos seus serviços. Assim é que, primeiro se atendeu ao continente africano e posteriormente aos outros continentes. Em 1965, foram organizadas as bibliotecas básicas das Embaixadas no Cairo, no México e em Haia, da Legação em Sófia, do Consulado-Geral em Lisboa e do Serviço de Seleção de Imigrantes no Extremo Oriente.

O grande afluxo de consultas (Anexos II e III) tem demonstrado a utilidade dos esforços despendidos e estimulam o prosseguimento do «Plano de sistematização das bibliotecas no exterior».

Como membro da Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal, a Biblioteca do Itamaraty continua participando dos trabalhos daquela Comissão. Em 1965 foi realizada a 21.ª Reunião da Comissão Brasileira de Classificação Decimal Universal, em Belo Horizonte, de 4 a 10 de julho.

A Biblioteca recebeu convite para participar oficialmente do Congresso da Federação Internacional de Documentação e se fêz representar em tão importante conclave, que se realizou em Washington, de 10 a 15 de outubro de 1965.

A planta da futura Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores em Brasília foi objeto de estudos durante o ano de 1965, pelos funcionários da Biblioteca e, através de consultas, pelo eminente Professor Charles Gosnell, Chefe do Departamento de Bibliotecas da Universidade de Nova York.

Biblioteca da O.N.U.

A Biblioteca da ONU recebeu 1.472 ofícios dos 2.978 que foram expedidos pela Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Secretaria de Estado, encaminhando publicações e documentos daquela organização.

Em 250 dias de funcionamento a Biblioteca atendeu a 1.056 consulentes.

Os Serviços de rotina prosseguem normalmente tendo sido catalogadas, só oriundas da FAO, 418 obras. Os periódicos tiveram suas coleções atualizadas.

As publicações da FAO encaminhadas pela Delegação junto àquele organismo para distribuição foram enviadas para as 51 bibliotecas federais e estaduais especializadas em assuntos de agricultura e alimentação.

Além das bibliografias mensais insertas na Bibliografia mensal da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores,

foi elaborada uma bibliografia sôbre assuntos da Asia, coligida em publicações da ONU e Agências especializadas, abrangendo os anos de 1955 a 1965.

Foram enviados à Encadernação os Relatórios da Missão do Brasil junto à ONU, num total de 138 volumes.

Movimento no ano de 1965

	OBRAS GERAIS			PERIÓDICOS		
	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS	OBRAS	VOLUMES	FOLHETOS
Assinaturas de procedência nacional	5	5	—	—	38	62
Assinaturas de procedência estrangeira	—	4	—	4	326	1.586
Compradas no Brasil	76	94	5	—	4	—
Compradas no estrangeiro	308	325	23	1	—	1
Doações de procedência nacional	275	248	125	1	202	165
Doações de procedência estrangeira	255	264	244	—	111	203
Permutas de procedência nacional	7	7	1	—	—	—
Permutas de procedência estrangeira	1	1	—	—	—	—
SOMA DO ANO	927	948	398	6	681	2.017
SOMA	—	—	—	—	—	
BAIXAS	53	36	28	1	15	47
TOTAL LÍQUIDO	874	912	370	5	666	1.970
ACERVO (vols. + folhetos)	1.282			2.636		

	DIAS ÚTEIS	CONSULENTES	VISITANTES	VOLUMES		
				ENCADERNADOS	EXTRAVIADOS	REQUISITADOS
Durante o ano	249	2.328	—	1.880	—	5.427
Transporte	—	—	—	—	—	—
TOTAL	249	2.328	—	1.880	—	5.427

Total:...............3.918

TRABALHO DA BIBLIOTECA

EMBAIXADA DO BRASIL EM ROMA

BIBLIOTECA TULLIO ASCARELLI

ANO—1965	Jan,	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Agô.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
Consultas	175	227	287	234	204	146	117	83	100	163	178	319	2.233
Livros emprestados	145	142	165	170	161	96	92	65	72	106	143	192	1.550
Discos emprestados	161	149	143	142	136	141	78	152	195	145	130	205	1.777
Livros tombados e classificados	—	36	24	17	1	—	29	9	1	19	20	21	177
Livros preparados para empréstimos	—	38	86	62	60	48	55	60	1	19	20	21	470
Discos tombados e classificados	—	—	—	21	—	—	16	4	—	2	—	—	43
Leitores matriculados	21	12	21	22	9	10	8	5	—	27	15	16	166

ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS DA BIBLIOTECA EMBAIXADA DO BRASIL EM LONDRES

TRABALHOS REALIZADOS	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL p/1965
AQUISIÇÃO			
Publicações recebidas	78	173	2.240
Livros	7	11	185
Folhetos	2	5	122
Periódicos	69	157	1.892
Publicações registradas	70	140	2.307
Livros	6	6	196
Folhetos	—	—	94
Periódicos	64	134	2.076
Em livro	—	—	402
Kardex	64	134	1.674
Catalogação e Classificação			
Publicações catalogadas e classificadas	1	6	184
Livros	1	6	108
Folhetos	—	—	85
Periódicos	—	—	17
Fichas datilografadas	6	30	2.224
Catálago de autor	2	6	535
Catálogo de título	2	9	450
Catálogo de assunto	1	13	855
Catálogo topográfico	1	2	272
Catálogos secundários	—	—	94
Livros preparados p/Empréstimo	12	6	85
Cartões do livro	8	8	104
Bolsos do livro	4	6	86
EMPRÉSTIMO E REFERÊNCIA			
Leitores inscritos	5	4	61
Consultas realizadas	16	37	231
Correspondência (*)	24	17	187
Empréstimos realizados	18	30	289
Classe 000	4	1	17
Classe 100	—	1	3
Classe 200	—	—	1
Classe 300	7	8	103
Classe 400	—	3	10
Classe 500	1	3	7
Classe 600	1	—	20
Classe 700	—	8	33
Classe 800	2	1	25
Classe 900	3	5	48
Bibliografias	5	5	23

Correspondência — Atendimento de leitores pelo Correio: publicações emprestadas; respostas a cartas solicitando informações: cobrança de livros; remessa de bibliografias. Expediente de compra e remessa de livros para aSecretaria de Estado, etc.

MAPA DE CONSULTAS

Ano de 1965

OBRAS	REQUISIÇÕES	SALÃO DE LEITURA
POR ASSUNTO		
Obras Gerais	146	161
Filosofia	54	16
Religião	3	4
Sociologia	21	8
Direito	2361	837
Linguagem	80	35
Ciências	47	50
Artes Aplicadas	67	98
Belas Artes	30	6
Literatura	547	45
História	316	231
Geografia	81	54
Biografia	91	48
SOMA	3.844	1.593
POR IDIOMA		
Português	66	1119
Francês	517	235
Inglês	1086	144
Espanhol	133	76
Italiano	29	3
Outros	13	16
SOMA	3.844	1.593
PERIÓDICOS	1.251	2.754

Número de dias de funcionamento: 249.

Média de Consulta: 74

DEPÓSITO DE IMPRESSOS

Em 1965, o Depósito de Impressos — responsável, pela distribuição de tôdas as publicações editadas pelo Ministério das Relações Exteriores, pelas obras doadas por outros órgãos de serviço público, e as adquiridas pela Divisão Cultural do Itamaraty — atendeu a elevado número de pedidos e remessas para as Missões diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras, para as Missões estrangeiras no Brasil, e às várias Bibliotecas, quer em Território nacional, quer no exterior, bem como ao público em geral.

Tais pedidos constaram de livros de direito, assuntos sociais, comerciais, história geral, relatórios, publicações periódicas e folhetos.

QUADRO COMPARATIVO DE 1961 a 1965

	1961	1962	1963	1964	1965
Obras Gerais........................	3.757	11.439	16.319	12.253	69.423
Publicações Periódicas diversas.........	1.899	924	1.110	151	9.864
Relatório do M.R.E..................	550	209	217	348	19.149
Folhetos.	35.764	351.136	161.605	28.035	39.598

MAPOTECA

Serviços de Rotina

Aquisições

Tendo sido destinada no orçamento do Ministério uma verba para ser empregada no reaparelhamento da Mapoteca, foi possível, em 1965, providenciar a aquisição de atlas, mapas, plantas e cartas modernas e atualizadas, gerais e parciais, de regiões e países.

As encomendas foram encaminhadas, individualmente, a inúmeras embaixadas e consulados, constando das listas os tipos de mapas cuja aquisição interessava à Secretaria de Estado e o nome e enderêço das entidades editôras.

Dada a falta de respostas a um grande número de pedidos, em agôsto último foi expedida uma circular a tôdas as Missões diplomáticas e repartições consulares, encarecendo a necessidade de um atendimento rápido às solicitações de compra de mapas, por se tratar de material informativo cuja desatualização se processa com certa rapidez. Mesmo assim, algumas Embaixadas até hoje não prestaram qualquer informação com relação a pedidos feitos há mais de um ano, e renovados, em alguns casos, enquanto outras levaram igual

prazo para comunicar as providências de compra e remessa do material encomendado.

O registro das aquisições incorporadas ao acervo da Mapoteca, durante o ano de 1965, acusa os seguintes resultados:

Mapas, plantas, cartas topográficas, etc.	971
Atlas geográficos	22
Livros e folhetos	269
Total	1.262

Consultas e requisições

As consultas às coleções da Mapoteca têm aumentado nos últimos anos, principalmente depois da publicação de inúmeros catálogos e monografias. Com relação aos consulentes estranhos aos quadros do Ministério, as preferências recairam sôbre os espécimes da cartografia antiga, hoje muito consultada como fonte de pesquisa e de estudo, nos trabalhos histórico-geográficos. Depois da criação das novas divisões, especializadas segundo áreas geográficas, aumentou no Itamaraty o interêsse pela cartografia moderna e temática. Todos os seus setores dispõem, hoje, de modernas cartas cedidas pela Mapoteca por empréstimo ou por ela adquiridas por sugestão dêsses mesmos setores. As consultas e os empréstimos, no âmbito do Ministério, foram maiores do que nos anos anteriores, registrando um total de 632 peças.

Com relação às requisições vindas do exterior, a Mapoteca remeteu a diferentes embaixadas e consulados cêrca de 300 mapas do Brasil, gerais e parciais, os quais, em sua maioria, se destinavam a universidades, bibliotecas, entidades cartográficas, revistas, etc.

Como foi dito acima, a publicação de vários catálogos especializados tem ocasionado a divulgação do acervo da Mapoteca e, conseqüentemene, provocado o interêsse de pro-

fessôres e estudiosos pela obtenção de fotocópias de um número considerável de mapas.

No decorrer de 1965 recebeu a Mapoteca pedidos de microfilmagem de cêrca de 500 peças do seu acervo, especialmente de mapas antigos manuscritos. No entanto, por razões que foram expostas em memorando, o atendimento de tais pedidos foi adiado *sine die*, ou melhor, até que sejam organizados os arquivos de microfilmes e de ampliações fotográficas, os quais permitirão uma consulta mais fácil e uma reprodução mais rápida de qualquer peça de valor. Com tais arquivos em funcionamento — e o seu preparo está previsto para 1966 — os espécimes manuscritos ficarão a salvo do desgaste provocado pelo constante manuseio, desgaste êsse já bastante visível em muitas peças de valor da Mapoteca.

Mesmo assim, a Seção providenciou a microfilmagem de 86 espécimes.

Trabalhos e Exposições

Tendo transcorrido, em 1965, o IV Centenário de Fundação da Cidade do Rio de Janeiro, a Mapoteca cedeu peças do seu acervo a inúmeras mostras cartográficas e iconográficas de caráter oficial. Entre elas, as mais significativas foram as organizadas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Geografia e pela Sociedade Brasileira de Cartografia, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Cartografia.

Divulgação da cartografia brasileira no exterior

A Mapoteca deu início em 1965 ao seu programa de dotar as Missões diplomáticas brasileiras de coleções de mapas do Brasil, gerais e parciais, editados no país, com vista à formação de uma pequena cartoteca em cada chancelaria. Para tanto foram adquiridos cêrca de 4.000 mapas e feitas as fichas correspondentes (mimeografadas) que integrarão

os catálogos a serem mantidos nas Embaixadas e Consulados e na Mapoteca.

Edição do Mapa político do Brasil

Por iniciativa do Departamento de Administração, tendo em vista uma sugestão apresentada pela Mapoteca, foi feita, e entregue em dezembro último, uma tiragem avulsa de 20.000 exemplares do Mapa do Brasil anexo à publicação "Brèsil — 1964». Destina-se a mesma à distribuição no exterior.

Reaparelhamento e Modernização da Mapoteca

A par dos serviços normais de rotina, decorrentes das suas atribuições, a Mapoteca vem empreendendo, há dois anos, uma série de trabalhos que visam a modificar a sua organização no tocante ao arquivamento e catalogação do seu acervo cartográfico, a fim de ajustá-la a normas mais modernas e eficientes.

Móveis

Tendo em vista a necessidade de ampliar as suas instalações, foram adquiridos para a Mapoteca, em 1965, os seguintes móveis:

a) 1 «mapoteca» ou arcaz com 15 gavetas, para arquivamento horizontal, com capacidade para guarda de cêrca de 500 mapas;

b) 1 arquivo para microfilmes, com 9 gavetas duplas, perfuradas, e recipiente para a colocação de substâncias desumidificadoras;

c) 1 arquivo com 15 prateleiras para a guarda de reproduções fotográficas de mapas;

d) 2 fichários com 7 gavetas duplas, cada um.

O arcaz agora adquirido e dois outros comprados em 1964 dão à Mapoteca um acréscimo de mais 45 prateleiras

com uma capacidade para a guarda de cêrca de 1.400 mapas, tornando assim possível a continuação do trabalho de redistribuiãço dos mapas, tendo em vista a classificação adotada.

Atualização e ampliação da classificação Boggs-Lewis

Desde 1945 adota a Mapoteca o sistema Boggs-Lewis para a classificação das peças do seu acervo.

Concebido especialmente para ordenar mapas e livros geográficos segundo os princípios que regem e definem a geografia como ciência, o sistema compreende uma dupla classificação, para *áreas* e para *assuntos* geográficos, respectivamente. Nas tabelas correspondentes, as áreas estão representadas por números (100 a 999), indicando o algarismo inicial a classe, ou seja, o continente ou oceano. Já os assuntos estão expressos por combinações de letras, indicando a inicial a subdivisão da geografia à qual estão os mesmos subordinados.

Tendo em vista a necessidade de atualizar essas tabelas de classificação, em função das modificações políticas e do desenvolvimento da ciência geográfica ocorridos nos últimos vinte anos, está sendo levada a efeito uma revisão das mesmas, com o cancelamento, alteração e acréscimo de numerosos verbetes.

A fim de facilitar o uso das tabelas e o pronto enquadramento de um assunto ou área na classe a que pertence, os verbetes com as respectivas notações de classificação estão sendo datilografados em fichas, distribuídos por quatro catálogos, a saber:

Fichas de áreas

a) Índice alfabético de áreas — classificação (números);

b) Seqüência numérica (classificação) — área correspondente.

Fichas de assuntos

a) Índice alfabético de assuntos — classificação (letras);

b) Seqüência alfabética dos grupos de letras — assunto correspondente.

As fichas em questão vêm sendo elaboradas há dois anos. No decorrer de 1965 foram incluídas 3.000, nos fichários correspondentes a áreas, e 4.200, nos de assuntos.

Relação dos serviços cartográficos estrangeiros, oficiais e particulares

A fim de orientar as aquisições, no exterior, está sendo elaborada uma relação de tôdas as instituições cartográficas editôras de mapas e de atlas. Feita em fichas, constam das mesmas o nome da entidade, o enderêço e informações sôbre os tipos de cartas publicadas por cada uma.

Iniciada em 1965, a relação já conta com cêrca de 3.500 fichas agrupadas segundo a ordem alfabética dos países.

Conservação e restauração

Inúmeros mapas de valor, manuscritos e impressos, estão há muito exigindo cuidados de conservação que dizem respeito não só à peça em si mas às próprias condições da sala da Mapoteca, cujo ambiente precisa ser adaptado às exigências da boa preservação no tocante a temperatura, ventilação e umidade.

Entre as peças mais afetadas pelas más condições de conservação figuram inúmeros mapas oficiais da linha de fronteira do Brasil, aprovados em atas pelas comissões mistas demarcadoras de limites.

Nesse setor, nada foi feito em 1965. Tratando-se de assunto que envolve problemas cujo estudo e resolução deve ser entregue à competência de técnicos — pràticamente inexistentes no Brasil — e que também implica em gastos dispendiosos, qualquer iniciativa de caráter concreto, no caso, escapa às atribuições e responsabilidades do chefe e dos funcionários da Seção, os quais podem apenas advertir ou chamar a atenção dos seus superiores para a adoção das medidas de proteção que o fato requer.

PUBLICAÇÕES

A Seção de Publicações editou, em 1965, as seguintes obras:

— Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — números 35/36 — 1962;
— A Missão Pimenta Bueno — 1º volume — Introdução;
— Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro;
— A Carta de São Francisco e a Unidade do Mundo;
— Como usar as Condecorações;
— Visita do Senhor Gonzalo Escudero, Ministro das Relações Exteriores do Equador ao Brasil;
— Visita do Senhor Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai ao Brasil;
— Visita do Senhor Alberto Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao Brasil.

Atos Internacionais nºs:

— 15 — Convenção de Direito Internacional Privado;
— 21 — Convenção de Direito Internacional Público;
— Carta da Organização dos Estados Americanos.

Encontram-se ainda na Imprensa Nacional:

— Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores — 1946 a 1951 — Doutor Levy Carneiro;
— O Arquivo das Índias e o Brasil;
— Estudos da História do Brasil;
— A Missão Pimenta Bueno — II volume — Documentos expedidos pela Secretaria de Estado;

— Catálogo de Plantas e Mapas da Cidade do Rio de Janeiro;
— Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas;
— Bibliografia da História do Brasil — 1º e 2º semestres — 1955/1956;
— Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — números 37/38 — 1963;
— Anuário do Ministério das Relações Exteriores — 1964/65;
— A Missão Bellegarde ao Paraguai — 1º volume — 1848/1852;
— Vida e Obra de Salvador de Mendonça.

Atos Internacionais nºs:

— 258 — Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — (reedição);
— 276 — Convenção sôbre privilégios e Imunidades das Nações Unidas;
— 490 — Acôrdo para facilitar a Circulação do material visual e auditivo de caráter científico, educativo e cultural;
— 491 — Convênio de Intercâmbio Cultural (Brasil-Argentina);
— 492 — Acôrdo pelo qual se cria a Comissão Especial de Coordenação (Brasil-Argentina);
— 494 — Convenção sôbre Assistência Judiciária.

Pela verba da Seção de Publicações, publicaram-se ainda:

Lista Diplomática — meses: janeiro/fevereiro; março/abril; maio/junho; julho/agôsto; setembro/outubro; novembro/dezembro;

Programas de visitas de Personalidades Estrangeiras ao Brasil.

SERVIÇOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO

Os setores subordinados aos Serviços Auxiliares de Administração, no ano de 1965, podem ter suas atividades resumidas da seguinte maneira:

a) *Superintendência da Garagem* — cuja organização provisória, aprovada, pelo Departamento de Administração, vem executando, apesar de tôdas as dificuldades de mão-de-obra, um serviço de recuperação total da frota de veículos, até que consiga seu objetivo real que é a manutenção sistemática e normativa de cada veículo. Para tanto, foram atendidas 2.075 ordens de serviço, e gastos .... Cr$ 21.000.000 (vinte e hum milhões de cruzeiros), dos quais Cr$ 4.000.000 (quatro milhões) foram empregados em estoque de peças, acessórios e ferramentas, permitindo assim elevar para Cr$ 12.000.000 (doze milhões de cruzeiros) o estoque atual do Almoxarifado da Garagem.

Dentro dêste programa, foram recuperados, totalmente, 8 (oito) veículos e reformados mais 8 (oito), o que permitiu, aliado à compra de novas viaturas, um acréscimo de mais 10 (dez) veículos na frota efetiva.

O custo médio, mensal, de manutenção mecânica e de lataria por veículo, foi da ordem de Cr$ 40.000 (quarenta mil cruzeiros), o que permitiu uma economia de .... Cr$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de cruzeiros).

Contando atualmente com 48 viaturas, dispõe a Garagem de apenas 57 motoristas em efetivo serviço, quando deveria dispor de 112 motoristas, para atender com a efi-

ciência necessária, mas que as atuais condições não permitem.

Dentro ainda do programa de trabalho foram criadas fichas com o histórico de cada veículo, bem como sistematizadas as lubrificações que anteriormente eram feitas, em alguns casos, de três em três meses, em veículos que rodam em média, 3.000 quilômetros por mês.

b) *Superintendência da Portaria* — um dos setores mais sacrificados, em pessoal, na Secretaria de Estado, pois vem executando os trabalhos de limpeza e conservação de 15.000 m2 (quinze mil metros quadrados), com apenas 18 homens (considerando-se o dia de 8 horas de trabalho). Assim, não é possível se conseguir a perfeição desejada por todos da Casa e antes de tudo pelo próprio «Serviços Auxiliares de Administração».

Quanto ao emplacamento de carros CD, podemos afirmar que vem sendo executado com atenção, procurando-se evitar as falhas anteriores. Foi criado o sistema de fichário para contrôle do emplacamento e desemplacamento dos automóveis de cada Embaixada, além de colecionarmos, em classificadores, os formulários remetidos a êste Serviço, depois de devidamente rubricados pelo despachante da Embaixada que normalmente acompanha o veículo.

INSTITUTO RIO-BRANCO

EXAME DE ADMISSÃO AO INSTITUTO RIO-BRANCO

Obedecendo a disposições regulamentares, os exames de admissão ao Instituto Rio-Branco se processaram em duas etapas: o Exame de Seleção prévia, efetuado, concomitantemente, em Brasília, no Rio de Janeiro e nas capitais de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, e o Exame Vestibular, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

EXAME DE SELEÇÃO PRÉVIA

O Exame de Seleção Prévia, cujas inscrições mantiveram-se abertas de 30 de abril a 30 de junho, realizou-se nos dias 15 e 16 de julho.

Constou de uma prova de Nível Mental e de provas de Português, Francês e Inglês, sob a orientação dos seguintes Professôres: Técnico de Educação Octávio Augusto Lins Martins, para Nível Mental; Professor Jesus Bello Galvão e Secretário João Clemente Baena Soares, para Português; Professôres Adrian Renault e Jean Delagis, para Francês, e Professôres Kenneth Payne e Mary Veronica Codemo, para Inglês.

Inscreveram-se 393 candidatos, dos quais 35 foram dispensados da prestação do citado Exame de acôrdo com a Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 1964, do Diretor do Instituto Rio-Branco. Dos candidatos inscritos, afora os 35

dispensados, compareceram à primeira prova apenas 288, assim distribuídos pelas cidades onde prestaram exame:

Rio de Janeiro	200
São Paulo	36
Pôrto Alegre	26
Belo Horizonte	12
Recife	4
Salvador	6
Brasília	4

Dêsses candidatos que compareceram à primeira prova, 21 desistiram no decorrer dos exames, restando um total de 267 candidatos que prestaram tôdas as provas.

Foram aprovados 54 candidatos:

Rio de Janeiro	51
São Paulo	1
Belo Horizonte	1
Salvador	1

O Exame de Seleção Prévia nos Estados transcorreu normalmente, sendo os seguintes os funcionários que receberam a incumbência de dirigir as provas nas diversas capitais:

São Paulo — Conselheiro Hélio Antônio Scarabôtolo;

Pôrto Alegre — Secretário Igor Tôrres Carrilho;

Belo Horizonte — Secretário Virgílio Moretzsohn de Andrade;

Recife — Secretário Carlos José Prazeres Campello;

Salvador — Secretário Fernando Guimarães Reis;

Em Brasília o exame processou-se sob a responsabilidade do Secretário Rubens Antônio Barbosa.

EXAME VESTIBULAR

As instruções e o programa para o Exame Vestibular obedeceram ao disposto no Edital de 29 de abril de 1965,

do Diretor do Instituto Rio-Branco e na Portaria Ministerial nº 136, de 29 de abril do mesmo ano.

Inscreveram-se no Exame Vestibular, cujas provas intelectuais se realizaram de 8 de outubro a 23 de novembro, 52 candidatos aprovados nas Provas de Seleção Prévia de 1965 e 34 dispensados destas provas, perfazendo ao todo 86 candidatos.

Dêsses, 4 foram eliminados no exame psíquico realizado no Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, tendo sido, porém, admitidos à prestação da prova de Português por fôrça de liminar concedida em Mandado de Segurança e 3 não compareceram à primeira prova à qual estiveram presentes, portanto, 83 candidatos. 28 lograram aprovação final.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPARECIMENTO — APROVAÇÕES E REPROVAÇÕES

	ENTRARAM NA PROVA	REPROVADOS	APROVADOS
Protuguês	83	25	58
Francês	58	11	47
Inglês	47	7	40
História do Brasil	40	7	33
Geografia	33	2	31
História Mundial Moderna	31	—	31
Noções Fundamentais de Direito	31	1	30

2 canditados foram eliminados do final deo Exame Vestibular por não haverem alcançado a média global exigida por disposição legal.

Integraram a Banco Examinadora do Exame Vestibular os seguintes Professôres:

Português — Professôres Adriano da Gama Kury, e Jesus Bello Galvão e o Ministro Galba Samuel Santos;

Francês — Professôres Adrian Renault e Pierre Mérigoux;

Inglês — Professôres Piotr Pawel Kranc e Kenneth James Payne;

História do Brasil — Professôres José Luiz Werneck da Silva e Nilo Garcia;

Geografia — Professôra Haidine da Silva Barros e Professor Arthur Bernardes Weiss;

História Mundial Moderna — Professor Arthur Bernardes Weiss e Secretário Pedro Emílio Penner da Cunha;

Noções Fundamentais de Direito — Professôres Ebert Vianna Chamoun e Caio Tácito Sá Viana Pereira de Vasconcellos.

Os candidatos habilitados no Exame Vestibular classificaram-se na seguinte ordem:

Osmar Vladimir Ghohfi;
Carlos Moreira Garcia;
Flávio Eduardo Macedo Soares Regis do Nascimento;
Alexandre Addor Neto;
Janine-Monique Lazaro;
Alfredo Grieco;
Ednildo Gomes de Soárez;
Mara Weston;
Mário da Graça Roiter;
José Maurício de Figueiredo Bustani;
Antônio Guedes Barbosa;
Gastão Felipe Coimbra Bandeira de Mello;
Eduardo Monteiro de Barros Roxo;
Francisco de Paula de Almeida Nogueira Junqueira;
Jom Tob de Azulay;
Volker Pölsler;
Antônio Carlos Coelho da Rocha;

José Marcus Vinicius de Souza;
Sandra Sybila Fontenelle;
Fausto Orlando Campello Coelho;
Gilda Pereira dos Santos Jacintho;
Paulo Afonso Souza dos Santos;
(*) Frederico Cezar de Araújo;
Fernando José Moura Fagundes;
Victor Manzolilo de Moraes;
Marcus Camacho de Vincenzi;
Sérgio Tutikian;
Luiz Carlos de Oliveira Feldman.

FUNCIONAMENTO DOS CURSOS

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

Durante o ano letivo de 1965, o Instituto Rio-Branco manteve em funcionamento o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Sob o regime de dois anos letivos, êste teve início a 8 de março havendo os exames finais terminado a 28 de dezembro.

1º *ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.*

Da turma do 1º ano fazem parte os seguintes alunos em número de 18:

Adhemar Gabriel Bahadian;
Affonso Emilio Massot;
Antônio Augusto Dayrell de Lima;
Armando Sérgio Frazão;
Carlos Alfredo Pinto da Silva;
Carlos Eduardo Paes de Carvalho;
Christiano Whitaker;
Cláudio Cesar de Avellar;

(*) O candidato assinalado com *asterisco* foi chamado para as provas do Exame Vestibular por fôrça de liminar concedida em Mandado de Segurança.

João Carlos Aguiar Gay;
Luiz Felipe de Seixas Corrêa;
Miguel Darcy de Oliveira;
Orlando Galvêas Oliveira;
Oto Apripino Maia;
Roberto Gaspary Tôrres;
Ruy Alejandro Távora;
Sérgio Luiz de Souza Tapajós;
Stélio Marcos Amarantes;
Wanberto Hudson Ferreira.

Desta turma fazia parte um aluno matriculado por fôrça de liminar concedida em mandado de segurança, liminar esta que foi cassada, nos meados do ano, tendo sido suspensa, por êsse motivo, a matrícula que lhe havia sido concedida.

Eis os Professôres que se encarregaram de ministrar as matérias do 1º ano do Curso:

Português — Professôra Marlene de Castro Correia;

Francês — Professor André Selon;

Inglês — Professor Piotr Pawel Kranc;

História Diplomática do Brasil — Professor José Luiz Werneck da Silva;

História das Américas — Professor Manuel Maurício de Albuquerque;

Geografia Econômica, Política e Humana — Professor Arthur Bernardes Weiss;

Economia I — Professor Eduardo José Daros, substituído, nos seus impedimentos e faltas, pelo Professor Bruno Mattos Linhares;

Direito Constitucional e Administrativo — Professor Flávio Bauer Novelli;

Direito Civil — Professor Ebert Vianna Chamoun.

São os seguintes os alunos do 2º ano que terminaram o Curso a 28 de dezembro, por ordem de classificação:

Adolf Libert Westphalen;
Carlos Augusto Rego Santos Neves;
Eurico de Freitas;
Paulo Fernando Telles Ribeiro;
João Godinho Barros;
Gilberto Vergne Saboia;
Ruy Antônio Neves Pinheiro de Vasconcellos;
Aida Rodrigues Gomes;
José Viegas Filho;
Sérgio Barbosa Serra;
Sérgio Caldas Mercador Abi-Sad;
Clodoaldo Hugueney Filho;
Rodrigo Menezes Amado;
Jório Salgado Gama Filho;
Paulo Dionísio de Vasconcellos;
Jorge Saltarelli Júnior;
Eduardo Hermanny;
Milton Tôrres da Silva;
Antônio Carlos Lima de Noronha;
Joaquim Luiz Cardoso Palmeiro;
João Gualberto Marques Pôrto Júnior;
Sérgio Barcellos Telles;
Jorge Clement Duvernoy;
Reginaldo Andrade de Brito;
Wilma Vilela Guerra;
João Paulo de Pimentel Brandão Sanchez.

O 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estêve a cargo dos seguintes Professôres:

Português — Secretário João Clemente Baena Soares;

Francês — Professor Adrian Renault;

Inglês — Professor Kenneth James Payne;

Economia II — Professor Antônio Barros de Castro substituído, nos seus impedimentos e faltas, pelo Professor Bruno Mattos Linhares;

Relações Econômicas Internacionais — Professor Ézio Távora dos Santos, substituído, no 1º semestre, nos seus impedimentos e faltas, pelo Professor Tarcísio Barbosa Arantes e no 2º semestre, definitivamente, pelo Professor Bruno Mattos Linhares e, posteriormente, pelo Secretário Marcílio Marques Moreira.

Direito Internacional Público — Professor Carlos Alberto Dunshee de Abranches;

Direito Internacional Privado — Professor Haroldo Teixeira Valladão;

Direito Comercial (Marítimo e Aeronáutico) — Professor Theóphilo de Azeredo Santos;

Política Internacional — Secretário Sérgio Paulo Rouanet;

Prática Diplomática — Conselheiro Hélio Antônio Scarabôtolo;

Prática Consular — Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva.

CONFERÊNCIAS

O Instituto Rio-Branco promoveu um ciclo de conferências para os alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, as quais foram confiadas aos conferencistas, abaixo relacionados:

1. *Professor Alfred Hoyer* — «O ensino do Português e da Literatura Brasileira na Universidade da Flórida».
2. *Professor Brutus Coste* — «Transformações internas nas Nações Cativas depois de Stalin».

3. *Professor Brutus Coste* — «Moscou: Amo ou Parceiro na Europa Central».
4. *Professôra e Dra. Isabel Magalhães Collaço* — «Problemas Jurídicos da Comunidade Econômica Européia».
5. *Professor Henry Da Vries* (Columbia University) — «Tratados e acôrdos executivos. Ratificação e Integração no Direito Interno».
6. *Financista Abes* — Diretor do Banco Alemão — «Situação Econômica da Europa». (Realizada no M.R.E.).
7. *Dom Francisco Moreno y de Herrera e Conde de los Andes* — «Las Dos Americas vistas por un Español».
8. *Professor Pedro Calmon* — «Marquês de Abrantes» (realizada no M.R.E.).
9. *Professor Jimenez Arachaga* — «O Direito dos Tratados» (Projeto da C.D.I. — ONU).
10. *Professor Leontin Constantinesco* — «Natureza Jurídica das Comunidades Européias».
11. *Professor Wilem Flüsser* — «Línguas e Realidades».

CURSOS ESPECIAIS

O Instituto Rio-Branco promoveu, durante o ano de 1965, Cursos Especiais de Russo, Inglês e Francês destinados a funcionários da Casa e em prosseguimento aos já iniciados no ano anterior. Tais cursos tiveram início a 1º de abril e se prolongaram até fins de novembro, sob a docência dos seguintes Professôres: *Russo*: Professor Oleg Ouchkoff; *Inglês*: Professor Stephen Birchall; *Francês*: Professôra Maria Cândida Penido Bournier.

PESQUISAS E PUBLICAÇÕES

Foi publicado no final dêste ano, com a tiragem de 1.000 exemplares, o 1º tomo da obra: «História do Brasil nos Ve-

lhos Mapas», de autoria do saudoso Professor Jayme Cortesão. Encontra-se anexada a êste volume uma sobrecarta contendo 25 ilustrações referentes ao texto, sendo que o «Atlas», correspondente à obra completa, deverá acompanhar o 2º e último tomo da citada publicação, cujas provas permanecem ainda no Departamento de Imprensa Nacional.

O «Anuário» do Instituto referente aos anos de 1964/65 acha-se em fase final de organização.

Foi atualizada a Legislação Geral do Instituto.

A seção desenvolveu ainda as seguintes atividades: atendimento a pedidos de publicações, remessa das mesmas, contrôle do estoque de livros e atualização de listas de autoridades e entidades culturais brasileiras e estrangeiras.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Rio-Branco, a fim de facultar a professôres e alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata a documentação que se faz necessária a estudos, pesquisas e trabalhos de equipe, tem procurado conservar e enriquecer seu acervo bibliográfico e aperfeiçoar os métodos que possibilitem uma melhor utilização de seus recursos.

A despeito das condições desfavoráveis que enfrenta, como falta de pessoal e instalações inadequadas, vem procurando manter atualizadas suas coleções, seus catálogos e os serviços de seleção, aquisição, catalogação, classificação, referência e empréstimo.

Não apresentando condições de larga expansão, devido à exigüidade de espaço, vem orientando suas aquisições de maneira não exaustiva, mas seletiva, procurando adquirir as obras mais importantes no domínio das Ciências Sociais — sua especialidade — e básicas para o estudo das demais disciplinas de que se compõe o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

A seleção é feita através de consulta às bibliografias gerais e especializadas, nacionais e estrangeiras; aos comentários e "abstracts»; de exame cuidadoso dos livros e periódicos enviados em demonstração por livrarias e editôres, ou doados por particulares e instituições; das sugestões de leitores e especialistas.

Seu acervo conta atualmente com 7.168 volumes. Adquiriu em 1965 quatrocentos e quarenta e quatro volumes, dos quais duzentos e cinqüenta e oito por compra e cento e oitenta e seis por doação.

Prosseguindo em sua colaboração com o Catálogo Nacional de Livros e com o Serviço de Intercâmbio de Catalogação, com o qual se vinculou em 1956, a Biblioteca do Instituto Rio-Branco estabeleceu com os dois Serviços o seguinte movimento de fichas:

Enviadas ao Catálogo Coletivo Nacional de Livros: 399 fichas.

Enviadas ao Serviço de Intercâmbio de Catalogação; 1.029 fichas (1.002 de encomenda e 27 para impressão).

Recebidas do Serviço de Intercâmbio de Catalogação: 948 fichas impressas (247 primeiras fichas e 701 segundas fichas).

O movimento de empréstimos somou 2.137 retiradas de livros e 691 de periódicos para leitura a domicílio, excetuadas as consultas na própria sede da Biblioteca. Foram mais procuradas, como de costume, as seções de Direito, Ciência Política e Economia.

ASSUNTOS CONSULARES E DE IMIGRAÇÃO

DIVISÃO CONSULAR

PASSAPORTES

IMIGRAÇÃO

DIVISÃO CONSULAR

REESTRUTURAÇÃO DAS REPARTIÇÕES CONSULARES

De acôrdo com a Lei nº 4.669, de 8 de junho de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 56.702, de 9 de agôsto de 1965, a Divisão Consular procurou dar nova orientação às atribuições das Repartições consulares, tendo como objetivo incrementar e desenvolver as relações comerciais e econômicas do Brasil.

Com a criação dos Escritórios Comerciais e mais tarde dos SEPROs, aquelas funções estavam atribuídas àqueles organismos, dilacerando a uniformidade que uma política comercial eficiente teria de restringir, no exterior, a uma categoria unívoca de órgãos de difusão e penetração, e que só poderiam ser as Repartições consulares brasileiras. Mas, para alcançar essa finalidade, os Consulados brasileiros teriam de ser reestruturados, equipados com material e pessoal, transformados em efetivos centros de propaganda e venda de produtos brasileiros, em escritórios de difusão das possibilidades econômicas do Brasil e canalizadores de investimentos para o Brasil.

A Divisão Consular, elaborada e promulgada a Lei nº 4.669 e sancionado o Decreto nº 56.702, em entendimento com os demais setores técnicos do Itamaraty, iniciou o estudo e a elaboração de duas medidas primordiais:

a) estruturar a distribuição geográfica das Repartições consulares brasileiras, com especial atenção voltada para aquelas regiões geo-econômicas e comerciais que, por sua

localização, recursos e possibilidades econômicas e comerciais, interessem diretamente à política de expansão do mercado externo brasileiro;

b) dinamizar, reestruturar as Repartições consulares brasileiras às exigências da agressiva e avançada técnica da propaganda comercial, transformando-as em pontas de lança de expansão comercial do Brasil.

Nesse sentido, foi elaborado um trabalho, um «Quadro Geral da distribuição das Repartições Consulares», no qual são examinadas, ao mesmo tempo, em caráter específico:

a) a situação geográfica;

b) a importância da situação geográfica em relação aos interêsses da promoção comercial e expansão do mercado;

c) a lotação atual;

d) a lotação necessária para a execução das novas tarefas de promoção comercial, através de um «Setor Comercial» dos Consulados;

e) a indicação numérica do pessoal já lotado, aproveitável em cada caso;

f) a indicação numérica do pessoal a ser lotado em cada caso.

A seguir, o trabalho apresenta as alterações que devem sofrer as Repartições consulares, apresentando as razões para:

1. a extinção de algumas Repartições consulares;
2. a transformação de determinadas Repartições consulares;
3. a abertura de novas Repartições consulares.

Finalmente, o trabalho indica em que Consulados se deveria cogitar de abrir, desde logo, «Setores Comerciais», no sentido de evitar dispersão de meios, verbais e pessoal.

Êsse trabalho, finalizado nos últimos dias de 1965, deverá ser encaminhado no princípio de 1966 ao Senhor Ministro de Estado.

FACILITAÇÃO DE VIAGENS E TRANSPORTES MARÍTIMOS

Realizou-se em Londres, em abril de 1965, a Conferência Internacional sôbre a Facilitação de Viagens Marítimas e Transportes.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, integrando-a como Delegado, o Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva, Chefe da Divisão Consular.

O objetivo da Conferência foi elaborar e aprovar Convenção sôbre a facilitação do tráfego marítimo internacional, reduzindo, ao mínimo, formalidades, exigências de documentação e processamento na chegada e saída de navios em viagens internacionais.

A Delegação do Brasil teve destacada atuação, sendo eleito Presidente da Conferência, por unanimidade, o Ministro Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. Com essa eleição assumiu a chefia da Delegação brasileira o Conselheiro Ruy B. M. e Silva.

Em todos os três Grupos de Trabalho (Imigração, Alfândega e Saúde) os representantes brasileiros atuaram, apresentando «Sugestões» e «práticas recomendáveis» que foram aprovadas.

Lamentàvelmente, porém, o despacho e o processamento da liberação de embarcações internacionais no Brasil é regido, até hoje, pela «Nova Legislação das Alfândegas e Mesas de Renda», de 1892, época dos navios à vela.

Um verdadeiro mar de sargaços de documentos e papéis era exigido. até o princípio de 1965, pelas autoridades consulares brasileiras para processarem o despacho de uma embarcação em viagem para o Brasil.

Logo após a Conferência de Londres, a Divisão Consular procurou, dentro dos limites impostos pelas leis, facilitar

e reduzir o número de papéis a serem apresentados às Repartições consulares brasileiras, para o despacho de embarcação.

O primeiro passo foi o Decreto nº 55.644, de 1965, abolindo a Lista de Passageiros ou a Lista negativa de Passageiros e a Lista de tripulantes, e criando para substituí-las um só documento denominado: «Relação-Geral de Passageiros e Tripulantes».

O segundo, foi o estudo e elaboração de um documento denominado "Manifesto-Geral de Carga», para substituir o Manifesto de Carga, o Certificado Negativo de Carga, o Certificado de lastro, e Certificado negativo de lastro, a Declaração do Capitão e a Guia de emolumentos, mantendo, contudo, a cobrança de todos os respectivos itens da Tabela de Emolumentos Consulares.

A aprovação dêsse projeto de Decreto, já elaborado pela Divisão Consular, reduzirá a 3 o número de papéis que deverão ser apresentados às autoridades consulares para o despacho de uma embarcação estrangeira:

1. Conhecimentos;
2. Manifesto-Geral de Carga;
3. Relação-Geral de passageiros e tripulantes.

CONVÊNIO SÔBRE TRANSPORTE RODOVIÁRIO ENTRE O BRASIL, ARGENTINA E URUGUAI

Com a finalidade de coordenar as legislações sôbre transporte rodoviário existentes no Brasil, Argentina e Uruguai, delegações dos mencionados países reuniram-se em Buenos Aires, no mês de dezembro de 1965.

A Delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador do Brasil na Argentina, Senhor Décio H. de Moura, tendo como Subchefe o Conselheiro Ruy Barbosa de Miranda e Silva, Chefe da Divisão Consular do Ministério das Relações Exteriores, e Delegados representantes do Ministério

da Fazenda e do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Após as negociações foi aprovado um «Convênio sôbre transportes terrestres entre o Brasil, Argentina e Uruguai», anexo a uma Ata Final assinada pelos Chefes das respectivas delegações.

Êsse Convênio que regula, em têrmos gerais, na base de reciprocidade, as diretrizes do transporte rodoviário entre os três países, é sem dúvida instrumento decisivo para maior intercâmbio comercial, não só entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, como para todos os países membros da ALALC, aos quais está aberto para receber adesões.

Determina o Convênio a possibilidade de tôda e qualquer emprêsa de transporte ou transportador, reconhecido como tal, por um dos três países, e que satisfaça as exigências normais de transporte e alfândega, do outro país, a transportar mercadorias:

1) — do país em que está habilitada a outro país signatário do convênio; 2) — de um país signatário ao seu país de origem e 3) — passar pelo território de um Estado signatário para levar mercadorias a um terceiro país.

Foi prevista no Convênio a possibilidade do transporte de mercadorias «de porta a porta» em «container» ou caminhões e reboques tipo «furgão».

O Convênio prevê também o estabelecimento de linhas de ônibus, procurando facilitar e incrementar o turismo entre os países signatários.

Para ressaltar a relevância do mencionado Convênio, citaremos o primeiro exemplo de transporte de mercadorias já efetuado, após a assinatura em Buenos Aires da citada Ata Final. A fim de atender pedido de urgência de importante firma argentina, a Companhia de Transportes Coral, brasi-

leira, levou 700 toneladas de tijolos refratários, em 14 dias, de Belo Horizonte a Buenos Aires.

ATOS NOTARIAIS

A Divisão Consular remeteu ao Departamento do Interior e Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a fim de serem registradas 262 certidões (nascimentos, casamentos e óbitos) recebidas das Repartições consulares brasileiras.

O Serviço de Reconhecimento de Firmas da Divisão Consular, reconheceu, durante 1965, 23.878 assinaturas de autoridades consulares brasileiras e estrangeiras.

PROTEÇÃO A NACIONAIS NO EXTERIOR

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores atendeu, através da Divisão Consular, a um grande número de pedidos de proteção a brasileiros no exterior.

Na maioria dos casos esta proteção de brasileiros no exterior consiste na repatriação de brasileiros desvalidos.

Durante o ano de 1965 foram repatriados 138 brasileiros. Um critério rigoroso foi adotado pela Divisão Consular com o objetivo de se evitarem despesas em vista de abusos e burlas ao princípio da repatriação.

A Divisão Consular continuou em 1965 com a operação da repatriação de brasileiros que se encontram na União Soviética. Cada pedido foi cuidadosamente estudado pela Divisão Consular sempre em contato com o Serviço de Segurança Nacional.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO

O número de expedientes da Divisão Consular é, sem dúvida, dos maiores da Secretaria de Estado.

Os dados abaixo relacionados testemunham a intensidade e crescimento do trabalho da Divisão Consular durante o ano de 1965:

Telegramas	1.635
Cartas-telegramas	996
Despachos	181
Ofícios	516
Avisos	52
Notas	213
Cartas	332
Circulares	35
Memorandos	215
Cartas-Patentes	59
Exequatur	67
Guia de emolumentos	611
Reconhecimento de firmas	23.878

PASSAPORTES

EMISSÃO E PRORROGAÇÃO DE PASSAPORTES

A atribuição básica da Divisão de Passaportes, seja, emissão e prorrogação de passaportes diplomáticos e especiais é tanto mais intensa quanto maior fôr a participação do Brasil em assembléias, conferências, congressos, comissões e grupos negociadores de caráter econômico, financeiro, comercial, político ou cultural, ou ainda o envio de contingentes militares brasileiros ao exterior. A matéria é regida pelo Decreto nº 3.345, de 30 de novembro de 1938, em combinação com o Decreto nº 21.106, de 10 de maio de 1946, além de instruções internas do Ministério das Relações Exteriores. São, também, expedidas cartas às Missões diplomáticas estrangeiras para os portadores dos mencionados passaportes, a fim de solicitar vistos (diplomáticos, especiais e oficiais).

EMISSÃO E PRORROGAÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE

De acôrdo com o artigo 30, parágrafo 4º do Decreto-lei 7.967, de 18 de setembro de 1945, são expedidas e prorrogadas, pela Divisão de Passaportes, carteiras de identidade especiais para estrangeiros, entrados no Brasil com vistos diplomáticos ou oficiais, que não figurem na Lista diplomática.

CONCESSÃO DE VISTOS

Em estreita colaboração com o Serviço de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores e com o pro-

pósito de exercer severo contrôle sôbre a entrada de alienígenas no Brasil, a Divisão de Passaportes desempenha, nesse particular, a tarefa de establecer ligação com as entidades competentes brasileiras para efeito de concessão ou autorização às Missões diplomáticas brasileiras e Repartições consulares no exterior, de vistos em passaportes estrangeiros, a saber: vistos de trânsito, vistos temporários, vistos temporários-especiais, vistos oficiais e diplomáticos, de acôrdo com o Decreto-lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, Decretos ns. 2.526, de 5 de julho de 1955 e 38.315, de 16 de dezembro de 1955, da Circular nº 4.014 e instruções internas do Ministério das Relações Exteriores.

TRANSFORMAÇÃO DE VISTOS

Além da concessão dos vistos acima citados e mediante a apresentação da documentação exigida por lei, a Divisão de Passaportes ocupa-se da transformação de vistos temporários (7 *a, b, c* e *d*) em temporários especiais (8 *a, b* e *c*).

PRORROGAÇÃO DE VISTOS DE ESTUDANTES-CONVÊNIO

Em colaboração com a Divisão de Cooperação Intelectual a Divisão de Passaportes ocupa-se também de regulamentar a prorrogação de vistos para estudantes-convênio e bolsistas das Escolas Superiores do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO DE PASSAPORTES

A Divisão de Passaportes encarrega-se da encomenda e distribuição de cadernetas de passaportes diplomáticos, especiais, comuns e para estrangeiros, às autoridades expedidoras dos Estados e Distrito Federal, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Além disso registra, para efeitos de contrôle, a concessão e prorrogação de todos os tipos de passaportes outorgados pelas Repartições consulares de car-

reira e pelas Missões diplomáticas encarregadas de serviço consular.

INCINERAÇÃO DE PASSAPORTES E DEVOLUÇÃO DE CARTEIRA MODÊLO 19

São recolhidas, pela Divisão de Passaportes, e devidamente incineradas, tôdas as cadernetas de passaportes obsoletos ou cancelados devolvidas pelas Repartições consulares e Missões diplomáticas brasileiras no exterior. Às autoridades expedidoras dos Estados e Distrito Federal são feitas as comunicações de praxe, no caso de incineração de passaportes comuns ou para estrangeiros.

As Carteiras Modêlo 19 recolhidas pelas Missões diplomáticas encarregadas de Serviço Consular e Repartições Consulares brasileiras no exterior, em caso de perda de permanência definitiva no Brasil, de acôrdo com o artigo 37, do Decreto-lei 7.967, são encaminhadas pela Divisão de Passaportes às respectivas repartições expedidoras, para os devidos fins.

ACÔRDOS SÔBRE VISTOS

Foram assinados, em 1965, acôrdos para supressão de vistos de turistas, para adoção de vistos de múltiplas entradas e trocadas notas para regulamentação de acôrdos já existentes com os seguintes países: Estados Unidos da América, Espanha, Equador e o Paraguai, elevando para 39 o número de países com os quais o Brasil mantém acôrdos ou concede facilidades especiais para dispensa de vistos.

Nesse período, foram iniciadas negociações com a Coréia, Irlanda e Índia visando a conclusão de acôrdos que facilitem a locomoção de portadores de passaportes diplomáticos e especiais. O acôrdo para concessão de vistos para múltiplas entradas com a República da Coréia já se encontra em sua fase final. Foram, também, iniciadas negociações com a

Bolívia, Grã-Bretanha, Suécia e Estados Unidos da América, no sentido de celebrar novos acôrdos, mais amplos e precisos, que viriam substituir os já existentes, ou, com o mesmo propósito, revisar os atualmente em vigor.

CIRCULARES

Foram expedidas, durante o ano em pauta, numerosas circulares sôbre expulsão de estrangeiros, denegação de vistos, cassação de permanência definitiva no Brasil, cancelamento e extravio de passaportes brasileiros e acôrdos sôbre vistos.

DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO

REUNIÕES INTERNACIONAIS

1. *Comitê Executivo do Programa do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados*

XIII Sessão:

À XIII Sessão, realizada em Genebra, em maio, o Brasil compareceu com a seguinte Delegação:

Chefe — Embaixador Antônio Corrêa do Lago;
Subchefe — Ministro João Navarro da Costa;
Delegado — Secretário Rodolpho Godoy de Souza Dantas;
Assessôres — Secretário Renato Madasi;
— Secretário Tarcisio Marciano da Rocha;
— Secretário Celso de Almeida Miguel Relvas.

O Alto Comissário, em seu pronunciamento, teve a oportunidade de aludir aos refugiados russos brancos "Velhos Crentes» ao incremento do número de pessoas deslocadas por acontecimentos recentes na África, e à necessidade de contribuições suplementares para fazer face à amplitude de certos problemas.

A Delegação brasileira não se manifestou, no tocante à América Latina, durante a apreciação das operações correntes do organismo, em 1964, de vez que a parte principal se referia a elementos provenientes de Cuba. Cabe notar que

o documento relativo às operações correntes em 1964, faz menção à assistência prestada a 86 refugiados idosos em São Paulo.

No que diz respeito à recolocação de refugiados, a Delegação brasileira, a propósito de se assinalar, nos documentos a serem aprovados, a iminência do embarque para o Brasil de 35 «Velhos Crentes» de Hong-Kong, esclareceu que a matéria não fôra ainda aprovada pelas Autoridades brasileiras, e que o Govêrno se preocupava sobretudo com que estivessem asseguradas tôdas as condições de êxito a um eventual estabelecimento de refugiados no setor agrícola do Brasil.

XIV Sessão:

À XIV Sessão, que teve lugar também em Genebra, em outubro, foi a seguinte a Delegação do Brasil:

Chefe — Embaixador Antônio Corrêa do Lago;

Delegados — Conselheiro Antônio Carlos de Abreu e Silva e Secretário Rodolpho Godoy de Souza Dantas;

Assessor — Secretário Tarcísio Marciano da Rocha.

A Delegação brasileira pautou-se pela estrita observância da definição convencional de refugiados, que não compreende os chamados "refugiados novos». No entanto, salientou os esforços do Govêrno em acolher, com a colaboração do CIME, êsse tipo de deslocados em centros de formação profissional. Igualmente, atendendo aos insistentes apelos do Alto Comissário, a Delegação anunciou a decisão do Govêrno brasileiro de acolher em território nacional quarenta e um russos brancos "Velhos Crentes», mediante compromisso da Administração do Organismo de não mais apresentar quaisquer solicitações nêsse sentido.

2. *Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias*

XXIII Sessão do Conselho, XXV Sessão do Comitê Executivo e XI Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças:

O Brasil compareceu, na qualidade de membro, à XI Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças e à XXIII Sessão do Conselho e, na qualidade de observador, à XXV Sessão do Comitê Executivo do CIME, realizadas de 27 de abril a 7 de maio, em Genebra.

Foi a seguinte a constituição da Delegação brasileira àquelas reuniões:

Chefe — Embaixador Antônio Corrêa do Lago;

Subchefe — Ministro João Navarro da Costa;

Delegado — Secretário Rodolpho Godoy de Souza Dantas;

Assessôres — Secretário Renato Madasi;
Secretário Tarcísio Marciano da Rocha;
Secretário Celso de Almeida Miguel Relvas.

O relatório se refere à Sessão do Conselho, ao qual foram submetidas as matérias tratadas no Subcomitê de Orçamento e Finanças e no Comitê Executivo.

O assunto referente ao projeto de Várzea da Palma, mencionado no Relatório da XXII Sessão do Conselho, não foi objeto de intervenção por parte de nenhuma Delegação.

No curso dos debates sôbre o programa imigratório para a América Latina, a Delegação brasileira declarou ser êsse programa de especial interêsse para o desenvolvimento da região, reconhecendo-lhe uma grande importância e dis-

pondo-se a colaborar ao máximo dentro de suas possibilidades.

Ao apresentar, em plenário, o texto elaborado pelo grupo dos países latino-americanos para o projeto de Resolução sôbre a matéria, o Delegado brasileiro, depois de congratular-se com a Administração pelo trabalho que vem realizando e pela iniciativa do programa em tela, teceu considerações a respeito dos objetivos do Brasil no CIME e justificou os diversos pontos levantados pelos países latino-americanos no texto do projeto, o qual, com ligeiras alterações subseqüentes, de cunho formal, foi aprovado na íntegra.

A Resolução previa a reunião dos países-membros latino-americanos a se realizar em agôsto, e a dos europeus, a ter lugar posteriormente, cujos resultados seriam objeto de Relatório do Diretor a ser apresentado ao Conselho, por intermédio do Subcomitê de Orçamento e Finanças e do Comitê Executivo.

No tocante ao transporte de imigrantes, tendo sido suspensa a utilização de companhia brasileira de navegação aérea para o mesmo, não teve a Delegação do Brasil propostas concretas a apresentar.

O projeto brasileiro-holandês de criação de um centro de treinamento para pecuaristas e laticinistas no Estado do Paraná foi formalmente adotado pelo Conselho ao aprovar o Orçamento Revisado para 1965, em que o mesmo era apresentado.

Grupo de Trabalho dos Países Latino-Americanos:

O Grupo de Trabalho dos Países Latino-Americanos membros do CIME reuniu-se em Montevidéu, em agôsto, para, em conformidade com a Resolução 347, adotada na XXIII Sessão do Conselho, definir as necessidades das nações imigrantistas do continente com vistas à elaboração de

um Programa consistente de Migração Seletiva para a América Latina.

Representaram o Brasil: o Ministro Jorge d'Escragnolle Taunay, o Conselheiro Antônio Carlos de Abreu e Silva e o Secretário Celso de Almeida Miguel Relvas.

Tomaram parte nos trabalhos, além da brasileira, representações da Bolívia, Chile, Costa Rica, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Deixaram de enviar representantes a Argentina e a Colômbia.

Na proposição da agenda, expressou a representação do Brasil a esperança de que o Programa de Migração Seletiva venha a contribuir eficazmente para ampliar os horizontes das atividades imigrantistas na América Latina.

Na discussão sôbre verificação das necessidades de mão-de-obra altamente qualificada na América Latina, os representantes brasileiros insistiram em que, tendo em vista as dificuldades que encontraria uma imigração altamente qualificada, a preferência deveria ser dada a um programa que se traduzisse em um afluxo, em grande número e com o intuito de radicação definitiva, de técnicos e operários qualificados e semiqualificados.

Registraram-se igualmente debates em tôrno do processamento do programa imigratório, fazendo ver os representantes do Brasil que, ao invés de prévia, a colocação deveria ser processada já com o imigrante em território nacional, ponto-de-vista divergente da posição da Administração do CIME.

A propósito da adaptação da máquina administrativa e operacional para o Programa de Migração Seletiva, constatou a delegação brasileira que as intenções da Administração a respeito eram de molde a elevar substancialmente o nível da despesas do Comitê, e que, nessas condições, a matéria deveria ser tratada, com mais profundidade, na XII Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças.

Sôbre o item «Incentivos para a Migração Seletiva», concordou o grupo de trabalho em manifestar a conveniência de que fôssem êles objeto de estudo acurado por parte dos diversos Governos, a fim de se determinar quais poderiam ser aditados ou estendidos e quais não deveriam ser admitidos.

Em sondagens informais verificaram os representantes do Brasil a falta de clareza de idéias da Administração a respeito da natureza do chamado «Fundo de Ajuste», que pode ser traduzido como uma espécie de fundo de suplementação aos imigrantes altamente qualificados, e do seu funcionamento; a possibilidade de uma tendência hipertrófica do referido Fundo, colocando os projetos do CIME na América Latina na dependência de fundos especiais e específicos.

Entretanto, em virtude da falta de instruções da grande maioria dos representantes, a questão do «Fundo de Ajuste» ficou para ser tratada durante a XXVI Reunião do Conselho, ocasião em que já se conheceria o pensamento dos países europeus a respeito.

Grupo de Trabalho dos países europeus:

No grupo de trabalho dos países europeus, previsto pela Resolução 347 e cuja reunião se efetuou em Madrid, em outubro de 1965, o Brasil se fêz representar pelo Secretário Carlos Alberto Pereira Pinto, na qualidade de «observador».

Caracterizou-se o conclave pela atitude generalizada dos países europeus de expectativa em relação ao Programa de Migração Seletiva para a América Latina, entremeada de declarações de «compreensão» para com o mesmo.

Na discussão do item «Formas de cooperação dos Governos europeus» os representantes daqueles Governos manifestaram sua boa vontade, tendo o observador do Chile, no que foi apoiado pelos representantes da Colômbia, Bolívia e Brasil, agradecido a compreensão pelo Programa de Migra-

ção Seletiva e sugerido que a mesma se traduzisse em realizações concretas.

No exame do fundo de ajuste o Delegado da Espanha sugeriu a concessão de empréstimos às famílias dos imigrantes, na moeda do país de emigração, para que os imigrantes sejam atraídos por condições de vida superiores às que desfrutam no país de origem.

Ao encerrar-se a reunião, o observador dos Estados Unidos da América manifestou, em têrmos firmes e convincentes, o interêsse de seu govêrno na execução do programa de migração seletiva para a América Latina.

XII Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças:

De 30 de agôsto a 3 de setembro de 1965, realizou-se em Washington a primeira parte da XII Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças do CIME, na qual o Govêrno Brasileiro se fêz representar pelo Secretário Tarcísio Marciano da Rocha. Na ocasião, o Delegado brasileiro, de acôrdo com as instruções, providenciou a inclusão no Orçamento e Plano de Operações para 1966 a serem submetidos ao Conselho do CIME em novembro, da dotação necessária à criação de um Centro de Treinamento e Adaptação Profissional em Blumenau, Estado de Santa Catarina.

XXIV Sessão do Conselho, XXVI Sessão do Comitê Executivo e XII Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças:

O Brasil compareceu na qualidade de membro, à XII Sessão do Subcomitê de Orçamento e Finanças (parte final) e à XXIV Sessão do Conselho e, na qualidade de observador, à XXVI Sessão do Comitê Executivo, realizadas em Genebra, de 22 de novembro a 3 de dezembro.

Foi a seguinte a Delegação do Brasil:

Chefe — Ministro João Navarro da Costa;
Delegado — Conselheiro Braulino Botelho Barbosa;
Assessôres — Secretário Tarcísio Marciano da Rocha e Secretário Celso de Almeida Miguel Relvas.

Foram aprovados a admissão do Banco Interamericano do Desenvolvimento como observador e o relatório da XXIII Sessão.

Sôbre o item «Migrações» é de ressaltar-se o aumento considerável, observado recentemente, do número de refugiados na Itália e na Áustria, com o conseqüente saturamento dos campos de trânsito.

No que diz respeito ao Programa para a América Latina, tema encaminhado ao Conselho sem que se tivesse chegado, no Comitê Executivo, a conclusões positivas, destacaram-se os pronunciamentos marcados pelo vigor, embora comprometidos por uma certa prolixidade, dos representantes latino-americanos.

Sôbre a matéria, a Espanha reiterou seu apoio ao Programa, voltando a insistir em condições especiaiss em têrmos de favores cambiais, por exemplo. A França levantou, um tanto sub-repticiamente, a questão da constitucionalidade do Programa, e expressou a preocupação de que as alterações no aparelho administrativo e operacional se fizessem em detrimento de sua aplicação às atividades tradicionais do CIME.

Ao responder à Delegação da República Federal da Alemanha, que retomou o problema da constitucionalidade, a Venezuela admitiu a não-constitucionalidade do Programa, estabelecendo a opção de se alterar a constituição ou de se buscar, fora do CIME, a organização adequada.

A Austrália, manifestando sua simpatia, esclareceu que, tendo sua atividade desenvolvimentista voltada para as re-

giões subjacentes, não poderia ampliar sua contribuição com vistas ao Programa.

A Delegação dos Estados Unidos da América chamou a atenção para os problemas financeiros decorrentes da necessidade do levantamento de US$ 1.000.000,00 adicionais.

Não obstante a atmosfera um tanto negativa dos trabalhos, aprovaram-se duas Resoluções. Uma, consubstanciando um compromisso, e a outra, em conexão com a primeira, sôbre o Fundo de Compensação para a Migração Seletiva, colocando ao vêr da Administração e das Delegações interessadas em marcha o Programa, com perspectivas de vir concretizar-se de forma efetiva.

A Colômbia manifestou-se no sentido de que a votação das citadas Resoluções redundava numa afirmação da constitucionalidade da ação do CIME em prol do desenvolvimento da América Latina.

Na Resolução sôbre o Orçamento, autorizou-se o Diretor a fazer as reduções ou ajustamentos necessários nas Seções II e III, a fim de se possibilitar de uma parte, a inclusão, na Seção II, de projetos como o do CTAP de Blumenau, e, de outra parte, a contratação de pessoal técnico especificado na Seção III, respeitados os tetos estabelecidos para essas Seções.

Na discussão do Plano de Operações e do Orçamento para 1966, o Diretor, com respeito à Seção II dêste último, declarou que grande parte do *deficit* nêle observado se localiza nos movimentos para a América Latina e que, se os Govêrnos interessados não providenciarem sua cobertura, a Administração teria que tomar as medidas que se fizessem necessárias, palavras essas cujo alcance não foi bem compreendido pelas Delegações latino-americanas.

A Delegação do Brasil preferiu não trazer de volta explìcitamente ao Conselho o projeto do CTAP de Blumenau, o qual, na reunião do Comitê Executivo, havia sido objeto de

medidas dilatórias, que recomendavam sua apresentação, por falta de financiamento, na próxima Sessão.

Com relação ao Orçamento administrativo, propôs a Delegação dos Estados Unidos da América que o mesmo fôsse analisado por um grupo especial, a fim de que os Governos-membros interessados dêle tivessem conhecimento em pormenor.

Quanto à fusão do Departamento de Transporte com o de Migrações, objetada por diversos países, decidiu-se que a Administração, juntamente com um grupo de trabalho *ad hoc*, deveria examinar a matéria e propor medidas adequadas na próxima Sessão do Conselho.

Na eleição do Comitê Executivo e do Subcomitê de Orçamento e Finanças para 1966, verificou-se a recondução do Brasil para o segundo, ficando o primeiro sob a presidência do Chile.

PROJETOS DO CIME NO BRASIL

A cooperação entre o Govêrno brasileiro e o CIME desenvolveu-se ativamente em 1965, concretizada em diversos empreendimentos e projetos, dos quais vale destacar:

Centro de Treinamento e Adaptação Profissional Flausino Mendes, em Ponta Grossa (Paraná);

Centro de Treinamento e Adaptação Profissional Ministro Milton Faria (Guanabara);

Reforma da Hospedaria de Imigrantes de Curitiba (Paraná);

Reforma do Pavilhão de Estrangeiros da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo;

Projeto de colonização de Várzea da Palma (Minas Gerais);

Centro de Treinamento e Adaptação Profissionais de Blumenau (Santa Catarina);

Centro de Formação de Líderes Rurais em Holambra (São Paulo);

Projeto brasilo-holandês para a criação de um Centro de Treinamento de Pecuaristas no Estado do Paraná.

CTAP de Ponta Grossa

Com o objetivo essencial de incrementar o suprimento de mão-de-obra qualificada para a indústria, criando, paralelamente, maiores oportunidades de treinamento profissional, em cursos noturnos, para operários já empregados, o CTAP de Ponta Grossa, inaugurado em março, funciona com cursos de tornearia e de ajustagem, com 10 e 12 postos, respectivamente, podendo formar 54 alunos por ano, dos quais 15 a 20 brasileiros, a quem é dada formação profissional de base, reservando-se os demais postos para aperfeiçoamento de imigrantes que já possuem essa formação. Além disso, aprendem também os estrangeiros o idioma nacional.

Funcionando na Escola do SENAI em Ponta Grossa, Estado do Paraná, o Centro representa um investimento de US$ 35.000,00 (trinta e cinco mil dólares americanos), custeado, em partes iguais, pelo CIME e pelo Govêrno brasileiro, que contribuem, outrossim, à manutenção do mesmo.

Decorridos cinco anos, durante os quais o Centro poderá ser ampliado com assistência técnica e participação financeira do CIME, tôdas as instalações reverterão ao SENAI, passando a dedicar-se à formação exclusiva de operários brasileiros.

CTAP Ministro Milton Faria

Com objetivo e funcionamento análogos aos do Centro de Ponta Grossa, êste CTAP, que funciona na Escola Euvaldo Lodi, do SENAI da Guanabara, se caracteriza pelo fato de receber também elementos apátridas e sem nenhuma formação profissional.

Suas instalações compreendem uma hospedaria capaz de abrigar, de cada vez, 124 imigrantes.

O Centro pode formar anualmente, 328 imigrantes (240 torneiros, 72 ajustadores e 16 fresadores) e, em cursos noturnos, 170 operários brasileiros.

Inaugurado em julho, o Centro Ministro Milton Faria representa um investimento de US$282.900,00, cobertos, em partes iguais, pelo CIME e pelo Govêrno brasileiro, que para tanto retirou recursos da própria dotação orçamentária para auxílios ao CIME. O funcionamento do Centro é custeado pelo CIME e pelo Govêrno brasileiro, êste num limite *per capita* de US$250,00 para os cursos menores e de US$350,00 para os de maior duração. Ao SENAI incumbirá a adminsitração das oficinas e do edifício residencial, inclusive hospedagem e alimentação dos alunos.

Como o de Ponta Grossa, êste Centro, decorridos cinco anos, se dedicará à formação exclusiva de brasileiros. A maquinaria já é de propriedade do SENAI desde sua aquisição.

Reforma da Hospedaria de Curitiba

Tendo o seu início adiado sucessivamente, devido a ocupação da Hospedaria, durante algum tempo, pela Escola Nacional de Florestas, as obras de reforma começaram em fins de 1965, devendo estar concluídas em seis meses.

Os trabalhos nos edifícios e o reequipamento constituem uma despesa de cêrca de US$20.000,00, dos quais o CIME contribuirá com US$10.000,00, devendo o Govêrno brasileiro concorrer com o restante.

Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Terminadas as obras de reforma, foi inaugurado, em dezembro, o Pavilhão de Estrangeiros da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. O CIME contribuiu com US$15.000,00 para a reforma, e dispenderá, anualmente, US$10.000,00 na manutenção da Hospedaria.

Projeto de Várzea da Palma

Na Sessão de novembro de 1964, o Conselho do CIME aprovou Resolução autorizando a inclusão, no Orçamento para 1965, da elaboração do projeto técnico completo de colonização Agrícola de Várzea da Palma, consubstanciando a idéia, de 1961, de implantar uma colônia agrícola de alto nível técnico no médio vale de São Francisco, no Estado de Minas Gerais.

Orçados em US$ 80.000,00, os custos de preparação do projeto estão sendo integralmente cobertos pelo Govêrno dos Estados Unidos da América. Para estudar *in loco* a região e definir a área a ser colonizada, estiveram no Brasil, em maio, técnicos da entidade americana International Development Services, chefiados pelo Senhor John Lee, presidente da organização.

CTAP de Blumenau

Submetido à XXIV Sessão do Conselho do CIME, aquêle órgão tornou possível, pela Resolução nº 357, a execução, ainda, em 1966 do projeto de um Centro de formação profissional em Blumenau (Santa Catarina).

Previsto para duas etapas, o nôvo Centro se distinguirá dos congêneres pelos cursos de eletricista que manterá. A capacidade final será de 40 alunos (21 imigrantes), com 12 postos para eletricistas, 12 para ajustadores, 8 para torneiros, 4 para fresadores e 4 para maquinistas-ajustadores. Na primeira etapa, poderão formar-se 26 aprendizes (13 imigrantes), em cursos de oito meses.

O custo estimativo para essa fase inicial é de .... US$49.300,00, e o da segunda de US$50.200,00. Concomitantemente à implementação desta última etapa será construída uma hospedaria, orçada em US$25.000,00. Essas importâncias serão cobertas, em partes iguais, pelo Govêrno brasileiro e pelo CIME, que, da mesma forma, financiarão o

funcionamento do CTAP, contribuindo com US$75,00 mensais *per capita*.

A implementação do projeto pende ainda da existência de recursos. Não obstante, seu início ainda em 1966 é provável, uma vez que a Administração do CIME está autorizada a promover os ajustamentos e reduções necessários na Seção II do Orçamento do Organismo de molde a possibilitar a inclusão do projeto.

Centro de Treinamento de Líderes Rurais

Em 1965, duas novas turmas se formaram no Centro de Treinamento de Líderes Rurais de Holambra, Estado de São Paulo, estabelecimento criado por acôrdo entre o Govêrno brasileiro, o Govêrno holandês e o CIME.

Centro de Treinamento para Pecuaristas no Estado do Paraná

Na XXIII Sessão do Conselho do CIME foi adotado o projeto de criação de um centro de treinamento para laticinistas e pecuaristas no Estado do Paraná, apresentado pela Delegação dos Países Baixos, e apoiado pelo Govêrno brasileiro, que assentiu em custear metade das despesas.

Em fins de 1965 o projeto entrou em fase de implementação, tendo sido delimitada a área para implantar-se o Centro e designado um Administrador provisório.

SERVIÇOS DE SELEÇÃO DE IMIGRANTES NA EUROPA E NO EXTREMO-ORIENTE

Em cumprimento ao disposto no Decreto nº 53.611/64, que define os Serviços de Seleção de Imigrantes na Europa e no Extremo-Oriente como partes autônomas, respectiva-

mente, da Delegação do Brasil em Genebra e da Embaixada em Tóquio, chefiadas por diplomatas de carreira, os referidos Serviços se instalaram, em 1965, em sedes próprias, adquirindo condições de melhor funcionamento.

O Serviço de Seleção na Europa, chefiado pelo Secretário Tarcísio Marciano da Rocha, tem a seu cargo a supervisão de tôda a imigração dirigida proveniente da Europa, dentro dos diversos programas imigratórios vigentes. Com o fim de incentivar a imigração, inclusive a espontânea, o Serviço procedeu, em 1965, à reedição do folheto «Brésil» que se destina a ser distribuído no exterior pelas Missões diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras.

Desenvolveu atividades análogas, por seu turno, na seleção de imigrantes japonêses e coreanos, o Serviço no Extremo-Oriente, cujas atividades se iniciaram em 1965, tendo sido designado Chefe o Secretário Mário Cesar de Moraes Pitão.

ACÔRDOS DE MIGRAÇÃO

Brasil-Japão

Em julho foi designada a Delegação para constituir a Seção brasileira da Comissão prevista pelo Acôrdo de Migração e Colonização Brasil-Japão:

Chefe — Ministro Milton Faria.

Delegados — Conselheiro Antônio Carlos de Abreu e Silva e Engenheiro-Agrônomo Fernando Antônio Genschow (do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário).

Posteriormente, com sua substituição pelo Ministro João Navarro da Costa à frente do Departamento Consular e de Imigração, o Ministro Milton Faria foi dispensado.

Em outubro reuniu-se a Comissão, presentes a Seção brasileira e a japonêsa, cuja composição era a seguinte:

Chefe — Conselheiro Nobuyasu Nishiniya.

Delegados — Senhor Schichizo Tzuruga (Cônsul-geral em São Paulo) e Senhor Yukichi Suzuki (representante da «Jamic» — Imigração e Colonização Ltda. e «Ljyushinko» — Crédito e Financiamento S. A.).

A par de propor medidas com vistas a disciplinar e incentivar a imigração japonêsa, a Comissão Mista colocou a questão da participação, naquela imigração, dos órgãos brasileiros competentes, o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

Brasil-Itália

Em 26 de fevereiro realizou-se, no Palácio Itamaraty, a troca dos instrumentos de ratificação do Acôrdo de Migração Brasil-Itália, assinado em Roma, em 9 de setembro de 1960. Na ocasião, o Senhor Ministro de Estado enalteceu o papel da imigração italiana na formação do Brasil e expressou a esperança de que a aplicação do Acôrdo venha a preservar ao máximo a colaboração do operário e do técnico italiano no progresso do país.

Foi designada a seguinte Delegação para constituir a Seção brasileira da Comissão Mista criada pelo artigo 45 do Acôrdo:

Chefe — Ministro Milton Faria.

Delegados — Conselheiro Antônio Carlos de Abreu e Silva e Engenheiro-Agrônomo Levon Debelian (do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário).

Em 27 de agôsto, com a presença do Senhor Eugenio Prato, Embaixador da Itália no Brasil, foi instalada a Comissão Mista, composta da referida Seção brasileira e da Seção italiana, assim constituída:

Chefe — Conselheiro Sérgio Kociancich.

Delegados — Conselheiro Vittorio Bonomi e Conselheiro Giuseppe Jacoangeli.

Usaram da palavra, na ocasião, o Embaixador Eugenio Prato e o Ministro Milton Faria, o qual propôs que a Ata daquela Sessão constituisse o primeiro ponto de trabalho para as próximas reuniões.

Posteriormente, com a substituição do Ministro Milton Faria pelo Ministro João Navarro da Costa à frente do Departamento Consular e de Imigração, foi providenciada a dispensa do primeiro e a designação dêste último para a Chefia da Delegação brasileira.

COLONIZAÇÃO

No terreno da imigração de agricultores, o ano de 1965 marcou o início de um entendimento profícuo entre o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e o Ministério das Relações Exteriores, com vistas a atender, por um lado, as reais possibilidades de sucessos dos núcleos coloniais e, por outro, a rigorosa aptidão dos elementos selecionados.

Essa conjugação de esforços se efetuou principalmente com relação aos agricultores provenientes do Extremo-Oriente.

Assim é que, mediante autorização do INDA, baseada no exame da capacidade dos diversos empreendimenots agrícolas a que se destinaram, o Itamaraty promoveu, através do Serviço competente no Extremo-Oriente, a seleção de 54 famílias coreanas, compreendendo 311 pessoas, destinadas à «Invernada Tarumã», no Estado do Paraná, de propriedade da «Emprêsa Colonizadora Santa Maria».

A seleção japonêsa de agricultores, suspensa em setembro, foi reiniciada em dezembro nos moldes da cooperação estabelecida entre o Itamaraty e o INDA, examinando êste último os diversos projetos, e comunicando ao Itamaraty as relações de candidatos a serem submetidos à seleção.

VISTOS PERMANENTES CONCEDIDOS

A Divisão de Imigração iniciou, em 1965, o levantamento estatístico dos vistos permanentes concedidos pelas Missões diplomáticas e Repartições consulares brasileiras.

Os dados computados compreendem os meses de janeiro a outubro, inclusive. Acusam um total de 7.285 vistos concedidos, dos quais 6.812 a imigrantes espontâneos (vistos permanentes) e 473 a imigrantes dirigidos (vistos permanentes-especiais).

O contingente mais volumoso proveio de Portugal, onde foram concedidos 2.458 vistos permanentes seguido pelo Japão (604 permanentes e 149 permanentes-especiais), Estados Unidos da América, (644 permanentes) e Itália (415 e 114).

Por categorias, concederam-se vistos permanentes a 29 agricultores, 148 gerentes e funcionários de emprêsas, 420 operários, 238 técnicos, 289 portadores de diploma de curso superior, 485 religiosos, 108 possuidores de recursos financeiros, 4.973 familiares de residentes no Brasil e 122 não incluídos nos itens anteriores. Receberam vistos permanentes-especiais 127 agricultores, 86 operários, 43 técnicos, 16 portadores de diploma de curso superior, 57 religiosos e 105 familiares de imigrantes dirigidos, além de 39 que vieram cursar o CTAP Ministro Milton Faria.

ASSUNTOS JURÍDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

DIVISÃO JURÍDICA

ASSUNTOS JURÍDICOS

No desempenho de suas atribuições continuou o Departamento de Assuntos Jurídicos a exercer as funções de caráter consultivo, deliberativo ou executivo que se enquadram dentro de suas atividades normais.

Entre as primeiras figuram os pareceres solicitados pelo Ministério e demais órgãos da Administração pública. Tais pareceres por versarem aspectos jurídicos de matéria política, econômica, consular e administrativa, constituem valioso acervo para estabelecer a unidade de critério adotado no exame dos assuntos que lhe são submetidos.

Para isso, o Departamento de Assuntos Jurídicos deu início à organização de um *Índice Remissivo de Pareceres* em que estão relacionados por títulos e subtítulos tôdas as informações e despachos que versem matéria jurídica e que tenham sido emitidos pelos órgãos ou Divisões que o integram. Dêsse modo, dentro de pouco tempo, poder-se-á dispor de um correto sistema de referência que permitirá a consulta rápida dos antecedentes de todos os assuntos sôbre os quais já se tenha manifestado o Departamento.

Além das consultas no âmbito interno do Ministério como seu órgão de assessoria jurídica, o Departamento de Assuntos Jurídicos desenvolveu estreita colaboração com o Ministério da Justiça e com o Poder Judiciário. Essa colaboração foi sumamente útil no tratamento de assuntos que, por sua natureza interna ou internacional, exigiram a apreciação do Executivo, quando solicitado pelos demais Podêres, para o esclarecimento de questões relacionadas com tratados ou convenções de que o Brasil faz parte.

Não foi menor a colaboração do Departmento de Assuntos Jurídicos com as Representações estrangeiras e Organismos Internacionais, sempre que por êles consultado, sôbre a legislação brasileira, as normas de processo e a prática internacional seguidos pelo Brasil e dando-lhes por outro lado a necessária assistência para que, em suas relações com as autoridades locais, lhes fôsse garantido o tratamento a que fazem jus, de acôrdo com a Convenção de Viena, de abril de 1961.

O Departamento de Assuntos Jurídicos manteve estreito contato com as Autoridades militares e judiciárias durante o processo relativo aos chineses detidos por espionagem e subversão (Cf. relatório DAJ-1964), à vinda ao Brasil de suas espôsas e finalmente à condenação e expulsão daqueles alienígenas.

Ocorreram durante o ano trinta casos de concessão de asilo diplomático a brasileiros e um a cidadão espanhol. O Departamento de Assuntos Jurídicos, tal como em 1964, interveio junto às autoridades competentes para a pronta tramitação e expedição dos salvo-condutos, a fim de que os interessados pudessem deixar o país.

ASILADOS DIPLOMÁTICOS EM 1965, POR PAÍSES

	Nº Salvo-Conduto	Data da Partida
Argélia		
Miguel Arrais de Alencar	18/65	16. 6.65
Bolívia		
Herbert Georg	1/65	14. 1.65
Francisco José Pereira	2/65	14. 1.65
Marcos Magalhães Rubinger	3/65	14. 1.65
Maria da Conceição Marques Rubinger	4/65	14. 1.65
José Manuel Gonçalves Rosa	13/65	7. 4.65
Roque Santos de Carvalho	14/65	7. 4.65

Chile

Evelyn Pape Singer	6/65	17. 1.65
João Batista Zacariotti	7/65	21. 2.65
Hugo Alexandre Alves da Costa	8/65	21. 2.65
Liana Maria Lafaiette Aureliano da Silva	9/65	21. 2.65
Eva Laci Camargo Martins	21/65	25. 8.65
Clodomir Santos de Morais	22/65	25. 8.65

México

Maria Ceailes Barreto Novais	10/65	14. 3.65
Ruy Mauro de Araújo Marini	11/65	14. 3.65
José Mendes de Sá Roriz	15/65	30. 5.65
José Jesus Cremonesi	16/65	30. 5.65
Luiz Carlos dos Prazeres	24/65	11.11.65
Francisco Julião Arruda de Paula ..	25/65	30.12.65
Francisco Lage Pessoa	26/65	30.12.65
João Barbosa do Nascimento	27/65	30.12.65
Cláudio Augusto Colombani	28/65	30.12.65
Antônio Quioñes Peiri	29/65	30.12.65
Sinval de Oliveira Bambirra	30/65	30.12.65
Mauro Ribeiro Alves	—	—

Peru

Júlio Ximenes Júnior	5/65	17. 1.65

Uruguai

Delso Plácido Teixeira	12/65	20. 3.65
Zenildo Rebouças Barreto	17/65	15. 6.65
Djalma Maranhão	19/65	18. 7.65
Amarantho Jorge Rodrigues Moreira...	20/65	18. 7.65
Cândido da Costa Aragão	23/65	11.11.65
Balthazar Ferreira de Andrade	31/65	—

PEDIDOS DE PARECERES

1. Secretaria Geral	2
2. Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Americanos	2
3. Secretaria Geral Adjunta para Assuntos Econômicos	1
4. Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia	1
5. Secretaria Geral Adjunta para Organismos Internacionais ..	2
6. Cerimonial	6

7.	Comissão Nacional de Assistência Técnica	2
8.	Departamento Consular e de Imigração	7
9.	Divisão Jurídica	29
10.	Divisão de Atos Internacionais	16
11.	Divisão de Cooperação Econômica e Técnica	12
12.	Divisão da América Setentrional	1
13.	Divisão da América Meridional	9
14.	Divisão da Europa Ocidental	3
15.	Divisão de Conferências, Organismos e Assuntos Gerais	10
16.	Divisão da Organização dos Estados Americanos	3
17.	Divisão de Política Comercial	2
18.	Divisão de Cooperação Intelectual	1
19.	Divisão de Propaganda e Expansão Comercial	2
20.	COLESTE	1
21.	Divisão de Transportes e Comunicações	2
22.	CORBE	1
23.	Divisão do Pessoal	9
24.	Divisão do Material	2
25.	Serviço de Conservação e Patrimônio	3
	Total	129

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

1.	Missões diplomáticas	93
2.	Ministérios Militares (Auditorias, inquéritos militares)	8
3.	Ministérios Civis (Agricultura, Educação e Cultura, Planejamento e Coordenação)	3
4.	Ministério da Justiça	12
5.	Alfândega	1
6.	Cruz Vermelha	1
7.	Conselho	1
8.	Lloyd Brasileiro	1
9.	Ordem dos Advogados	1
10.	Procuradoria Geral da República	1
11.	Senado Federal	1
12.	Segurança Pública do Estado da Guanabara	7
13.	Segurança Pública do Estado de São Paulo	1
14.	7ª Junta de Conciliação e Julgamento do Estado da Guanabara	2
15.	Escritório Regional da Organização Pan-Americana da Saúde	2
	Total	135

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

Com o crescente interêsse do Itamaraty na realização de novos contatos internacionais, especialmente no campo das relações comerciais, culturais, de assistência social e técnico-científicas, tramitaram pela Divisão de Atos Internacionais no decorrer de 1965, 31 atos, dos quais 16 foram encaminhados ao Congresso Nacional.

Devido ao regime de urgência com que foram apreciados os atos internacionais, em ambas as Casas do Poder Legislativo, ficou quase que completamente atualizada a aprovação dos diversos Acôrdos, Convênios e Convenções, submetidos ao Congresso Nacional o que permitiu a entrada em vigor de quase todos os atos firmados até 1965.

Em anexo segue a relação dos atos aprovados pelo Legislativo, a dos promulgados, assim como dos que foram encaminhados ao Congresso Nacional e dos firmados no ano de 1965.

ATOS INTERNACIONAIS APROVADOS EM 1965

Convenções da O.I.T. nº 21, 22, 91, 93, 94, 97, 102, 103, 104, 105, 106 e 107.

Decreto Legislativo nº 20, de 30 de abril de 1965.

Acôrdo de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica assinado com a EURATOM de 9 de junho de 1961.

Decreto Legislativo nº 42, de 21 de maio de 1965.

Acôrdo sôbre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica adotado a 1º de julho de 1959.

Decreto Legislativo nº 56, de 24 de junho de 1956.

Convenção sôbre a Escravatura de 1926, emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção suplementar sôbre abolição da escravatura, do tráfico de escravos e das instituições e práticas análogas à escravatura de 1956.

Decreto Legislativo nº 66, de 14 de julho de 1965.

Acôrdo de Garantia de Investimentos com os Estados Unidos de 6 de fevereiro de 1965.

Decreto Legislativo nº 69, de 15 de julho de 1965.

Acôrdo Cultural com o Senegal de 23 de setembro de 1964.

Decreto Legislativo nº 71, de 16 de julho de 1965.

Convenção da O.I.T. nº 109 sôbre salários, duração de trabalhos a bordo e efetivos de 14 de maio de 1958.

Decreto Legislativo nº 70, de 16 de julho de 1965.

Acôrdo Comercial com o Senegal de 23 de setembro de 1964.

Decreto Legislativo nº 75, de 5 de agôsto de 1965.

Acôrdo para o estabelecimento de uma missão militar norte-americana no Brasil de 29 de julho de 1948.

Decreto Legislativo nº 76, de 12 de agôsto de 1965.

Protocolo adicional ao Tratado de 1938 sôbre Ligação ferroviária com a Bolívia de 23 de julho de 1964.

Decreto Legislativo nº 79, de 20 de agôsto de 1965.

Acôrdo Internacional do Cacau de 14 de setembro de 1964.

Decreto Legislativo nº 82, de 26 de agôsto de 1965.

Protocolo de emenda ao parágrafo (a) do artigo 50 da Convenção sôbre Aviação Civil Internacional de 21 de junho de 1961.

Decreto Legislativo nº 80, de 26 de agôsto de 1965.

Convênio de Cooperação Social com a Espanha de 11 de agôsto de 1964.

Decreto Legislativo nº 83 de 31 de agôsto de 1965.

Convenção de Guadalajara sôbre transporte aéreo de 18 de setembro de 1961.

Decreto Legislativo nº 85, de 13 de setembro de 1965.

Acôrdo sôbre Transportes Aéreos com a Argentina de 1948.

Decreto Legislativo nº 96, de 3 de dezembro de 1965.

Acôrdo sôbre um sistema comercial de comunicações por satélite.

Decreto Legislativo nº 97, de 3 de dezembro de 1965.

Protocolo que prorroga o Acôrdo Internacional do Trigo de 1962, de 19 de abril de 1965.

Decreto Legislativo nº 101, de 3 de dezembro de 1965.

ATOS INTERNACIONAIS PROMULGADOS EM 1965

Decreto nº 55.595, *de* 19-1-1965 — Acôrdo cultural com a República Árabe Unida. De 17 de janeiro de 1960. *D. O.* de 22 de janeiro de 1965.

Decreto nº 55.750, de 11-2-1965 — Tratado de Extradição e Protocolo com os Estados Unidos da América. Adicional de 13 de janeiro de 1961 e 18 de junho de 1962, respectivamente. *D. O.*, de 15 de fevereiro de 1965.

Decreto nº 55.929, de 14-4-1965 — Convenção de Asilo Territorial de 28 de março de 1954. *D.O.* de 20 de abril de 1965.

Decreto nº 56.275, de 10-5-1965 — Estatutos do Centro Internacional para a conservação e a restauração dos bens culturais. *D.O.* de 12 de maio de 1965.

Decreto nº 56.521, de 29-6-1965 — Acôrdo de Comércio e Pagamentos com a União Soviética. 20 de abril de 1963. *D.O.* de 29 de junho de 1965 a 2 de julho de 1965.

Decreto nº 56.463, de 15-6-1965 — Protocolo de Haia à Convenção de Varsóvia de 1929 sôbre transporte aéreo internacional de 28 de setembro de 1955. *D.O.* de 28 de junho de 1965.

Decreto nº 56.417, de 4-6-1965 — Acôrdo sôbre Serviço Militar com a Itália de 15 de janeiro de 1955. *D.O.* de 9-6-1965.

Decreto nº 56.435, de 8-6-1965 — Convenção de Viena sôbre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961. *D.O.* de 11 de junho de 1965.

Decreto nº 56.608, de 23-7-1965 — Acôrdo Cultural com a Itália. 6 de setembro de 1958. *D.O.* de 27 de julho de 1965.

Decreto nº 56.618, de 27-7-1965 — Acôrdo de cooperação no campo dos usos pacíficos da energia atômica com o Paraguai de 18 de agôsto de 1961. *D.O.* de 30 de julho de 1965.

Decreto nº 56.698, de 9-8-1965 — Acôrdo Cultural com a Espanha de 25 de junho de 1960. *D.O.* de 12 de agôsto de 1965.

Decreto nº 56.826, de 2-9-1965 — Convenção sôbre prestação de alimentos no estrangeiro.

Decreto nº 57.125, de 19-10-1965 — Convenção para proteção aos artistas intérpretes ou executantes, aos pro-

dutores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão. 26 de outubro de 1961. *D.O.* de 28 de dezembro de 1965.

ATOS INTERNACIONAIS SUBMETIDOS AO CONGRESSO NACIONAL EM 1965

Acôrdo de Assistência Técnica com as Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica de 29 de dezembro de 1964.

Exposição de Motivos nº 37, de 25 de fevereiro de 1965.

Acôrdo que estabelece um regime provisório para um sistema comercial mundial de telecomunicações por satélite.

Exposição de Motivos nº 112, de 11 de junho de 1965.

Protocolo que prorroga o Acôrdo Internacional de Trigo de 1962.

Exposição de Motivos nº 113, de 11 de junho.

Protocolo Adicional ao Acôrdo de Comércio e Pagamentos e Cooperação Econômica com a Bulgária de 16 de dezembro de 1964.

Exposição de Motivos nº 122, de 15 de junho de 1965.

Convênio de Intercâmbio Cultural com a Costa Rica, de 19 de novembro de 1964.

Exposição de Motivos nº 138, de 29 de junho de 1965.

Acôrdo de Cooperação na Utilização de Energia Nuclear para fins Pacíficos com Portugal de 18 de junho de 1965.

Exposição de Motivos nº 155, de 20 de julho de 1965.

Acôrdo de Cooperação para a Utilização da Energia Atômica para fins Pacíficos com a Suíça de 22 de maio de 1965.

Exposição de Motivos nº 161, de 2 de agôsto de 1965.

Acôrdo de Cooperação para usos civis da Energia Atômica com os Estados Unidos da América, assinado em Washington, a 8 de julho de 1965.
Exposição de Motivos nº 162, de 2 de agôsto de 1965.

Acôrdo Comercial com a República Federal dos Camarões. Assinado em Iaunde, a 5 de junho de 1965.
Exposição de Motivos nº 168, de 13 de agôsto de 1965.

Acôrdo Comercial com a Libéria. Assinado em Monróvia, a 13 de maio de 1965.
Exposição de Motivos nº 169, de 13 de agôsto de 1965.

Protocolo que modifica o Acôrdo Geral sôbre Tarifas Aduaneiras e Comércio, pela inserção de uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, formado em Genebra, a 8 de fevereiro de 1965.
Exposição de Motivos nº 185, de 2 de setembro de 1965.

Acôrdo Sanitário com o Peru. Assinado em Lima, a 16 de julho de 1965.
Exposição de Motivos nº 193, de 24 de setembro de 1965.

Acôrdo destinado a evitar a bitributação da renda e o capital com a Suécia. Assinado no Rio de Janeiro, a 17 de setembro de 1965.
Exposição de Motivos nº 209, de 14 de outubro de 1965.

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com a República Socialista da Tcheco-Eslovaquia. Assinado em Praga, a 27 de fevereiro de 1965.
Exposição de Motivos nº 212, de 15 de outubro de 1965.

Acôrdo Básico de Cooperação Técnica com a Iugoslávia. Assinado no Rio de Janeiro, a 11 de maio de 1962.
Exposição de Motivos nº 213, de 15 de outubro de 1965.

Convenção sôbre Seguro Social com o Grão-Ducado do Luxemburgo. Assinado no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1965.
Exposição de Motivos nº 221, de 29 de outubro de 1965.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS EM 1965

Grécia — Prorrogação do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 30 de julho de 1960.
Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, de 30 de janeiro de 1965 e 1º de fevereiro de 1965.

Estados Unidos — Acôrdo sôbre garantia de investimentos. Assinado em Washington, a 6 de fevereiro de 1965.

Japão — Acôrdo de consolidação dos compromissos comerciais brasileiros. Concluído em Tóquio, por troca de notas, a 19 de fevereiro de 1965.

Estados Unidos — Ajuste complementar ao 5º Acôrdo sôbre Produtos Agrícolas. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 17 de fevereiro de 1965.

Paraguai — Declaração conjunta. Assinada em Foz de Iguaçu, a 27 de março de 1965. Acôrdo para supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais ou documentos equivalentes. Concluído em Foz do Iguaçu, por troca de notas, a 27 de março de 1965.

Estados Unidos — Prorrogação e emenda do Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais de 1953. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, de 31 de dezembro de 1964 e 5 de abril de 1965.

Libéria — Acôrdo Comercial. Assinado em Monróvia, a 13 de maio de 1965.

Equador — Acôrdo para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e especiais. Ajuste de implementação do convênio sôbre bases para cooperação econômica

e técnica. Concluídos no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 19 de maio de 1965.

Estados Unidos — Acôrdo para a concessão de vistos múltiplos ou oficiais. Concluído no Rio de Janeiro, a 26 de maio de 1965.

Suíça — Acôrdo de cooperação para a utilização da energia atômica para fins pacíficos, a 26 de maio de 1965.

Estados Unidos — Acôrdo sôbre radioamadorismo. Concluído em Washington, por troca de notas, a 1º de junho de 1965.

Camarões — Acôrdo comercial. Assinado em Iaundê, a 5 de junho de 1965.

Portugal — Acôrdo para cooperação na utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Assinado no Rio de Janeiro, a 18 de junho de 1965.

Estados Unidos — Acôrdo de cooperação para usos pacíficos de energia atômica. Concluído em Washington, a 8 de julho de 1965.

Peru — Acôrdo Sanitário. Assinado em Lima a 16 de julho de 1965.

Diversos Países — Convênio de Sanidade Vegetal. Assinado no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1965.

Luxemburgo — Acôrdo sôbre seguros sociais. Assinado no Rio de Janeiro, a 16 de setembro de 1965.

Suécia — Acôrdo para evitar a bitributação sôbre a renda e o capital. Assinado no Rio de Janeiro, a 17 de setembro de 1965.

Estados Unidos — Ajuste interpretativo do Acôrdo sôbre cartas aeronáuticas e mapas topográficos de 1952. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas de 22 a 28 de setembro de 1965.

Grécia — Prorrogação do Acôrdo Provisório de Comércio e Pagamentos de 30 de julho de 1960. Concluído no Rio

de Janeiro, por troca de notas, a 30 de setembro de 1965.

Tcheco-Eslováquia — Ata Final da 2ª Reunião da Comissão Mista. Assinada no Rio de Janeiro, a 6 de outubro de 1965.

Bélgica — Acôrdo Sanitário sôbre carnes. Concluído em Bruxelas, por troca de notas, a 12 de outubro de 1965.

Uruguai — Declaração conjunta sôbre a construção da Ponte Quaraí-Artigas. Assinada em Montevidéu, a 15 de outubro de 1965.

Bolívia — Declaração conjunta. Assinada no Rio de Janeiro, a 21 de outubro de 1965. Ata final da Reunião Plenária das Comissões Mistas Permanentes. Assinada no Rio de Janeiro, a 26 de outubro de 1965.

Polônia — Ata Final da 1ª Reunião da Seção Permanente da Comissão Mista. Assinada no Rio de Janeiro, a 26 de outubro de 1965.

Itália — Ajuste relativo à participação italiana no crédito bancário europeu no Brasil. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 11 de novembro de 1965.

El Salvador — Convênio de Intercâmbio Cultural. Assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

OEA — Acôrdo de cooperação técnica à SUDENE. Assinado no Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1965.

Iugoslávia — Ata Final da 2ª Reunião da Comissão Mista. Assinada em Belgrado, a 22 de novembro de 1965.

União Soviética — Ata Final da 1ª Reunião da Comissão Mista. Assinada em Moscou, a 10 de dezembro de 1965. Ajuste sôbre listas de mercadorias. Concluído em Moscou, por troca de notas, a 10 de fevereiro de 1965.

Áustria — Acôrdo sôbre direitos autorais. Concluído no Rio de Janeiro, por troca de notas, a 21 de dezembro de 1965.

DIVISÃO JURÍDICA

ASSUNTOS DA ÁREA JURÍDICA INTERNACIONAL

Cartas Rogatórias

Êsse setor apresentou um alto índice de trabalho. Foram recebidas e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal 65 cartas-rogatórias e restituídas 168. Transmitiram-se às Missões diplomáticas brasileiras 114 cartas-rogatórias expedidas pelas Justiças do Brasil e foram restituídas, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 52 rogatórias. Atingiu, assim, a 399 o número das cartas rogatórias que transitaram na Divisão durante 1965.

Extradição

Foram atendidos 13 pedidos de extradição requeridos por Governos estrangeiros e foram encaminhados dois pedidos de extradição formulados pelo Govêrno brasileiro.

Durante o ano o Supremo Tribunal Federal apreciou três processos de extradição, concedendo dois e recusando um.

A Divisão estuda, no momento em caráter preliminar, projetos de Tratados de extradição com a Itália, Países Baixos, Estado de Israel, Líbano e República Árabe da Síria.

Expulsão

Em 1965 foram expedidas oito circulares referentes a expulsões de estrangeiros do território nacional.

Estiveram incumbidos do Setor os funcionários encarregados do setor de Extradição.

Outros assuntos

Caberia aqui uma extensa lista de casos. Mencionaremos apenas alguns sôbre os quais a Divisão emitiu pareceres e elaborou expedientes: trâmite de cartas-rogatórias por via consular; prestação de serviço militar; mar territorial; nacionalidade brasileira; aquisição e perda; busca e apreensão de menores no exterior; execução de sentença estrangeira; problemas de direito internacional privado (casamento, divórcio, desquite, filiação, adoção, tutela, sucessão, etc.).

ASSUNTOS DA ÁREA JURÍDICA INTERNA

Nacionalidade

Durante o ano de 1965, foram expedidas às Missões diplomáticas e Repartições consulares 41 circulares sôbre perda de nacionalidade brasileira.

Foram, ainda, respondidos pedidos de informações e baixadas várias instruções, atingindo a 75 o total de expedientes sôbre o assunto.

Mandados de segurança

A Justiça denegou todos os mandados de segurança impetrados contra atos do Senhor Ministro de Estado relativos à importação de automóveis por indivíduos residentes no exterior e que alegavam estar de regresso ao Brasil, cujas informações foram prestadas pela Divisão Jurídica. Respondeu pelo expediente do Setor o Advogado José Antônio Parente.

Tribunais e Juízes e outras Autoridades

Prestou a Divisão esclarecimentos sôbre matéria sujeita à apreciação de Juízes e Tribunais do Estado da Guana-

bara e de outros Estados da União, além de informações a autoridades locais e de outros Estados.

Entre êsses destacam-se: ação de despejo contra o Adido de Imprensa da Embaixada da França no Rio de Janeiro; ação cível contra a Embaixada Real da Grécia no Rio de Janeiro para cobrança de indenização por vítima de atropelamento.

Questões entre Missões diplomáticas estrangeiras e terceiros

Promovendo o entendimento entre as partes, a Divisão conseguiu solução amigável nos seguintes casos:

Litígio trabalhista entre um motorista e a Embaixada do Senegal no Rio de Janeiro; dissídio entre um mensageiro e a Chancelaria da Embaixada do Ceilão no Rio de Janeiro (dispensa a pedido e pagamento de indenizações pecuniárias); arquivamento da ação intentada no Fôro da Capital Federal contra a Embaixada da Iugoslávia em Brasília, sôbre material contratual (a firma brasileira interessada foi atendida nos seus interêsses e desistiu da ação); arquivamento da ação cível movida no Fôro do Estado da Guanabara contra a Embaixada do Peru (o advogado da vítima do atropelamento aceitou a indenização nas bases propostas e a ação foi encerrada).

Outros assuntos

No âmbito da área jurídica interna, foi ainda atendido um sem número de consultas versando matéria de direito internacional, constitucional, cível, comercial, penal, administrativo, penal militar, eleitoral, etc., não apenas as dos serviços da Secretaria de Estado, como também das Missões diplomáticas estrangeiras, outros órgãos da Administração Pública, Juízes e Tribunais, entidades privadas e indivíduos.

Destacaram-se, *inter alia*, os seguintes: legislação sôbre depósitos bancários; homicídio de estrangeiro no país; legislação sôbre nacionalidade; inclusive inconstitucionalidade da Lei 4.404; entrada de alienígenas em território nacional; queixa de brasileiro lesado em país estrangeiro; funcionamento no país de organização interamericana de estatuto jurídico internacional não definido e problema de assinatura de acôrdo com pessoa de direito público interno; importação de automóveis; problemas de aquisição e perda de nacionalidade brasileira (menores residentes no exterior); adoção de menores segundo a lei brasileira; legislação sôbre censura de filmes; busca e apreensão de menores; concessão de passaporte para estrangeiro; execução por parte do Govêrno brasileiro da Convenção sôbre prestação de alimentos; citação de ex-funcionária de Embaixada estrangeira removida para terceiro país; — problemas de dupla nacionalidade; falecimento de marítimo brasileiro no exterior e liquidação de espólio; consulta sôbre tomada de depoimento de testemunhas por autoridade consular estrangeira e sua validade face à lei brasileira; repatriação de menor brasileiro; consultas sôbre opção de nacionalidade brasileira, extradição de militar foragido.

No tocante aos interêsses de brasileiros beneficiários de legados e heranças situados em país estrangeiro, a Divisão Jurídica elaborou expediente de consulta ao Ministério da Fazenda sôbre a conveniência de ser adotado, mediante acôrdo, regime de reciprocidade em matéria cambial a ser aplicado às transferências de fundos provenientes de heranças e legados.

Finalmente, visando à perfeita aplicação da lei, a Divisão, depois de ampla troca de informações, providenciou as medidas necessárias para isentar da cobrança do imposto compulsório instituído pelo art. 4º da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, relativa à criação do Fundo Federal de Eletrificação, as contas de fornecimento de luz e fôrça às Missões diplomáticas estrangeiras, Consulados estrangeiros

de carreira e demais entidades e indivíduos que gozam de imunidades diplomáticas (inclusive fiscais) no território nacional. Nesse sentido, foi expedida Circular comunicando a resolução adotada pelo órgão competente.

Conclusões

A atividade da Divisão Jurídica poderá ser melhor apreciada através da leitura dos quadros estatísticos que, em anexo, acompanham o presente relatório.

Em síntese, foram classificados e encaminhados à Divisão mais de mil e trezentos documentos, com exclusão daqueles que revestiam caráter meramente informativo. A título comparativo mencione-se que o Protocolo Geral do Itamaraty registrou um total aproximado de 24.000 documentos.

Nos documentos entrados na Divisão contaram-se ofícios do Supremo Tribunal Federal, de Tribunais, Juízes e Tribunais militares; ofícios dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores; Guerra; Marinha; Fazenda; ofícios das Missões diplomáticas e dos Consulados do Brasil; de outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal e de particulares.

As respostas, informações e instruções suscitadas pelos documentos acima referidos e as medidas de iniciativa da própria Divisão, inclusive *memoranda*, formaram um total de mais de mil quinhentos e cinqüenta expedientes ostensivos, sem contar os de classificação especial.

Como resultado das medidas sugeridas no Relatório anterior e postas em prática em 1965, a Divisão recebeu, por intermédio da Divisão de Documentação, publicações jurídicas de vários países. Tal fato contribuiu para a formação de uma pequena biblioteca de consulta com elementos atualizados sôbre matéria de sua especialidade. A continuidade dêsse sistema poderá proporcionar à Divisão Jurídica os meios

necessários para o atendimento de muitos dos problemas que lhe são submetidos.

MOVIMENTO DE CARTAS ROGATÓRIAS

Países	Expedidas ás Justiças de:	Cumpridas ou Restituídas
1. Argentina	15	14
2. Áustria	2	—
3. Bélgica	1	—
4. Bolívia	1	—
5. Dinamarca	2	—
6. Espanha	3	1
7. Estado de Israel	1	—
8. Estados Unidos da América	1	—
9. França	2	—
10. Grã-Bretanha	3	1
11. Hungria	1	—
12. Itália	6	2
13. Irã	—	1
14. Líbano	4	3
15. México	2	1
16. Nigéria	—	1
17. Países-Baixos	2	1
18. Panamá	3	—
19. Paraguai	6	1
20. Peru	2	—
21. Portugal	37	16
22. Rep. Federal da Alemanha	8	1
23. Suécia	1	—
24. Suíça	1	—
25. União Soviética	2	1
26. Uruguai	8	8
	114	52

MOVIMENTO DE CARTAS ROGATÓRIAS

Países	Expedidas ás Justiças de:	Cumpridas ou Restituídas
1. Argentina	16	40
2. Áustria	—	2
3. Bélgica	—	1

4. Bolívia	1	1
5. Bulgária	1	1
6. Chile	—	1
7. Colômbia	1	1
8. Costa-Rica	—	1
9. Espanha	1	5
10. França	3	6
11. Itália	1	3
12. Japão	4	7
13. Líbano	2	—
14. México	4	—
15. Noruega	1	—
16. Peru	—	1
17. Polônia	—	1
18. Portugal	9	55
19. República da África do Sul	1	—
20. Rep. Federal da Alemanha	6	20
21. República Árabe Unida	1	3
22. Romênia	1	—
23. Suécia	4	4
24. Suíça	7	3
25. Tcheco-Eslováquia	1	3
26. Uruguai	—	9
	65	168

EXTRADIÇÕES

Solicitadas ao Brasil pelos governos de:

1. Argentina	8
2. Chile	2
3. Dinamarca	1
4. Estados Unidos da América	1
5. Itália	15
6. Portugal	7
7. Rep. Federal da Alemanha	7
	41

EXTRADIÇÕES

Solicitadas pelo govêrno brasileiro aos governos da:

1. Argentina	2
2. Itália	1
	3

PERDA DA NACIONALIDADE

Nacionalidade Adquirida	Nº de Circulares Expedidas
Alemã	2
Argentina	14
Dinamarquesa	1
Espanhola	1
Japonêsa	1
Norte-Americana	7
Portuguêsa	6
	32

EXPULSÕES

Circulares Expedidas	8

CERIMONIAL

CERIMONIAL

Pode-se afirmar, sem receio de contestação, que nunca teve o Cerimonial atividade tão intensa quanto em 1965, em todos os seus setores de trabalho, mormente no que diz respeito a visitas de personalidades estrangeiras e às homenagens que lhes foram prestadas.

Sem dúvida, despontam, em primeiro plano, as visitas realizadas por Suas Majestades Imperiais o Xainxá e a Imperatriz do Irã, pelo Presidente da República Italiana, por Suas Altezas Reais o Grão Duque e a Grã Duquesa do Luxemburgo e por Sua Majestade o Rei e a Rainha dos Belgas.

Chegados a 4 de maio, os Soberanos iranianos tiveram uma recepção calorosa durante todo o tempo de sua estada. Embarcaram no dia 10 do mesmo mês para a Argentina, após conhecerem Brasília, São Paulo e o Rio de Janeiro, onde foram alvo de expressivas homenagens.

A visita de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana, por outro lado, realizou-se entre 10 e 12 de setembro, coincidindo com a estada não-oficial de Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa do Luxemburgo no Rio de Janeiro. O Presidente Saragat, em cuja comitiva se incluia, entre numerosas personalidades de relêvo, Sua Excelência o Senhor Amintore Fanfani, Ministro das Relações Exteriores, após cumprir o protocolo em Brasília, visitou os Estados da Guanabara e de São Paulo, embarcando no dia 12 a bordo do Cruzador «Andrea Doria», em Santos, com destino a Montevidéu.

Suas Altezas Reais o Grão-Duque e a Grã-Duquesa do Luxemburgo foram, entre as personalidades mencionadas, as que mais permaneceram entre nós. Chegaram ao Rio de Janeiro no dia 11 de setembro, procedentes do Luxemburgo, e partiram a 22 daquele mês com destino ao seu país. No entanto, a visita apenas revestiu-se de caráter oficial entre 13 e 17, embora fôsse o Cerimonial o responsável pelo planejamento, organização e execução do programa durante tôda a estada dos ilustres visitantes em nosso país. Os Chefes de Estado luxemburgueses estiveram no Rio de Janeiro, em Brasília, em Belo Horizonte, em Sabará, em São Paulo, em Mato Grosso, na Foz do Iguaçu, em Curitiba e em Paranaguá. A comitiva de Suas Altezas Reais incluia o Senhor Pierre Werner, Primeiro Ministro das Relações Exteriores do Luxemburgo. Dado o carinho de Suas Altezas Reais pelo Brasil e o seu particular interêsse pelas nossas coisas, a visita revestiu-se de particular brilho.

Já o Rei e a Rainha dos Belgas chegaram ao Brasil a 9 de novembro, após visitarem o México, o Chile e a Argentina, aqui permanecendo até o dia 15. Como os demais Chefes de Estado que visitaram o Brasil em caráter oficial, foi o Rei dos Belgas recebido em Brasília em audiência solene pelo Senhor Presidente da República, pelo Congresso Nacional reunido em Sessão Conjunta, e pelo Supremo Tribunal Federal. No Palácio do Planalto, ofereceu-lhes o Marechal Castello Branco um banquete, seguido de recepção. Visitaram igualmente São Paulo e o Rio de Janeiro. A visita oficial estendeu-se até o dia 13. Embora programada uma viagem a diversas regiões do Nordeste, foi a mesma tornada inexequível, à última hora, em virtude do agravamento do estado de saúde de Sua Majestade a Rainha Elisabeth, avó do Soberano, o que forçou o súbito retôrno a Bruxelas dos ilustres visitantes.

É de assinalar-se, igualmente, pela importância de que se revestiu o acontecimento, o encontro, em março, dos Pre-

sidentes da República do Brasil e do Paraguai, na fronteira entre os dois países, por ocasião da inauguração da Ponte da Amizade, entre Foz do Iguaçu e Pôrto Presidente Stroessner, no Paraguai; a breve passagem, entre nós, em junho de Sua Excelência o Senhor Eduardo Frey, Presidente do Chile, a caminho da Europa, o qual, durante as poucas horas que permaneceu entre nós, encontrou-se na Base Militar do Galeão com o Chefe do Estado Brasileiro; a visita, em outubro, em caráter informal, da Senhora Marco Aurélio Robles, espôsa do Presidente do Panamá e a de Sua Excelência o Senhor Maurice Yamionge, então Presidente do Alto Volta, acompanhado de pequena comitiva, em novembro.

Visitaram, igualmente, em caráter oficial, o Brasil em 1965, Sua Excelência o Senhor Gonzalo Escudero, Ministro das Relações Exteriores do Equador, em maio; Sua Excelência o Senhor Antonio Francisco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em junho; Sua Excelência o Senhor Raul Sapena Pastor, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, em julho, o qual cumpriu um extenso programa em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Paraná; bem como Sua Excelência o Coronel Joaquim Zenteno Anaya, Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, o qual visitou a Capital Federal e os Estados da Guanabara e de São Paulo.

Não se pode deixar de mencionar, tampouco, dentre as visitas que o Brasil recebeu, em 1965, as do Senhor Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Senhor Dino del Bo, Presidente da Alta Autoridade da Comunidade do Carvão e do Aço, do Senhor Joseph Holanbeck, Presidente da Polícia de Viena, do Senhor Joseph Abs, Membro da Diretoria do Deutsch Bank A.G., do Senhor Alberto Solá, Secretário Executivo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, do Senhor C. Wilfred Jenks, Diretor Geral adjunto da Repartição Internacional do Trabalho, e do Senhor Robert Kennedy, nem tampouco, as da Missão Turca de Boa Vontade, da Dele-

gação do Paraguai, da Missão Econômica Japonêsa, da Missão Econômica da Iugoslávia, da Delegação Governamental da Austrália, da Delegação de Senadores e Altas Autoridades dos Estados Unidos da América, da Delegação Econômica da Argentina, da Delegação Econômica da Tcheco-Eslováquia e dos Membros bolivianos da Comissão Mista Brasil-Bolívia, as quais, em grau maior ou menor ocuparam a atenção e receberam homenagens preparadas pelo Cerimonial.

Ainda no setor de protocolo, pròpriamente dito, conviria recordar a ida, ao Uruguai, em fevereiro, do Embaixador Vasco Tristão Leitão da Cunha, então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para representar o Govêrno brasileiro nas solenidades das exéquias de Sua Excelência o Senhor Luis Giannattasio, Presidente do Conselho Nacional da República Oriental do Uruguai, bem como a sua visita oficiaal à República Argentina, em abril; a Missão Especial chefiada por Sua Excelência o General Nelson de Mello à posse do Presidente do México; a Missão Especial às comemorações da Cristianização das Filipinas; a Missão Especial encabeçada pelo Vice-Presidente da República às exéquias da Rainha Elizabeth da Bélgica e a enviada ao encerramento do Concílio Ecumênico, no Vaticano, chefiada por Sua Excelência o Senhor Daniel Faraco, então Ministro da Indústria e Comércio.

Ficou igualmente à cargo do Cerimonial a organização protocolar da Segunda Conferência Interamericana Extraordinária, realizada entre 17 de novembro e 3 de dezembro, que reuniu os Ministros das Relações Exteriores dos países membros da O.E.A., bem como a hospedagem, transporte, inscrições e atividades sociais e turísticas dos delegados, observadores e convidados especiais à mesma.

Organizou igualmente o Cerimonial almoços, jantares e recepções aos Chefes de Missão que deixaram o Brasil, bem como às personalidades em visita ao nosso país ou que o Senhor Ministro de Estado desejasse homenagear; preparou as Credenciais e Revocatórias dos Chefes de Missões diplo-

máticas brasileiras e as respostas às dos Chefes de Missões estrangeiras, além de Cartas de Chancelaria, telegramas e outros expedientes necessários em datas nacionais, lutos e comemorações; solicitou *agréments* de países estrangeiros à nomeação de Chefes de Missões diplomáticas brasileiras e os expedientes necessários à concessão de *agréments* de Chefes de Missões estrangeiras; preparou e fêz publicar regularmente a Lista Diplomática; redigiu e fêz expedir às Missões diplomáticas circulares sôbre assuntos afetos ao Cerimonial e de interêsse das mesmas, inclusive posse e substituições de Chefias no Itamaraty; realizou reunião da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, fazendo entrega e a distribuição daquela honorificência e as da Ordem de Rio Branco; solicitou e obteve audiências com o Senhor Presidente da República para o Corpo diplomático e personalidades estrangeiras; preparou carteiras de identidade para o Corpo diplomático estrangeiro, funcionários de Organismos Internacionais e do Itamaraty; recebeu, examinou e autorizou a importação de mais de 7.000 formulários de importação de mercadorias e malas diplomáticas de Embaixadas, Legações, Consulados e Organismos Internacionais, de despacho de bagagem e embarque de malas diplomáticas, dirigiu ofícios e telegramas às alfândegas do Rio de Janeiro e estaduais acêrca de isenções e facilidades aduaneiras, além de examinar e trocar correspondência com outros órgãos da administração pública acêrca da isenção de taxa de armazenagem para o Corpo Diplomático e Organismos Internacionais, isenção de impôsto único sôbre combustíveis, isenção de impôsto de consumo, importação de armas, visitas de navios de guerra estrangeiros e designação de Adidos militares estrangeiros; conferenciou com representantes do Conselho de Política Aduaneira acêrca de medidas adotadas para a importação de bens, produtos de consumo e automóveis pelo Corpo diplomático e Consular e Organismos Internacionais; tratou da importação, venda, transferência de propriedade e reembarque dos automóveis pertencentes às Missões diplomáticas,

repartições consulares e de seus funcionários de carreira, dos Escritórios Regionais de Organismos Internacionais aqui representados e dos peritos e funcionários administrativos com os quais o Brasil mantenha acôrdo especial a êsse respeito; enviou aos Consulados no exterior autorização para legalização dos documentos de embarque de tais veículos, providenciando seu desembraço aduaneiro uma vez aqui chegados; tratou com as autoridades aduaneiras de seu reembarque ou transferência, quando a legislação brasileira não permite a sua venda; tratou da venda e do pagamento, redução e isenção de impostos, com essas mesmas autoridades, uma vez cumpridos os prazos que a legislação brasileira determina, bem como da legalização de seus documentos, junto aos serviços de trânsito e às Secretarias de Finanças estaduais, uma vez cedidos a terceiros; forneceu chapas diplomáticas aos que a elas tenham direito ou providenciou, conforme o caso, junto à Divisão de Emplacamento do Serviço de Trânsito competente, o fornecimento de chapas de circulação; gestionou junto ao Conselho Nacional de Trânsito medidas que, uma vez adotadas, permitirão um contrôle mais eficaz dêsses veículos; providenciou, junto ao Serviço de Trânsito, em Brasília, o fornecimento de carteiras de habilitação para os membros das Missões diplomáticas que a elas tenham direito; criou novos formulários de despacho, venda, reembarque e transferência de propriedade, visando a facilitar os trâmites de tais processos; solicitou informações às Missões diplomáticas brasileiras no exterior sôbre o tratamento que lhes é dispensado e aos seus funcionários, para aplicação do princípio de reciprocidade de tratamento; efetuou gestões junto ao Serviço de trânsito da Guanabara a fim de solucionar mal-entendidos e resolver problemas criados para o Corpo diplomático.

E, finalmente, convém notar a mudança de chefia do Cerimonial, em meados de 1965, com a substituição do Ministro João Gracie Lampreia, removido para o exterior, pelo Conselheiro Carlos Fernando Leckie Lobo, na qualidade de Chefe interino do Cerimonial.

CONSULTORIA JURÌDICA

A Consultoria Jurídica do Itamaraty continua desempenhando, normalmente, suas funções.

Além de respostas diretas a consultas que lhe são feitas, emitiu pareceres acêrca de algumas questões de caráter condifencial e secreto, além de outras de natureza ostensiva adiante indicadas:

A declaração no passaporte da condição de naturalizado e da época da naturalização não contraria o princípio do art. 31, I, da Constituição Federal, que ressalva as distinções por ela feitas, arts. 129, I e II de um lado, 129, III, IV do outro, e arts. 38, I, 80, I, 99, 103, 126, 155 parágrafo único, 160, etc...

CONSTRUÇÃO DA NOVA CHANCELARIA EM WASHINGTON

Pedido de Portugal ao Conselho da UNESCO para que solicite parecer da Côrte Internacional de Justiça sôbre legalidade da decisão do mesmo Conselho excluindo aquêle Estado da XXVIII Conferência Internacional de Instrução Pública — Apreciação do pedido em face da ONU e 65 do Estatuto da CIJ. — Posição do Govêrno do Brasil.

O casamento de diplomata com servidora pública não determina para esta a obrigação de exonerar-se do cargo ou função que ocupa. Revogação do art., 3º § 2º do Decreto-Lei 9.202, de 1946 pelo art. 36 §§ da Lei 3.917 de 1961.

OMS. Compra de imóvel no Brasil.

Pagamento de vantagens outorgadas por mandado de segurança. Aplicação da lei nº 4.348, de 26-6-1964. Benedito Porcidônio da Silva e outros.

Esclarecimentos sôbre seguro de automóveis.

Pedido de esclarecimentos da Embaixada do Japão sôbre a posição do Govêrno brasileiro em face de reclamações comerciais de natureza internacional.

Terreno para a construção de prédio próprio para alojamento de diplomatas bolivianos residentes no Brasil.

Carlos Augusto Loureiro de Carvalho. Mandado de segurança. Desclassificação em exame psicofísico. Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Improcedência: *a*) decadência do direito a segurança; *b*) coisa julgada? *c*) iliquidez e incerteza do direito; discussão sôbre prova parcial em mandado de segurança.

II Conferência Interamericana Extraordinária. Item VII da Agenda.

Concorrência pública para aquisição de imóvel de propriedade do Govêrno brasileiro, sito à Rua 42, em Washington, D.C..

Afastamento da repartição de funcionário designado como membro de Comissão de Inquérito. Ministro para Assuntos Comerciais, Paulo de Tarso Nonato da Silva.

Ministro Paulo de Tarso Nonato da Silva. Recolhimento de dólares à Delegacia do Tesouro em Nova York.

Classificação dos funcionários da carreira de Diplomata por antiquidade. O parágrafo único do art. 11 do decreto 55.312, de 31 de dezembro de 1964.

Remuneração de Representante do Brasil na OIT. Lopo de Carvalho Coelho.

Contagem de tempo de serviço. Carlos Alberto Leite Barbosa.

Aquisição de máquinas criptográficas.

Compra do prédio da Embaixada em Haia.

Inadimplemento de cláusula contratual. Requerimento do Ministro aposentado Antonio Hauaiss.

Isenção de taxas sôbre contas de energia elétrica. Embaixada da Finlândia.

Consulta sôbre pagamento de taxa de água e de esgôto.

Requerimento de Epaminondas Gomes dos Santos, Marechal do Ar Reformado e ex-Chefe do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Berna.

Compra de prédio para a ALALC.

Pagamento de despesa com funcionário acidentado em serviço. Berenice Ferraz Graça.

Regime de tempo integral para Diplomatas. Extensão aos Diplomatas que se encontram no país aguardando designação. Ministro Paulo Pinto da Silva.

Tempo de serviço. Art. 268 do Estatuto. Maria Euterpe Gonçalves Nogueira.

Isenção do impôsto do sêlo para diplomata.

Alienação de imóvel sito à rua 42, em Washington.

Aquisição da residência oficial, ALALC.

Importação de automóvel por Auxiliar Contratado, Vera Monteiro.

Venda do imóvel da rua 42. Proposta da «Episcopal Church Home.»

Isenção de emolumentos consulares. Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás.

Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Aproveitamento de ex-servidores.

Assistência externa dos EUA ao Brasil. Reconhecimento da firma em contratos de ajuda econômica.

Construção de prédio para chancelaria em Washington.

Proteção de indicações de origem. Reclamação da Embaixada da França.

Contagem de tempo de serviço. Secretário Evaldo José Cabral de Mello.

Remuneração dos servidores de nível universitário lotados no exterior.

SERVIÇO DE DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

O decorrido ano de 1965 bem reflete os árduos cometimentos, entregues ao Serviço de Demarcação de Fronteiras, no caracterizar e demarcar a extensa região lindeira do Brasil.

Como registro especial de ocorrência havida, como participação da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1ª Divisão, no segundo semestre do ano, cabe mencionar a realização, em Caracas, de 23 de outubro a 6 de novembro, da 38ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, através da qual foram homologados os trabalhos cumpridos, na fronteira dos dois países, de novembro de 1959 a abril de 1965.

Ficaram, em conseqüência, aprovados todos os misteres de exploração e reconhecimento e as decorrentes operações demarcatórias relativas à implantação dos marcos que definem os seguintes trechos de fronteira:

— cento e vinte e quatro quilômetros de desenvolvimento da linha de limites, sôbre a Cordilheira Parima, entre as nascentes dos rios brasileiros Toototobi, Cunha Vilar, Demeni e Taraú e as dos rios venezuelanos Ugueto e Siapa, compreendendo as posições dos marcos designados «T-1» a «T-6», «U-1» e «U-2», «V-1» a «V-3» e «X-1» a «X-3»;

— cento e dez quilômetros do trecho da mesma Cordilheira constituído pela serra de Tapirapecó e de que promanam, do lado brasileiro, vertentes de tributários do rio Marari e, do lado venezuelano, vertentes formadoras do rio Castanho, cabendo à respectiva caracterização, o erguimento dos marcos de designação «Y-1», «Y-2» e «Y-3»;

— trinta e sete quilômetros do trecho em que, na serra de Tapirapecó, corre a linha de limites entre as nascentes

do rio Marauiá ou Maraiuá, do lado brasileiro, e de alimentadores do Siapa, do lado venezuelano, correspondendo à locação dos marcos sob a designação de «Z-1» a «Z-4»;

— trecho que se estende do Salto Huá às extremas ramificações de Oeste da Cordilheira Parima, com exploração, inicialmente praticada por observação aérea e posterior confirmação por direta atuação no terreno, em conseqüência do que foi determinada a verdadeira posição do Cêrro Cupi, sob estrito seguimento da direção definida pela Comissão que ali atuou no ano de 1880 e das conclusões da Comissão que operou no local em 1930, em razão do que pôde ser erguido, pela atual Comissão Mista, o marco «AA-1», sôbre a elevação que ficou constatada como a que, realmente, corresponde à procurada situação do referido Cêrro Cupi;

— trecho que, a partir dêsse Cêrro, se desdobra para Leste, num desenvolvimento aproximado de quarenta e dois quilômetros, integrando as citadas ramificações da Cordilheira Parima e constituindo, diretamente, o divisor de águas dos rios Cauaburi, do lado brasileiro, e Bária, do lado venezuelano, o qual ficou balizado, em seguimento contínuo, pelos marcos de designação «AA-1», «AA-2», «BB-2», «BB-3», «BB-4» e «BB-5».

Outra importante incumbência levada a têrmo pela Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, em sua 38ª Conferência, foi a apreciação de 24 fôlhas topográficas que definem, na escala de 1:50.000, o traçado da linha de limites.

Procedeu-se, para tanto, a meticulosa confrontação dos exemplares em que cada fôlha se duplica em originais a que cabe, respectivamente, a procedência de dizeres, do mesmo teor, em português e espanhol. A verificação de exata concordância dos traçados concedeu total aprovação às ditas fôlhas, confirmada, em cada exemplar, por declaração assinada pelos Chefes das Comissões Brasileira e Venezuelana.

Constituiu tarefa final da Conferência o exame deta-

lhado do programa de atividades a prever para que se ultime a demarcação da fronteira dos dois países, ao longo dos, também dois, únicos trechos ainda não alcançados por ela e que se distendem, respectivamente, entre os marcos «BB-5», nas proximidades do «Pico-31-de-Março» e «Z-4», na Serra Imeri, e entre os de designação «P-5», situado entre as vertentes dos rios Mucajaí e Orinoco, na Cordilheira Parima e «0-8», levantado entre formadores dos rios Ericó e Paragua, na Cordilheira Pacaraima. Ficou, em vista do estudo feito, estabelecida a discriminação da seqüência de encargos a cumprir.

Com a participação da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — IIª Divisão, mereceu registro especial o realizado na fornteira com a Bolívia e a colaboração nos estudos referentes à fronteira com o Paraguai.

Com a Bolívia, o cumprimento do item 4º do Programa aprovado na 16ª Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, realizada em Corumbá a 3 de agôsto de 1963, permitiu a caracterização de 37181,10 m de nossa fronteira com aquêle país, entre os marcos principais Tamarindeiro, Pimenteira e Carandazal. Esta caracterização, que exigiu a reconstrução de 2 marcos principais e construção de 6 marcos secundários e 5 de alinhamento em zona de banhado, concluiu todo o programa de trabalhos previstos em Conferência de Comissão Mista. Empenha-se a Comissão nas tarefas subseqüentes de cálculo e cartografia de tudo realizado para, na próxima Conferência, submeter à aprovação conjunta. Nesta oportunidade, nova programação deverá ser proposta e aprovada visando ao prosseguimento da caracterização de nossa fronteira, tarefa que, a cada ano, se faz mais urgente, pelo crescente aumento da densidade demográfica em nossas fronteiras.

Com o Paraguai, perdurando o problema levantado por aquêle país, desde 1963, com respeito à caracterização do trecho de 10 Km. que antecede a chegada às barrancas da

margem direita do Rio Paraná, em frente à 5ª e mais importante das Sete Quedas, deixou de ter prosseguimento o trabalho de campo. A colaboração da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — IIª Divisão fez-se intensa, nos esclarecimentos técnicos solicitados com referência ao estudo das pretensões paraguaias, exaradas nas notas que remeteu a nosso país.

Seguem-se, em síntese, os trabalhos demarcatórios e caracterizadores, realizados em 1965, pelas Comissões Mistas.

FRONTEIRA COM A VENEZUELA

O ano, recém-findo, de 1965, marcou para a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — Iª Divisão uma feliz e grata recompensa ao denodado empenho com que atende a seus serviços, de árduo e penoso cumprimento, na fronteira com a Venezuela.

O trabalho desenvolveu-se ao longo das ramificações da serrania separadora das vertentes dos rios Cauaburi (Brasil) e Bária (Venezuela), no extremo oeste do encadeamento por que se distende a Cordilheira Parima.

Em Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, foi dado prosseguimento à exploração do *divortium aquarum* Cauaburi-Bária, a partir do último ponto atingido na campanha demarcatória anterior, a leste do Cêrro Cupi.

Em complemento de missão, coube ainda determinar a exata posição do «Pico da Neblina» e a respectiva altitude, pondo têrmo a dúvidas ou suposições antes suscitadas.

Para atendimento do encargo organizou-se uma expedição provida dos indispensáveis recursos materiais e de eficiente contingente humano, seguramente habilitado ao exercício do mister.

Composta de 65 servidores de diferentes categorias funcionais, necessitou nada menos de 25 embarcações para seu

inteiro deslocamento. Saindo de Belém a 30 de novembro de 1964, permaneceu em atividade na fronteira até 18 de abril de 1965, data em que iniciou as providências de recolhimento, completadas a 30 do citado mês.

As operações técnico-geográficas de exploração culminaram com a indiscutível afirmação do traçado, meticulosamente reconhecido, da linha de limite correspondente ao trecho em demarcação, consoante desenvolvimento de resultado muito significativo, pois:

a) confirmou a posição do «Pico da Neblina», inconfundìvelmente, em território brasileiro, a 687 metros ao sul daquela linha, em espigão que dela se destaca e do qual emerge, com 3.014 metros sôbre o nível do mar, na legítima representação de maior altitude do país;

b) incluiu, igualmente, em território brasileiro, considerável porção de imponente crista, sôbre que transcorre a linha divisória, e que vem a ser a segunda de suas maiores altitudes, com 2.992 metros sôbre o nível do mar.

Êsse acidente recebeu o nome de «Pico 31-de-Março» e corresponde ao que, sob a designação de «Phelps», fôra considerado pela expedição do Jardim Botânico de Nova York, razão por que a Comissão Venezuelana decidiu conservar a nomenclatura para a parcela do acidente que se integra em território da Venezuela.

Malgrado as difíceis contingências do ambiente em que se efetuaram os trabalhos, foi bastante satisfatório o rendimento da campanha demarcatória de 1964-1965.

O trecho da fronteira que dela proveio demarcado não teve, na realidade, desdobramento maior do que o de cêrca de quarenta (40) quilômetros. Até que se pudesse, porém, defini-lo como segura afirmação do curso contínuo da linha divisória, desenvolveram-se, aproximadamente, cento e dez (110) quilômetros de poligonais topográficas de exploração, havidas em circunstâncias de pesado encargo, ante as sempre,

tenazmente repetidas, rudes condições de penetração do terreno sôbre que se impunha conduzi-las.

O cômputo dos resultados obtidos se alinha em registro de animadora consideração:

— conferiu exato prosseguimento, em superposição ao *divortium aquarum* Cauaburi-Bária, à demarcação que, conduzida do Salto Huá ao Cêrro Cupi, daí se deve orientar, no sentido geral de leste, ao encontro da Serra Imeri;

— realizou, no referido setor, tôdas as operações técnico-geográficas que se fizeram de valimento ao rigor de traçado da linha que se busca;

— implantou, para que bem assinalada ficasse a dita linha, novos marcos em número compatível com o correspondente desenvolvimento;

— cumpriu, para tanto, extenso e exaustivo programa de exploração de amplitude e de reconhecimento locais, completado por determinações astronômicas que se tiveram como necessárias e por levantamentos topográficos, de apropriada intercorrência nos labôres do gênero.

As posições dos marcos que, em decorrência, foram erguidos em forma e dimensões obedientes ao Acôrdo, a respeito, vigente entre as Comissões Brasileira e Venezuelana, que integram a Comissão Mista, cabem as seguintes expressões de coordenadas geográficas e de altitude:

Marco BB-1 —	Latitude:	0° 44' 52". 1 N.
	Longitude:	66° 08' 30". 6 W. Gw.
	Altitude:	1.338 m.
Marco BB-2 —	Latitude:	0° 45' 40". 9 N.
	Longitude:	66° 05' 08". 3 W. Gw.
	Altitude:	1.632 m.
Marco BB-3 —	Latitude:	0° 48' 26". O N.
	Longitude:	66° 03' 56". 1W. Gw.
	Altitude:	1.858 m.

Marco BB-4 —	Latitude:	0° 48' 27". O N.
	Longitude:	65° 59' 57". 2 W. Gw.
	Altitude:	2.371 m.
Marco BB-5 —	Latitude:	0° 48' 50". 7 N.
	Longitude:	65° 58' 00". 7 W. Gw.
	Altitude:	2.344 m.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

1. *Generalidades*

As atividades demarcatórias na fronteira Brasil-Bolívia, no decorrer do ano de 1965, processaram-se em obediência ao item 4º do programa acordado na 16ª Conferência da Comissão Mista, realizada em Corumbá, em 3 de agôsto de 1963.

É de se assinalar que os serviços executados na campanha do corrente ano — caracterização dos setores da fronteira compreendidos entre os marcos principais Tamarindeiro, Pimenteira e Carandazal, e complementado da caracterização do Setor Carandazal-Caraguatal, êste iniciado nas campanhas de 1957 a 1959 — acha-se concluída a tarefa demarcatória que poderia ser programada de momento. O trabalho realizado exigiu a construção de 1 marco principal; 6 secundários e 5 de alinhamento, além da reconstrução de 2 marcos principais que passaram a caracterizar um trecho de ...... 37181,10 m a nossa fronteira com a citada república. Além da caracterização da fronteira nas ilhas do Rio Guaporé, serviço de urgência secundária, sòmente se poderá pensar na demarcação e caracterização dos Setores «Quatro Irmãos-Turvo» e «Turvo-Nascente Principal do Rio Verde», isto após solução dos problemas a respeito. Além das tarefas mencionadas acima, há que pensar oportunamente num serviço permanente de inspeção e reparação dos marcos da fronteira, e ainda no levantamento das fôlhas da Carta Geral da fronteira Brasil-Bolívia na escala de 1:100.000, serviço ora em fase de planejamento.

2. *Síntese dos Trabalhos Executados*
Setor Tamarindeiro-Pimenteira

Caracterizado por alinhamento direto entre os dois marcos principais, numa distância total de 8.445,40 metros, tendo sido locados e construídos dois marcos secundários, e reconstruído o marco principal Pimenteira.

Setor Pimenteira-Carandazal

Demarcado segundo o paralelo do marco principal Pimenteira, numa distância total de 4.947,70 metros, tendo sido locado e construído o marco principal Carandazal no ponto de interseção do citado paralelo com a geodésica Mandioré--Cáceres, também completada na presente campanha, e construído mais um marco de alinhamento entre os marcos extremos.

Setor Carandazal-Caraguatal (Geodésica Mandioré-Cáceres).

Foi completado na campanha do presente ano o alinhamento da geodésica Mandioré-Cáceres, iniciado nas campanhas de 1957 a 1959, tendo sido demarcados 23.78,0 metros da geodésica (cujo comprimento total é de 76.123,5 metros), e construído um total de 8 marcos, sendo 4 secundários e 4 de alinhamento, além do marco principal Carandazal, erigido no ponto de interseção da citada geodésica com o pararelo do Marco Pimenteira.

Há previsão para a realização da 17ª Conferência na Bolívia, para aprovação dos trabalhos executados e que envolvem as Campanhas anteriores, inclusive as de 1957 a 1959.

Ainda nesta fronteira foi levado a efeito, juntamente com representantes da Bolívia, um reconhecimento da região da Baía Grande, trecho da fronteira ainda não demarcado e

que, em virtude de problemas surgidos, vinha exigindo um esclarecimento de interêsse do Conselho de Segurança Nacional.

FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Perdura, ainda, o impasse surgido na Campanha Técnica de 1963, com a suspensão dos trabalhos sem a construção dos marcos de caracterização, em aproximadamente 10 quilômetros, que antecedem a chegada às barrancas da margem direita do Rio Paraná, em frente à Quinta Queda do Salto das Sete Quedas.

SERVIÇO DE RELAÇÕES COM O CONGRESSO

Dada a continuidade dos trabalhos e o entrosamento cada vez maior existente entre o Itamaraty e o Congresso Nacional, a legislatura passada pode ser considerada como o ano da atualização do diálogo com o Poder Legislativo.

Nesse sentido, não se poderia deixar de ressaltar o total apoio dispensado ao Serviço de Relações com o Congresso pelas lideranças parlamentares, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores de ambas as Casas do Congresso.

Durante o ano de 1965 aumentaram sobremodo as atividades dêste Serviço, que procurou sempre manter a Secretaria de Estado a par do andamento de todos os assuntos de interêsse direto do Ministério das Relações Exteriores, dando fiel execução às instruções recebidas.

De fato, foram aprovados 18 Acôrdos Internacionais pelo Congresso dos quais se destacam, pela importância, o Acôrdo Internacional do Cacau, o Protocolo que prorroga o Acôrdo Internacional do Trigo, o Acôrdo de Investimentos com os Estados Unidos, apresentados e aprovados em 1965, bem como o Acôrdo Cultural Brasil-Senegal, o Convênio de Cooperação Social Brasil-Espanha, e o Acôrdo sôbre um regime provisório aplicável a um sistema mundial de Comunicações por Satélites.

Vários Atos Internacionais paralisados há anos no Congresso Nacional tiveram sua tramitação ultimada e foram promulgados. Dentre êsses, podem-se citar as Convenções

da OIT contidas na mensagem nº 143 de 1958, a Convenção sôbre salários e duração de trabalho a bordo, enviada ao Legislativo em 1960, o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938 sôbre Ligação Ferroviária com a Bolívia que esperou nove anos para ser aprovado em 1965.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado examinou e aprovou a indicação de 20 Chefes de Missões, todos referendados por expressivas votações pelo plenário da Câmara Alta.

Por outro lado, atendendo à convocação de ambas as Casas do Congresso, o Ministro Leitão da Cunha teve oportunidade de comparecer perante o plenário das mesmas para prestar os esclarecimentos então solicitados.

Dentre as leis aprovadas pelo Congresso, podem ser lembradas, pelo interêsse imediato do Itamaraty, a lei nº 4.669 (dos SEPROs), a Lei nº 4.856 que estabelece gratificação especial de representação na Secretaria de Estado.

Note-se ainda o Projeto de Lei nº 4.979 que dispõe sôbre a pensão devida à família do Diplomata, de 1962, que foi desarquivado e se encontra tramitando pelas Comissões da Câmara dos Deputados, podendo ser previsto seu exame na legislatura dêste ano.

Foram aprovados, finalmente, perto de 20 projetos de lei referentes a créditos especiais, muitos dos quais enviados há mais de cinco anos.

Com relação aos requerimentos de informações formulados pelos parlamentares, o índice de resposta dêste ano foi maior do que os anteriores. Assim é que foram respondidos *na Câmara, 28* dos 34 apresentados, e *no Senado, 15* dos 16. Ressalva-se que sòmente deixaram de ser respondidos os requerimentos encaminhados no fim do período legislativo, pouco tempo antes do recesso parlamentar.

INDICAÇÕES DE CHEFES DE REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS APROVADAS PELO SENADO EM 1965

Nº das Mensagens	Diplomatas	Embaixadas
11/65	Lauro Escorel de Moraes	Emb. em La Paz
20/65	Nelson Tabajara de Oliveira	Emb. em Bankok
171/65	Manuel de Teffé	Emb. em Honduras
173/65	Dora Vasconcellos	Emb. em Varsóvia
240/65	Milton Faria	Emb. na Hungria
241/65	Geraldo Eulálio Nascimento e Silva	Emb. em S. Domingos
242/65	Wagner Pimenta Bueno	Emb. em S. Salvador
243/65	Antonio Maria Pimentel Brandão	Emb. em Oslo
244/65	Roberto Guimarães Bastos	Emb. em Port-of-Prince
318/65	Álvaro Teixeira Soares	Emb. nas Filipinas
488/65	José Jobim	Emb. na Jamaica
658/65	Jorge de Oliveira Maia	Emb. na Romênia
797/65	Renato Firmino Maia de Mendonça	Emb. em Nova Delhi
826/65	Manuel Antonio Maria de Pimentel Brandão	Emb. na Islândia
827/65	Mozart Gurgel Valente	Emb. em Belgrado
828/65	Jorge D'Escragnolle Taunay	Legação em Pretória
829/65	Leonardo Eulálio Nascimento e Silva	Emb. em Bankok
860/65	Adolpho Justo Bezerra de Menezes	Emb. em Karachi
924/65	Sergio Correa da Costa	Emb. Cumulativa em Trinidad-Tobago
1.056/65	Vasco Tristão Leitão da Cunha	Emb. em Washington

ACÔRDOS INTERNACIONAIS

aprovados em 1965

Decreto Legislativo nº 20/65

(Mensagem nº 143/58)

«Submete ao Congresso Nacional as Convenções nº 21, 22, 90, 91, 94, 97, 103, 104, 105, 106 e 107 da O.I.T.»

Decreto Legislativo nº 42/65

(Mensagem nº 49/62)

Acôrdo de Cooperação no Campo das Utilizações Pacíficas da Energia Atômica entre o Brasil e a C.E. de Energia Atômica.

Decreto Legislativo nº 56/65

(Mensagem nº 72/63)

Acôrdo sôbre Privilégio e Imunidade da Agência Internacional de Energia Atômica, aprovado pela Mesa de Governadores da referida entidade em sua reunião de 1-7-59.

Decreto Legislativo nº 66/65

(Mensagem nº 27/62)

Convenção sôbre a Escravatura assinada em Genebra, em 25-9-26 e emendada pelo protocolo aberto à assinatura e à aceitação em 7-12-63 e a Convenção Suplementar sôbre a abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas análogas à Escravatura, firmada em Genebra em 7-9-56.

Decreto Legislativo nº 68/65

(Mensagem nº 460/56)

Acôrdo para o estabelecimento de um programa de colaboração para o preparo de mapas topográficos e cartas aeronáuticas no Brasil.

Decreto Legislativo nº 69/65

(Mensagem nº 230/65)

Acôrdo de Garantia de Investimentos, assinado entre o Brasil e os Estados Unidos em Washington, em 6-2-65.

Decreto Legislativo nº 70/65

(Mensagem nº 104/60)

Convenção sôbre Salários, Duração de Trabalho a Bordo e Efetivos, concluída em Genebra em 1958, na 41ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Decreto Legislativo nº 71/65

(Mensagem nº 33/65)

Acôrdo Cultural Brasil-Senegal, assinado em Brasília, em 23-9-64.

Decreto Legislativo nº 75/65

(Mensagem nº 587/64)

Acôrdo Comercial Brasil-Senegal.

Decreto Legislativo nº 76/65

(Mensagem nº 450/56)

Acôrdo para o estabelecimento de uma Missão Militar Norte-Americana no Brasil.

Decreto Legislativo nº 79/65

(Mensagem nº 657/56)

Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sôbre Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz, em 23-7-64.

Decreto Legislativo nº 80/65

(Mensagem nº 48/62)

Protocolo de Emenda ao Art. 50, item *a*, da Convenção de Aviação Civil Internacional, aprovada, pelo Brasil e outros países, em Montreal em 19-6-61.

Decreto Legislativo nº 82/65

(Mensagem nº 656/64)

Acôrdo Internacional do Cacau, assinado no Rio de Janeiro, em 14-9-64.

Decreto Legislativo nº 83/65

(Mensagem nº ....)

Convênio de Cooperação Social Brasil-Espanha, assinado no Rio de Janeiro, em 11-8-64.

Decreto Legislativo nº 85/65

(Mensagem nº 246/62)

«Convenção de Varsóvia» para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual. Assinado em Guadalajara, 18-9-62. México.

Decreto Legislativo nº 86/65

(Mensagem nº 593/65)

Acôrdo sôbre Transportes Aéreos, assinado entre o Brasil e a Argentina, em 2-6-48.

Decreto Legislativo nº 97/65

(Mensagem nº 426/65)

Acôrdo que estabelece um regime provisório aplicável a um sistema comercial mundial de Comunicações por Saté-

lites e respectivo Acôrdo Especial concluídos em Washington em 20-8-64 e assinado pelo Brasil em 4-2-65.

Decreto Legislativo nº 101/65

(Mensagem nº 425/65)

Protocolo que prorroga o Acôrdo Internacional do Trigo de 1962, adotado em Washington em 22-3-65.

MENSAGENS RELATIVAS A ATOS INTERNACIONAIS ENCAMINHADAS EM 1965

Andamento no Congresso

Mensagem 32/65 — Proj. Dec. Leg. 235/65 (DC) 45/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Govêrno do Brasil e a ONU e suas Agências Especializadas, assinado no Rio de Janeiro, em 29-12-1954.

Andamento — *CD* — aprovado. SF: na Comissão de Relações Exteriores e Comissão de Finanças com pareceres favoráveis dos Relatores.

Mensagem 767/65 — Proj. Dec. Leg. 239/65 (CD) 58/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Protocolo que modifica o Acôrdo Geral sôbre Tarifas e Comércio, pela inserção de uma parte IV relativa ao Comércio e Desenvolvimento, firmado em Genebra em 8-2-65.

Andamento — CD — aprovado. SF: às Comissões de Relações Exteriores, de Economia, Finanças, e de Indústria e Comércio. (DCN 8-12-65).

Mensagem 806/65 — Proj. Dec. Leg. 240/65 (CD) 55/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Sanitário Brasil-Perú, firmado em Lima em 16-7-65.

Andamento — CD — aprovado em 20-11-65. SF: Nas Comissões de Relações Exteriores e de Saúde. (DCN 4-12-65).

Mensagem 635/65 — Proj. Dec. Leg. 219/65 (CD) 43/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Comercial assinado entre o Brasil e a Libéria, em Monróvia, em 15 de maio de 1965.

Andamento — CD — aprovado. SF: Nas Comissões de Relações Exteriores e Indústria e Comércio (DCN 12-11-65).

Mensagem 541/65 — Proj. Dec. Leg. 288/65 (CD) 44/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Cultural Brasil e a Libéria, em Monróvia, em 15 de maio de 1965.

Andamento — CD — aprovado. SF: Nas Comissões de Relações Exteriores e Indústria e Comércio (DCN .... 12-11-1965).

Mensagem 541/65 — Proj. Dec. Leg. 288/65 (DC) 44/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Cultural Brasil-Costa Rica assinado em São José a 19-11-64.

Andamento — SF: Aprovado na Comissão de Relações Exteriores (DCN 2-12-65)

Mensagem 542/65 — Proj. Dec. Leg. 237-A/65 (CD) 54/65 (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Protocolo Adicional ao Acôrdo de Comércio, Pagamentos e Cooperação Econômica Brasil-Bulgária.

Andamento — CD — Aprovado. SF: CCJ, CRE, CE, CIC (DCN 4-12-65)

Mensagem 555/65 — Proj. Dec. Leg. (CD) (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo para a Cooperação na Utilização da Energia Nuclear, para fins pací-

ficos, entre o Govêrno do Brasil e Portugal, assinado no Rio de Janeiro a 18-6-65.

Andamento — Encaminhado à CD em 4-8-65. Distribuído na Comissão de Relações Exteriores ao Depuatdo Corrêa da Costa em 11-8-65. (DCN 4-9-65).

Mensagem 592/65 — Proj. Dec. Leg. 241/65 (CD) (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo de Cooperação nos Usos Civis da Energia Atômica, entre o Govêrno dos Estados Unidos da América e o Govêrno dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington a 8-7-65.

Andamento — Encaminhado à CD em 12-8-65. Aprovado na Comissão de Relações Exteriores o parecer favorável do Relator João Calmon.

Mensagem 634/65 — Proj. Dec. Leg. (DD) (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Comercial assinado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Federal dos Camarões em Iaundê a 5-6-65.

Andamento — CD — em 23-8-65. Comissão de Relações Exteriores. Relator Hugo Borghi (DCN 4-9-65)

Mensagem 886/65 — Proj. Dec. Leg. 242/65 (CD) (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo para evitar a Bitributação da Renda e do Capital,assinado entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Suécia, no Rio de Janeiro a 17-9-65.

Andamento — CD — aprovado no Plenário, vai à Redação Final em 6-12-65.

Mensagem 887/65 — Proj. Dec. Leg. (CD) (SF)

Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica e Científica, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia, assinado em Praga a 27-2-64.

Andamento — Encaminhado à CD em 3-11-65,

Mensagem 888/65 — Proj. Dec. Leg. (CD) (SF)
Ementa — Submete ao CN o texto do Acôrdo Básico de Cooperação Técnica, entre os Estados Unidos do Brasil e a República Socialista Federativa da Iugoslávia assinado no Rio de Janeiro a 11-5-62.
Andamento — Encaminhado à CD em 3-11-65.

Mensagem 973/65 — Proj. Dec. Leg. (CD)
Ementa — Submete ao CN o texto da Convenção sôbre Seguro Social, assinado entre o Govêrno do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo no Rio de Janeiro a 18-9-65.

MENSAGENS ANTERIORES

Mensagem 14/61

Ementa — Notas Reversais nº 1, 2, 6 e 7, de 1958
Andamento — Aguarda diligências na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Relator Deputado Altino Machado.

Mensagem 388/57 — Acôrdo de Cooperação para usos Civis da Energia Atômica entre o Govêrno do Brasil e o Govêrno dos Estados Unidos.
Andamento — Aprovado na Comissão de Justiça em 1959. Encontra-se na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, redistribuído ao Deputado Mendes de Moraes em 17-3-65.

Mensagem 211/62 —
Ementa — Convenção Cultural, concluída entre o Brasil e a República Popular Federativa da Iugoslávia, no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1962.
Andamento — Encontra-se na Comissão de Relações Exteriores da Câmara.
Mensagem 210/62 —

Ementa — Acôrdo Cultural concluído entre o Brasil e a República Socialista da Tcheco-Eslováquia, no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1962.

Andamento — Encontra-se na Comissão de Relações Exteriores da Câmara com o Deputado Hugo Borghi.

Mensagem 317/63 —

Ementa — Acôrdo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e a Polônia, assinado no Rio de Janeiro a 9 de agôsto de 1963.

Andamento — Encontra-se na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Mensagem 334/55 —

Ementa — Convênio celebrado entre o Govêrno dos EE.UU. do Brasil e o Instituto Pan-Americano de Geografia e História para funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisa de Recursos Naturais.

Andamento — Encontra-se na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Mensagem 214/54 —

Ementa — Convenção concernente às normas mínimas para seguridade social.

Andamento — Arquivado.

Mensagem 256/59 —

Ementa — Convenção nº 87, da Organização Internacional do Trabalho, sôbre Liberdade Sindical — São Francisco, 31 de agôsto de 1948.

Andamento — Encontra-se na Comissão de Relações Exteriores da Câmara desde 1959.

Mensagem 161/50 —

Ementa — Protocolo adicional à Convenção da Hiléia Amazônica.

Andamento — Encontra-se na Comissão de Relações Exteriores da Câmara desde 1951.

DECRETOS LEGISLATIVOS

de interêsse direto do M.R.E.

Decreto Legislativo nº 38/65

Aprova o envio de contingente das Fôrças Armadas Brasileiras para integrar uma Fôrça Interamericana na República Dominicana.

Decreto Legislativo nº 46/65

Aprova decisão denegatória de registro de têrmo de compra e venda, firmado entre o Govêrno brasileiro e a firma Motomport, de Varsóvia.

Decreto Legislativo nº 95/65

Autoriza o Sr. Vice-Presidente da República a ausentar-se do país a fim de representar o Govêrno da República nos funerais de S.M. a Rainha Elisabeth da Bélgica.

LEIS

do interêsse direto do M.R.E.

Lei nº 4.669/65 — Mensagem nº 25/65
Que complementa a lei nº 3.917/61, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (SEPROs).

Lei nº 4.808/65 — Mensagem nº 583/65
Representantes do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Nacional de Transportes.

Lei nº 4.856/65 —
Gratificação especial de Representação na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Lei nº 4.900/65 —
Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966, na parte referente ao Ministério das Relações Exteriores.

CRÉDITOS ESPECIAIS

aprovados em 1965

Lei nº 4.628/65 — (Mensagem nº 405/63)

Crédito especial de Cr$ 25.874.000 — para atender às despesas de remodelação de instalações elétricas do Palácio Itamaraty.

Lei nº 4.691/65 — (Mensagem nº 143/65)

Crédito especial de Cr$ 80.000.000 — para atender às despesas decorrentes da visita do Xá do Irã.

Lei nº 4.703/65 — (Mensagem nº 320/65)

Crédito especial de Cr$ 370.000.000 para atender às despesas decorrentes da realização da 2ª Conferência Interamericana Extraordinária a realizar-se no Brasil (19-5-65), bem como antecipação de recursos.

Lei nº 4.724/65 — (Mensagem nº 255/65)

Crédito especial de Cr$ 70.058.304 para atender às despesas com o pagamento da contribuição do Brasil aos estudos preliminares necessários à construção do «Tamjon del Darien», trecho da estrada Panamericana, entre o Panamá e a Colômbia.

Lei nº 4.753/65 — (Mensagem nº 407/65)

Crédito especial de Cr$ 60.000.000 para atender às despesas decorrentes da realização da VIII Bienal de São Paulo.

Lei nº 4.780/65 — (Mensagem nº 556/65)

Crédito especial de Cr$ 100.000.000 para atender às despesas decorrentes de reajustamento da contribuição do Brasil ao Fundo de Assistência para o Desenvolvimento — da OEA.

Lei nº 4.794/65 — (Mensagem nº 647/65)

Crédito especial de Cr$ 120.000.000 para atender às despesas com a visita do Grão-Duque de Luxemburgo.

Lei nº 4.809/65 — (Mensagem nº 615/65)

Crédito especial de Cr$ 191.000.364.240 para atender às despesas com o Episcopado brasileiro à 4ª Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Lei nº 4.819/65 — (Mensagem nº

Crédito especial de Cr$ 6.749.890 para regularização de despesas decorrentes de visita ao Brasil de personalidades ilustres no exercício de 1960.

Lei nº 4.842/65 — (Projeto 2.501/60 — Câmara)

Crédito especial de Cr$ 15.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita de Governadores norte-americanos.

Lei nº 4.844/65 — (Projeto 944/63 — Câmara)

Crédito especial de Cr$ 25.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita do Presidente da Iugoslávia.

Lei nº 4.850/65 — (Projeto 4.749/62 — Câmara)

Crédito especial de Cr$ 10.000.000 para atender às despesas de qualquer natureza com a realização da Conferência Conjunta da FAO e da CEPAL.

Lei nº 4.866/65 — (Mensagem nº 799/65)

Crédito especial de Cr$ 120.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita do Presidente da Itália.

Lei nº 4.876/65 —

Crédito especial de Cr$ 5.810.000 — para atender às despesas complementares com o comparecimento do Clero brasileiro ao Concílio Ecumênico Vaticano II.

Lei nº 4.895/65 — (Projeto nº 2.670/61)

Crédito especial de Cr$ 30.000.000 para atender às despesas decorrentes da posse do Presidente da República.

Lei nº 4.909/65 — (Projeto 2.978/61 — Câmara)

Crédito especial de Cr$ 6.000.000 para atender às despesas decorrentes do asilo concedido a cidadãos da República Dominicana.

Lei nº 4.910/65 — (Projeto nº 208/63 — Câmara)
Crédito especial de Cr$ 10.000.000 para atender às despesas decorrentes da viagem do Presidente da República do Chile.

Lei nº 4.912/65 — (Projeto 1.538/60 — Câmara)
Crédito especial de Cr$ 10.000.000 para atender às despesas decorrentes da visita do Presidente do México.

Lei nº 4.916/65 — (Mensagem nº 292/63)
Crédito especial para atender a despesas decorrentes da realização da 2ª Reunião do CIES (OEA) no valor de Cr$ 86.087.100.

Lei nº 4.918/65 — (Mensagem nº 816/65)
Crédito especial de Cr$ 614.000.000 para atender às despesas de pagamento da contribuição brasileira ao Fundo Especial da ONU.

CRÉDITOS ESPECIAIS

Decreto nº 56.188/65
Crédito especial de Cr$ 35.000.000 — para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América.

Decreto nº 56.189/65
Crédito especial de Cr$ 25.000.000 — para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Presidente do Senegal.

Decreto nº 56.856/65
Crédito especial de Cr$ 65.000.000 — para atender às despesas da visita ao Brasil do Presidente da República Francesa.

GABINETE EM BRASÍLIA

EXPEDIENTE

O Serviço do Expediente incumbiu-se do funcionamento do setor administrativo do Gabinete do Senhor Ministro de Estado, em Brasília, e de sua manutenção, subdividindo-se a sua atividade nos seguintes setores:

Por intermédio do *Setor de Orçamento,* o Serviço do Expediente acompanhou, junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Fazenda, os processos de interêsse do Itamaraty, destacando-se, entre outros, os seguintes: *a*) pedidos de créditos especiais: relativos a participação do Brasil com o comparecimento do Episcopado Brasileiro à III Sessão do Concílio Ecumênico II; para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil do Senhor Dwight D. Eisenhower e do Senhor Léopold Sédar Senghor; para atender às despesas de pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana; para atender às despesas com a revisão e remodelação das instalações elétricas do Palácio Itamaraty; para atender aos compromissos com a realização da Conferência Interamericana Extraordinária; para atender às despesas com a realização da VIII Bienal de São Paulo; para atender às despesas decorrentes da visita ao Brasil dos Grão-Duques do Luxemburgo, do Presidente Giuseppe Saragat e dos Reis da Bélgica; para atender às despesas do Fundo Especial das Nações Unidas; para atender às despesas com a realização da II Reunião do Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos; *b*) pedidos de redistribuição de créditos à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York: relativos a material permanente; material de consumo; subvenções sociais; seleção, aperfeiçoamento e especialização

de pessoal; serviços educativos e culturais; intercâmbio e difusão cultural; *c*) redistribuição para o Tesouro Nacional: serviços de divulgação, impressão e encadernação; *d*) redistribuição para o Departamento Federal de Compras: material bibliográfico; *e*) adiantamento de dotações a comissões e órgãos: Comissão de Transferência da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e do Corpo Diplomático para Brasília; adiantamento para atender às despesas com os Anais do Itamaraty, bibliografia de História do Brasil, pesquisa e revisão histórica; Comissão Nacional de Assistência Técnica; Subcomissão Nacional de Alcoolismo; Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes; Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil; Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, 1ª e 2ª Divisão; Grupo de Trabalho para a Elaboração e Impressão do Livro «Brasil»; *f*) reversão de saldo do Instituto Rio-Branco.

Ainda através do Setor de Orçamento, o Serviço do Expediente procedeu a estreita ligação com o Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, por ocasião da apresentação da Proposta Orçamentária do Itamaraty para o exercício de 1966. Também através do mesmo setor, diligenciou o Serviço do Expediente, após a publicação da Lei de Meios para o exercício de 1966, no sentido de ser publicado, dentro do prazo legal, pela Imprensa Nacional, o Orçamento Analítico do Ministério das Relações Exteriores. Outrossim, durante o decorrer do ano próximo findo, o Serviço do Expediente providenciou a publicação, no *Diário Oficial*, de 5 (cinco) alterações do Orçamento Analítico do Itamaraty para 1966.

Cumpre esclarecer que as informações a respeito da tramitação dos processos do Itamaraty no Tribunal de Contas e Ministério da Fazenda foram meticulosamente feitas através de telegramas expedidos regularmente para a Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro.

Por intermédio do *Setor Pessoal*, o Serviço do Expediente manteve contacto direto com o Departamento de Im-

prensa Nacional, encaminhando as portarias de movimentação do pessoal diplomático e administrativo para e do exterior, bem como atos de administração interna e rotina burocrática do Itamaraty. Assim, foram preparadas, para publicação no Diário Oficial, 142 guias relativas a expedientes originados no Gabinete do Senhor Ministro de Estado, no Rio, totalizando 452 portarias; 39 guias relativas a expedientes dos Senhores Chefes do Departamento de Administração e da Divisão do Pessoal; 59 publicações do Instituto Rio-Branco; 18 publicações da Divisão de Atos Internacionais; 6 publicações da Divisão de Material.

Ainda através do mesmo setor, o Serviço do Expediente manteve ligação constante com as 2ª e 3ª Subchefias do Palácio do Planalto bem como com a Diretoria do Expediente, no sentido de fazer publicar pela Imprensa Nacional decretos do Senhor Presidente da República, referendados pelo Senhor Ministro de Estado, assim como despachos em exposições de motivos submetidas ao Senhor Presidente. Nesse sentido foram preparadas 75 guias de remessa de expediente à Presidência da República, num total de 472 decretos e 265 exposições de motivos. Através da própria Chefia do Expediente, procedeu-se ainda à verificação do devido andamento das publicações acima referidas, atendendo freqüentemente a pedidos de urgência formulados pelos diversos setores da Secretaria de Estado, diretamente interessados nas respectivas publicações. No mesmo setor, procedeu-se também ao arquivamento das cópias de todos os expedientes publicados no Diário Oficial e ao encaminhamento dos originais, após a publicação, para a Secretaria de Estado no Rio de Janeiro.

Em virtude de o Diário Oficial circular geralmente no dia seguinte ao de sua publicação e tendo em vista a demora com que é recebido no Rio de Janeiro, através das malas de correspondência aérea, sujeitas a atrasos imprevisíveis e inevitáveis, o Serviço do Expediente providenciou, através de

sua Chefia, a comunicação imediata, ao Setor de Saques da Divisão do Pessoal, da publicação de portarias de diplomatas e funcionários removidos, a fim de ensejar a antecipação da elaboração dos saques, que estaria, de outro forma, sujeita a vários dias de espera, até o recebimento dos exemplares do Diário Oficial, no Rio de Janeiro.

Por outro lado, o *Setor Pessoal* do Serviço do Expediente providenciou ainda a preparação das fichas financeiras dos funcionários lotados neste Gabinete, e dos requisitados por outros órgãos em Brasília, com o encaminhamento regular das fôlhas de pagamento.

O *Setor Pessoal* do Serviço do Expediente exerceu também duas atividades subsidiárias: o Serviço de Assistência Social e os Serviços Auxiliares da Administração.

Através do *Serviço de Assistência Social,* foi fornecida, com regularidade, assistência médica e farmacêutica ao pessoal de portaria e de garage, e aos seus familiares, na forma da legislação em vigor, por intermédio de clínico do Ambulatório Médico da Secretaria de Estado, no Rio, que procedeu periòdicamente a exame médico daqueles funcionários e seus familiares. Cumpre salientar, a propósito, que o Serviço do Expediente solicitou, em princípios do ano, a remessa de um estoque de medicamentos para atender às necessidades dos funcionários dêste Gabinete. O Senhor Chefe do Departamento de Administração, não só deferiu a solicitação, como também instituiu o serviço de atendimento médico acima referido, de cuja ausência muito se ressentia êste Gabinete, tendo ademais determinado a instalação de um Ambulatório Médico no Gabinete em Brasília.

Através dos *Serviços Auxiliares da Administração,* empenhou-se o Serviço do Expediente em manter em perfeito funcionamento e com bom aspecto os veículos dêste Gabinete, não só os de representação como os de expedição e transporte do pessoal. Para essa finalidade, parcela apreciável da dotação dêste Gabinete foi utilizada no consêrto, reforma

e pintura dos mencionados veículos, na aquisição de peças e accessórios imprescindíveis para a sua conveniente utilização e no consêrto das instalações elétricas dos mesmos. Cumpre salientar que novos veículos foram incorporados ao patrimônio do Itamaraty durante o decorrer de 1965, tendo a frota dêste Gabinete sido acrescida de dois Aero-Willys — Itamaraty e três Volkswagen-Kombi.

Por intermédio do *Setor de Comunicações*, o Serviço do Expediente manteve contacto direto com a Secretaria de Estado, não só através de malas de correspondência, mediante expedição de 337 e recebimento de 334, mas também através do serviço de telex, somando 10 telegramas secretos, 27 confidenciais, 1 reservado, 1.379 ostensivos e 27 particulares, expedidos, e 6 secretos, 10 confidenciais, 2 reservados, 240 ostensivos e 50 particulares, recebidos, num total geral de 1.445 telegramas expedidos e 380 recebidos.

O *Setor de Arquivo* do Serviço de Expediente, que englobou os trabalhos de *Carteira de Entrada e Saída*, recebeu, protocolou, encaminhou os originais à Secretaria de Estado e arquivou as cópias de 2.073 documentos recebidos dos órgãos sediados em Brasília e em outros Estados; recebeu, protocolou, arquivou cópia e encaminhou aos diversos órgãos sediados em Brasília num total de 2.009 documentos elaborados na Secretaria de Estado. Pelo Gabinete em Brasília foram elaborados e expedidos 387 ofícios, dirigidos aos vários órgãos aqui sediados. Foram ademais elaborados 138 memorandos ostensivos e 26 confidenciais, 67 declarações e 16 cartas. O setor de arquivo procedeu ainda ao arquivamento de tôdas as cópias recebidas em Brasília de cartas-telegramas e telegramas expedidos para o exterior e dirigidos à Secretaria de Estado, assim como de circulares, instruções e textos-de-serviço.

Por intermédio do *Setor Material*, o Serviço do Expediente teve a seu encargo a administração e manutenção da sede do Gabinete do Senhor Ministro de Estado, empregando parte

de sua dotação na aquisição de material de consumo e de limpeza, de expediente, e na liquidação de despesas miúdas de pronto pagamento. Convém salientar que a sede do Gabinete do Senhor Ministro de Estado estêve localizada, durante o ano de 1965, no 7º andar do Ministério da Marinha, enquanto trabalhava a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, na recuperação do 2º andar do Ministério da Saúde, sede original do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, até agôsto de 1964. Por êsse motivo, as instalações se caracterizaram por um caráter de transitoriedade, em razão do esperado retôrno à sede original.

Foram incorporados ao patrimônio do Itamaraty diversos móveis, máquinas datilográficas, accessórios e utensílios durante o exercício de 1965, adquiridos sobretudo para atender ao serviço de funcionários removidos para Brasília e às necessidades do setor de datilografia e arquivo.

COMISSÃO DE TRANSFERÊNCIA DA SE-
CRETARIA DE ESTADO
E DO CORPO DIPLOMÁTICO PARA
BRASÍLIA

Na realidade, prosseguiram normalmente, em 1965, os trabalhos da Comissão de Transferência que, após ter avançado o programa da instalação da Secretaria de Estado na Capital Federal, se dedicou a procurar obter maiores facilidades para o Corpo Diplomático estrangeiro através, entre outras, de duas importantes medidas:

a) Criação de um nôvo Setor de Embaixadas na Asa Norte a fim de, de um lado, atender ao eventual surgimento de novos países independentes, e de outro, proceder a uma redistribuição de lotes em relação a países insatisfeitos com sua colocação inicial na Avenida das Nações, em trechos justificadamente desfavoráveis a construir. Tal iniciativa foi muito bem recebida pelos Chefes de Missão dos países interessados que apenas aguardam as providências de natureza jurídica da NOVACAP para assinarem as respectivas escrituras de doação dos novos terrenos. No setor em aprêço se localizarão, entre outras, as representações das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

b) Possibilidade de os Governos estrangeiros adquirirem na Península dos Ministros terrenos da NOVACAP. Em face da escassez dêstes, estabeleceu-se o critério de, cronològicamente, atender às Embaixadas que manifestassem por Nota ao Itamaraty o desejo de efetivamente realizar a transação. Cabe aliás salientar o fato de que, em conseqüência da referida escassez de lotes na NOVACAP, muitos Governos, sobretudo o norte-americano, vêm lançando mão do mercado imobiliário particular.

As representações diplomáticas alemã, inglêsa, japonêsa, rumena, suíça, ganense e norte-americana aguardam apenas um levantamento topográfico na Península dos Ministros para ali adquirirem seus terrenos. Tais compras se acentuaram com a aplicação da lei nº 4.331, de 1º de junho de 1964 que autoriza, por cinco anos, a compra por Governos estrangeiros de propriedades destinadas a residências de seus funcionários, mediante consulta ao Conselho de Segurança Nacional e à Prefeitura do Distrito Federal, órgãos que vêm colaborando ao máximo para a maior rapidez dos trabalhos.

Quanto ao problema do edifício-sede da Secretaria de Estado, cumpre ressaltar que o organograma traçado foi bem cumprido, permitindo que se concluísse, no fim de 1965, a estrutura dos blocos representativo e administrativo. Foram resolvidas com vagar e apuro tôdas as questões técnicas e arquitetônicas na construção de um dos mais complexos edifícios públicos do país. Por outro lado, com a colaboração dos setores competentes da Secretaria de Estado, introduziram-se grandes melhorias que aperfeiçoarão o prédio do ponto de vista funcional e de segurança. Os primeiros estudos da decoração interna já estão sendo realizados, procurando-se sempre alcançar a perfeita integração das artes plásticas com a arquitetura. Merece, nesse sentido, um lugar de destaque o anteprojeto do jardim aquático elaborado pelo arquiteto paisagista Roberto Burle Marx e a ser executado no corrente ano.

Já em relação às residências dos funcionários diplomáticos nacionais e estrangeiros verificou-se um atraso resultante das profundas controvérsias suscitadas quanto à conveniência de adotar-se ou não o sistema de pré-moldados na construção dos apartamentos, controvérsias que acabaram por levar à anulação da concorrência pública promovida pela NOVACAP. Assim, diante das dificuldades surgidas, a Comissão julgadora concluiu que era mais oportuno, na atual

realidade sócio-econômica de Brasília, escolher o sistema convencional de construção. Ficou resolvido, desta forma, que a primeira Superquadra, de número 107, da Asa Norte, constituída por nove blocos (cinco em forma de tôrre e quatro em lâmina) seria construída convencionalmente. Quanto às três restantes (108, 307 e 308), teriam o seu sistema de edificação reexaminado após o término da Superquadra 107, cuja construção trará necessàriamente maior experiência para uma análise mais apurada do emprêgo de pré-fabricados na Unidade de Vizinhança São Miguel. Tôda a parte de terraplenagem da área já se encontra concluída, tendo sido iniciados, em dezembro último, os trabalhos de fundações a cargo da Companhia Estacas Franki, vencedora da concorrência dêsse setor. Para a residência dos funcionários de portaria foram entaboladas negociações com a Prefeitura e a NOVACAP visando à construção de apartamentos de tipo popular, de três andares, sem elevador, localizados nas Superquadras 407 e 408 da Asa Norte, apartamentos que eventualmente poderiam ser comprados pelos respectivos inquilinos.

Finalmente, terminada a construção da moradia oficial do Senhor Ministro de Estado na Península dos Ministros e ultimadas as providências de sua decoração interna, cuidou-se da complementação do jardim que contará com um eficiente e moderno processo de irrigação.

Cumpre enfatizar, ao final dêste Relatório, a extraordinária cooperação prestada pela Prefeitura do Distrito Federal e NOVACAP, no sentido de que fôssem superados todos os empecilhos de ordem técnica e financeira ocasionalmente surgidos. O Prefeito, Engenheiro Plínio Catanhede deu, em 1965, tratamento altamente prioritário aos problemas concernentes à transferência do Itamaraty, tendo pùblicamente reiterado seu máximo empenho em continuar as obras no ano que se inicia, constando do orçamento da Prefeitura verbas específicas para a construção dos prédios do Ministério das Relações Exteriores.

INDICE

Págs.